

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL:  
LEGADO DOS FUNDAMENTOS PARA O SÉCULO  
XXI E ESTUDO DA FORMAÇÃO E TRABALHO  
PROFISSIONAL NAS ENTIDADES  
REPRESENTATIVAS**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC II  
PROF. DRA. LAURA REGINA DA SILVA CÂMARA MAURÍCIO DA  
FONSECA**

**Michael da Costa Lampert**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2017**

Michael da Costa Lampert

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: LEGADO DOS  
FUNDAMENTOS PARA O SÉCULO XXI E ESTUDO DA FORMAÇÃO E  
TRABALHO PROFISSIONAL NAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi submetido ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção de título de **Bacharel em Serviço Social** no dia 13 de Dezembro de 2017, atendendo às normativas do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

Professora Me. Eliana Mourgues Cogoy  
Coordenadora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria

Banca examinadora:

---

Professora Doutora Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca  
Orientadora  
(Universidade Federal de Santa Maria - UFSM)

---

Professora Doutora Mailiz Garibotti Lusa  
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS)

---

Professora Doutora Rosilaine Coradini Guilherme  
(Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA)

## AGRADECIMENTOS

*“Gosto das pessoas que vibram, que não há que empurrá-las,  
Que não se precisa dizer o que fazer,  
Se não que sabem o que se tem que fazer e o fazem.  
Eu gosto das pessoas justas com a sua gente e consigo mesmas,  
Mas só aquelas que compreendem que somos humanos  
E que podemos nos equivocar [...]”*  
Mário Benedetti

Enfim, foi concluída a etapa final da graduação, processo de formação profissional, política e humana trilhada ao longo de 9 semestres na UFSM, dentro do “tempo esperado” para colar grau e me tornar bacharel em Serviço Social e futuro Assistente Social. O “tempo esperado” pra muitas pessoas nunca chega, para muitas, sequer dá sinal de que algum dia irá chegar. Foram 4 anos e meio sem exames, ótimo aproveitamento no curso, nos estágios e neste trabalho de conclusão de curso, acompanhado com muita militância em duas gestões de bases estudantis do curso na UFSM junto ao DASS e 2 anos dedicados à base regional na ENESSO, primeiro como Secretário de Escola e posteriormente como Coordenador Regional na Região VI, o que possibilitou aprofundamento profissional, político e intelectual junto à ABEPSS e em especial ao CRESS-RS e CFESS. Militância que se expressa nas linhas escritas neste trabalho final, ao qual além de dedicar tempo, estudos e pesquisa, acredito que carregue o amor incondicional que tenho por esta profissão e sua identidade.

Agradeço primeiramente a minha noiva e companheira de vida que vem me acompanhando nos últimos 7 anos, por toda a força que me deu junto com sua família para que eu pudesse ter um teto, alimentação, vestuário, e meios para poder estudar e finalizar este curso, muita gente não consegue acessar o ensino superior devido não ter os meios básicos para subsistência, por sentir na pele dia-a-dia aquilo que nós entendemos como “expressões da questão social”, outros que conseguem acessar muitas vezes levam até o dobro ou triplo do tempo para se formar, quando não há evasão. Dado as circunstâncias que a vida me impôs junto à responsabilidade de cuidar de uma mãe que se encontra com deficiência, meu primeiro agradecimento vai para Tina Reinheimer, por acreditar em mim e me amar incondicionalmente e por ter segurado todas as pontas para que eu obtivesse este título, amor, essa conquista também é tua. À minha mãe, que apesar de ter ficado hemiplégica e com uma série de limitações físicas, não perdeu o amor e a ternura pela vida, que mesmo com todas as dificuldades que a permeiam, pouco reclama da vida e serve pra me ensinar sobre o que realmente devemos dar valor.

Além da família, registro aqui meus agradecimentos à todas e todos militantes que tive a honra conviver durante este período, desde o DASS – em especial à Mariana M. Sebastiany que muito me ensinou sobre questão de gênero e machismo, além de ter somado nas duas gestões do diretório que participamos, lutando lado a lado para atender as demandas estudantis do curso na UFSM -, à ENESSO - inicialmente para a Suelen C. Santos que rachou o táxi da rodoviária para a FURB e me deu praticamente toda formação estudantil da ENESSO nesse trajeto e pelo “empurrãozinho” dado pra abraçar essa executiva, a Emilene Barrios, Cássio Tândolo e Tailise Almeida da Unipampa, que sempre estiveram junto durante os espaços de formação com a ENESSO, CRESS-RS e ABEPSS nas horas boas e nas horas ruins, nas convergências e divergências, impasses que colaboraram para esta formação. A gestão “O CRESS somos todos nós” principalmente ao Agnaldo E. Knevez, Rosângela Almeida e Loiva Oliveira pelas oportunidades junto à comissão de formação profissional para construir o 9º e 10º EGAS, além de outros espaços como os Fóruns de Supervisão de Estágio, como não lembrar da Marilene Maia e suas análises coerentes? Oficina Regional da ABEPSS, encontro descentralizado e nacional do conjunto CFESS-CRESS, entre outros.

A Mailiz G. Lusa que enquanto esteve na regional Sul I da ABEPSS foste sempre valorosa companheira de luta, e, carinhosamente aceitou ser avaliadora deste trabalho junto com a Rosilaine C. Guilherme, que juntas não pouparam críticas acerca do trabalho e seu conteúdo, e, de forma fraterna, colocaram suas considerações para ajuste nesta revisão antes de ir a público, claro que não posso deixar de fora a minha orientadora, Laura Fonseca, que acompanhou estágio I e II e teve uma paciência de “Rainha do Nilo” até a conclusão deste trabalho. E os estágios? com notebook estragado fazer todos os trabalhos do semestre e relatórios só possível no Núcleo de Mídia Cultura e Questão Social, junto com a prof. Eliana Cogoy e as demais colegas que muito ouviram minhas preocupações e indignações, além de proporcionar meios para eu fazer meus trabalhos, também foram muitas risadas no núcleo e eu ainda ganhei o livro “Por que gritamos golpe?” no “amiga/o nem tão secreto” que fizemos. Situo também na militância a Letícia Chimini, companheira de debates, desabafos e de produção acadêmica, que mesmo distante se faz próxima em momentos de aflição com esta profissão e seus possíveis caminhos e descaminhos em tempos de barbárie, como também nos momentos que colhemos os frutos da luta dando a mesma força de sempre para seguir em frente. Agradeço também à Luana Filipetto, ex-educadora do Práxis, pela orientação na formatação final deste trabalho dentro das normas da ABNT, esse processo também é trabalhoso e merece crédito.

Para a minha turma, a “IV turma de Serviço Social da UFSM”, pela convivência deste ciclo que se finda dia 12/01/2018 e pela fibra que demonstrou neste processo de formação, nas organizações de aula inaugural, semanas acadêmicas, entre tantos, em especial às meninas que foram da comissão organizadora do 38º ERESS, encontro massivo e tenso que rendeu muitas autocríticas, e me fez olhar pro nosso curso com outros olhos e reconhecer que aqui há braços de luta, os mesmos braços que levantaram bandeiras contra o golpe, expressando-se nas manifestações nas ruas, na maior assembleia estudantil dos últimos 31 anos da UFSM e na ocupação unificada na universidade como resistência e contraposição aos desmontes do governo golpista, tenho muito orgulho de todas e todos envolvidos nessas lutas.

Por fim, agora outros ciclos se abrirão, na vida profissional, mestrados, residências, e nossa turma tem concursadas, tem mestrandas/o e residentes que fazem a diferença, encerro este ciclo de formação grato por tudo que pude viver nesta etapa. Compartilho nestes escritos os resultados da minha pesquisa, que, embora tenha sido um processo individual e solitário junto aos livros e o canto dos grilos madrugadas adentro, não deixa de ser um processo construído coletivamente por cada uma e cada um que pude trocar vivências e experiências. Que sigamos com essa disposição para lutar sem temer, em busca de uma sociedade mais justa e igualitária, Obrigado à todas/os, sigo com a convicção de que o Serviço Social se faz na luta, e vocês fazem parte dela!

Verão 17/18.

## **RESUMO**

### **FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: LEGADO DOS FUNDAMENTOS PARA O SÉCULO XXI E ESTUDO DA FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL NAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS**

**AUTOR: Michael da Costa Lampert**

**ORIENTADORA: Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca**

O trabalho que se apresenta para obtenção de título de bacharel em Serviço Social resulta de processo de pesquisa sob a temática dos Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social brasileiro. Desta forma, buscou-se conhecimento do processo histórico de Serviço Social no Brasil, a partir de estudos ancorados em autores clássicos do Serviço Social, foi possível realizar análise em constituição histórica da profissão desde suas origens até a contemporaneidade, tendo como produto o legado do conjunto dos fundamentos para o século XXI. Referente à este século, considerando o recorte temporal dos anos 2000 a 2017 foi possível analisar 5 documentos oficiais da ENESSO, 17 documentos oficiais do conjunto CFESS-CRESS, além das Diretrizes Curriculares da ABEPSS e artigos contidos no periódico da Temporalis relacionados à temática em total de 5 artigos analisados, com vistas à sistematizar como vem sendo organizada o trato das entidades para com a formação profissional contemporânea. Neste sentido, como arcabouço teórico e metodológico, situa-se o método crítico e dialético de Marx, conjugado à técnicas de pesquisa de estudo e análise de conteúdo documental em caráter exploratório, a fim de ordenar as variáveis qualitativas na estruturação do processo científico. Os resultados demonstraram vasta organização das entidades na defesa da formação profissional, entretanto, a análise quantitativa envolvendo profissionais em exercício e estudantes em formação, demonstram forte tendência à criação de um “exército assistencial de reserva”, como nas palavras de Yamamoto (2015), inferindo que mesmo com vasta organização em nível nacional e regionais, face o volume de profissionais, docentes e discentes envolvidos na categoria do Serviço Social, não se tem clareza até que ponto o projeto profissional se intensifica nos processos de formação profissional e educação permanente. Além de indicar os avanços de uma agenda neoliberal que vem transformando as relações sociais elevando as condições de vida cada vez mais nos rumos da desigualdade, a soma desses fatores representa risco à defesa do projeto profissional. Haja vistas que a conjugação destes elementos, propicia condições que reifica a profissão dentro da organização do modo de produção capitalista, resultando no enfraquecimento da identidade profissional, ao tempo que uma onda neoconservadora se levanta alinhada à interesses da classe dominante, vivencia-se tempos de Estado de exceção não declarado, onde a retaliação dos direitos da classe trabalhadora vem se fazendo constantemente, a conjuntura atual exige posições firmes para resistir e contrapor toda esta lógica de dominação de classe sobre classe, posições que são reafirmadas constantemente nos espaços onde as entidades da profissão se fazem presente.

**Palavras chaves:** Fundamentos do Serviço Social; Entidades representativas; Formação Profissional.

## **ABSTRACT**

### **PROFESSIONAL TRAINING IN SOCIAL SERVICE: LEGACY OF THE FOUNDATIONS FOR THE 21ST CENTURY AND STUDY OF TRAINING AND PROFESSIONAL WORK IN REPRESENTATIVE ENTITIES**

**AUTHOR: Michael da Costa Lampert**

**ORIENTER: Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca**

The work presented to obtain a bachelors degree in Social Work results from a research process under the theme of the Historical, Theoretical and Methodological Foundations of the Brazilian Social Service. In this way, we sought knowledge of the historical process of Social Service in Brazil, based on studies anchored in classic authors of Social Service, it was possible to carry out an analysis in the historical constitution of the profession from its origins to the contemporaneousness, having as product the legacy of the of the foundations for the 21st century. Regarding this century, it was possible to verify 5 official documents of ENESSO, 17 official documents of the CFESS-CRESS set, besides the ABEPSS Curriculum Guidelines and articles contained in the periodical of Temporalis, in order to systematize how the entities have been treated for professional training. The results show a great organization of the organizations in the defense of professional training, however, the quantitative analysis involving practicing professionals and students in training, show a strong tendency towards the creation of a "reserve care army", as Iamamoto (2015) put it. which leads to the deduction that even with a large organization at national and regional level, given the volume of professionals, teachers and students involved in the category of Social Work, it is unclear to what extent the professional project intensifies in the professional training processes and education. In addition to indicating the advances of a neoliberal agenda that has been transforming social relations, raising living conditions more and more in the direction of inequality, the sum of these factors represents a risk to the defense of the professional project, given that the combination of these elements, which reifies the profession within the organization of the capitalist mode of production, resulting in the weakening of professional identity, while a neoconservative wave rises in line with the interests of the ruling class, there are times of state of undeclared exception, where the retaliation of the the current conjuncture demands firm positions to resist and counter all this logic of class domination over class, positions that are constantly reaffirmed in the spaces where the entities of the profession are present.

**Keywords:** Fundamentals of Social Service; Representative bodies; Professional qualification.

## LISTA DE SIGLAS

ABAS – Associação Brasileira de Assistentes Sociais

ABESS – Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

AC - Acre

AI – Ato Institucional

AL – Alagoas

ALAEITS – Associação Latino Americana de Ensino e Pesquisa em Trabalho Social

AM – Amazonas

ANDES-SN – Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior

ANEPS – Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde

AP – Amapá

BA - Bahia

CA – Centro Acadêmico

CE – Ceará

CN – Coordenador/a Nacional

CR – Coordenador/ Regional

CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CBCISS – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercambio em Serviço Social

CEAS – Centro de Educação em Ação Social

CEDEPS -

CFAS – Conselho Federal de Assistentes Sociais

CFE – Conselho Federal de Educação

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CONESS – Conselho Nacional de Entidades de Base de Serviço Social

CORESS – Conselho Regional de Entidades de Base de Serviço Social

CRAS – Conselho Regional de Assistentes Sociais

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

DA – Diretório Acadêmico



DC – Desenvolvimento de Comunidade

DF – Distrito Federal

EAD – Ensino a Distância

ELESS – Encontro Local de Estudantes de Serviço Social

ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

ENESS – Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social

ERESS – Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social

ES – Espírito Santo

EUA – Estados Unidos da América

FAETS – Federação Argentina de Estudantes de Serviço Social

FENEX – Fórum de Executivas e Federações de Cursos

FENTAS – Fórum Nacional das Entidades de Trabalhadores da Área de Saúde

FESSS – Fórum Estadual de Supervisão de Estágio em Serviço Social

FHTM – Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos

GT – Grupo de Trabalho

GTP – Grupo Temático de Pesquisa

GO - Goiás

HAC – Homens da Ação Católica

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira

JCB – Juventude Católica Brasileira

JEC – Juventude Estudantil Católica

JFC – Juventude Feminina Católica

JOC – Juventude Operária Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

LFAC – Liga Feminina de Ação Católica

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LDB – Lei de Diretrizes de Base

LGBTT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

MA – Maranhão

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MESS – Movimento Estudantil de Serviço Social

MG – Minas Gerais

MT – Mato Grosso

MS – Mato Grosso do Sul

PA – Pará

PB - Paraíba

PE - Pernambuco

PEN – Planejamento Estratégico Nacional

PER – Planejamento Estratégico Regional

PEP – Projeto Ético Político

PI – Piauí

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PR – Paraná

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

PUCSP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUCMG - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

RN – Rio Grande do Norte

RO – Rondônia

RR - Roraima

RU – Restaurante Universitário

RS – Rio Grande do Sul

SC – Santa Catarina

SE - Sergipe

SESSUNE – Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social da União Nacional de Estudantes

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior

SLETS – Seminário Latino Americano de Trabalho Social

SNFPMESS – Seminário Nacional de Formação Profissional do Movimento Estudantil de Serviço Social

SRFPMESS – Seminário Regional de Formação Profissional do Movimento Estudantil de Serviço Social

SP – São Paulo

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

TO - Tocantins

UEL – Universidade Estadual de Londrina

UFA – Unidade de Formação Acadêmica

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNISINOS – Universidade do Vale do Sinos

UNE – União Nacional dos Estudantes

VER-SUS – Vivências e Estágio na Realidade do Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO DO TRABALHO.....</b>	<b>13</b>
<b>2. FHTM DO SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE EM CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA E DEFINIÇÕES DA ATUALIDADE.....</b>	<b>21</b>
2.1 FHTM do Serviço Social e o prelúdio da profissão no Brasil: influencias pioneiras advindas da formação europeia e norte americana.....	24
2.2 Para além do prelúdio: instauração do Serviço Social, a intenção de ruptura com o conservadorismo e a construção de uma nova identidade profissional .....	34
2.3 Movimento de reconceituação no brasil e a consolidação profissional no século XX.....	48
<b>3. SÉCULO XXI E LEGADO PARA A FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL.....</b>	<b>66</b>
3.1 Estudo de deliberações da ENESSO: MESS e formação profissional.....	74
3.2 A organização da ABEPSS: formação em Serviço Social.....	80
3.3 Breve estudo de deliberações do conjunto CFESS-CRESS: formação profissional.....	84
3.4 Entidades e expressões de resistência: defesa coletiva de um projeto profissional crítico em tempos de Estado de exceção não declarado.....	89
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>101</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>107</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>114</b>

## 1. APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como escopo constituir subsídios sobre a temática dos Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos (FHTM) do Serviço Social no Brasil. A escrita que sucede resulta de pesquisa debruçada na temática dos fundamentos da profissão, intitulada como “formação profissional em Serviço Social: legado dos fundamentos para o século XXI”. O trabalho aqui desenvolvido busca elucidar o papel da/o assistente social do século XXI, captando em seu processo de pesquisa a relação entre os fundamentos do Serviço Social com a direção dada pelas entidades representativas da categoria em cenário brasileiro. Estudo de relevância para situar a história da trajetória do Serviço Social brasileiro como profissão, reconhecendo os aspectos materiais, portanto, reais, que consolidam a identidade profissional e quais as sendas deixadas pelos fundamentos da profissão à formação e trabalho no século XXI.

A aproximação com a temática se dá pela aproximação do autor com as entidades representativas da categoria do Serviço Social brasileiro, que articuladas em níveis regionais e nacional direcionam a categoria do Serviço Social (constituída por profissionais, docentes e discentes) para um projeto de sociedade que não condiz com a realidade que temos na sociedade capitalista.

Neste espaço o Serviço Social brasileiro vem dialogando e se apropriando do debate intelectual contemporâneo no âmbito das ciências sociais do país e do exterior. Também, neste espaço, o Serviço Social brasileiro desenvolveu-se na pesquisa acerca da natureza de sua intervenção, de seus procedimentos, de sua formação, de sua história e, sobretudo, acerca da realidade social, política, econômica e cultural onde se insere como profissão na divisão social e técnica do trabalho. Avançou na compreensão do Estado capitalista, das políticas sociais, da cidadania, da democracia, do processo de trabalho, da realidade institucional e de outros tantos temas [...]. (YAZBEK, 2009, p. 152).

Reconhecendo as entidades da categoria, que na imagem do conjunto do Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS-CRESS), da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO), na atualidade, traduzem a luta por uma identidade profissional alinhada aos interesses da classe trabalhadora, que atenta às contradições impostas pelo modo de produção vigente que alavanca cada vez mais as expressões da questão social (objeto de estudo/intervenção e trabalho da/do assistente social) e o acirramento de interesses de classes. Contudo, a problemática aqui levantada reconhece que as lutas travadas não

garantem que a formação crítica se estabeleça em sua plenitude. Nessas circunstâncias, além da luta, conceber conhecimento científico da história, torna-se essencial em tempos que a sociedade urge por profissionais capazes de atendê-la em sua totalidade de forma crítica e com propósito de trabalho voltado à emancipação humana.

Isso posto, o tema abordado reporta-se ao resgate da profissão em sua constituição histórica no Brasil com vistas a compreender o legado do Serviço Social para a contemporaneidade, como também à investigação de documentos deliberativos das entidades do Serviço Social a partir dos anos 2000 até o presente momento – 2017 -, considerando esta demarcação o espaço temporal palpável do séc. XXI, onde o Serviço Social vem formando profissionais que se inserem no mundo do trabalho na sociedade brasileira. A pertinência do tema pesquisado visa intensificar a reflexão sobre a identidade profissional que temos na atualidade e como se mobilizam as entidades representativas na defesa do Serviço Social brasileiro.

A concepção de mundo adotada na pesquisa realizada se orienta pela luz do materialismo histórico e dialético, no entendimento que “a apreensão do significado que as formas de reprodução da vida têm para a existência humana representa a grande formulação do materialismo dialético para a compreensão da história e da consciência humana” (SADER, 2007, p.14). A análise materialista dialética pode propiciar a apreensão da realidade e suas condições objetivas e subjetivas em movimento, pois, “a cada estado de desenvolvimento das formas de produção material da sua existência correspondem formas específicas de estruturação social, além de valores e formas de apreensão da realidade” (SADER, 2007, p.14), condições que revelam o sentido dialético do tema ora pesquisado, bem como o cuidado no trato dos materiais de estudo e as reflexões que destes se concretizam na estrutura deste trabalho.

Ao considerar as condições materiais da história em movimento e a forma como dela decorrem as relações sociais e consciência, a tomada de consciência da realidade levou à formulação do problema pesquisado. Neste sentido, “[...] a delimitação do problema significa um encaminhamento com maior clareza da teoria que alimenta o esforço do pesquisador. É na formulação do problema que a concepção teórica ficará mais claramente estabelecida” (BALDISSERA, 1998, p.102). Logo, ao clarificar leitura nas teorizações referentes à temática de pesquisa, foi possível organizar o caminho a ser percorrido no processo de investigação.

O caminho da pesquisa percorrido persistiu em elucubrar às questões norteadoras desta investigação, desta forma, tais questões se explicitam neste trabalho em forma de tópicos, apresentando-se em três etapas centrais de análise acerca da temática dos fundamentos: 1.

análise em constituição histórica e definições da atualidade; 2. compreensão de sociedade e matriz teórica marxista; e 3. De que forma o Conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO vem afinando os fundamentos do Serviço Social em suas ações no século XXI?

O primeiro capítulo deste trabalho condensa resultados de pesquisa orientados pelos dois tópicos iniciais. Elementos que consistem no trato de realizar resgate do significado dos FHTM para o Serviço Social brasileiro, de forma ampla que demonstre seu processo de desenvolvimento desde sua instituição até a atualidade. O caminho galgado buscou dimensionar como o conjunto dos fundamentos se consolidam para o Serviço Social a partir do início do séc. XXI, com vistas a reconhecer as balizas teóricas e metodológicas que medeiam os fundamentos com o mundo do trabalho dos assistentes sociais e seus antecedentes.

O segundo capítulo resulta de estudo documental das deliberações das entidades representativas, considerando que os encontros promovidos pelas entidades propiciam a atualização da conjuntura histórica, política e social do cenário brasileiro, a análise sistemática busca identificar os traços dos fundamentos do Serviço Social em consonância com a materialização da direção dada pelas entidades à profissão no trato do eixo da formação e trabalho profissional.

Por fim, nas considerações finais a argumentação sustentada reconhece que este trabalho não esgota a temática pesquisada, trazendo apontamentos com vistas a contribuir com o tema pesquisado, sintetizando de forma coerente com o Projeto Ético Político (PEP) da profissão as limitações do tempo atual face o processo de crise que o país vem vivenciando em um Estado de exceção não declarado. Esta etapa trata de contrapor o legado dos fundamentos da profissão ao projeto societário arbitrário que vem sendo conduzido pelo cenário político econômico brasileiro, que, mais do que nunca vem se estruturando em cima do esfacelamento da classe trabalhadora em detrimento dos interesses econômicos da classe dominante. Tal argumentação faz interlocução com resultados da realidade em movimento, apreendida durante processo de pesquisa.

Para alcançar os objetivos propostos, o presente trabalho iniciou sua formulação partindo da inquietação em identificar qual a influência que o conjunto dos Fundamentos legaram aos assistentes sociais no século XXI? Neste sentido, o problema de pesquisa ora apresentado constitui-se em empreender esforços na problematização acerca da relação entre a base de formação profissional e sua organicidade na intervenção profissional, no mundo do trabalho, reconhecendo ou não sua relação da prática cotidiana atrelada aos fundamentos.

Segundo Baldissera:

Antes de iniciar qualquer atividade de pesquisa é necessário formular o problema de pesquisa, que o pesquisador de certa forma já sente-se questionado por este, por ser envolvido direta ou indiretamente com a realidade, que apresenta uma situação que exige e precisa ser esclarecida. A problematização que se faz é a interrogação sistemática da realidade, da teoria e da prática científica. É essa que orienta, que define e explica o próprio objeto de pesquisa (BALDISSERA, 1998. P.102).

Embora o conjunto dos FHTM do Serviço Social seja amplo e complexo, partindo da premissa que a temática abordada trata de conduzir o que fundamenta está profissão, incorporando o acúmulo histórico, teórico, prático e político que apreendem condições reais da realidade posta, dando concretude para sua realização. A principal inquietação pelo tema suscitou a seguinte questão: de que forma o CFESS, ABEPSS e a ENESSO vem orientando a formação profissional em Serviço Social no séc. XXI com base nesses fundamentos? E, para além da orientação, como está se conjugando na direção dada pelas entidades representativas em suas práticas?

No entendimento de que: “um problema decorre, portanto, de um aprofundamento do tema. Ele é sempre individualizado e específico [...] (DESLANDES, 2002, p.38), a pesquisa aqui avança o tema supracitado dimensionando duas variáveis, a primeira que busca compreender a orientação das entidades, e a segunda que verifica a prática dessas orientações conjugadas com os fundamentos em Serviço Social.

Baldissera ainda faz o seguinte destaque: “Só existe objeto de pesquisa (objeto de desconhecimento) quando não há resposta prévia a um problema do conhecimento ou a resposta dada, não é suficiente (2002, p. 105)”, Neste sentido, durante “fase exploratória de pesquisa” (MINAYO, 2002, p. 26), em análise da tese de doutoramento de Closs (2015), identificou-se que o tema “fundamentos do Serviço Social” tem uma produção escassa acerca da temática, de acordo com os resultados:

A presente tese sistematiza estudo sobre os Fundamentos do Serviço Social com base na teoria social marxista, analisando como estes se constituem e se expressam na produção de conhecimento da área, em suas dimensões conceituais e mediações no campo da formação e do exercício profissional. Foi desenvolvida a partir de pesquisa quanti-qualitativa que analisou as produções publicadas em 11 periódicos da área nas últimas duas décadas (1993 a 2013), totalizando 2031 artigos revisados, conformando um banco de dados composto por 324 artigos que possuem descritores temáticos relacionados aos Fundamentos do Serviço Social. Verificou-se que a produção que aborda diretamente os Fundamentos é bastante diminuta não atingindo 1% das publicações dos periódicos (0,49%) e que a totalidade de artigos que tratam de temáticas relativas aos Fundamentos também é reduzida (15,91%). O conjunto dos dados quanti-qualitativos obtidos na pesquisa evidenciam que há uma predominância da abordagem dos Fundamentos através da ênfase para a historicidade e o trabalho profissional, eixos que concentram o maior universo quantitativo de produções,



seguidas das produções sobre teoria/método/marxismo e questão social (CLOSS, 2015, p.7).

Nesse contexto, a proposta ora apresentada busca adensar a temática buscando nitidez acerca da prática das entidades representativas do Serviço Social brasileiro ancoradas nos fundamentos que as regem, em especial nesta fase histórica inicial do século XXI. Assim, tendo relevância para a produção da área, considerando que o escopo da pesquisa carrega teor analítico de documentos oficiais de espaços deliberativos das entidades apresentadas correlacionando-os aos fundamentos do Serviço Social, condensando o objeto de pesquisa em seu aspecto totalizante, a proposta apresentada demonstra-se substancial para a área temática, até então diminutamente examinada, como demonstra a tese de Closs (2015).

Mediante o exposto, o objetivo geral deste trabalho almeja explicar o legado dos fundamentos do Serviço Social para o séc. XXI, extraindo de seu significado histórico e material, formas que identifique como as entidades representativas do Serviço Social brasileiro vem dando conta de seu legado para a prática profissional no cotidiano. Com base na aproximação junto às entidades da categoria que propiciaram intensos debates sobre a formação profissional e o mundo do trabalho do assistente social, o processo de pesquisa acerca do legado deixado pelos fundamentos à formação profissional que envolve o Serviço Social no séc. XXI aqui realizado é balizado pelo conjunto dos FHTM do Serviço Social brasileiro. Ancorado em autores com publicações relevantes na área pesquisada, a base de argumentação aqui adotada almeja sustentar a importância da consciência acerca desses fundamentos para a identidade profissional dos assistentes sociais.

Em contexto histórico onde às investidas do capital em tempos de avanços do neoliberalismo e reascensão do conservadorismo demonstram riscos à formação profissional, reconhece-se que atualmente esta identidade profissional com norte crítico e base metodológica marxista não está imune aos desdobramentos ideológicos nesse tempo histórico. Neste sentido, a compreensão destes desdobramentos exige investigação e aprofundamento, Minayo destaca que:

A busca de compreensão do campo científico que nos é pertinente, já trilhado por antecessores e contemporâneos, nos alça a membros de sua comunidade e nos faz ombrear, lado a lado com eles, as questões fundamentais existentes, na atualidade, sobre nossa área de investigação. Ou seja, a teoria não é só o domínio do que vem antes para fundamentar nossos caminhos, mas é também um artefato nosso como investigadores, quando concluímos, ainda que provisoriamente, o desafio de uma pesquisa (MINAYO, 2002, p.20).

Ressalta-se que o desafio da pesquisa aqui assumido, além de alçar caráter de estudo exploratório em autores que tratem da temática do conjunto dos fundamentos profissionais, também analisa documentos do conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO, oriundos dos encontros deliberativos que as entidades organizaram neste início de séc. XXI, dando entoação das vivências empíricas às dimensões teóricas aqui defendidas, “a teoria é construída para explicar ou compreender um fenômeno, um processo ou um conjunto de fenômenos e processos. Este conjunto citado, constitui o domínio empírico da teoria, pois esta tem sempre um caráter abstrato” (MINAYO, 2002, p.18). Neste sentido, em conformidade ao pensamento de Marx e Engels, Sader coloca que:

O exercício do método que enunciam, ainda incipientemente, não se limita à desmistificação de ideias equivocadas sobre a realidade, mas propõe a pesquisar as condições que permitem que essas ideias existam e tenham tanta preponderância. Há um debate do plano das ideias puras para o da realidade concreta em que elas são geradas (SADER, 2007, p. 13).

No lastro de “pesquisar as condições que permitem que essas ideias existam”, frisa-se que o quadro teórico analisado resguarda-se à subsidiar a reflexão acerca dessas condições. Faculta-se à este modo de organização metodológica para contemplar os objetivos deste trabalho, no intuito de descortinar o objeto de pesquisa e apresentar resultados coerentes com a metodologia adotada.

Os procedimentos metodológicos consistem em abranger um conjunto de técnicas para dar delineamento de como foi desenvolvida a pesquisa. Explicitando as ações desenvolvidas de forma detalhada, esmerando-se na combinação de componentes capazes de efetivar a conjunção das técnicas aqui utilizadas.

Isso posto, a pesquisa aqui elaborada do tipo exploratório vem a se utilizar dos seguintes procedimentos metodológicos:

- revisão bibliográfica de materiais indicados no quadro teórico, indo ao encontro do tema de pesquisa;
- pesquisa bibliográfica e documental, recorrendo à internet na forma on line, para coleta dos referenciais;
- exploração documental e bibliográfica prévia (com sistematização em tabelas de análise), para organizar as informações em blocos de análise;
- técnica de análise de conteúdo, para decodificar as informações e realizar inferências em vínculo com a matriz teórico-metodológica;

- Ordenação quanti-qualitativa do material analisado, tendo em vista que o estudo se debruça nas deliberações dos relatórios dos encontros das entidades, afinando-os à matriz teórica da pesquisa, expressando o resultado da conjugação dos materiais analisados;

Bardin, situa o seguinte:

O objetivo da análise documental é a representação condensada da informação para consulta e armazenamento; o da análise de conteúdo é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo) para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade. (BARDIN, 2011, p. 52).

Para contemplar as técnicas de pesquisa combinadas, também recorreu-se à perspectiva apontada por Prates e Prates (2009), elucidando que: a análise documental não pode ser reduzida a uma pesquisa bibliográfica, pois este tipo de análise é mais abrangente, trabalhando o documento em profundidade sob a ótica do tema de estudo onde as técnicas de análise documental e de conteúdo embora diferentes são complementares, sendo especialmente relevante a segunda para a efetivação da primeira.

A síntese da pesquisa aqui realizada se estabeleceu em procedimentos metodológicos que combinam técnicas de análise ao fim de buscar os objetivos do trabalho. Considerando que de acordo com a revisão acerca da temática há o indicador de que com esta metodologia, é possível verificar as ações das gestões do CFESS e ABEPSS dos anos 2000 até o presente momento estudando como a base de representatividade do CFESS, ABEPSS e ENESSO vem conduzindo as deliberações sobre a formação profissional e seus fundamentos. Todavia, enquanto a ENESSO dispõe de materiais limitados da organização do movimento estudantil, a pesquisa documental se debruçará sobre os cadernos de deliberações e estatuto ainda em vigência da ENESSO, com enfoque no eixo de formação profissional. Da ABEPSS, por não ser limitado os relatórios de gestões e dos encontros promovidos, a análise se dará nos balanços de gestões publicados nas revistas *Temporalis*. Quanto ao CFESS, será aprofundada a análise nos relatórios dos encontros nacionais do conjunto CFESS-CRESS, verificando as deliberações das entidades, percorrendo e identificando as ações concretas direcionadas para a formação e trabalho profissional no séc XXI, constatando ou não como as categorias centrais dos fundamentos se expressam nas ações das entidades.

A hipótese sustentada é de que se na produção do conhecimento da área a revisão prévia identificou que quando se trata do tema “fundamentos do Serviço Social”, boa parte da produção não atende fidedignamente o tema abordado em seu teor (aspectos, históricos, teóricos e metodológicos), supõe-se que o tema não está sendo abordado em sua plenitude nas ações das

entidades representativas ou, que esta abordagem seja exígua, não alcançando o quantitativo de estudantes em formação e profissionais em exercício e educação permanente. Isso posto, o processo metodológico aqui elaborado pretende investigar o objeto e trazer de forma expositiva o prognóstico nos resultados de pesquisa.

Portanto, de acordo com Prates (2012) a pesquisa busca situar que “Sujeitos, realidades e fenômenos são constituídos por elementos temporais, por exemplo, cuja identificação e reconhecimento são essenciais para que possamos explicar as suas transformações em diferentes estágios, que manifestam qualidades distintas” (PRATES, 2012, p.117). Desta forma, a autora ainda pontua que: “a escolha do método pressupõe valores, mas o método escolhido aporta do mesmo modo valores; na verdade, importa reconhecer a centralidade dos valores, que dão sentido às investigações e práticas (PRATES, 2012, p.118).

Estabelecendo o método de Marx como balizador, a leitura da realidade organizada no processo metodológico instituído busca descortinar a problemática em torno do objeto de pesquisa. Segundo Prates (2012), o método considera a totalidade, assim sendo:

A expressão do real se manifesta e se constitui por elementos quantitativos e qualitativos, objetivos e subjetivos, particulares e universais, intrinsecamente relacionados. Sua separação pode se efetivar apenas para fins didáticos, contudo, ao analisarmos o movimento ou a “vida da realidade”, para usar uma expressão de Lefebvre (1991), é necessário reconhecermos que todos estes aspectos precisam ser interconectados para que a explicação contemple o fenômeno como unidade dialética e tenha, portanto, coerência com o próprio método (2012, p. 117).

Desta forma, neste processo de pesquisa aqui trilhado, vem no intuito de alcançar os objetivos deste trabalho de conclusão de curso. As opções aqui definidas implicam em constituir subsídios que dimensionem à reflexão em torno do objeto considerando as variáveis que o determinam. Almeja-se garantir a cientificidade do trabalho frente ao processo de estudo, que à luz do materialismo histórico e dialético, pretende-se assentar no método as orientações para compreender o caminho percorrido no processo de pesquisa, trazendo seus resultados em forma de monografia com vistas a colaborar com a produção da área temática.

## **2 FHTM DO SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE EM CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA E DEFINIÇÕES DA ATUALIDADE**

Compreender os rumos do Serviço Social na contemporaneidade requer o esforço de buscar o conhecimento sobre seu histórico, sua origem, de onde veio e para onde vai, ou, reconhecendo as palavras proferidas de Raquel Santana que: “[...] nós não estamos partindo do nada, nós temos um legado histórico [...]” (ABEPSS, 2016)<sup>1</sup>. Ao enaltecer a importância histórica da profissão, esta fala nos impulsiona a galgar pelos caminhos que passamos, para conceber de forma definida o significado sócio histórico da profissão. O capítulo que ora se estrutura, almeja trazer à luz sob o método dialético<sup>2</sup> seu significado histórico deste legado para a profissão no Brasil e, para além da concepção histórica, realiza-se uma interlocução intelectual e política acerca dos fundamentos do Serviço Social e dos conceitos teóricos e metodológicos inerentes no desenvolvimento deste processo da história da profissão no cenário brasileiro.

O esforço aqui empreendido busca condensar conhecimento apoiando-se na análise de conteúdo das referências bibliográficas alcançadas, meios que visam desvelar as nuances da profissão no Brasil, reiterando que aqui “a análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça” (BARDIN, 2011, p.50), no intuito de desvelar o objeto ora em foco para pautar suas categorias analíticas com vistas à promoção de reflexões sobre o conteúdo exposto, entende-se que:

Os documentos expressam discursos, normativas, sentidos atribuídos, regras, conceitos (ora explicitados, ora vagos) pressupostos, delimitações, valores, descrições de fatos, enfim uma infinidade de elementos que permitem complementar a análise de processos ou mesmo constituir-se em fontes únicas para algumas investigações de extrema relevância (PRATES; PRATES, 2009, p. 114-115).

---

<sup>1</sup> Entrevista cedida para a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social no Documentário “ABEPSS 70 anos” (2016, 93min).

<sup>2</sup> O “método dialético” de Marx, alça-se na forma de como se compreende o mundo a partir da realidade em movimento, com base naquilo que é material, palpável e nas relações que emergem da materialidade analisada, nas palavras do próprio Marx, o método dialético “[...] por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento – que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de ideia, - é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, o contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado” (Marx, 1873 em crítica da economia política).

Analisar a importância da constituição histórica e os desdobramentos que definem o Serviço Social como profissão na contemporaneidade, significa trazer à luz elementos de interpretação histórica das principais forças determinantes na origem e evolução do Serviço Social brasileiro (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). O escopo desta análise almeja situar a história do Serviço Social em seu próprio tempo ao fim de conhecer o passado e fazer a reflexão no presente em torno do conjunto dos fundamentos da profissão. A análise, ora apresentada, opera de acordo com o método dialético-crítico, alçando [...] a profundidade da pesquisa intrinsecamente relacionada e direcionada para a realidade social e para as ações concretas com vistas à sua transformação (PRATES, 2016, p. 108).

O propósito que induz esta análise é reunir subsídios para trazer à luz a importância dos fundamentos da profissão para a atualidade, que, no lastro da história brasileira vem constantemente se reformulando para dar respostas às múltiplas expressões da “questão social”<sup>3</sup>. Categoria de análise formulada e centrada como objeto de intervenção profissional, articulada à totalidade<sup>4</sup> social que vivemos para desmistificar o nosso propósito profissional, que pela via do trabalho, teoria, história e método, medeia as relações sociais na sociedade.

Este lastro histórico em momentos distintos põe a categoria profissional à trabalho da classe burguesa para manutenção do modo de produção capitalista, que hoje, dispõe de artimanhas para cooptar e explorar o trabalho a partir da mundialização financeira, orientado-se por uma ótica neoliberal na condução de sua organização em torno da mercadoria<sup>5</sup> e da própria especulação financeira em torno do capital.

---

<sup>3</sup> A questão social compreende a correlação de forças antagônicas e as relações sociais que delas emergem. Ao situar a profissão dentro da sociedade de classes, Iamamoto (2015) coloca a questão social como fio condutor das expressões que dela se desdobram, se, por um lado há acumulação de capital e concentração de riquezas na mão de poucos, noutro, há as desigualdades, a pobreza, a falta de bens essencialmente básicos como alimentação, vestuário, condições dignas de saúde, educação, habitação, entre tantas outras. Essas expressões sob ótica macroscópica localiza a organização da sociedade a partir da categoria trabalho, movimentando o modo de produção a partir da circulação de mercadorias e as formas como se estabelecem as relações sociais, onde emerge o conflito entre capital e trabalho, caracterizado pela expropriação coletiva da força de trabalho e lucros privatizados dos bens socialmente produzidos, seja em formas de mercadorias, seja em formas de serviços e outras relações.

<sup>4</sup> A “totalidade” refere-se à uma categoria de análise, significando que (...), de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas (LUKÁCS, 2013, p. 240).

<sup>5</sup> Para caracterizar a mercadoria, pode-se entender que trata-se de um objeto externo ao homem, resultado de trabalho dispensado em sua elaboração ao fim satisfazer necessidades humanas, tanto material, quanto espiritual. Ao satisfazer as necessidades humanas, a mercadoria atende a um “valor de uso” e, indo além, ela pode obter um “valor de troca”, sendo “uma unidade que sintetiza valor de uso e valor de troca” (NETTO; BRAZ, 2012, p.93). Unidade que estabelece relações sociais em múltiplas esferas de acordo com sua variação – uso ou troca – transformando além da natureza e realidade concreta, as formas de relações sociais.

Ótica neoliberal<sup>6</sup> que se assenta na expropriação de recursos naturais, humanos e dos meios de produção essenciais para a sobrevivência da humanidade, traduzindo em múltiplas esferas de organização da vida social um veio conservador e reacionário inexorável, constantemente colocando em xeque a classe trabalhadora que gradualmente vai tendo reprimida suas demandas básicas, cristalizando a questão social com a qual trabalha as/os assistentes sociais. De acordo com Yamamoto:

A mundialização financeira, em suas refrações no país, impulsiona a generalização das relações mercantis às mais recônditas esferas e dimensões da vida social, que afetam transversalmente a divisão do trabalho, as relações entre as classes e a organização da produção e distribuição de bens e serviços. Ela espraia-se na conformação da sociabilidade e da cultura, reconfigura o Estado e sociedade civil, redimensionando as lutas sociais. O resultado tem sido uma nítida regressão aos direitos sociais e políticas públicas correspondentes, atingindo condições e relações sociais, que presidem a realização do trabalho profissional. (IAMAMOTO, p.21, 2015).

Tais refrações da mundialização financeira aqui expressas, sustentam-se neste veio conservador, e exige do Serviço Social uma tomada de posição na defesa intransigente dos direitos humanos pautados na liberdade como valor ético central, centrados pelo projeto profissional que se constitui na contramão desta ordem. Ao tempo que o Estado direciona comportamentos que dilaceram os direitos civis, políticos, trabalhistas, sociais e humanos até então conquistados, na contracorrente desses desmontes vemos o redimensionamento das lutas sociais, cabendo a categoria profissional reafirmar as estratégias de enfrentamentos junto à classe trabalhadora neste cenário que se edifica no Brasil, tendo como pano de fundo a luta de classes cerceada pelas crises do capital.

Contudo, a profissão que ora se apresenta para o ofício no mundo do trabalho contemporâneo, passou por diversas transformações em sua existência, redefinindo a identidade que a justifica na atualidade. O que nos remete a olhar de forma panorâmica estes momentos distintos, a fim de identificar os dilemas do passado e seus processos sócio históricos de superação, ao fim de reafirmar, resistir e elaborar estratégias necessárias enquanto categoria profissional, antagônica à lógica de organização do modo de produção capitalista, firmando-se

---

<sup>6</sup> De acordo com Faleiros (2013) [...] na ótica neoliberal, o sistema de garantia de direitos deve ser ‘desregulamentado’, ou seja, desfeito, desmantelado, para que o indivíduo sobreviva com seus recursos, sem a proteção social pública. Os recursos públicos estão sendo privatizados e o financiamento dos novos fundos não tem mais responsabilidade pública. Trata-se da implementação de uma ideologia da responsabilização do indivíduo, segundo a qual, se não conseguir competir deve viver como ‘pária’, como excluído. Como há menos condições de competição nos indivíduos, ou porque as condições do capitalismo sejam cada vez mais exigentes ou porque haja mais exclusão, a consequência desse processo é a produção cada vez maior de párias sociais (2013, p.51).

sob o método do materialismo histórico e dialético desferindo luzes à prática profissional que, por meio do trabalho, tem condições reais de transformar a realidade.

## **2.1 FHTM do Serviço Social e o prelúdio da profissão no Brasil: influências pioneiras advindas da formação europeia e norte americana**

Recorrer à leitura do processo histórico é atividade fundamental para entender como o Serviço Social foi concebido no território brasileiro. O marco historiográfico aponta que o Serviço Social dá seus primeiros passos no Brasil na década de 1930, tendo sua orientação direcionada pela Igreja – que aqui podemos entender como a fundamentação teórica da profissão para aquele tempo – sustentando a prática da “caridade”, propondo um “método” de intervenção do Serviço Social diferenciado da atualidade, prática que partia do pressuposto da “ação social” para atender as diversas demandas que hoje compreendemos como expressões da “questão social” (AGUIAR, 1995). Esse resgate dos primeiros passos da profissão no Brasil permite uma forma de analisar como operava a metodologia do Serviço Social em seus fundamentos, que, seguindo a linha de raciocínio de Yamamoto (2011), significa que:

Pensar o estatuto da metodologia no Serviço Social implica, pois, num primeiro momento, indicar elementos que, possam definir o significado da profissão na sociedade. É necessário por um lado, explicar historicamente as determinações sociais que a qualificam na divisão social do trabalho e que atribuem a esse tipo de trabalho na sociedade algumas peculiaridades. Por outro lado, é importante também recuperar e elucidar as raízes teóricas das quais o Serviço Social é caudatário, que vêm informando a maneira de ler a sociedade e de ler a profissão nessa sociedade. Ou seja, é importante detectar os fundamentos e a crítica dos modos de pensar a profissão historicamente incorporados e que se encontram estreitamente imbricados à herança intelectual e cultural do pensamento social na modernidade, especialmente na sua vertente conservadora e positivista (IAMAMOTO, 2011, p.173).

Face ao exposto, esta concepção de uma prática alinhada à caridade carregada pela profissão se dá pelas ações de assistência prestadas aos pobres, baseadas em ações que visavam a distribuição de alimentação e roupas para os pobres, as “damas da caridade”, geralmente mulheres da alta sociedade vinculadas à acumulação de riquezas e propriedades, eram quem faziam essas ações – Mais tarde cedendo espaço para as filhas da classe média e/ou trabalhadores urbanos (ESTEVÃO, 1984). Este processo deu à profissão uma imagem atrelada à caridade, ideia que é reproduzida até os dias de hoje pelo senso comum, ao achar que assistentes sociais são trabalhadoras/es que só servem para dar cestas básicas, arrecadar doações



e, como muito se escuta do mesmo senso: profissional que serve pra lidar com problema de pobre.

A expressão de caridade se originou com a solidariedade católica da Igreja, ação que passou a se expressar de forma ampliada desde que o capitalismo e a industrialização passou a se instalar e desenvolver suas forças produtivas na sociedade. Assim, cabia ao Estado o dever político de ministrar os lucros e progredir a industrialização (arrecadando tributos, e praticando do seu uso legítimo da força para manter a ordem social e desenvolvimento econômico), enquanto a Igreja mantinha a ordem moral, que, nas palavras de Estevão:

Estado e Igreja vão dividir tarefas: o primeiro impõe a paz política (e com toda a violência necessária), a Igreja, ou melhor, as Igrejas (Católica e Protestante) ficam com o aspecto social: trata-se de fazer caridade. A justificativa é a necessidade de todos praticarem o bem, portanto os ricos precisavam cumprir seus deveres com os pobres. Era uma preocupação com o indivíduo. O modo pelo qual se pensava resolver os problemas sociais era pela “reforma dos costumes” ou “reforma social” de cada um. Toda a assistência social nesta época é feita de forma não sistemática, sem qualquer teorização a respeito, além de vagas justificativas religiosas e ideológicas (ESTEVIÃO, 1984, p.11).

Devido ao fato das desigualdades já figurar em um problema social existente, a Igreja, por meio da caridade, buscava por voluntariado para ajudar os pobres e necessitados, enquanto mediava as condições de vida precarizada dos pobres buscando solução para o problema na caridade. A burguesia, seguindo o princípio moral da Igreja atendia as necessidades dos menos abastados, agindo em prol da caridade almejando bênçãos divinas, as promessas baseadas em crenças religiosas reforçavam que a burguesia estaria cumprindo com sua parte e assim seria um bom exemplo à sociedade de acordo com a moral religiosa. Conforme destaca Castro (2011), as encíclicas papais – formuladas dentro da Igreja para nortear a sociedade - eram documentos norteadores do comportamento e da moral, que enalteciam aqueles que praticavam a caridade:

Mereceis, pois, todo louvor, assim como todos estes valiosos cooperadores, clérigos e seculares, que nos dão alegria com sua participação conosco nos afazeres cotidiano desta grande obra. São os nossos amados filhos, inscritos na Ação Católica, que compartilham conosco, de maneira especial, o cuidado da questão social, que compete e corresponde à Igreja enquanto instituição divina. (CASTRO, 2011, apud Quadragésimo ano, 1977, p. 73).

Embora a burguesia tivesse em si traços influentes da Igreja, a assistência historicamente prestada por ela – intensificada a partir da revolução industrial - não havia nenhum fundamento teórico-metodológico que desse concretude a uma ação técnica, as ações consistiam na caridade voltada ao campo social, ou seja, não teria de forma clara uma divisão sócio técnica do trabalho

pra lidar com essas demandas e sim o impulso caridoso, a coerção da Igreja e a boa vontade das pessoas. Dada as condições morais que as encíclicas orientavam, pode-se identificar os primeiros passos da organização social para lidar com a pobreza ainda na Europa, passos que deixaram suas marcas posteriormente no Brasil e América Latina (ESTEVÃO, 1984).

Destaca-se que durante a metade do século XIX na Inglaterra, França e Alemanha formou-se um método de distribuição da assistência social de uma maneira mais elaborada, que funcionou como um rascunho do sistema de trabalho que viria a ser implantado na área do Serviço Social, incorporando técnicas que foram substituindo os aspectos da caridade supracitados anteriormente, que tanto foram reforçados nas encíclicas. As/os profissionais se dividiam em áreas de atuação, um responsável era nomeado para organizar um grupo que fosse fazer o trabalho de campo em determinada área investigando e analisando a melhor maneira de restituir o indivíduo e/ou as famílias em vulnerabilidade para o meio social. Segundo Estevão (1984) um grande marco desta organização foi no ano de 1869 em Londres – na fundação da Sociedade de Organização da Caridade -, aonde se fundamentou uma série de normas para que a assistência social fosse dividida a partir de práticas, a autora destaca alguns princípios do trabalho naquela época:

1. Cada caso será objeto de uma pesquisa escrita;
2. Este relatório será entregue a uma comissão que decidirá o que se deve fazer;
3. Não se dará ajuda temporária, mas metódica e prolongada até que o indivíduo ou a família voltem às suas condições normais;
4. O assistido será agente de sua própria readaptação, como também seus parentes, amigos e vizinhos;
5. Será solicitada ajuda às instituições adequadas em favor do assistido;
6. Os agentes dessas obras receberão instruções gerais e escritas e se formarão por meio de leituras e estadias práticas;
7. As instituições de caridade enviarão a lista de seus assistidos para formar um fichário central, com objetivo de evitar abusos e repetições de pesquisas;
8. Formar um repertório de obras de beneficência que permita organizá-las convenientemente. (ESTEVÃO, 1984 p.13-14).

É possível perceber a distinção entre o que vem a ser um trabalho profissional e caridade, ou seja, o que se fazia por prazer, obrigação, vocação e até vaidade passou a se tornar o esboço de um trabalho institucionalizado, dimensionado a partir de instituições de caridade, passando a ser reconhecida pelo Estado no final do séc. XIX (ESTEVÃO, 1984).

Junto à ascensão do reconhecimento da sociologia como uma ciência tal como as demais: naturais, exatas e biológicas, o Serviço Social tinha minimamente um norte científico para dimensionar sua prática. Adiante, já na virada do séc. XX, tendo uma pequena trajetória prática, e com influência do rigor científico fortalecido pela sociologia para explicar a

sociedade, o Serviço Social foi se integrando como uma profissão necessária à mesma, organizando os assistentes sociais para lidar com os fenômenos entendidos como “problemas sociais”, traduzindo expressões do que vem a se denominar hoje como desdobramentos da “questão social”.

Nesta perspectiva, uma das pioneiras a pensar nesta lógica foi Mary Richmond (1861-1928), a qual pensava que dar suporte material às pessoas pobres eram “ossos do ofício” e não o próprio ofício do Serviço Social (ESTEVÃO, 1984). Com a necessidade de romper com a lógica de caridade e no viés de instituir uma dimensão de trabalho através de metodologias específicas e empíricas, a fundamentação para suas ações técnicas visavam criar formas de reintegrar os indivíduos ao meio social (que expressam o viés do positivismo<sup>7</sup> como vertente teórica), por meio do estudo de caso, grupo e comunidade.

No entanto, havia uma sociedade capitalista em desenvolvimento. Uma época de profundas crises econômicas, com a pobreza e a miséria se alastrando, consequências de rápido crescimento urbano e industrial. A sociologia tentou dar conta de tudo isto e oferecer uma explicação não religiosa ao que acontecia na sociedade e, ao mesmo tempo, havia na sociedade americana várias experiências de filantropia e caridade, tendendo a procurar um espaço dentro das novas profissões emergentes. Foi juntando tudo isso que Mary Richmond, uma assistente social norte-americana, no início do séc. XX, teve a sensibilidade de começar a pensar e escrever a respeito do que é Serviço Social e como ele deveria ser exercido. Aproveitando os relatos de experiências de colegas e alunas e a sua vasta experiência de anos de instituição, ela é a primeira a escrever sobre a diferença entre fazer “assistência social”, ou caridade, ou filantropia, e o Serviço Social propriamente dito (ESTEVÃO, 1984, p.17-18).

Richmond entendia que o Serviço Social deveria ser institucionalizado, assim após escrever em 1917 o livro: “Caso social individual” (que fundamentava técnicas para a abordagem individual, posteriormente serviu de base para organizar a abordagem do Serviço Social de grupo e Desenvolvimento de Comunidade), até então se tinha um tipo de trabalho pouco no que refere uma identidade profissional com atribuições e competências como temos na atualidade - sim empregado por instituições filantrópicas e de benemerência sem qualquer qualificação profissional para tal e com vistas a atender as demandas institucionais -, tinha-se a

---

<sup>7</sup> O positivismo é uma corrente de pensamento sociológico que emergiu no séc. XIX sob orientação de Auguste Comte e aprofundando por Émile Durkheim a fim de estabelecer rigor científico no estudo da sociedade, dos indivíduos e dos fatos sociais. Durkheim se esforçou em compreender os fenômenos e como estes constituíam os fatos sociais, tendo redigido obras como A divisão social do trabalho (1893), As regras do método sociológico (1895), O suicídio (1897) e As formas elementares da vida religiosa (1912) onde estabelecia metodologia em fases de etapa para conceber conhecimento científico em forma de sociologia (in: SELL, Sociologia Clássica, 2015, p.78).

necessidade de se estruturar enquanto profissão a fim de ter reconhecimento e para que suas demandas fossem atendidas com mais eficiência e eficácia (ESTEVÃO, 1984)<sup>8</sup>.

Até aqui foi possível mostrar as bases do Serviço Social europeu e norte americano antes dele se expandir ao Brasil, suas técnicas e métodos com cunhos positivistas que visavam ajustar os clientes ao meio social, figuram os fundamentos do Serviço Social enquanto profissão conjugados às ações da Igreja católica. Salienta-se que o método “caso, grupo e comunidade” perdurou até o movimento de intenção de ruptura<sup>9</sup> com o conservadorismo da profissão<sup>10</sup> no Brasil e, ainda se rebete em algumas intervenções profissionais na contemporaneidade, onde este “método” ocorre de forma dissociada da totalidade histórica, da teoria e método marxista (atualmente incorporado de forma hegemônica dentro da profissão), corroborando com uma intervenção positivista acrítica e a-histórica da sociedade, meramente funcional.

No início do séc. XX a organização capitalista assume novas feições em território brasileiro devido o desenvolvimento das forças produtivas (aprimoramento da automação, maquinários a vapor, mecânica, química e outras áreas das ciências que se desenvolveram junto à indústria) e o Serviço Social já era adotado por entidades filantrópicas remunerando seus quadros de profissionais. Junto ao desenvolvimento das forças produtivas e as novas demandas emergentes destas, também incorporavam-se novas técnicas pra lidar com os grupos sociais, grupos estes que mantinham uma ou mais vulnerabilidades e/ou riscos sociais em comum que, devido a insuficiência do Estado em garantir certas premissas básicas da subsistência humana, restava à Igreja (e filantropia) promover determinadas ações em grupos e comunidades, a partir

---

<sup>8</sup> As reflexões aqui apontadas são sínteses do livro “O que é Serviço Social” da Ana Maria Ramos Estevão, que em uma edição de bolso conceitua o histórico da profissão e seus fundamentos de partida para o exercício da profissão na divisão sócio técnica do trabalho.

<sup>9</sup> A “intenção de ruptura” assenta-se na perspectiva de avanço profissional na estruturação de uma nova identidade profissional. Contudo, os laços “conservadores” do Serviço Social tradicional não foram totalmente destituídos, sendo muitas práticas e vertentes teóricas ainda realizadas na atualidade. Netto (2015) situa que na metade da década de 1970 esse movimento de intenção de ruptura tomou força, onde o Serviço Social se apresenta como Serviço Social crítico e dialético com vistas a romper como o “tradicional” historicamente assumido pela profissão até superação dada pelas entidades do Serviço Social brasileiro. Principalmente no marco de 1982 após reformulação do currículo, onde o acúmulo histórico pode propor alternativas palpáveis dentro daquela conjuntura adversa, ainda sob domínio da ditadura militar.

<sup>10</sup> O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) realizado nos dias 23 a 28 de setembro no ano de 1979, em São Paulo foi organizado pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS, conhecido nos dias de hoje como CFESS). É um marco para a profissão devido ao fato de avançar no debate ao fim de romper com o viés de “renovação e conservadorismo” – Explorado na obra de Yamamoto (2011) - arrastado pelo corpo profissional desde que o Serviço Social foi instaurado no Brasil em 1936 e, resultado de um processo histórico conhecido como “Movimento de Reconceituação” – analisado mais adiante neste trabalho – latino-americano que, no Brasil, se expressou a partir do ano de 1965, seguido de encontros emblemáticos como o de Araxá em 19 a 26 de março de 1967, seguidos de seminários em Teresópolis em 1970, Método de Belo Horizonte (BH) durante o período de 1972 a 1975 e Sumaré em 1978. Processo que mesmo após a “intenção de ruptura”, não garantiu que a formação profissional mesmo na atualidade, deixe de carregar traços conservadores.

das ações católicas que convergiam em promover trabalhos sociais com as pessoas em situação de pobreza e/ou miserabilidade.

Pode-se pontuar que a primeira impressão que fica sobre a origem da profissão é que esta é fruto da Igreja Católica, o que de fato, aponta procedências de acordo com a conjuntura em que esta emergiu no território brasileiro. Mas é um equívoco afirmar que a origem da profissão se dá por meio da Igreja e seus desdobramentos na necessidade de fazer a caridade aos mais pobres. Há de atentar que o modo de produção capitalista<sup>11</sup> trouxe à luz diversas profissões para atender as expansões das fábricas e o desenvolvimento econômico, ele também trouxe expressões contraditórias neste modo de desenvolvimento, pois onde havia desenvolvimento, principalmente econômico, vinha junto deste a pobreza, a violência, a marginalidade, entre outras expressões da questão social que dele emergem. Cabendo ao Estado a função de gerenciar a sociedade, este não dispunha de leis sociais e estatuto suficiente que amparasse à todas as pessoas que necessitem de proteção social, dando condições para emergir uma profissão que atenda essas demandas, para Iamamoto:

As Leis Sociais surgem em conjunturas históricas determinadas, que, a partir do aprofundamento do capitalismo na formação econômica-social, marcam o deslocamento da “questão social” de um segundo plano da história social para, progressivamente, colocá-lo nos centros das contradições que atravessam a sociedade. Ao mesmo tempo, a “questão social” deixa de ser apenas contradição entre abençoados e desabençoados pela fortuna, pobres e ricos, ou entre dominantes e dominados, para constituir-se, essencialmente, na contradição antagônica entre burguesia e proletariado, independentemente do pleno amadurecimento das condições necessárias à sua superação. A nova qualidade que assume a questão social nos grandes centros urbano-industriais deriva, assim, do crescimento numérico do proletariado, da solidificação dos laços de solidariedade política e ideológica que perpassam seu conjunto, base para a construção e para a possibilidade objetiva subjetiva de um projeto alternativo à dominação burguesa. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 135).

Tendo em vista a incapacidade do Estado em lidar com o social em detrimento do desenvolvimento das forças produtivas do modo de produção capitalista, a Igreja é “moralmente” provocada a dar tais respostas para a sociedade (mesmo que por falta de amparo adequado do Estado e de serviços assistenciais), fica nítido que as necessidades reais de tal

---

<sup>11</sup> Maria Lúcia Martinelli na tese da “Identidade e Alienação” aponta 10 considerações sobre a tese, destas, as 3 primeiras constam que: 1º a origem do Serviço Social como profissão tem marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis subjacentes – alienação, contradição e antagonismo -, pois foi neste vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido; 2º é uma profissão que nasce articulada com um projeto de hegemonia burguesa como uma importante estratégia de controle social, como uma ilusão de servir, para, juntamente com muitas outras ilusões criadas pelo capitalismo, garantir-lhe a efetividade e permanência histórica e 3º é uma profissão que já surge no cenário histórico com uma identidade atribuída pelo capitalismo. Em vez de ser produzida historicamente, decorreu do poder hegemônico da classe dominante, que roubou dos agentes a possibilidade de construir formas peculiares de prática, autenticamente sociais (MARTINELLI, 2011, p.156-157).

intervenção são alavancadas pela ascensão do modo de produção capitalista e seus rebatimentos que traduzem as múltiplas expressões da questão social.

Santos (2012) destaca que a questão social tal qual se apresenta nas reflexões de Yamamoto (2013), tem sua gênese na fase de acumulação primitiva do capital:

Torna-se sempre difícil demarcar com exatidão a periodicidade dos fenômenos da vida social, cuja processualidade requer cuidados, sempre reiterados, a fim de evitar simplificações esquemáticas. Considerando-se, portanto, tais dificuldades, mas sem abrir mão da necessidade de localizar historicamente a “questão social” é praticamente uma unanimidade na literatura que trata dos fenômenos que lhe são constitutivos – o pauperismo e as lutas do proletariado contra a burguesia – a afirmação dessa gênese por volta de 1830 (SANTOS, 2012, p.30).

Este modo de produção teve seu desenvolvimento no último terço do séc. XV e começo do séc. XVI como indica Santos (2012), mesmo que de forma rudimentar. Assim, é preciso retroagir alguns séculos para localizar a gênese do próprio capitalismo para compreender os fatores que evidenciam o processo de pauperização no séc. XIX, onde a Igreja ampliou exponencialmente seu alcance junto à sociedade.

Conforme Santos (2012, apud MARX, 2001) demonstra, é neste tempo que se dá a “acumulação primitiva do capital” que por sua vez cria o “trabalho livre”, indicando que no final do séc. XV e início do séc. XVI já se constituía o modo de produção que expropriava camponeses de suas terras, com objetivo de fazer a propriedade gerar lucro pela criação de ovelhas e apropriação da lã, gerando novas relações sociais (SANTOS, 2012). Também conhecida como fase do “capitalismo mercantil”, salienta-se que nesta etapa do capitalismo “a separação entre os camponeses e a terra, entre o produtor e os meios de produção, vai infiltrando-se sorrateiramente, fazendo-se acompanhar de seu habitual corolário, a divisão social do trabalho” (MARTINELLI, 2011, p.31).

No lastro dessa divisão social do trabalho, Martinelli (2011) afirma que:

O próspero dono da terra, da propriedade agrícola, vai metamorfosear-se em comerciante ou mercador, passando, em seguida, de comerciante a atacadista, fazendo do comércio exterior e do monopólio a base essencial de sua riqueza. Fixando-se dentro das muralhas das nascentes e vigorosas cidades, os burgos da época medieval, aos quais tinham o livre acesso desde que possuíssem lote ou propriedade em interior, os burgueses passavam a regular o mercado urbano, através de seus monopólios. Os centros de poder se deslocam dos feudos para os burgos. Quanto mais acumulam riqueza, maior é o seu poder político, o que permite aos burgueses manter um controle exclusivo sobre o governo urbano, já no século XV. A política econômica de controle de mercado é altamente favorecedora dos monopólios, e assim os burgueses se tornam uma classe cada vez mais próspera. Unindo suas companhias atacadistas por especialidades ou ramos de comércio, fortalecem ainda mais o seu poder, acabando por submeter totalmente os pequenos produtores e artesãos ao seu controle político e

econômico. [...] o trabalho assalariado e a subordinação do trabalhador ao capital mercantil tornam-se usuais e frequentes (MARTINELLI, 2011, p.32).

Este processo assentado com o desenvolvimento histórico do capitalismo dimensionou-se alavancando novas formas de organização social, gerou a revolução constante do próprio modo de produção pela burguesia, que nas palavras de Bogo (2013): “[...] o modo de produção capitalista direcionado pelo Estado é cheio de mecanismos complexos que a própria burguesia põe em constante revolução, sendo necessária a disputa constante para a classe dominante ter legitimidade sobre a classe dominada” (BOGO, 2013, p. 10).

Diante disto, as/os trabalhadoras/es passam a ter sua força de trabalho extraída como mais valia<sup>12</sup> em um processo de exploração e alienação<sup>13</sup> do trabalho. Neste sentido, o modo de produção expropria e explora aqueles que não detém propriedade ou meios de produção, enquanto esse fator se fortalece na acumulação de lucro, ao mesmo tempo se potencializa a criação de um conhecido “exército industrial de reserva” (*lumpenproletariat* para Marx, 2007), logo, estes que situam-se às margens do modo de produção vigente, passam a apresentar demandas sociais, tais como: fome, falta de moradia, doenças, violência, saques a estabelecimentos, crime, etc., expressões que definem as contradições da questão social e os sujeitos que nela vivem (sobrantes; subalternos, para atualidade do Serviço Social), vinculadas ao desenvolvimento das forças produtivas e sua organização estrutural, ilustrando-se como: capitalismo. Este que vê sua primeira crise na década de 1830, indicativo da concretização da questão social conforme demarcação que Hobsbawn (SANTOS, 2012, p.31, apud HOBBSAWN, 2005, p. 162) apontou no séc. XIX:

Qualquer que seja o aspecto da vida social que avaliamos, 1830 determina um ponto crítico [...]. Ele aparece com igual proeminência na história da industrialização e da urbanização, na história das migrações humanas, tanto sociais quanto geográficas, e ainda na história das artes e da ideologia. [...] 1830 determina uma inovação ainda

---

<sup>12</sup> Marx categoriza a “mais valia” em “absoluta” e “relativa”, na primeira se aumenta a jornada de trabalho, aumentando-se a quantidade de trabalho excedente explorando o trabalho de forma absoluta. Na segunda, o lucro se obtém pelo aumento de produtividade, geralmente com o avanço tecnológico dos meios de trabalho se obtém mais mercadorias em menor tempo, onde a expropriação de lucro convertida é relativa à produção do desempenho do trabalho dispensado somando força do trabalho mais meio de trabalho (mais em Sell, 2015, p.63).

<sup>13</sup> Sendo o trabalho humano expressão da atividade humana num contexto de alienação, a “divisão do trabalho é uma expressão econômica do caráter social do trabalho dentro da alienação”. Trata-se de uma forma específica da divisão do trabalho, cujo elemento fundamental é que os indivíduos produzam mercadorias. Refere-se à divisão do trabalho, de estrutura histórica determinada, na qual o indivíduo se encontra determinado pela sociedade. O caráter social de seu trabalho só se manifesta no conteúdo do trabalho quando, como membro de um complexo social, produz para as necessidades dos demais, estando submetido a uma dependência social. Seu trabalho privado torna-se trabalho geral e seu produto um produto social que responde a necessidades sociais. Tal se comprova pelo fato de que seu trabalho privado passa a constituir uma particularidade do trabalho social, um ramo que o completa, um modo de existência de trabalho coletivo. É nesse contexto que da divisão do trabalho que se pretende situar a profissão do Serviço Social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.20).

mais radical na política: o aparecimento da classe operária como força política autoconsciente e independente na Grã-Bretanha e na França. [...] na Grã-Bretanha e na Europa Ocidental em geral, este ano determina o início daquelas décadas de crise no desenvolvimento da nova sociedade que se concluem com a derrota das revoluções de 1848 e com o gigantesco salto econômico depois de 1851.

Frente as manifestações daqueles que não se encaixam na organização social dentro deste desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, houve a necessidade de dar respostas às pessoas que não conseguiam adesão no mundo do trabalho, na primeira instância, estas respostas vieram da Igreja (Iniciativas na Europa, em específico na Alemanha, Bélgica e França, partindo para norte da América - EUA). Na estruturação do modo de produção em nível ampliado no seu processo de expansão para a América latina, essa estruturação chega por aqui apenas no séc. XX, tendo seu auge na fase naquilo que Castro (2011) chamou de “desenvolvimentismo”.

De forma contígua, nessa formatação social do desenvolvimento do capitalismo, a profissão do Serviço Social ainda alçando suas primeiras formas de se institucionalizar como tal, refletia uma prática de intervenção sob os ditames da Igreja, que carregava valores voltados à servidão religiosa (principalmente a católica), conforme destaca Aguiar (1995):

A Igreja, a partir do final do século XIX, começa uma intervenção mais clara e definida no social. De início, tem-se a promulgação da Encíclica *Rerum Novarum*, que vai chamar a atenção da Igreja Universal e do mundo sobre a situação operária e mostrar sua tarefa e contribuição. E o faz afirmando “...que, a não se apelar para a religião e para a Igreja, é impossível encontrar-lhe uma solução eficaz” (AGUIAR, 1995, p. 18).

Nesta época, o papa Leão XIII (que redigiu a *Rerum Novarum* em 1891) ainda fala de forma mais enfática, criticando as vertentes político ideológicas como o liberalismo e o socialismo, vendo no Estado condições de intervenções efetivas para o problema operário via conciliação de classes:

Assim, como, pois por todos os meios, o Estado pode tornar-se útil às outras classes, assim também pode melhorar muitíssimo a sorte da classe operária, e isto em todo o rigor do seu direito, e sem ter a temer a censura de ingerências: porque, em virtude mesmo do seu ofício, o Estado deve servir o interesse comum. Contraopondo o socialismo, o Papa afirma que o que deve existir é a concordância entre as classes e não a luta entre elas. Diz sua Santidade: “o princípio primeiro a pôr em evidência, é que o homem deve aceitar com paciência sua condição; é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível”. E continua afirmando: “o erro capital na questão presente é crer que as duas classes são inimigas natas uma da outra, como se a natureza tivesse armado os ricos e os pobres para se combaterem mutuamente num duelo obstinado”. Após a condenação desse erro, o pontífice diz: “as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmonicamente e conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio”. (AGUIAR, 1995, p. 18).



Seguindo a análise desta vertente, Aguiar ainda destaca que a encíclica organizada por Pio XI (conhecida como Quadragésimo ano, em 1931) reitera muitas destas preposições, considerando que em seu subtítulo, está trata: “Sobre a restauração e aperfeiçoamento da Ordem Social em conformidade com a lei evangélica” (AGUIAR, 1995, p.19). O autor ainda faz a seguinte observação sobre esta encíclica:

Após analisar vários pontos, como direito à propriedade, relação capital e trabalho, liberação do proletariado, salário justo, passa a falar a respeito da restauração da ordem social. E afirma: “já alguma coisa se faz neste sentido; para realizar o que muito ainda está por fazer e para que a família humana colha vantagens melhores e mais abundantes, são de absoluta necessidade duas coisas: a reforma das instituições e a emenda dos costumes”. É preciso erradicar o individualismo gerado pelo tipo de economia liberal e impedir o crescimento do comunismo, que foi condenado solenemente por Pio XI na encíclica *Divini Redemptoris*, de 1937. É preciso reconstruir a sociedade. Essa reconstrução implica mudança da moral, dos costumes. É preciso recristianizar a sociedade. (AGUIAR, 1995, p.19).

Portanto, se identificam uma série de elementos que confluem na organização da profissão alinhada às ações sociais vinculadas à Igreja católica, além de se evidenciar ascensão do capitalismo em sua expansão pelo globo, a profissão aparece neste contexto, a fim de buscar a harmonia entre as classes, reproduzindo o discurso da Igreja, afinando-o às vertentes positivistas da sociologia. Embora àquela conjuntura de sociedade não tivesse condições de alçar à profissão caráter crítico acerca das estruturas da organização social, pode-se compreender aí o início do processo pelo qual passou a profissão, enquanto trabalho circunscrito no modo de produção capitalista.

Isso supõe, como diretriz de trabalho, considerar a profissão sob dois ângulos, não indissociáveis entre si, como duas expressões do mesmo fenômeno: como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais expressa pelo discurso teórico-ideológico sobre o exercício profissional; a atuação profissional como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social à prática profissional, o que condiciona e mesmo ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus agentes individuais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.79-80).

Neste aspecto da determinação<sup>14</sup> histórica que à época era permeada de circunstâncias sociais, é notável que embora sem muitas condições de desenvolver uma dimensão técnica de

---

<sup>14</sup> Em primeiro lugar, convém ressaltar que a expressão “determinação” utilizada por Marx nada tem a ver com o determinismo da filosofia. Filosoficamente, é a falta de livre arbítrio, causalção. Nele, não há espaço para a contingência, sendo tudo causado – no sentido de ser previamente determinado, e neste cenário todos os seres humanos são uma espécie de “marionetes” comandadas por forças anteriores e maiores que nós. Essas forças podem ser a natureza, a história, (...). Em Marx, a “determinação” opera de forma diferente: diz ele que os homens fazem história, mas não a fazem como querem, mas sob circunstâncias que já encontram estabelecidas, definidas,

intervenção intrínseca à fundamentação teórica capaz de fazer crítica às demandas que emergem para o Serviço Social, pode-se identificar aí o marco inicial – e o prelúdio da profissão no Brasil - que dará cedência às metamorfoses que a sucedem em território brasileiro, como a modernização, renovação e conservadorismo, intenção de ruptura e projeto e estruturação profissional na contemporaneidade.

Resgatar este prelúdio da formação profissional herdada no Brasil, faz-se necessário em vistas de compreender a conjuntura em que se expressam as primeiras ações do Serviço Social. Destaca-se que as ações dos sujeitos sociais são intimamente ligadas com determinantes históricos e sociais, portanto, o Serviço Social que chega no Brasil e na América Latina vem carregado de valores culturais, políticos, econômicos, culturais e religiosos advindos de outras vivências (padrão europeu e norte americano) diferenciadas da realidade brasileira e latino-americana.

## **2.2 Para além do prelúdio: instauração do Serviço Social brasileiro, a intenção de ruptura com o conservadorismo e a construção de uma nova identidade profissional**

Durante o séc. XX, o Serviço Social chega à América Latina e ao Brasil carregando em seu lastro histórico elementos do modelo europeu e norte americano, com uma base científica já desenvolvida em correntes positivistas, além de trazer fortemente consigo o viés da ação social, em suma, norteada pelas encíclicas papais. De acordo com Yazbek (2009), o Serviço Social tem nas suas primeiras escolas o caráter de formação religiosa fincado em valores baseados no Tomismo e Neotomismo<sup>15</sup>, que influenciaram as Encíclicas Papais: *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo anno* (1931), estas que por sua vez deram algumas diretrizes a serem seguidas pela sociedade ao abordar a questão social, conforme destaca a autora:

Cabe ainda assinalar que, nesse momento, a "questão social" é vista a partir do pensamento social da Igreja, como questão moral, como um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que os vivenciam embora situados dentro de relações capitalistas. Trata-se de um enfoque conservador, individualista, psicologizante e moralizador da questão, que necessita para seu enfrentamento de uma pedagogia psicossocial, que encontrará, no Serviço Social, efetivas possibilidades de desenvolvimento (2009. p. 8).

---

“determinadas”. No início do primeiro capítulo do “18 Brumário”, Marx (2015) diz que os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.

<sup>15</sup> Filosofia elaborada por São Tomás de Aquino (ano de 1225 – Tomismo), que deixou seu legado em pensamentos voltados para o sentido humanista e metafísico. Retomada no ano de (1889 – Neotomismo) pelo Papa Leão XIII, a fim de buscar princípios e diretrizes para resolver a questão social.

Apesar da profissão estar dimensionando sua inscrição na divisão social do trabalho para a trabalhar a questão social importando métodos e técnicas europeias e norte-americanas, essa conjunção era norteada pela Igreja buscando fundamentação nas encíclicas, segundo Iamamoto (2011):

Para a Igreja, “questão social”, antes de ser econômico-política, é uma questão moral e religiosa. A sociedade é tida como um todo unificado, através de conexões orgânicas existentes entre seus elementos, que se sedimentam pelas tradições, dogmas e princípios morais de que a Igreja é depositária. Deus é a fonte de toda a justiça, e apenas uma sociedade baseada nos princípios cristãos pode realizar a justiça social. A intervenção do Estado na “questão social” é legítima, já que este deve servir ao bem comum. O Estado deve assim preservar e regular a propriedade privada, impor limites legais aos excessos da exploração de força do trabalho e, ainda, tutelar os direitos de cada um, especialmente dos que necessitam de amparo (IAMAMOTO, 2011, p.18).

Desta forma, temos uma prática profissional voltada para trabalhar junto aos “problemas sociais”, Iamamoto, ainda pontua que este viés “emerge como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador” (2011, p.21). Este movimento de caráter abstrato se manifesta na vida material a partir das relações sociais que se estruturam no desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, neste ponto de vista, conforme Iamamoto e Carvalho:

A implantação do Serviço Social se dá no decorrer desse processo histórico. Não se baseará, no entanto, em medidas coercitivas emanadas do Estado. Surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica. Possui em seu início uma base social bem delimitada e fontes de recrutamento e formação de agentes sociais formados por uma ideologia igualmente determinada. A especificidade maior que reveste o Serviço Social desde sua implantação não está, no entanto, no âmbito das características que mais evidentemente o marcam. Historicamente, se localiza na demanda social que legitima o empreendimento. Se as leis sociais são, em última instância, resultantes da pressão do proletariado pelo reconhecimento de sua cidadania social, o Serviço Social se origina de uma demanda diametralmente oposta. Sua legitimação diz respeito apenas a grupos e frações restritos das classes dominantes em sua origem e, logo em seguida, ao conjunto das classes dominantes. Sua especificidade maior está, pois, na ausência quase total de uma demanda a partir das classes e grupos a que se destina prioritariamente. Caracterizar-se-á, assim, como uma imposição. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.135-136).

Se reconhece que as primeiras forças que fazem o Serviço Social ser o que é são compostas por agentes da classe dominante, neste sentido, ante a década de instauração da primeira escola de Serviço Social no Brasil em 1936, o país vinha se organizando em república e tinha em seu principal fator de organização política e econômica a produção cafeeira que se punha em negociação com outros países. Neste contexto:

A política econômica é orientada para favorecer o sistema produtivo voltado para o mercado interno e para diversificar a pauta de exportações, no entanto, esse “Estado de Compromisso”, que pressupõe uma relativa autonomização do aparelho de Estado, o qual canaliza para seu interior as contradições econômicas e sociais do desenvolvimento capitalista, assumindo posição arbitral, não pode ser desligado dos interesses mais globais que resultam no fortalecimento de um novo polo hegemônico e de uma redefinição da inserção da economia mundial. Estará, portanto, vinculado – e de forma contraditória – a aplainar o caminho às formas de produção e acumulação que tem por centro a realização interna, especialmente o setor industrial (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.160).

Ao passo em que foi se instaurando grandes indústrias, o aviltamento das condições de vida para a classe que vive do trabalho cresce exponencialmente. Se desde o início do século XX em seus primeiros passos o processo de industrialização imputa condições de vida precarizadas, no decorrer deste processo emergem também as necessidades de lidar com as condições de vida que foram exponencialmente alavancadas à miséria. De acordo com Iamamoto e Carvalho, tais condições se traduzem da seguinte forma:

O histórico das condições de existência e de trabalho do proletariado industrial – principalmente a partir do início do século, quando começam a aglutinar-se nos centros maiores as empresas industriais dispersas, período para o qual existe uma documentação mais abundante – mostra a extrema voracidade do capital por trabalho excedente. A população operária se constitui em uma minoria – composta majoritariamente por imigrantes – marginalizada social e ecologicamente dentro das cidades, algumas já bastante desenvolvidas. Historiadores e sociólogos que estudaram a situação do proletariado nesse período são concordes em essa parcela da população urbana vivia em situações angustiantes. Amontoam-se em bairros insalubres junto às aglomerações industriais, em casas infectas, sendo muito frequente a carência – ou mesmo falta absoluta – de água, esgoto e luz. Grande parte das empresas funciona em prédios adaptados, onde são mínimas as condições de higiene e segurança, e muito frequentes os acidentes. O poder aquisitivo dos salários é de tal forma ínfimo que para uma família média, mesmo com o trabalho extenuante da maioria de seus membros, a renda obtida fica em nível insuficiente para subsistência. O preço da força de trabalho será constantemente pressionado para baixo daquele nível pela progressiva constituição de um relativamente amplo exército industrial de reserva. A pressão salarial força a entrada no mercado de trabalho das mulheres e das crianças de ambos os sexos em idade extremamente prematura, o que funciona também como mecanismo de reforço ao rebaixamento salarial. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.137).

Numa perspectiva histórica que demonstra explicitamente as contradições inerentes ao desenvolvimento do capitalismo no seu processo de industrialização em território brasileiro, fica nítido que para garantir a sua expansão é necessário que o trabalho esteja centrado – e explorado constantemente - no seu modo de produção, garantindo o movimento constante do capital. Isso posto, a instauração da profissão no Brasil tem seus primeiros passos com o apoio

e instituição do Centro de Educação em Ação Social (CEAS) criado em 1932<sup>16</sup>, antecedendo a primeira escola de Serviço Social, a análise de pesquisa indica o porquê dessa aproximação com a Ação Social. Castro (2011) pontua que:

Um processo de industrialização mais vigoroso que o de outros países latino-americanos encontrava na estrutura arcaica do Estado brasileiro um freio para o seu desenvolvimento mais rápido, até que Getúlio Vargas, em 1930, assumiu a liderança de uma luta cujas bandeiras principais eram a liquidação do poder oligárquico (com o qual, depois, Vargas acabou por se conciliar) e a criação das bases para o erguimento de um nítido poder burguês industrial. (CASTRO, 2011, p. 102).

Em conjunto com a criação das bases industriais, a Igreja obteve proveito neste período que Vargas governou, haja vistas que seu poder se estendeu junto ao Estado. Alguns resultados visíveis se apresentam no ensino religioso ter sido facultativo na educação pública que, para a época, significava um forte veículo de influência religiosa (CASTRO, 2011), também convertendo o catolicismo como religião oficial, institucionalizou o casamento religioso na via civil, garantido pelo Estado (CASTRO, 2011 *apud* CARVALHO, 2011). “Seu objetivo será a conquista de sólidas posições na sociedade civil, através das quais procurará implementar projeto de restauração de sua ação normativa sobre a sociedade (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 165).

De acordo com Aguiar (1995, p.23), o poder de mobilização da Igreja organizava diversos movimentos junto à ação católica, entre estes, mobilizava Homens da Ação Católica (HAC) para maiores de 30 anos e casados de qualquer idade; Liga Feminina de Ação Católica (LFAC) para maiores de 30 anos e casadas; Juventude Católica Brasileira (JCB); Juventude Feminina Católica (JFC); Juventude Estudantil Católica (JEC); Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC). Boa parte dessas organizações tinham ligações com a Ação Católica, à época direcionada pela Confederação Católica que concretizava suas ações junto ao CEAS, afinando os interesses das encíclicas papais aos movimentos católicos, expandindo seu projeto de restauração na sociedade, como pode ser conferido na análise entre “relações Estado-Igreja” em Iamamoto e Carvalho (2014):

A partir de 1932 ocorre uma grande diversificação e ampliação do aparato do movimento católico laico. Tendo por base as instituições criadas e desenvolvidas metodicamente na década anterior, especialmente o Centro Dom Vital e a

---

<sup>16</sup> De acordo com Castro, Como se constata, o caminho para a formação de escolas católicas, apesar da particularidade brasileira, assemelha-se em muito a de outros países. Neles e no Brasil, resultou da reativação do movimento católico para renovar e reinserir a presença da Igreja nos novos blocos de poder, mediante preparação de sua diferenciada militância a fim de responder adequadamente a uma estratégia de ação doutrinária exercendo um trabalho social de evidentes efeitos políticos (2011, 103).

Confederação Católica, surgirão a Ação Universitária Católica, o Instituto de Estudos Superiores, a Associação de Bibliotecas Católicas, os Círculos Operários e, posteriormente, a Confederação Nacional de Operários Católicos, e a Liga Eleitoral Católica, além de uma série de instituições centralizadoras do apostolado social, que se firmarão através da Ação Católica Brasileira, criada em 1935. [...] A intelectualidade católica procurará a adaptação à realidade nacional do espírito das Encíclicas Sociais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, munindo a hierarquia e o movimento laico de um arsenal de posições, programas e respostas aos problemas sociais, ao formular uma via cristã corporativa para a harmonia e progresso da sociedade [...] (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.168).

Nessas condições históricas e com relação intensificada da Igreja e Estado, pode-se destacar os frutos desta relação em termos de efetivação política quando no estado de São Paulo foi criada a lei n. 2.497 em 24 de dezembro de 1935, com vistas a dar conta do Departamento de Assistência Social daquele estado, sendo a primeira iniciativa desse gênero no Brasil. Esta iniciativa vem no intuito de prestar assistência social, onde mais tarde em 1938 foi criado a seção de Assistência Social que tinha por finalidade:

Realizar o conjunto de trabalhos necessários ao reajustamento de certos indivíduos ou grupos às condições normais de vida, organiza para tal: o Serviço Social de casos individuais, a orientação técnica das obras sociais, o setor de investigação e estatística e o fichário central de obras e necessitados. O método central a ser aplicado é definido como sendo o Serviço Social de casos individuais, devendo-se “estimular o necessitado, fazendo-o participar ativamente de todos os projetos que se relacionam com seu tratamento (...) utilizar todos os elementos do meio social que possam influenciá-lo no sentido desejado, facilitando sua readaptação” e propiciar um auxílio material reduzido ao mínimo indispensável, “para não prejudicar o tratamento” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 187-186).

Identifica-se neste molde o cunho positivista de ajustar o indivíduo a realidade social. Verificando que o instrumental em sua dimensão técnico-operativa do Serviço Social ainda se apoiava em pressupostos da medicina provavelmente muito operacionalizados para o corpo profissional pioneiro ao ocupar tais espaços<sup>17</sup>, no mundo do trabalho. Destaca-se que, se por um lado se tem um Estado em desenvolvimento econômico, noutro lado há a Igreja preocupada com o “desenvolvimento social”, que com suas ações sociais no intuito de ajudar as famílias operárias e demais pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, no contraponto essas ações descoladas da totalidade social e econômica, tendiam a revigorar a ação de desenvolvimento econômico ao custo de reproduzir cada vez mais degradação humana para a classe que vive do trabalho.

---

<sup>17</sup> Vide o “Serviço Social Médico, Indústria, Assistência Familiar, de menores, comércio e rural”, entre outros, como espaços sócio técnicos do trabalho que aglutinava assistentes sociais em exercício da profissão na década de 1940. Sistematização disponível em quadros de Iamamoto e Carvalho (2014, p. 209-211).

Sobreposto aos fatos, o registro da primeira escola que instalou o Curso de Serviço Social no Brasil é da Escola de Serviço Social de São Paulo<sup>18</sup> no ano de 1936. A conjuntura daquela época demonstra que a Igreja tinha fortes indícios sobre a formação profissional em Serviço Social, em especial sob a primeira escola que nascia em inspirações católicas, expressando em sua formação os fundamentos das encíclicas papais. De acordo com pesquisa de Aguiar (1995):

Numa primeira fase do Serviço Social no Brasil, o que importa é a formação doutrinária e moral; o aspecto técnico só passará a ter significação com a influência americana. Retomando, a ideologia que fundamentará essa formação doutrinária é a reconstrução da sociedade em bases cristãs. É que no fim do século passado e início do século XX, os católicos, respondendo aos apelos dos papas, engajavam-se na ação social com a finalidade de reconstruir a sociedade em bases cristãs. Dizendo não a laicismo, ao liberalismo, ao comunismo, os católicos pretendem uma nova ordem onde a família, o Estado, a economia, a política e os costumes tenham por base o evangelho e que a sociedade seja organizada em bases corporativas (AGUIAR, 1995, p.31).

Essa caracterização da formação profissional foi se reconfigurando com o passar do tempo. Salienta-se que o desenvolvimento das forças produtivas que dão a sustentação para a síntese do capitalismo em sua transcorrência, põe o Serviço Social como profissão necessária para desenvolver essas forças, exercendo seu trabalho principalmente em ações sociais. No ritmo em que a degradação humana se ampliava no Brasil através da exploração do trabalho, assolando principalmente a classe operária, nesta dinâmica em garantir assistência para a classe subalterna havia articulações que envolviam Igreja, classes sociais altas e o próprio Estado na condução de obras sociais que vinham a promover ações sociais para reerguer as classes trabalhadoras (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). Essa articulação conflui em parcerias que expandem as escolas de Serviço Social, haja vistas que boa parte do financiamento desta expansão inicial conta com apoio da Legião Brasileira de Assistência (LBA) na época dirigida pela primeira dama Darcy Vargas. Iamamoto e Carvalho (2014) pontuam que no decorrer da década de 1940, ocorreu I Congresso Brasileiro de Serviço Social (1947), contando com a participação de 14 escolas de Serviço Social. Também colocando em destaque que:

Segundo a intervenção de N. G. Kfoury no II Congresso Pan americano de Serviço Social, em 1949, das 15 escolas de Serviço Social existentes no país naquele

---

<sup>18</sup> Somente em 1946 a Escola de Serviço Social de São Paulo se integrou à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), até então, a Escola de Serviço Social de São Paulo formou a primeira turma de Serviço Social em 1938, formando 13 assistentes sociais: Dina Bartolomeu, Fátima Vasta de Souza, Guiomar Urbina Telles, Haütil Prado, Helena Iracy Junqueira, Heloísa Tapajó de Moraes, Lucy Pestana da Silva, Maria Amélia de Andrade Reis, Maria Ignez de Barros Penteadó, Maria José de Silveira, Nadir Gouvêa Kfoury, Nair de Oliveira Coelho e Yolanda Maciel (in: Iamamoto e Carvalho, 2014, capa de Relações sociais e Serviço Social: esboço de interpretação histórica metodológica)

momento, 12 teriam sido constituídas sob os auspícios de organizações católicas e 3 por iniciativa do governo. Quatro são filhadas a universidades (universidades católicas), sendo que 13 são exclusivamente de assistentes sociais do sexo feminino e 2 para homens (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 197).

Nesse contexto histórico, a partir da década de 1940 se obtém a ampliação das escolas de Serviço Social, ao tempo em que se ampliam, essas novas escolas em constituição carregam os traços da formação influenciadas pelas primeiras escolas, com aspirações católicas. Além da implementação do Serviço Social no Brasil, o país passava por um desenvolvimento tardio do processo de industrialização iniciado na Europa, que nas palavras de Lima, indicam que “o padrão de desenvolvimento das sociedades avançadas é aí amplamente glorificado, ficando evidente o sentido em que devem caminhar os países subdesenvolvidos” (1982, p. 50).

Na década de 1940, foi criada em 10 de outubro de 1946 a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), e na sequência teve-se também a elaboração do primeiro Código de Ética do Serviço Social em 1947<sup>19</sup>. Nessas etapas históricas do Serviço Social brasileiro, ainda não havia uma lei que regulamentasse a profissão, contudo, as escolas de Serviço Social dispensava seus esforços na construção do perfil profissional. Este perfil profissional resultava da conjunção teórica-metodológica neotomista afinada às incorporações das técnicas do Serviço Social norte americano, de cunho funcionalista – tendo como pano de fundo o positivismo -, além disso, identifica-se que os valores éticos da profissão assentavam-se sobre a concepção teórica norteada pela filosofia neotomista, apresentada nas encíclicas, como pode-se verificar em Aguiar:

A presença norte-americana se fará através de técnicas para o agir profissional, técnicas essas que terão como pressuposto teórico o funcionalismo. Na segunda metade da década de 40 e no início da de 50, constatamos a presença da filosofia tomista aliada às técnicas norte-americanas. Nesse período não haverá ruptura radical da ideologia católica, pelo contrário haverá uma convivência das duas posições: o Serviço Social permanece na base dos princípios católicos e neotomistas, inclusive, via Estados Unidos e ao mesmo tempo incorpora as técnicas norte-americanas (AGUIAR, 1995, p.58).

---

<sup>19</sup> Ao todo, o Código de Ética do Serviço Social criado em 1947 passou por mais quatro reedições (em 1965, 1975, 1986 e 1993), este documento que traduz os princípios fundamentais da profissão teve somente em 1986 sua expressão aspirando a luta ao lado da classe trabalhadora, pois até então, as edições anteriores aspiravam valores das encíclicas e do funcionalismo imposto pelo modo de produção, naquilo que Netto (2012) definia como “transformar o assistente social em simples executor terminal de políticas”. Na efervescência da redemocratização da década de 80, alinhado aos avanços dos movimentos sociais e das lutas pela democracia, o código de ética de 1986 expressou um posicionamento ético-político da profissão voltado para os interesses das/os trabalhadoras, que se materializou no código de ética de 1993 e deu regulamentação para a lei da profissão 8.662 de 7 de junho de 1993, revogando a lei anterior 3.252 de 27 de agosto de 1957 (a primeira que reconheceu a profissão em seu âmbito institucionalizado com um conselho de classe), incorporando os valores da teoria social crítica.



Com este aporte teórico, o Serviço Social abordava a questão social em suas expressões, permitindo sua ação angular a tratar situações de miserabilidade, fome, falta de planejamento habitacional, saúde para poucos e conseqüentemente, o desemprego. Eis a necessidade do Serviço Social para o atendimento dessas demandas incessantes. Quanto às respostas que a profissão dava para a questão social, Maciel (2006) pontua o seguinte:

A Questão Social era considerada uma doença social dos indivíduos, passível de controle através de práticas reformadoras do caráter. Por conceber-se o objeto de trabalho desta forma, a profissão, nessa ocasião, recebeu forte influência da Medicina e do Direito. Quanto ao aspecto técnico, destacou-se o desenvolvimento de práticas restritas a casos individualizados e a metodologia de intervenção profissional inspirava-se no modelo médico, constituído de estudo, diagnóstico e tratamento. Do Direito, a profissão importou a noção do inquérito que passou a ser denominado de inquérito social por uma das precursoras da produção científica da área em 1917 – Mary Richmond. Essa noção supunha que o profissional deveria averiguar e inquirir a situação dos indivíduos, através de diferentes fontes – o próprio indivíduo, a sua família, seus vizinhos, seus empregadores, entre outros, a fim de identificar as causas que os levavam à doença social e, com isto, as possibilidades para tratá-los e reintegrá-los à sociedade (MACIEL, 2006, p.89).

Nesta fase histórica da profissão, haviam 4 eixos centrais na organização da formação em Serviço Social: formação intelectual; formação moral; formação profissional e formação doutrinária. Maciel (2006, p.90 apud JUNQUEIRA. 1943, p.41-48), traz o seguinte quadro que norteava a formação em Serviço Social na década de 1930 e 1940:

<b>Formação Intelectual</b>	<b>Formação Moral</b>	<b>Formação Profissional</b>	<b>Formação Doutrinária</b>
<p>Consiste no estudo das várias matérias necessárias e na formação do raciocínio. Deve abranger os vários setores da vida humana, portanto, o estudo de disciplinas como: Higiene, Psicologia, Psiquiatria, Pedagogia, Sociologia, Direito.</p> <p>Os estudos são especializados, sendo a parte especulativa reduzida em trabalhos práticos.</p> <p>Os conhecimentos básicos devem preceder os conhecimentos especializados.</p> <p>Quanto à formação do raciocínio, o mesmo é constituído, a partir da lógica,</p>	<p>Consiste na visão do conjunto das verdadeiras normas do agir humano individual ou em sociedade, com ênfase para o papel do Assistente Social. Neste último, há um curso de moral geral, individual e social.</p> <p>É desenvolvida através de círculos de estudos e monitoramento individual dos alunos para formar o senso de responsabilidade social, a retidão de espírito, a generosidade, a simplicidade e a postura cristã.</p>	<p>Consiste em uma parte informativa (conceito, fundamentos, modalidades e métodos de Serviço Social) para prevenção do empirismo e tecnicismo. A outra parte é prática e consiste em visitas a obras sociais, recursos utilizados e elaboração de relatórios. São desenvolvidos também, a prática de casos individuais, estágios e elaboração de tese.</p>	<p>Consiste na tomada de posição frente à vida. Pressupondo uma concepção de homem, da sua natureza, finalidade, da concepção da sociedade e da tarefa do Serviço Social.</p> <p>É garantida em todas as etapas de formação, não tendo um lugar específico nas disciplinas, mas necessitando de uma mesma orientação doutrinária entre professores e alunos.</p>

da objetividade e na aquisição de noções da filosofia.			
--	--	--	--

Fonte: (MACIEL, 2006, p. 90 apud JUNQUEIRA. 1943, p. 41-48).

Esses eixos da formação que funcionavam como diretrizes, seguiram sendo dimanados neste período histórico, pode-se destacar a importância da ABESS e a organização das convenções sobre a formação profissional, espaços que davam tonalidade para a reflexão acerca da profissão e sua identidade e para quem o Serviço Social servia, abrindo brechas para repensar o significado da profissão naquele contexto histórico. Contudo, os acontecimentos político-econômicos evidenciavam necessidades da profissão se renovar e se atualizar frente esta fase “desenvolvimentista” do país. Atrelando-se ao desenvolvimento, pautava-se sobre a “modernização” da profissão, que nos fundamentos do Serviço Social ainda expressam marcas conservadoras em sua direção profissional.

O processo de secularização e de ampliação do suporte técnico-científico da profissão – que se dá com o desenvolvimento das escolas (depois faculdades) especializadas no ensino de Serviço Social ocorre sob a influência dos progressos alcançados pelas Ciências Sociais nos marcos do pensamento conservador, especialmente na sua vertente empiricista norte-americana. Este universo intelectual, ao invés de produzir rupturas profundas com as tendências pragmatistas da profissão, as reforçam e atualizam. O Serviço Social mantém seu caráter técnico instrumental voltado para uma ação educativa e organizativa entre o proletariado urbano, articulando – na justificativa desta ação – o discurso humanista, calcado na filosofia aristotélico-tomista, aos princípios da teoria da modernização presente nas ciências sociais. Esse arranjo teórico doutrinário oferece ao profissional um suporte técnico-científico, ao mesmo tempo em que preserva o caráter de uma profissão “especial”, voltada para os elevados ideais de “serviço ao homem” (IAMAMOTO, 2011, p. 21).

Embora a história demonstre o desenvolvimento do Serviço Social e suas metamorfoses de acordo com sua inscrição na divisão sócio técnica do trabalho em conjunturas determinadas, isto não significa que esse desenvolvimento vinha à favor da autonomia da profissão, pelo contrário, aquilo que Iamamoto (2011) teorizou como “Renovação e Conservadorismo”, mostrou que embora fossem modernizados e afinados os fundamentos das encíclicas junto ao aparelho do Estado, no intuito de legislar e executar leis, ao mesmo tempo a profissão em sua “modernização e renovação” passou a incorporar uma perspectiva da “reforma social” imposta pelo desenvolvimentismo do Estado, Castro assinala que:

[...] ao assumir o papel de catalisador desse processo – ou de agente de transformação -, coube ao(a) assistente social impulsionar a participação popular, propugnando associar os esforços da população aos dos governos para melhoria das condições econômicas, sociais e culturais das comunidades na luta contra o subdesenvolvimento, tendo em vista sua integração de vida no país. O “desenvolvimento de comunidade”

representou um eficiente mecanismo de sujeição das organizações populares à tutela oficial e, ao mesmo tempo, um impulso à expansão do Serviço Social [...] (2012, p.12).

Neste período histórico também se constata que as organizações das convenções da ABESS, “apesar da ausência de regulamentação da profissão e, portanto, de uma proposta formal para a formação, os currículos dos cursos de Serviço Social apresentavam elementos que constituíam o perfil profissional dos assistentes sociais” (MACIEL, 2006, p. 90). Ainda se reconhece que a ABESS “exerceu um papel extremamente relevante no sentido de imprimir unidade no ensino nas Escolas de Serviço Social, na discussão dos currículos e dos grandes temas” (AGUIAR, 1995, p. 37). Neste sentido, embora as organizações das convenções<sup>20</sup> ocorressem com o enfoque de trazer a reflexão sobre o perfil profissional, este escopo se desenhou como conservador até a década de 1960, se alastrando até o ano de 1967 no “encontro de Araxá”, onde este traz consigo também algum acúmulo do modelo de Serviço Social que vinha sendo debatido na América Latina<sup>21</sup> - que se expressou numa fase embrionária do movimento de reconceituação, localizado a partir da década de 1940 na forma de congressos Pan Americanos -, a fim de sustentar os ensaios de ruptura com todo o paradigma até então carregados acerca do significado do Serviço Social (AGUIAR, 1995).

As reflexões aqui elencadas demonstram que o desenvolvimento profissional não depende somente da vontade da categoria, este desenvolvimento – e surgimento - da profissão se dá no âmbito da totalidade social, onde este é influenciado pelo modo de produção capitalista. Segundo Netto:

É somente na intercorrência do conjunto dos processos econômicos, sócio-políticos e teórico-culturais que tangenciamos nas seções precedentes que se instaura o espaço histórico-social que possibilita a emergência do Serviço Social como profissão. Sem a consideração deste marco específico, a análise da história do Serviço Social perde concreção e acaba por transformar-se numa crônica essencialmente historiográfica e linear (NETTO, 2011, p. 69).

<sup>20</sup> Segundo Aguiar (1995, p.37), ao todo, até o momento em que se avançou o debate com a intenção de ruptura do conservadorismo da profissão no “encontro de Araxá” em 1967, a ABESS, fundada em 1946 sob liderança de Odila Cintra Ferreira, promoveu 14 convenções no Brasil para tratar da formação profissional que, mesmo com temáticas referentes ao Serviço Social, teve como pano de fundo a sustentação da doutrina católica na direção da formação profissional.

<sup>21</sup> Concomitantemente a isto, na América Latina, haviam outros ventos que sopravam por mudanças na metodologia utilizada pelo Serviço Social, com a finalidade de alçar forças para superar o modelo conservador. Essas mudanças foram debatidas nos Congressos Pan Americanos, que de acordo com a ordem cronológica colocada por Ander-Egg e Kruse, datam-se da seguinte maneira: I – Santiago, 1945: Una estatua para Alejandro del Rio; II - Rio de Janeiro 1949: El canto del cisne de la vieja generación; III – San Juan de Puerto Rico 1957: El tecnicismo em su expresión más depurada; IV - San José de Costa Rica 1961: Los comienzos del desarrollismo; V – Lima 1965: capaz de reducir las condiciones de conflicto; VI – Caracas 1968: Revolucionarios em la O.E.A?; VII – Quito 1971: Bienestar Social: um asunto molesto para dictadores (originalmente publicados em Del Paternalismo a la conciencia de cambio: los congresos pan-americanos de servicio social, 1984).

Em concordância com Netto, Iamamoto nos situa que:

Sendo a profissão um produto sócio-histórico, adquire sentido e inteligibilidade na dinâmica societária da qual é expressão. Decifrar essa especialização do trabalho, supõe, neste sentido, elucidar os processos sociais que geram a sua necessidade social; o significado de suas ações no campo das relações de poder econômico e político – das relações entre as classes e destas com o Estado -, assim como o envolvimento no debate teórico e cultural de seu tempo. Portanto, situar o Serviço Social na história é distinto de uma história do Serviço Social reduzida aos muros da profissão, que tende a erigir o discurso dos profissionais como achados conclusivos da pesquisa. Esses, ao contrário, são materiais a serem submetidos ao crivo da crítica teórico-metodológica, redimensionando seu significado no jogo das forças sociais. (IAMAMOTO, 2015, p. 26).

Conforme coloca a autora, ir além dos muros da profissão exige o esforço de se debruçar sob a realidade concreta, realizar a leitura da realidade em movimento que, assentada na teoria social crítica, propicia entender a trama social envolvida na superfície do real. Logo, essa superfície se apresenta de formas determinadas de acordo com o próprio tempo e espaço, interligando questões objetivas e subjetivas da vida humana, colando em movimento constante a própria difusão da vida social e o desenvolvimento de suas forças produtivas necessárias para a subsistência e reprodução da vida humana. Com a ressalva de que ao acompanhar o desenvolvimento das forças produtivas, esta estrutura passa a determinar fatores econômicos, sociais, políticos e culturais. Adjacente à isto, as formas da organização social e suas relações, inscrevem na realidade os determinantes da vida social que interligam a todos as/os envolvidos no modo de produção, daí a contradição expressa pelo modo de produção, emergindo duas classes antagônicas, onde uma não tem condições de sobreviver sem a existência da outra nos moldes societários historicamente instituídos.

Envolver a totalidade neste modo de produção requer compreender que há nesta sociedade um acirramento de classes em constante disputa, e que, como resultado desta disputa, está a luta de classes, que na concepção de Marx (2007): “é a locomotiva que movimenta a história”. Logo esta história em curso, é composta por sujeitos com interesses distintos e, cabe à disputa de classes buscar o poder do Estado para dar direção social de sua ideologia, impregnando nas demais camadas seus valores de forma hegemônica, emitindo assim sua dominação de classe sobre classe.

Aqui, pode-se situar que na metade do séc. XX o Brasil alavanca sua agenda política econômica afinada com o desenvolvimentismo. É válido ressaltar a famosa expressão dos “50 anos em 5” – *slogan* que serviu para implementação do “plano de metas” -, utilizada pelo presidente Juscelino Kubitschek no seu mandato (1956 – 1961), que tinha o intuito de reforçar

a agenda liberal da constituinte de 1946 de dar continuidade ao desenvolvimentismo tocado por Vargas sob forma de “Estado Social Liberal”<sup>22</sup> abrindo sendas para divisão internacional do trabalho instalar em território brasileiro grandes empresas dos países desenvolvidos. Ou, nas palavras de Netto, [...] “um rearranjo nas relações entre o Estado, o capital privado nacional e a grande empresa transnacional, entregando-se a esta uma invejável parcela de privilégios” (2015, p. 36).

Todavia, ao passo em que o Estado vinha abrindo caminhos para investimentos externos, internamente foram assegurados um leque de direitos sociais pela constituição de 1946. Contudo, o período do regime militar (1964 -1985) veio para impor as “contrarrevoluções preventivas” (NETTO, 2015) e, conseqüentemente por freios aos tramites institucionais que vinham avançando na consolidação das matérias de direitos – em 1946, foi integrado a justiça do trabalho no poder judiciário, universalização da educação, entre outros -, que por meio do golpe militar após instaurado, uma série de Atos Institucionais (AI) passaram a conferir poder aos militares. Simões destaca que:

A constituição de 1946 passou a sofrer sucessivas emendas constitucionais e atos institucionais, que alteraram drasticamente as instituições políticas, o sistema representativo e a própria prática governamental, como a de outorgar ao Executivo a faculdade de governar por meio de decretos-leis (2013, p.127).

Nesta trama, o Serviço Social vinha promovendo uma série de discussões por vias internas a partir das convenções da ABESS e a partir da auto-organização de profissionais, docentes e discentes em seminários, fóruns e outras atividades. Além do cenário latino americano efervescer face os golpes de Estado sofridos em outros países vizinhos<sup>23</sup> dado pelo poder militar, as adversidades não impediram de que se erigisse um debate acerca da formação em Serviço Social e a quem ela servia.

---

<sup>22</sup> O contexto internacional do pós-guerra era obviamente contrário à concepção corporativista do Estado. As teorias sobre a política econômica haviam mudado com o pós guerra, sobretudo com a doutrina de John M. Keynes, incorporadas pelos Estados europeus, sob o ideário da socialdemocracia. Assim, a constituição de 1946 posicionou-se contra o intervencionismo estatal e o autoritarismo do Estado Novo e voltou a prestigiar a iniciativa da sociedade civil e os direitos individuais de inspiração liberal da primeira constituição republicana. Manteve e ampliou os direitos civis e políticos e as conquistas sociais instituídas anteriormente. Em decorrência, especialmente, dos compromissos, inclusive internacionais, de instituição do Estado Social (SIMÕES, 2013, p. 121).

<sup>23</sup> A América Latina teve diversos golpes militares orientados pelos EUA a partir da metade do séc. XX, a título de provocar a derrocada de possíveis governos de esquerda que pudessem ser afinados com princípios comunistas, a exemplo de alguns países que sofreram golpes, destaca-se em ordem cronológica: 1954 – Guatemala e Paraguai; 1962 – Argentina; 1964 – Brasil e Bolívia; 1968 – Peru; 1973 – Uruguai e Chile.

No ano de 1954, o Decreto nº 35.311 de 02 de abril do respectivo ano regulamentava o ensino do Serviço Social no Brasil, tendo como finalidades: I – prover a formação de pessoal técnico habilitado para a execução e direção do Serviço Social; II – aperfeiçoar e propagar os conhecimentos das técnicas relativas ao Serviço Social e, III – Contribuir para criar ambiente esclarecido que proporcione a solução mais adequada dos problemas sociais. A formação se refletia no currículo mínimo que tinha em sua organização as seguintes disciplinas obrigatórias durante o período de 3 séries: 1ª série abordava sociologia, ética geral, psicologia, estatística, noções de direito, higiene e medicina social, introdução ao Serviço Social, Serviço Social de casos e Serviço Social de grupos; a 2ª série correspondia ao ensino de economia social, legislação social, ética profissional, higiene mental, pesquisa social, atividades de grupo e organizações da comunidade; por fim, a 3ª série concluía com administração de obras sociais, organização social da comunidade e pesquisa social (BRASIL, 1954). Ainda na 3ª série da formação, cabia à/o estudante optar entre disciplinas ofertadas em setores que compreendiam “família” (Serviço Social da família, puericultura e economia doméstica), “menores” (Serviço Social de menores, direito do menor e aspectos psicopedagógicos da conduta do menor), “médico social” (Serviço Social médico, aspectos médico sociais das moléstias e nutrição) e “trabalho” (Serviço Social do trabalho e técnicas auxiliares e, higiene e segurança do trabalho). Com este currículo mínimo, poderiam ser acrescentadas disciplinas que fossem pertinentes propostas pelo conselho técnico administrativo de escola do Serviço Social, mediante aprovação do Conselho Nacional de Educação.

Nesta estrutura de formação profissional, Vasconcelos (2003) pontua que em meados da década de 1950 o movimento estudantil organizava-se promovendo seminários, colóquios, oficinas entre outras atividades que tinham objetivo de aprofundar o debate sobre a formação profissional. Logo, pode-se elencar a hipótese de que estes mesmos estudantes desta época, vieram a ser contingente dos profissionais que também participaram dos embates necessários para dar concretude ao movimento de reconceituação da profissão no Brasil, que transcorreu nas décadas subseqüentes no intuito de romper com o conservadorismo da profissão, inclusive fazendo crítica ao currículo posto em 1954, que, nas palavras de Teixeira, significou:

[...] um embate permanente. A luta de classes reverbera nas teorias e metodologias das ciências humanas e sociais aplicadas. No caso do Serviço Social, vale especificar que o período anterior à ditadura militar, (entre 1960 e 1963), quando muitos/as estudantes e profissionais ainda não tinham nascido, mas eu sim e era estudante de Serviço Social, foi palco de intenso processo de politização, mobilização e luta apaixonada, envolvendo estudantes e sindicatos no mundo inteiro, inclusive América Latina e Brasil, ante o ideário comunista como possibilidade concreta de transformação econômica, social e cultural (haja vista a revolução cubana e as lutas

de Che Guevara na América Latina). Tal conjuntura reverberou no já então curso de Serviço Social, no início da década de 1960. Foi o momento da reconceitualização no Serviço Social, quando entraram as primeiras manifestações de contestação às teorias conservadoras ensinadas nas escolas de Serviço Social, cujas formulações expressavam o pensamento da classe dominante da época, para quem os/as pobres, os/as desempregados/as e os/as desvalidos/as eram ‘desajustados/as’, daí que propunham o trabalho social como ‘ajustamento’. A Associação Latino-Americana de Escolas de Trabalho Social (ALAETS) e o Centro Latino-Americano de Trabalho Social (CELATS), organizações hoje extintas, eram formadoras do pensamento acadêmico em seu âmbito e difundiam um Serviço Social reconceituado. Debates e conflitos eram frequentes entre estudantes e professores/as de Serviço Social naquela época" (2016, s/p).

Junqueira (1980) indica que em janeiro de 1964 as escolas de Serviço Social do Nordeste promoveram um Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social (ERESS), este que segundo a autora, configura “um pré-ensaio do encontro de Araxá em 1967”. Daí, neste processo histórico identifica-se que a organização do movimento estudantil atuou como disparador das problematizações em torno da formação profissional, somando-se à busca por mudanças no âmbito do fazer profissional e expressando a incidência de movimentos sociais nas transformações do mundo do trabalho dos assistentes sociais, mesmo que com resultados não imediatos, mas construídos a longo prazo. Lembrando que em 1964, também se instaurou no Brasil um regime de ditadura civil militar e, a criminalização dos movimentos sociais (estudantes, sindicatos, trabalhadores, comunitários, etc.) deu legitimidade para o Estado agir com o uso legítimo da força manifestado em ações repressivas das organizações sociais.

Mediante os conflitos e embates na construção da identidade profissional, a década de 1960 vem acompanhada de um período de repressão militar e supressão de direitos. Politicamente falando, Santos (2013) salienta duas questões centrais sobre o golpe de 1964:

- 1) o exército se afirma, definitivamente, como árbitro da política nacional intervindo, mais uma vez, nas disputas políticas em torno do Estado; 2) à diferença das outras vezes que interviu, desta feita os militares pareciam unidos contra o populismo e dispostos a exercer, eles mesmos, o poder. Prova disso foi a sua atitude nos embates com o Congresso logo no sítio que se seguiram ao golpe, exigindo uma legislação que possibilitasse ao executivo uma “limpeza ideológica” no país, através da cassação de mandatos e demissão de funcionários públicos. Mediante a recusa do congresso, foi publicado o primeiro Ato Institucional (AI) (SANTOS, 2013, p. 86).

Obviamente a profissão não estava alheia à conjuntura política e seus desdobramentos no território brasileiro, contudo, com parca produção teórica por parte da profissão e, dado os desdobramentos que seguia tal conjuntura política, não só no Brasil, como na América Latina, a correlação de forças que emergiu neste cenário pôs a profissão para pensar e redefinir seu papel na sociedade. Criando condições para superação dos arranjos em torno da “renovação e

conservadorismo”, lançando-se para uma direção crítica da organização social que se apresentou nesta época, tinha-se então uma insurgência dos preâmbulos que veio a dar sustentação e condições históricas para o Movimento de Reconceituação ser aderido no Brasil e engrossar a amplitude deste movimento que efervesceu na América Latina a partir da década de 1960, no intuito de superar as amarras de dominação político-econômica que, advindas dos países desenvolvidos para ordenar e estruturar o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, não deixa de representar e expressar a dominação de classe sobre classe.

### **2.3 movimento de reconceituação no Brasil e a constituição profissional no século XX**

Situar o movimento de reconceituação no Brasil remete pesquisar o significado deste movimento para a profissão dentro do processo histórico em que este tomou condições materiais para se desenvolver. Se anteriormente conforme percorrido, na América Latina esse processo em sua etapa “embrionária” emerge durante a década de 1940, pode-se dizer que este se cristaliza no Brasil a partir da década de 1960, como já destacado anteriormente. Neste sentido, Netto, coloca que:

No século passado, a transição da década de 1960 para 1970 foi, de fato, assinalada em todos os quadrantes por uma forte crítica ao que se pode, sumariamente, designar como “Serviço Social tradicional”: a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal-burguesa, que de um ponto de vista claramente funcionalista, visava enfrentar as incidências psicossociais da “questão social” sobre os indivíduos e grupos, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida social como um dado factual ineliminável (NETTO, 2005, p.6).

A crítica que levantada contra o “tradicional” se torna tangível quando os aspectos de uma “crise de fundo da ordem capitalista” (NETTO, 2005) apontam tensionamentos nas relações sociais inerentes à própria organização do modo de produção. Ou seja, “o tensionamento das estruturas sociais do mundo capitalista, tanto nas suas áreas centrais quanto periféricas, ganhou uma nova dinâmica e gestou-se um quadro favorável para a mobilização das classes subalternas em defesa de seus interesses imediatos” (NETTO, 2005, p.7).

Face a força das mobilizações que expressavam resistências às afrontas do desenvolvimento econômico, o movimento de reconceituação no Brasil levanta-se numa conjuntura política que induz à crítica do significado da profissão neste desenvolvimento conjuntural junto à expansão ditatorial no país. Inerente ao cenário descrito, as respostas dadas por aqui em confluência com o movimento, segundo Netto, sustentam-se nos seguintes aspectos:



Em primeiro lugar, a revisão crítica operada nas fronteiras das ciências sociais, culminando com a deslegitimação do que operava como fundamentação científica do Serviço Social: a sociologia e a psicologia acadêmicas. Em segundo lugar, o deslocamento sociopolítico de instituições cujas vinculações com o Serviço Social são notórias: as Igrejas – em especial, mas não exclusivamente, a católica. Em terceiro lugar, o movimento estudantil, cujo protagonismo – em meio às peculiaridades da “rebelião juvenil” – foi decisivo na crítica ao tradicionalismo no Serviço Social (NETTO, 2005, p.8).

Essas condições históricas que expressam rebeldia e resistência, se deram em momento que se alavancava a força do regime militar, onde por meio do AI o poder foi centralizado junto aos militares, estes passaram a manter relações diplomáticas com os EUA, que passava por uma série de embates referente a ameaça do “comunismo” nos países situados no ocidente, em suma, os da América Latina. Além da situação da guerra fria entre Rússia e EUA, a expansão político-econômica centradas a partir do liberalismo, faz com que os laços entre Brasil e EUA se estreitassem, e por aqui o capital estrangeiro encontrou sendas para se instalar, configurando a expansão do “capitalismo monopolista” (NETTO, 2011).

Segundo Aguiar:

[...] passamos a receber e a incentivar a entrada de grandes contingentes de capital estrangeiro, para o crescimento da produção industrial brasileira. Celso Furtado nos diz: “a alta do crescimento da produção industrial brasileira, alcançada a partir de 1968, foi obtida através de uma política governamental muito bem sucedida que visa a atrair as grandes empresas internacionais e fomentar a expansão das subsidiárias destas no país. Como consequência desta presença de capital estrangeiro, a dependência se reforça. A economia do país passa a ser determinada pelas multinacionais. Ela absorve as nacionais, ou as coloca no plano secundário. Também o Estado encontra-se a serviço as mesmas. Tem que manter condições para que as empresas internacionais possam investir. No Brasil, além da estabilidade social, econômica e política, as multinacionais contam com a mão-de-obra barata, pela transferência de mão-de-obra do setor de subsistência para o setor moderno. E essa presença do capital estrangeiro é mostrada como ajuda aos países subdesenvolvidos. O que podemos constatar é que dentro desse tipo de economia os países periféricos financiam os cênicos. Toda “ajuda” visa apenas a sugar os países desenvolvidos. Os países cênicos permitem um certo crescimento para assim impedir as tensões sociais. O que eles nos “emprestam” levam de volta (AGUIAR, 1995, p. 107).

Dentro deste processo histórico, as articulações políticas e econômicas vinham reestruturando o mundo do trabalho e, conseqüentemente, as relações sociais. Com estes acontecimentos, o movimento de reconceituação latino-americano do Serviço Social teve ainda mais motivos para se reestruturar mediante o quadro que outrora se apresentou à profissão nos países do sul. No Brasil, este movimento propiciou encontros emblemáticos como marcos históricos na reconfiguração profissional em detrimento da organização social direcionada pelos países desenvolvidos nos fatores econômicos. Destacam-se os encontros de Araxá,

Teresópolis, Método Belo Horizonte, Sumaré e Alto da Boa Vista, encontros que dentro de suas possibilidades corroboraram na constituição histórica da profissão no sentido de superar o conservadorismo/Serviço Social tradicional que perduraram durante os debates promovidos nesses eventos, processo de médio prazo que culminou uma identidade aliada com e a serviço da classe trabalhadora.

Contudo, a identidade profissional passava por necessidades de romper a consciência historicamente imposta à profissão em sua constituição no Brasil. Martinelli, pontua que:

Tornava-se cada vez mais claro que era preciso desalojar do interior da categoria profissional a reificada e reificante identidade atribuída, lutando coletivamente pela construção de uma nova identidade, plena de historicidade e capaz de se articular com as forças revolucionárias que buscam a construção de uma nova sociedade. [...] era na realidade concreta, no movimento de luta de classes, no conjunto de relações, diferenças, interações e contradições que sua construção podia consolidar-se, ganhando materialidade, concretude histórica e movimento interno incessante a tomada de consciência dessa nova e fecunda dimensão da identidade determinava um novo percurso para a caminhada da categoria profissional, pois colocava como um verdadeiro imperativo a busca de aproximação com as classes populares. [...] somente conhecendo a sua realidade de classe, as reivindicações coletivas de seus membros, as dificuldades materiais na produção da existência, é que se poderia reverter o quadro de uma prática impositiva, coercitiva e controlista. (MARTINELLI, 2011, p.147).

A colocação de Martinelli (2011) reflete como a discussão sobre a realidade concreta emitia sinalizações para “reverter” o quadro de uma prática tradicional a partir do movimento de reconceituação de forma mais ampla na América Latina. Esse processo apresentou encontros emblemáticos na construção de uma identidade profissional voltada aos interesses da classe trabalhadora, no entanto, não foi isento de uma resistência historicamente conservadora que permeou o Serviço Social brasileiro voltando seus interesses em manter a profissão assentada na manutenção do status quo historicamente determinado pelo modo de produção capitalista.

Dos encontros em destaque, no encontro na cidade de Araxá, em Minas Gerais ocorrido durante os dias 19 a 26 de março de 1967 com apoio do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercambio de Serviço Social (CBCISS) detinha em sua composição a “geração 65”<sup>24</sup>. Este grupo composto de assistentes sociais latino americanos foi instituído no encontro de Porto

---

<sup>24</sup> [...]o ano de 1965 marca, para a maioria de seus analistas, a realização do primeiro evento público do processo de reconceituação do trabalho social latino-americano, o qual vinha se gestando em vários pontos do Continente. E esse certame público se verificou em Porto Alegre, de 11 a 15 de maio (semana do Assistente Social) desse ano. Seus pioneiros passaram a ser chamados de “generación 65” em todo o continente. Ainda em 1965 foi fundada, no Panamá, com a presença de um professor desta Faculdade, a ALAETS (Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social). Esta, como única instância continental, fundou seu organismo acadêmico, o Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS). Ambas tiveram, e continuam tendo, enorme influência na política regional do trabalho social, em todos os países do Continente (CORNELLY, p.16, 2002).

Alegre no I Seminário Regional Latino Americano organizado pela PUC-RS que aglutinou o debate voltado para a ditadura na América Latina e a expansão do capitalismo.

Araxá teve em suas bases documentos organizados por docentes da PUC-SP, orientando o debate em 5 eixos: I componentes universais do Serviço Social; II metas do Serviço Social; III o Serviço Social face ao processo de formulação e implantação da política social; IV papel do Serviço Social e funções do Serviço Social; V níveis de atuação, funções, ótica e metodologia. Estes eixos vão ao encontro aos roteiros de discussões elaborados pelo CBCISS: I discussão sobre o conceito de Serviço Social; II discussão de Serviço Social de caso; III discussão de Serviço Social de grupo; IV discussão de desenvolvimento de comunidade (DC) e V discussão de administração de programas (AGUIAR, 1995). Após este encontro, as discussões que ali se deram suscitaram o “Documento de Araxá”, dando andamento ao processo de reconceituação do Serviço Social brasileiro que seguiu nos encontros de Teresópolis, do Método BH e Sumaré.

É possível perceber que o encontro de Araxá em seus debates orientados parece tratar a identidade profissional voltada na operacionalização da política social, não vislumbrando a totalidade social que envolve a organização das relações sociais sob a órbita do capital e como este reverbera nas relações que envolvem o trabalho da/do assistente social em sua complexidade. A crítica ao encontro de Araxá aponta que embora houvesse ampliação no debate acerca da organização dos processos de trabalho que envolvessem o Serviço Social em suas bases de formação, essa organização formulava a “perspectiva modernizadora” que Netto (2015) explicitou como:

Expressão do processo de renovação do Serviço Social no Brasil. Emergente desde o encontro de Porto Alegre, em 1965, ela encontra a sua formulação afirmada nos resultados do primeiro “Seminário de Teorização do Serviço Social”, promovido pelo CBCISS na estância hidromineral de Araxá (MG), entre 19 e 26 de março de 1967, e se desdobra nos trabalhos do segundo evento daquela série, também patrocinado pelo CBCISS e efetivado entre 10 e 17 de janeiro de 1970, em Teresópolis (RJ) (NETTO, 2015, p.213).

Para Faleiros:

O documento de Teresópolis, de 1970, põe ênfase no conceito de necessidades humanas, segundo a formulação dada tanto pelo grupo de economia e humanismo, como pelas Nações Unidas, buscando-se aquilatar a distância entre o provimento de necessidades na realidade e os limites estruturais, restringindo-se, no entanto, à consideração de uma realidade em seu movimento histórico mais imediato, sem relacioná-lo com a dinâmica de classes, de opressão. As “funções” do Serviço Social foram elaboradas ainda na perspectiva desenvolvimentista, articulando, no entanto, economia e cultura (ver CBCISS, 1971). O Serviço Social, desse modo, deve buscar

atenuar situações de carência e adequar-se às formas de mudança e de crescimento estabelecidas pelos grupos hegemônicos (FALEIROS, 2005. p.23).

Até então, os debates influenciados pela reconceituação latino americana no Brasil não obtiveram êxito em uma contraposição ao conservadorismo já inalado pela profissão e suas características históricas amarravam o que Iamamoto (2011, p. 28) denominou como “arranjo teórico-doutrinário-operativo”, limitando o movimento de reconceituação e sua essência, reforçando que “[...] as representações que orientam o conteúdo de um programa para a sociedade, embora preservem seu conteúdo utópico, não se contrapõem à ordem capitalista, e passam a ser mobilizadas e incentivadas pela própria burguesia e pelo Estado” (IAMAMOTO, 2011, p.29).

Pode-se entender que somado à isto, a fragilidade de uma identidade profissional, também repercute sobre o perfil que ingressa no curso de Serviço Social, segundo Iamamoto (2011, p. 49), em pesquisa conduzida pela ABESS em 1967, sobre os “principais motivos que levam à procura do curso de Serviço Social” conta com amostra de análise que indica os seguintes dados: 32,7% refere “vontade de ser útil”, “querer ajudar os outros” e “contribuir para o desenvolvimento do país”; 25.3% corresponde a “achou que tinha vocação” e “meio de se realizar”; 11,6% “arranjar melhor emprego”; 10,4% “exclusão de outras profissões”; 9,3% “outros motivos”, 5,2% “ampliar conhecimentos”; 4% “gosta da profissão” e “de lidar com pessoas”; 1,1% “influência de outra assistente social” e, 0,4% “teste de orientação vocacional”. Destes dados, 90% demonstram que o perfil estudantil é feminino e os 10% restantes, masculino.

Analisar as dificuldades atreladas à intenção de ruptura em virtude do cenário político conduzido pelo “desenvolvimentismo” e também os condicionantes estruturais que estigmatizavam a imagem profissional, propicia levantar elementos que justificam a propagação conservadora na estruturação da profissão durante este curto período da reconceituação (1965-1975). Da “afirmação da perspectiva conservadora” em Araxá, à sua “cristalização” em Teresópolis (NETTO, 2015, p. 217-248), o Documento de Teresópolis tratou de reflexões acerca da “concepção científica da prática do Serviço Social” e “aplicação da metodologia do Serviço Social” (NETTO, 2015, p. 239). Segundo Netto (2015), estes tópicos tinham como pautas: fundamentos da metodologia do Serviço Social; concepção científica da prática do Serviço Social; conhecimentos científicos que embasam a prática do Serviço Social; apreciação dos critérios e das tendências que vêm orientando a formulação da metodologia do Serviço Social; aplicação da metodologia do Serviço Social; teorias que fundamentam o

diagnóstico e técnicas para sua elaboração; teorias que fundamentam a intervenção e técnicas para sua elaboração.

Em virtude da construção dos documentos de Araxá e Teresópolis, os resquícios destes encontros reverberaram na estruturação do currículo mínimo de 1970. De acordo com Maciel (2006, p.95), “nesse período vigorava o 2º currículo de Serviço Social, datado de 1970, constituído de uma carga horária mínima de 2.500 horas, com duração mínima de três anos e máxima de cinco anos e que estabeleceu dois ciclos na formação profissional [...]”. Os dois ciclos supracitados, dividiam-se entre “ciclo básico” e “ciclo profissional”, o primeiro tinha como disciplinas obrigatórias a sociologia, economia, psicologia, direito e legislação social, e teoria do Serviço Social. O segundo, se remetia às disciplinas de política social, métodos de Serviço Social (caso, grupo e comunidade) e ética profissional.

A forma como se desencadeou a estruturação do currículo em 1970 (parecer 342), após 17 anos da aprovação do currículo mínimo de 1953 expressa poucas mudanças relevantes na estrutura da formação profissional, tendo em vista que a “modernização” do currículo ainda repetia a velha fórmula tradicionalmente instituída à formação, talvez se apresentando sob novas roupagens modificando sua aparência, enquanto na essência mantinha o mesmo aporte teórico positivista traduzindo práticas funcionalistas à manutenção da ordem social, ou seja, conservava o velho *modus operandi*, ou, como traduzido nas palavras de Netto, era uma “perspectiva modernizadora” (2015, p. 248).

Neste período, o “Método de Belo Horizonte” ou “Método BH”, conduzido por Ana Maria Quiroga e Leila Lima Santos junto à escola da PUC-MG (1972-1975), apontam uma série de limitações implicadas na superação do Serviço Social tradicional, segundo Santos (1999), havia a necessidade de avançar na forma de produzir conhecimento no Serviço Social e, principalmente no método e prática, desafio assumido pelo Método BH, ao mesmo tempo em que se tomavam caminhos equivocados na estruturação de como superar o molde conservador. De acordo com a autora:

Os grupos “reconceitualizados” rechaçavam a metodologia “clássica” (caso, grupo, comunidade) e formulavam alternativas que se constituíam em verdadeiras “armações”, com etapas, fases, momentos, aproximações, cujo produto final era uma alternativa sofisticada ao estudo, diagnóstico e tratamento proposto pela “metodologia americana” (SANTOS, 1999, p. 08).

Constata-se que o processo da “intenção de ruptura” se deu de forma em que a disputa da direção da formação profissional era composta, de um lado, por um grupo embalado pelos ventos do movimento de reconceitualização latino americano, doutro, um grupo que pretendia

“modernizar” a profissão, porém a modernização se figurava como uma atualização conservadora. Faleiros destaca que “é preciso ir aos fundamentos da reconceituação como um paradigma crítico de análise e de estratégias socioprofissionais (2005, p. 22). Neste sentido, há uma divisão entre os profissionais que defendiam a aproximação com a teoria social crítica a partir da proposta de articular, teoria, história e método.

Segundo Netto (2009), esta época da transição da década de 1970 para 1980 pode ser entendida como período histórico que avança a construção de um projeto ético-político do Serviço Social. Para o autor, “este período marca um momento importante no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, vincado especialmente pelo enfrentamento e pela denúncia do conservadorismo profissional” (NETTO, 2009, p. 141-142) que desencadeou um processo de recusa e crítica do conservadorismo, historicamente sustentando o que vem a ser hoje as raízes do Projeto Ético Político da profissão.

O autor ainda expõe as tensões em torno dos projetos profissionais e pluralismo, colocando-as da seguinte forma:

Mais exatamente, todo corpo profissional é um campo de tensões e de lutas. A afirmação e consolidação de um projeto profissional em seu próprio interior não suprime as divergências e contradições. Tal afirmação deve fazer-se mediante o debate, a discussão, a persuasão – enfim, pelo confronto de ideias que não por mecanismos coercitivos e excludentes. Contudo, sempre existirão segmentos profissionais que proporão projetos alternativos; por consequência, mesmo um projeto que conquiste hegemonia nunca será exclusivo (NETTO, 2009, p. 145).

Durante o movimento de reconceituação no Brasil, o Método BH experimentou as tensões e lutas na estruturação de um projeto profissional. O que Santos (1999) denominou de “Marchas e contramarchas do Serviço Social: reexaminando a reconceituação” (1999, p. 167-178), expõe de forma crítica as limitações e as possibilidades cabíveis daquele momento em que se planejava arguição de um projeto profissional que engendrasses condições materiais de superação frente ao conservadorismo, que perdurava em sua essência de forma velada, como bem pode-se conferir na estruturação curricular do ensino em Serviço Social, que insistia em manter um profissional dotado de técnica, porém, acrítico conservando bases de um Serviço Social tradicional.

Conforme Santos (1999) pontua, na “explosão de uma época” (1999, p. 107), foi possível analisar as limitações e possibilidades reais de transformação na estrutura curricular do Serviço Social, processo que avançou junto à PUC-MG na condução do método BH, sob os ventos do movimento de reconceituação latino americano. Santos assinala que:

A explicitação consciente dos interesses presentes no processo do desenvolvimento latino-americano e a utilização que fazem do Serviço Social como instrumento racionalizador dos desequilíbrios sociais permitiram aos profissionais entender a natureza classista do Estado e das políticas sociais, as concepções estratégicas do desenvolvimento econômico, o papel dos técnicos e intelectuais na sociedade, o que significou um interesse em conhecer o processo histórico da formação social latino-americana e desenvolvimento progressivo e contraditório do sistema capitalista (SANTOS, 1999, p.110).

A necessidade de articular história, teoria e método vinha com intenção de apreender o significado social tanto da profissão, como da organização social permeada pelo desenvolvimento do capitalismo. Além da aproximação com a metodologia das ciências sociais para leitura da realidade posta, as limitações colocadas pelo padrão “neutro” e “positivista” de investigação demonstravam isolamento do objeto de investigação para análise, além de desvincular o processo de análise da totalidade histórica e material que o condicionou, promovendo análises equivocadas e dogmáticas, negando a dialética que mantém a vida social e seus fenômenos em movimento.

A “relação teoria-prática no trabalho social: método BH” conduzida pela equipe<sup>25</sup> de docentes da PUC-MG, naquele período significava que:

[...] se centraram nos problemas teórico-práticos da profissão como fatores que vem exigindo novas proposições e encaminhamentos. Considerando-se que estas novas proposições se referem tanto à teoria quanto à prática, esses dois elementos deveriam integrar o presente trabalho” (SANTOS, 1999, p. 11).

Logo, a proposta do Método BH, encerrado no ano de 1975 perdurou nos debates que seguiram nas convenções da ABESS. De acordo com Faleiros (2005), esse período de aproximação com o marxismo era com o “materialismo vulgar soviético”, destacando que, a análise de Santos (1999): “chama a atenção tanto para a crítica ao assistencialismo do primeiro momento, que se esqueceu da luta de classes, quanto para uma crítica do segundo momento, que se reduziu ao determinismo marxista nas condições de produção (FALEIROS, 2005, p. 26). Faleiros (2005) ainda localiza o projeto da escola de Valparaíso<sup>26</sup>, que vinha de encontro ao serviço tradicional, salientando que neste projeto “fica bem claro que a ruptura com o tradicional deve situar o Serviço Social na sociedade de classes, e sua ressignificação deve

<sup>25</sup> Tal equipe de organização também teve em seu processo a colaboração de Wanira Pacheco e Consuelo Quiroga, somadas à este grupo vinha Marilda Iamamoto, Helena Paixão, Vanessa Paiva, Márcia Pinheiro, Diva Maria de Souza Nazareth de Oliveira e Maria Helena Lacerda (SANTOS, 1999).

<sup>26</sup> Vicente de Paula Faleiros foi exilado no Chile na época da ditadura militar, onde pode desenvolver atividades relacionadas ao Serviço Social em conjunto com assistentes sociais da Escuela de Trabajo Social de Valparaíso. O projeto foi elaborado por Faleiros, Myrta Crocco, Teresita Quiroz, Cecília Leiva, Eloísa Palma e Maria Edith Joffré (FALEIROS, 2005, p.26).

articular-se às reais necessidades da classe trabalhadora em suas relações históricas no contexto das sociedades capitalistas, em geral e em particular” (FALEIROS, 2005, p.26). Nesta perspectiva, o mundo do trabalho e suas relações sociais se estabelecem no capitalismo dependente, concentrador e excludente.

Além do ressignificado político, no âmbito teórico a mesma escola adota diretrizes sentadas na perspectiva do método de Marx. De acordo com Faleiros,

Nessa escola foram elaboradas, simultaneamente, uma crítica ao positivismo e à focalização do Serviço Social em problemas isolados e a fundamentação do mesmo no materialismo histórico. Este paradigma parte de uma ruptura epistemológica e metodológica com o positivismo e com uma visão vulgar da chamada passagem do “conhecimento sensível” ao “conhecimento racional”. No projeto de Valparaíso afirma-se claramente que é necessário um enfoque de totalidade, histórico e crítico. Faz referência à relação aparência/essência, a partir da alienação, em uma articulação dialética, portanto sem o linearismo da “passagem” acima referida, do conhecimento comum/sensível com o conhecimento teoricamente elaborado (FALEIROS, 2005, p. 27).

Face o levantamento histórico realizado, verifica-se que as forças antagônicas deste movimento em correlação de forças vinha dimensionando o Serviço Social crítico à superação do modo conservador, de acordo com Goin:

Mesmo que não homogênea, a construção do Movimento indagou a “formação por manuais” e obstaculizou uma densa e sólida formação teórico-metodológica para garantir processos interventivos que percebessem que os determinantes sociais e conjunturais não são sincrônicos aos objetivos profissionais, mas tampouco inexpressivos à apreensão da realidade social. Nesse bojo, “a análise concreta das situações concretas” deixa de ser diminuta e deletéria, para assumir posição imprescindível nas aproximações ao objeto e evitar os riscos com abordagens ecléticas, dogmáticas e/ou sectárias. Teoria e prática deixam de ser tratadas individualmente, para assumirem organicidade: formação e trabalho profissional à luz de uma unidade teórico-prática (GOIN, 2016, p.106).

Os resultados de pesquisa da tese de doutoramento de Goin (2016) ao investigar os “Fundamentos do Serviço Social na América Latina e no Caribe” apontam que este movimento não teve condições de se expandir devido à repressão ditatorial expressa nos países latino americanos. Contudo, apesar das dificuldades impostas pela conjuntura política, coloca o seguinte:

O que iniciou outrora como “desconformidade” entre o profissional e o institucional, e acabou por se revelar como um dos grandes marcos no processo sócio histórico da profissão na região, não apresentou legados ainda maiores, porque as ditaduras militares impressas entre os anos 1960 e 1990, na América Latina, financiadas pelos Estados Unidos e a serviço das oligarquias, tarjaram e irromperam qualquer possibilidade de construção coletiva revolucionária, mas não impossibilitaram que os



produtos fossem duradouros à profissão pós abertura democrática (GOIN, 2016, p.115).

A investigação aponta que o ano de 1975 foi o final da expressão da reconceituação no Brasil, porém, este movimento deixou como herança as necessidades de mudanças para a profissão, que ainda vinha sendo tensionada pelo *modus operandi* conservador, como pode se verificar na atualização do código de ética de 1975. Em prévia análise de Barroco (2012), a autora pontua que:

As pequenas diferenças entre os três códigos anteriores a 1986 decorreram de mudanças realizadas na trajetória da profissão. O primeiro código (1947) – expressando a estreita vinculação do Serviço Social com a doutrina social da Igreja Católica – era extremamente doutrinário e subordinado aos dogmas religiosos. O segundo (1965) – revelando traços da renovação profissional no contexto da modernização conservadora posta pela autocracia burguesa (Netto, 1991) – introduziu alguns valores liberais, sem romper com a base filosófica neotomista e funcionalista. O terceiro (1975) suprimiu as referências democrático-liberais do Código anterior, configurando-se como uma das expressões da reatualização do conservadorismo profissional (Netto, 1991) no contexto de oposição e luta entre projetos profissionais que antecederam o III CBAS de 1979 (BARROCO; TERRA, 2012, p. 45).

Nesta correlação de forças pela direção a ser dada na construção de um projeto profissional que posteriormente veio a consolidar e materializar a superação do *modus operandi* conservador, esta época germinou a contestação posta pelo movimento de reconceituação. Os resultados se verificam mais tarde no encontro de Sumaré (1978) que antecedeu o III CBAS (1979) na reforma curricular de 1982 e seminário do Alto da Boa Vista (1984).

Este processo, chamado por Netto (2015) de “deslocamento da perspectiva conservadora” (2015, p. 248) figuram a cristalização da intenção de ruptura almejada pela vertente crítica. A organização destes encontros, de acordo com Netto se deram da seguinte forma:

O seminário de Sumaré realizou-se entre 20 e 24 de novembro de 1978, reunindo, entre coordenadores, consultores, apoiantes e partícipes, um total de 25 pessoas, das quais nove tinham estado em Araxá e sete em Teresópolis. O seminário do Alto da Boa Vista, reunido em novembro de 1984, envolveu – sem contar os conferencistas convidados e os profissionais que contribuíram previamente na elaboração de *papers* coletivos – 24 pessoas (23 profissionais e 1 estudante), das quais um estivera em Araxá, dois em Teresópolis e três no Sumaré. Salvo erro, a representatividade nacional dos participantes foi sensivelmente menor que dos eventos anteriores. Os documentos de ambos os seminários estão compendiados em CBCISS (1986, 1988) (NETTO, 2015, p.250).

O seminário de Sumaré “deveria enfrentar três temas básicos: a relação do Serviço Social com a Cientificidade, a Fenomenologia e a Dialética (CBCISS, 1986. p.11)” (NETTO,

2015, p. 253), contudo, conforme expõe Netto, esses esforços não deram conta de conceber crítica que envidasse condições de romper com o conservadorismo. Haja vistas que após Teresópolis, o III CBAS demarca um divisor de águas na aproximação com a vertente crítica, a convenção da ABESS em Natal (RN) 1979<sup>27</sup> pôde dimensionar a reforma curricular. De acordo com Maciel (2006):

Uma das alternativas mais significativas que garantiram a dinamização da discussão sobre a formação profissional foi a redefinição do currículo mínimo de Serviço Social. Este currículo, aprovado em 5.8.82, pelo Conselho Federal de Educação - CFE, através do Parecer 197/80, com carga horária de 2700 horas, ficou caracterizado pela subdivisão em duas partes: uma básica e outra profissionalizante. A área de conhecimentos básicos englobaria o conhecimento do contexto social, institucional e da clientela do Serviço Social. Como complemento, a área de conhecimentos profissionalizantes abordaria o estudo do objeto, objetivos, habilidades e estratégias da ação (MACIEL, 2006, p. 96).

Maciel (2006, p. 97) demonstra como se estruturava a divisão da formação e as matérias de Serviço Social, conforme o seguinte quadro:

Área básica	Área profissional	Matérias Complementares Obrigatórias
Filosofia Sociologia Psicologia Economia Antropologia Formação Social, Econômica e Política do Brasil Direito e Legislação Social	Teoria do Serviço Social Metodologia do Serviço Social História do Serviço Social Desenvolvimento de Comunidade Política Social Administração em Serviço Social Pesquisa em Serviço Social Ética Profissional em Serviço Social Planejamento Social	Estudo dos Problemas Brasileiros Educação Física

Fonte: (MACIEL, 2006, p. 97).

Pode-se identificar a proximidade da formação profissional na articulação de história, teoria e método quando se afirmam nas diretrizes as disciplinas de teoria, metodologia e história

<sup>27</sup> Em depoimento de Maria Ines Souza Bravo, é possível identificar que desde a Convenção de Piracicaba (SP) a intenção de ruptura vê resistência na vanguarda conservadora. Em debates intensos e exaustivos, o seguimento histórico culmina a nova reestruturação curricular proposta em Natal RN), no ano de 1979 após III CBAS. Eugenia Célia Raizer destaca que nesta convenção foi a primeira vez que houve participação de estudantes junto à convenção (Síntese de entrevistas concedidas ao documentário dos 70 anos de ABEPSS, 2016). Destaca-se que o primeiro Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social ocorreu em Londrina, no Paraná no ano de 1978, momento onde politicamente há avanços na organização estudantil, que historicamente sentiu a repressão da ditadura militar, refletindo na fragmentação e inviabilidade de organização coletiva.

do Serviço Social. A confluência destas disciplinas busca assentar a profissão como divisão sócio técnica do trabalho na sociedade de classes permeada de contradições, historicidade, dentro de uma totalidade histórica, como situam Yamamoto e Carvalho no livro “Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica” no ano de 1982.

É possível salientar que em uma conjuntura política arbitrária e autoritária, quaisquer movimento de resistência é ousado, além das atividades referentes ao Serviço Social nesta época, o mundo em seus primeiros passos neoliberais demonstra seus avanços e seus reflexos na conjuntura política econômica. “[...] A crise do capital desencadeada nos anos 1970 aprofunda sua concentração e liderança sobre o capital financeiro [...]” (IAMAMOTO, 2011, p. 10) e, sob esta ótica o avanço da revolução das tecnologias, apoiadas na microeletrônica, robótica, avanços da biologia, física e da química entre tantos ramos científicos, acentuam ainda mais as lacunas das desigualdades sociais, pois este é radicalizado exponencialmente com os avanços do capital.

Reconhecer que a recessão econômica, a desregulamentação da economia e amplas supressões dos direitos sociais e políticos conquistados implicam em crescimento do sub emprego e desemprego. Isto engloba alterações significativas nas relações entre Estado e sociedade, e as formas como são divididos os fundos públicos, pois, nesta época os interesses econômicos privados que passam a complementar a organização da sociedade, muitas vezes, oferecem serviços de má qualidade para a população.

As políticas de combate à pobreza passam a ser focalizadas, voltadas para os segmentos mais pauperizados da população, enquanto os serviços que aplicam essas políticas, passam a ser lucrativos e privatizados, ampliando a mercantilização da força de trabalho para suprir as necessidades básicas. Neste sentido, o aspecto profissional parece atender à “consumidores”, destes serviços.

Ao mesmo tempo em que a conjuntura política e econômica indicavam estes aspectos do desenvolvimento do capital a nível globalizado, dentro da categoria do Serviço Social: movimento estudantil, profissionais e docentes da área tencionavam a ruptura com o modo ‘conservador’ do fazer profissional. Netto (2011) destaca que durante a década de 1970 houve uma aproximação da profissão com a teoria crítica marxista, esta que, direciona a categoria como um todo à mobilização que no III CBAS em 1979 dava seus passos a favor da classe trabalhadora entendendo o conflito de classes oriundos do modo de produção capitalista, ruptura que incidiu também na reforma curricular promovida puxada pela ABESS em 1982.

Onde as diretrizes desta reforma confluíam com a formação crítica apoiada no método crítico-dialético de Marx, apropriando-se desta metodologia para a formação a fim de afirmar mudanças no mundo do trabalho da categoria, que até então se fundamentava em teorias positivistas e fenomenológicas que direcionavam a ação profissional assentada no funcionalismo imposto pela divisão social do trabalho, reproduzindo a alienação na práxis profissional.

Maria Helena da Almeida Lima ao analisar o contexto do Serviço Social e sociedade brasileira em 1982 conclui que:

Em síntese, pode-se afirmar que a posição do profissional brasileiro, coerente com a sua visão de realidade, se estrutura em aderência ao projeto ideológico que se define dentro do Estado, e por um reconhecimento da natureza ideológica de sua intervenção, mas a ideologia é por ele percebida como ideologia em geral, no caso, a ideologia desenvolvimentista, ao tempo inteiramente ineficaz do ponto de vista social. Com essa postura, o profissional brasileiro tenta ocultar a natureza do vínculo que faz com a sociedade. Essa via – a par de negar o solo fundador da Reconceituação – ou o ponto de ruptura a partir do qual foi possível o distanciamento crítico criador das condições que permitiram captar a ligação da prática profissional com os interesses dominantes, repõe o caráter neutro dessa prática, enquanto reafirma uma pretensa autonomia da sociedade (LIMA, 1982, p. 132).

Esse apontamento de Lima demonstra que a identidade profissional criada com a reconceituação é corrompida de acordo com os valores ideológicos institucionais, evidenciando o choque entre projetos societário e projeto profissional que configuram na organização da sociedade, além de situar o porquê Netto teoriza sobre a intenção de ruptura (2015, p. 314). O Estado é o que medeia as relações sociais e, desta forma, de acordo com os interesses de quem o direciona, se estabelecem prioridades sobre o que será executado dentro de determinados períodos de acordo com a determinação política que está direcionando as ações (que geralmente exprimem os conflitos interesses econômicos e sociais).

Este período, demarcado pelos avanços na reformulação curricular também emerge o que Netto (2015) denomina como “a reatualização do conservadorismo” (2015, p. 258), principalmente no encontro do Alto da Boa Vista (1984), que, mesmo após avanços do congresso da virada e da nova estruturação curricular, tinha intuito de modernização. O autor pontua que:

O seminário do Alto da Boa Vista desenvolveu-se a partir de sete conferências, pronunciadas por convidados: Martins de Souza cuidou da “problemática autoritária” no Brasil, L. Konder falou de aspectos da história do marxismo no país, Silva Oliveira tratou do Positivismo, Telma Donzelli tematizou a Fenomenologia, Antônio Paim dissertou sobre o estatismo e a “questão social” no Brasil, Vélez Rodríguez relacionou o “Estado autoritário” e as Ciências Sociais e C. Ziviani abordou a “tecnologia social”.

Assistentes sociais apresentaram trabalhos sobre “Pensamento Científico e Serviço Social”, “Serviço Social e cientificidade” e um balanço dos encontros regionais que debateram Araxá e Teresópolis; grupos de assistentes sociais contribuíram tematizando o “Serviço Social cibernético”, a “consciência crítica no Serviço Social” e um deles, discutindo a “proposta de produção de conhecimento” do próprio seminário, levantou problemas pertinentes ao evento mesmo (NETTO, 2015, p. 252).

Embora este seminário tenha alguma relevância histórica, Netto situa que o trato dado na abordagem teórica e metodológica deste figura “a nova roupagem do conservadorismo” (NETTO, 2015, p. 261). Entretanto, mesmo com expressões que reverberam heranças conservadoras, o contexto da década de 1980 vinha ao encontro da politização da classe trabalhadora e corrosão com a ditadura militar, que findou em 1985.

Durante os anos 1980 face às relações políticas, econômicas e sociais que se apresentou no Brasil e na efervescência dos movimentos populares, sociais, sindicais entre tantos outros, o Serviço Social também se reconfigurou para construir uma práxis que atendesse à um projeto profissional que demarcou seus interesses em prol da classe trabalhadora. O CFESS - na época Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) - como protagonista nesta organização do trabalho profissional, pontua que:

A partir de 1983, na esteira desse novo posicionamento da categoria profissional, teve início um amplo processo de debates conduzido pelo CFESS visando a alteração do Código de Ética vigente desde 1975. Desse processo resultou a aprovação do Código de Ética Profissional de 1986, que superou a ‘perspectiva a-histórica e a-crítica onde os valores são tidos como universais e acima dos interesses de classe’ (CFESS 1986). Essa formulação nega a base filosófica tradicional conservadora, que norteava a ‘ética da neutralidade’ e reconhece um novo papel profissional competente teórica, técnica e politicamente (CFESS, 2016, s/p).

De acordo com histórico do CFESS, é também neste âmbito da conjuntura política e de reivindicações dos movimentos sociais que a categoria profissional vinha se apropriando da teoria social crítica, assumindo posicionamento com bandeiras de luta classista. Essas reordenações do trabalho e das relações sociais que se incorporam a partir da década de 1970/1980 e o chamado à participação da “sociedade civil”, para partilhar com os governos responsabilidades e compromissos com a sociedade como um todo, eximindo o Estado em algumas responsabilidades inerentes à ele para a garantia do bem estar social. A década de 1980 ainda situa a quarta reformulação do código de ética da profissão, no ano de 1986.

O conjunto das conquistas efetivadas no CE de 1986 pode assim ser resumido: o rompimento com a pretensa perspectiva “imparcial” dos Códigos anteriores; o desvelamento do caráter político da intervenção ética; a explicitação do caráter de classe dos usuários, antes dissolvidos no conceito abstrato de “pessoa humana”; a negação de valores a-históricos; a recusa do compromisso velado ou explícito com o

poder instituído. A partir de 1986, o CE passa se dirigir explicitamente ao compromisso profissional com a realização dos direitos e das necessidades dos usuários, entendidos em sua inserção de classe. Como se percebe, são conquistas inestimáveis, sem as quais não seria possível alcançar o desenvolvimento verificado nos anos 1990 (BARROCO; TERRA, 2012, p. 48).

A conjuntura deste tempo também demonstrou a participação da sociedade em seu processo de redemocratização, culminou na constituição de uma carta magna emitida em 1988 expressando muitos avanços que tangem a garantia de direitos sociais e políticos. Todavia, estes avanços são acompanhados da expansão do neoliberalismo<sup>28</sup> na década de 1990, colocando em choque constante os interesses do mercado com os direitos sociais conquistados pelos movimentos sociais.

Neste período o Brasil garante o tripé da seguridade social garantindo assistência, saúde e previdência somadas à outras políticas públicas, passando a edificar a estruturação de políticas sociais como pilares capazes de promover o bem estar social, incorporando a participação popular, movimentos sociais, entidades filantrópicas e organizações não governamentais para somarem forças na construção dos serviços e organização da sociedade. Como destaca Pereira (2010):

No bojo dessas mudanças, a política social, seja dos países centrais, seja dos periféricos, foi duramente afetada. Mas, nesse processo, ela não entrou em crise, no sentido de falência ou extinção. Ao contrário, ela se reestruturou institucionalmente e se reorientou ideologicamente, sofrendo uma forte guinada para a direita com o objetivo de se adaptar à revolução conservadora empreendida (PEREIRA, 2010, p. 8).

Pode-se entender que tal estruturação de certa maneira passa a mascarar a forma como se é concebido o direito e o exercício de cidadania, a partir do ponto em que os serviços privatizados tomam conta e aderem a massa do mundo do trabalho para si somados com a proposta de “terceiro setor”, esses elementos juntos aos serviços públicos se reconfiguram constantemente no que visa a estruturação de serviços essenciais básicos ofertados. Este espaço também configura a luta de classes, se de um lado há o Estado gerenciando serviços essenciais materializando os direitos, de outro, há o mercado privado que almeja lucrar com estes serviços e o terceiro setor, que reificam o caráter de acesso aos direitos, de certa forma, mercantilizando a forma como estes se imprimem na realidade.

Para o Serviço Social, na década de 1990, foi instituída a quinta reformulação do Código de Ética, bem como a regulamentação da lei da profissão, sob nº 8.662 em 7 de junho de 1993. Neste mesmo ano a ENESSO<sup>29</sup> se afirmou como movimento estudantil independente se

<sup>28</sup> Como já situado por Faleiros acerca da ótica neoliberal, ver rodapé p.23.

<sup>29</sup> A ENESSO atualmente tem seus espaços construídos de forma coletiva e democrática pelos estudantes. Dessa forma, há atualmente o CONESS-CORESS, conselho nacional/regional de entidades estudantis do Serviço Social

desvinculando da União Nacional dos Estudantes (UNE), até então atuando como Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social da UNE (SESSUNE), momento em que a ENESSO se reorganiza e passa a se articular mais incisivamente junto à ABESS e conjunto CFESS-CRESS. No que tange à ABESS, neste período, em 8 de janeiro de 1996 no RJ, foi realizada transição para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), ao passo que se instituiu nova reforma curricular, que aprimorou a reforma de 1982, calcando-se na organização de três núcleos básicos de formação: Núcleo de fundamentos da vida social; núcleo de fundamentos da formação profissional e núcleo de fundamentos da formação sócio histórica do Brasil, também foi possível distribuir e organizar as matérias pertinentes ao Serviço Social, revisar a formulação dos trabalhos de conclusão de curso e normativas de estágio, bem como, tecer considerações imprescindíveis para a formação profissional, angariadas na teoria social crítica.

Estes avanços para o Serviço Social no final do século XX traduzem estratégias de resistência frente aos adventos do ideário neoliberal que se sobrepunha ao cenário brasileiro, principalmente com os efeitos da globalização e expansão da divisão internacional do trabalho. Elementos que não descolados da totalidade social, figurou e expressou processo histórico do Brasil na transição para o século XXI, embora demarcando um novo tempo, expressa velhas formas já conhecidas da divisão de classes e seus desdobramentos em múltiplas esferas da vida social, nas quais o Serviço Social encontra-se inscrito na divisão social do trabalho na pretensão de exercer os fundamentos da profissão aliados ao trabalho emancipatório. Espera-se que a sustentação do projeto profissional deem luz para assistentes sociais não caírem na estratégia reificante dos engendramentos do capital, como destaca Gomes (2013):

[...]as transformações em curso aprofundadas neste início de século pelas condições e precarização no mundo do trabalho, [...] contraditoriamente tende a promover uma brutal despolíticação dos assistentes sociais, que ao absorverem o discurso dos direitos

---

que tem por objetivo deliberar sobre os ENESS-ERESS. Estes por sua vez são encontros massivos onde se define as gestões que irão tocar as atividades da ENESSO a nível nacional e regional. A ENESSO é dividida em sete regiões no Brasil, para melhor ordenar as bandeiras de lutas de forma descentralizada, de acordo com a direção política da categoria profissional. As bandeiras de luta são mantidas e organizadas junto aos planejamentos estratégicos nacional/regionais, que mantém a construção coletiva acerca dos eixos de cultura, conjuntura, combate às opressões, formação política profissional, movimento estudantil e sociais, universidade e educação. Ainda como instância da ENESSO há o Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social, que depois de 1998 passou a ser bienal, com a criação do Seminário Regional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social (SRFPMESS). Esse processo confere direção para as ações das gestões da ENESSO a nível nacional e regional. A SESSUNE foi criada em 1981, durante o CONESS realizado na PUC-SP, porém materializou-se apenas no ano de 1988. Seu objetivo era aproximar o MESS da UNE, contudo por divergências políticas o MESS delibera por centralizar suas ações em atividades junto aos órgãos da categoria, desligando-se em 1993 da UNE (LUSA, et al, 2016, p. 6).

e cidadania, esvaziados do seu sentido de classista, passa a respaldar os projetos conservadores que reproduzem a ordem social e suas instituições antidemocráticas (GOMES, 2013, p. 106).

Sobre a formação profissional, conforme quadro em anexo sistematizado por Maciel (2006) é possível verificar a síntese histórica da formação em Serviço Social, a partir das estruturas curriculares pelas quais passaram a formação de profissionais no século XX. As condições históricas e materiais demonstram a superação conservadora nas matrizes teóricas e formativas em Serviço Social, contudo, não dispõe de garantias que o conservadorismo profissional viesse a ser extinto, principalmente quando não há reflexão classista no mundo do trabalho que transforma o profissional em mero técnico. Entretanto, face a sistematização exposta, elaborada por Maciel (2006), é inegável que a construção de uma identidade historicamente forjada e ombreada junto à classe trabalhadora, principalmente a partir do legado da reconceitualização latino americana, consolidou um projeto profissional distinto do projeto societário em vigência na estruturação social dentro dos moldes de organização capitalista. Salienta-se que a constituição de um Projeto Ético Político foi possível somente com os avanços coletivos construídos lado a lado por estudantes, profissionais e docentes que estruturam essa profissão em território brasileiro, atualmente traduzidos nos princípios do código de ética da profissão são o arcabouço teórico que vem a munir este corpo profissional a operacionalizar instrumental técnico-operativo que por meio do trabalho provém às condições reais de mudar a realidade a partir de uma orientação ética-política firmada com a totalidade da classe trabalhadora tendo em si a liberdade como valor ético central.

Período	Arcabouço Legal	Concepção da Questão Social	Perfil Profissional	Ênfase da/na Formação
Décadas de 30 a 50 do Século XX	Inexistente	Doença Social	Vocacional	Doutrinarismo Generalista
Décadas de 50 a 70 do Século XX	Decreto-Lei N°35.311, de 02.04.54	Doença Social	Técnico	Tecnificação Generalista
Décadas de 70 e 80 do Século XX	Parecer N°342, 1970	Caso de Polícia	Técnico	Tecnificação Especialização
Décadas de 80 e 90 do Século XX	Parecer N°412, 1982	Contradição entre capital e trabalho	Técnico e Político	Teoricismo Politicismo Generalista
Década de 90 e Início de Século XXI	Resolução do CNE/CES de N°15, 2002	Contradição entre capital e trabalho	Técnico e Político	Competências teóricas, técnicas e ético-políticas Generalista

Fonte: Sistematização elaborada por Maciel (2006, p. 108).



O desenrolar da formação a partir da análise dos currículos demonstram o legado historicamente deixado pela constituição histórica da formação em Serviço Social a partir dos fundamentos profissionais, sendo possível elucidar os marcos dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos da profissão e suas influencias no cenário brasileiro, como também exposição de panorama histórico a partir da década de 1930 ao final do século XX. Resgate que demonstra as transformações e superação de paradigmas que até os dias atuais imprimem certo estigma para a estética profissional, superação percebida principalmente a partir da década de 1990, onde se definem competências profissionais que articuladas às dimensões que articulam técnica, teoria e direção ética-política, consolidam valores voltados à um projeto de profissão antagônico à força motriz capitalista que tem em seu projeto societário a exploração constante do trabalho em manutenção de lucro, o capital excedente é mais valorizado que o bem estar social, a desigualdade crescente e as condições de vida que agudizam cada vez as expressões da questão social exigem do perfil profissional capacidade de intervenção na realidade concreta sob ótica das condições materiais de vida humana e as possibilidades viáveis para superar essas expressões, casando faculdades intelectivas da profissão com trabalho concreto, materializando uma práxis capaz de ler a totalidade, contradição e a dialética em constante movimento, a fim de localizar qual a melhor estratégia que sustente condições de superar a questão social e suas nuances.

Por conseguinte, este trabalho se deterá na análise de eixos pertinentes à formação profissional em Serviço Social no tocante às atividades das entidades representativas da categoria, abarcando deliberações do conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO no ponto de partida do século XXI, com vistas a verificar como vem sendo conduzida a manutenção dos fundamentos do Serviço Social junto aos eixos deliberativos das entidades no enfoque da formação e trabalho profissional. Fator fundamental para realizar balanço teórico em tempos de ascensão neoconservadora e reacionária, que imprime ameaças tanto à organização da sociedade, quanto à reificação de profissionais sob pano de fundo da luta de classes.

### 3 SÉCULO XXI E LEGADO PARA A FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL

O Século XXI traz ao Serviço Social brasileiro novo cenário no contexto político e econômico, neste sentido, entende-se que a transformação da identidade profissional de acordo com as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais se expressa de forma dialética correlacionada com o constante desenvolvimento das forças produtivas do modo de produção capitalista e, como este desenvolvimento infere nas relações sociais, reorganizando e organizando a sociedade por meio do trabalho, elemento que dá vitalidade para manutenção do capitalismo.

Na transição para o século XXI, é válido salientar que a partir da década de 1990, o mundo do trabalho se reconfigurou constantemente e, em virtude disto, a sociedade se organizou politicamente, economicamente, socialmente e culturalmente. Porém, para garantir sua manutenção, é necessário que o trabalho esteja organizado para dar movimento às mediações dos indivíduos com o mundo (totalidade), a matéria (bruta, que propicia a criação de mercadorias) e outros indivíduos (os quais se estabelecem as relações sociais, conflitos/conciliações de interesses e dinâmica da vida social).

Frente estas transformações da sociedade, o assistente social enquanto sujeito e o processo de formação profissional vem instituindo formas de transformar a realidade a partir do trabalho profissional. Pode-se salientar a “instrumentalidade” do Serviço Social, que “[...] no exercício profissional refere-se, não ao conjunto de instrumentos e técnicas (neste caso, a instrumentação técnica), mas a uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio histórico” (GUERRA, 2000, p. 1). Nesse sentido, a instrumentalidade perpassa três dimensões constitutivas que, a partir de sustentação teórica-metodológica embasa ação (por meio do trabalho) técnica-operativa dentro de um contexto social onde o código de ética profissional norteia princípios éticos-políticos que expressam claramente o lado do assistente social face à luta de classes posta no modo de produção vigente, exigindo reflexão constante sobre o fazer profissional e como se medeia o instrumental do Serviço Social. Nesse sentido, essas três dimensões dão concretude à intervenção profissional em diversos espaços sócio ocupacionais do mundo do trabalho, como também busca afirmar a identidade do Serviço Social com valores e princípios construídos hegemonicamente pela categoria no final do século XX, caracterizando também o projeto profissional.

O desafio aqui posto exige a articulação dessas três dimensões na elaboração de estratégias que possam ser utilizadas pelos profissionais para o enfrentamento da questão social. Questão social que, não mais é entendida, como pontuou Yazbek (2009), como antes do movimento de reconceituação da profissão. Segundo a autora, a questão social era assimilada:

Como problema moral e religioso e numa intervenção que prioriza a formação da família e do indivíduo para solução dos problemas e atendimento de suas necessidades materiais, morais e sociais. O contributo do Serviço Social neste momento, incidirá sobre valores e comportamentos de seus ‘clientes’ na perspectiva de sua integração à sociedade, ou melhor, nas relações sociais vigentes (YAZBEK, 2009, p. 3).

Neste ponto, evidencia-se que muitos profissionais ainda reproduzem suas intervenções de acordo com esta concepção já superada. Vasconcellos (2015) chama atenção para a formação profissional, como também provoca em suas reflexões se realmente a categoria profissional está ciente de que o Projeto Ético Político não é mera carta de intenção, conforme questionamento da autora:

Até que ponto a categoria, mas principalmente o conjunto de assistentes sociais no Brasil, que diz abraçar o projeto profissional, tem consciência da briga que compramos – além da com a ordem dominante, a de cada um consigo mesmo – das exigências e do trabalho árduo que nos impomos, ao assumir um projeto de profissão que tem como referência uma atividade profissional que possa contribuir com algo na busca pela emancipação do ser social: um processo que se exige anticapitalista, num contexto de “um mundo sem alternativas”, em confronto direto com a poderosa organização social vigente? (2015, p. 27).

É necessário situar que este ponto crucial para a formação profissional deve ser bem esclarecido durante o processo de formação acadêmica. Mesmo com os avanços das reformas curriculares de 1982 promovidos pela ABESS até a estruturação vigente, elaborada em 1996 pela ABEPSS<sup>30</sup>, a constituição da consciência de classe e identidade profissional se alicerça no Projeto Ético Político. Todavia, a formas como a dinâmica da vida social tece a formação sócio histórica, econômica, política e cultural dos indivíduos, tende a obscurecer as ideias colocadas nesta tomada de consciência da categoria profissional. Vasconcellos (2015) ainda complementa que:

---

<sup>30</sup> De acordo com consulta no histórico da ABEPSS: “Um novo momento marcante na história da ABESS ocorreu em 1996, com a mudança do seu nome para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), justificada em função da defesa dos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da articulação entre graduação e pós-graduação, aliada à necessidade da explicitação da natureza científica da entidade, bem como a urgência da organicidade da pesquisa no seu interior, hoje por meio dos Grupos Temáticos de Pesquisa e da Revista Temporalis”.

É nesse sentido que, como profissional/intelectual, o assistente social pode atuar conscientemente e criticamente no cotidiano da prática, considerando não só as consequências técnicas de sua atuação, mas, antes de tudo, as consequências ética, políticas e econômicas que determinam e influenciam (direta e/ou indiretamente) a continuidade ou ruptura/superação da organização social vigente (VASCONCELLOS, 2015, p. 30).

Esta formação da sociedade que tem como pano de fundo o avanço neoliberal, centrado numa estrutura econômica na qual a organização da vida social medeia-se por um Estado que encontra em sua realidade interesses antagônicos e que nesta constante disputa assume para si a ideologia da classe dominante, direcionando a sociedade para a (re)construção de valores hegemonicamente estruturados por ela, e fatalmente incorporados pela classe dominada, ao não questionar o mundo e a forma como se estabelece a dinâmica da vida em sociedade.

O fatalismo incorporado pela classe dominada, enaltece o conservadorismo (que constitui em conservar as coisas na sua forma e/ou como está) da estrutura social, os aspectos culturais e históricos constituídos pela organização social desde que a sociedade passa a se organizar de acordo com os parâmetros de sociedade civil, que se mantém como estruturas determinadas pelo poder conferido ao Estado na manutenção da ordem, da vida social, privada, etc. É válido ressaltar que nesta organização da vida privada e em sociedade permeiam-se valores e condutas norteados por fatores extrínsecos aos indivíduos, que passam determinar as relações sociais de acordo com a divisão sócio sexual do trabalho dentro do modo de produção capitalista. Neste contexto o Serviço Social se insere como uma das profissões que atuam neste modo de produção e, de acordo Barroco (2012):

O Serviço Social dispõe de uma rica literatura acerca das condições de trabalho do assistente social na atual conjuntura. Como todo trabalhador assalariado, esse profissional vivencia o desemprego, a exploração do trabalho, sua precarização e desregulamentação, a criação de atividades temporárias, sem segurança, sem benefícios, com a instituição de novos cargos e funções técnicas similares às praticadas pelo Serviço Social. Quem não se submete às regras da alta exploração do trabalho é substituído sem grandes esforços, tendo em vista as necessidades de sobrevivência dos trabalhadores (BARROCO; TERRA, 2012, p. 97).

Se, o trabalho é condição fundamental para o desenvolvimento da própria vida social, é condição ineliminável para a existência humana, uma vez que é pelo trabalho que os bens socialmente úteis são produzidos (MARX, 2007). Assim o reconhecendo, é fundamental lembrar que nos modos de produção de sociedade antecessores, destacando-se o escravismo, feudalismo e o capitalismo primitivo, desenvolveram suas forças produtivas por meio do trabalho. Espaço e tempo onde esses “modos de produção” expressavam divisão de classes, no escravismo havia o senhor dos escravos e os escravos (coagidos pela força); no feudalismo

havia o senhor feudal e os vassalos (coagidos pela “proteção” oferecida pelo feudo); e por fim, o capitalismo, onde há burgueses e proletários (onde se estabelece “contrato social” para expropriação da força de trabalho).

Todavia, assim reconhecendo que estes ciclos se findaram para dar novas formas ao modo de produção e desenvolvimento das forças produtivas, sempre houveram interesses antagônicos, pois compreendidos como interesses de classes, que segundo Marx (2013), subdividem-se da seguinte forma:

Os proprietários de mera força de trabalho os de capital e os de terra, os que tem por fonte de receita, respectivamente, salário, lucro e renda fundiária, em suma, os assalariados, os capitalistas e os proprietários de terras, constituem as três grandes classes da sociedade moderna baseada no modo capitalista de produção (in ANTUNES, 2013, p. 231).

Com esses processos históricos resgatados e postos para a reflexão, voltemos para contemporaneidade e suas feições do mundo do trabalho, que no séc. XX desenvolveu meios de produção de mercadorias em massa (fordismo e taylorismo<sup>31</sup>) e mais tarde avançou com a automatização, flexibilização da produção, “*Just in time*” e “*team work*” (incorporados pelo Toyotismo<sup>32</sup>). Elementos que traduzem os avanços da tecnologia e demais setores da ciência, mas que vem acompanhados de aspectos contraditórios, como demonstra Iamamoto (2013):

[...] uma flexibilidade do mercado de trabalho, que vem acompanhada da desregulamentação dos direitos do trabalho, de estratégias de informalização da contratação dos trabalhadores; uma flexibilidade dos produtos, pois as firmas hoje não produzem necessariamente em série, mas buscam atender as particularidades das demandas dos mercados consumidores e uma flexibilidade dos padrões de consumo. Este processo, impulsionado pela tecnologia de base microeletrônica, pela informática e pela robótica, passa a requerer novas formas de estruturação dos serviços

---

<sup>31</sup> O taylorismo-fordismo configuravam como “deveriam ser organizados de forma hierarquizada e sistematizada; ou seja, cada trabalhador desenvolveria uma atividade específica no sistema produtivo da indústria (especialização do trabalho). No taylorismo, o trabalhador é monitorado segundo o tempo de produção. Cada indivíduo deve cumprir sua tarefa no menor tempo possível, sendo premiados aqueles que se sobressaem. Isso provoca a exploração do proletário que tem que se “desdobrar” para cumprir o tempo cronometrado” conceito que tomado por Henry Ford que “desenvolveu seu procedimento industrial baseado na linha de montagem para gerar uma grande produção que deveria ser consumida em massa. Os países desenvolvidos aderiram totalmente, ou parcialmente, a esse método produtivo industrial, que foi extremamente importante para a consolidação da supremacia norte-americana no século XX.” (Disponível em: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/taylorismo-fordismo.htm>)

<sup>32</sup> No pós segunda guerra mundial o japonês Taichi Ohno pensou formas de otimizar o trabalho dentro da empresa Toyota. Desta forma, caracterizou-se como marco a organização pelas suas características que “na década de 70, em meio a uma crise de capital, o modelo Toyotista espalhou-se pelo mundo. A idéia principal era produzir somente o necessário, reduzindo os estoques (flexibilização da produção), produzindo em pequenos lotes, com a máxima qualidade, trocando a padronização pela diversificação e produtividade. As relações de trabalho também foram modificadas, pois agora o trabalhador deveria ser mais qualificado, participativo e polivalente, ou seja, deveria estar apto a trabalhar em mais de uma função”. (Disponível em: <http://www.infoescola.com/industria/toyotismo/>)

financeiros, inovações comerciais, o que vem gerando e aprofundando uma enorme desigualdade do desenvolvimento entre as regiões, setores etc., além de modificar substancialmente as noções de espaço e tempo (IAMAMOTO, 2013, p. 31).

Essas modificações entre espaço e tempo emergem a questão social na contemporaneidade, e exige que o assistente social consiga fazer a apreensão da totalidade, da historicidade e das contradições que a expressam. Para atender essas exigências, a instrumentalidade do assistente social, no ponto de vista de Yolanda Guerra que caracteriza o trabalho do assistente social dentro do modo de produção capitalista, a fim de capturar a realidade em movimento com vistas à realização da intervenção profissional via trabalho, significa que:

Neste âmbito, o processo de trabalho é compreendido como um conjunto de atividades prático-reflexivas voltadas para o alcance de finalidades, as quais dependem da existência, da adequação e da criação dos meios e das condições objetivas e subjetivas. Os homens utilizam ou transformam os meios e as condições sob as quais o trabalho se realiza modificando-os, adaptando-os e utilizando-os em seu próprio benefício, para o alcance de suas finalidades. Este processo implica, pois, em manipulação, domínio e controle de uma matéria natural que resulte na sua transformação. Este movimento de transformar a natureza é trabalho. Mas ao transformar a natureza, os homens transformam-se a si próprios. Produzem um mundo material e espiritual (a consciência, a linguagem, os hábitos, os costumes, os modos de operar, os valores morais, éticos, civilizatórios), necessários à realização da práxis (GUERRA, 2000, p. 3).

Com essas condicionalidades postas, evidencia-se que a profissão dispõe de um forte arcabouço para lidar com a questão social em tempos contemporâneos, conforme referido por Iamamoto (2015), compreende-se que:

[...] o Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho. Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos matem-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. A globalização da produção e dos mercados não deixa dúvidas sobre esse aspecto: hoje é possível ter acesso a produtos de várias partes do mundo, cujos componentes são fabricados em países distintos, o que patenteia ser a produção fruto de um trabalho cada vez mais coletivo, contrastando com a desigual distribuição da riqueza entre grupos e classes sociais nos vários países, o que sofre a decisiva interferência da ação do Estado e dos governos (IAMAMOTO, 2015 p. 27).

Dessa forma, ao explicar ainda mais o significado da questão social e compreender suas origens, o modo de produção, a profissão não responde somente de forma tecnicista às suas demandas. As entidades representativas da categoria (ABEPSS, CFESS-CRESS e ENESSO) buscam articulação constante sob reflexão coletiva acerca da conjuntura política e econômica

que assola o país com seus avanços em prol do lucro e, deixando em seu lastro a devastação no que se trata dos direitos civis e sociais conquistados com sangue, suor e dor pela classe trabalhadora.

Pensando neste aspecto, a profissão prima pela luta com horizontes ancorados em projeto profissional direcionando a uma nova ordem societária, utópica, talvez, mas fundamental enquanto movimento de resistência na contramão do capital. Assim, constituindo-se na afirmação do Projeto Ético Político que norteia a profissão, as entidades atuam como “movimentos sociais” em constante resistência para afirmar valores construídos hegemonicamente no processo histórico do Serviço Social brasileiro.

Reitera-se aqui que, além de estar em constante contradição dentro do modo de produção capitalista, é necessário fazer articulações que resultem em unificar a classe trabalhadora, desta forma, o Serviço Social não pode ser endógeno ao buscar por rupturas com lastro capitalista que aí está posto. Isso requer entender que a totalidade que engloba a organização social é centrada no trabalho e, sendo esta organização permeada pelo desemprego estrutural e a superexploração do trabalho, estes aspectos estruturantes tendem a levar os trabalhadores à alienação/estranhamento, retirando seus objetivos e esperanças de mudanças, lançando-os ao imobilismo, à inércia, a falta de atividade e de iniciativa.

Estas articulações demandam apropriação da categoria profissional sobre os debates que temos na atualidade, o ponto favorável é que de fato a profissão está em constante atualização sobre as suas atribuições privativas e competências<sup>33</sup>, talvez outro desafio esteja não em somente garantir essa atualização da formação continuada e permanente, como também em garantir que os espaços desta formação contínua e permanente não sejam esvaziados. Em tempos em que o trabalho é cada vez mais exigido para a manutenção do capital, a força de trabalho é transformada em fetiche da prática, de acordo com Martinelli (2011), as/os assistentes sociais estão:

[...] sempre prontos para oferecer respostas urgentes às questões prementes, desde cedo os assistentes sociais foram imprimindo à profissão a marca do agir imediato, da ação espontânea, alienada e alienante. Acabaram por produzir práticas que expressavam e reproduziam os interesses da classe dominante, tendo por objetivo

---

<sup>33</sup> As atribuições privativas e competências do Serviço Social se regulamentam no artigo 4º e 5º da lei 8.662/93. Nestes constam as orientações para conduta profissional, seus deveres, vedações, direitos e respaldo para trabalhar de acordo com o propósito profissional. Embora retrate diretamente à ação do profissional em exercício, a elaboração das diretrizes que fundamentam a profissão conjugam o avanço teórico construído pela profissão aos valores éticos e políticos de cada tempo, articulando condições históricas, teóricas e metodológicas para efetivar uma práxis que permita a execução do trabalho da/o assistente social com consciência de classe e capacidade de articular as faculdades intelectivas com as demandas que chegam à profissão, estas, intimamente ligadas à questão social.

maior o ajustamento político e ideológico da classe trabalhadora aos limites estabelecidos pela burguesia. Os benefícios, concessões e serviços oferecidos procuravam recobrir a dominação e a exploração burguesa, situando-se como formas ideológicas de preservar o domínio de classe (MARTINELLI, 2011, p. 127).

Essa imersão no mundo do trabalho também é uma forma de dominação de classe sobre classe, pois o “fetiche na prática, fortemente impregnado na estrutura da sociedade, se apossou dos assistentes sociais, insuflando-lhes um sentido de urgência e uma prontidão para ação que roubavam qualquer possibilidade de reflexão e de crítica” (MARTINELLI, 2011, p. 127.). Embora a formação profissional reconheça que a força de trabalho empregada pelo assistente social é síntese do modo de produção capitalista, a direção crítica desta formação alerta para que os profissionais não caiam no mero tecnicismo do fazer profissional. O próprio CFESS busca promover ações que venham a chamar a atenção da identidade profissional, afirmando a necessidade de se afirmar para não produzir e reproduzir essa lógica de dominação de classe sobre classe.

O olhar do assistente social sobre o alcance de sua ação já foi limitado ao mero pragmatismo de buscar soluções as demandas emergentes que são inerentes ao próprio modo de produção. As lentes que fundamentam teoricamente as/os assistentes sociais propiciou que o descortinamento da realidade fosse possível através da análise acerca do modo de produção e como este configura os diversos determinantes da vida social. Com tais lentes é possível visualizar a correlação de forças existentes por trás de cada fenômeno e as formas como este se expressa na realidade, dado que determinadas ações são tencionadas por intencionalidades, estas atendem um modo de pensar que é direcionado por uma classe, seja ela proletária ou burguesa.

Este olhar requer apreender que:

[...]a produção capitalista não é tão-somente produção e reprodução de mercadorias e de mais valia: é produção e reprodução de relações sociais. [...] a essência da produção capitalista está no trabalho assalariado e nas condições gerais que o possibilitam; isto é: a produção capitalista supõe relações sociais no interior das quais existem sujeitos que podem comprar a mercadoria força de trabalho para empregá-la na produção de mercadorias e sujeitos que são obrigados a vender força de trabalho, já que esta é o único bem que possuem. Assim a produção capitalista só pode ter continuidade se também for contínua a produção das relações sociais que engendram aqueles sujeitos. Em suma: a reprodução capitalista só é viável se ela reproduzir as relações sociais que põem frente a frente capitalistas e proletários (NETTO; BRAZ, 2012, p. 149).

Conceber essas relações e perceber como estas se enleiam para tecer as relações sociais já existentes produzindo e reproduzindo da dinâmica da vida social, é olhar para algo concreto, real, que está no cotidiano de forma ou outra induzindo o movimento da sociedade dando



vitalidade às relações, as coisas, as pessoas que retroalimentam as transformações na realidade por meio de ferramentas e dispositivos criados pelos próprios sujeitos que a transformam. A dinâmica da vida e as formas como se manifestam as expressões da questão social institui que a intervenção profissional tenha ciência de que:

[...] a questão social é expressão do processo de produção e reprodução da vida social na sociedade burguesa, da totalidade histórica concreta. A perspectiva de análise da questão social aqui assumida recusa quaisquer reducionismos econômicos, políticos ou ideológicos. Ao contrário, o esforço orienta-se no sentido de captar as dimensões econômicas, políticas e ideológicas dos fenômenos que expressam a questão social, resguardando a fidelidade à história. Em outros termos, apreender o processo social em sua totalidade contraditória, reproduzindo, na esfera da razão, o movimento da realidade em suas dimensões universais, particulares e singulares. (IAMAMOTO, 2013, p. 115).

Logo, a atuação profissional na contemporaneidade expressa as dimensões teórico-metodológicas da formação, seus aspectos ético-políticos que a direciona e a aplicação técnico-operativa da intervenção do assistente social na realidade. Esta última que se dá por meio de entrevistas, análise de dados, formulação de políticas públicas e sociais, participação no planejamento e gestão de determinados serviços, atuação na “ponta” onde expressam-se sobre a condição humana: a violência, o crime, a fome, a miséria, o desemprego, o não acesso aos direitos fundamentais básicos, entre tantas questões objetivas e subjetivas da vida social.

Os elementos apontados acima podem ser entendidos como o meio que define a consciência do assistente social, todavia, engessar essa consciência de acordo com as condições oferecidas pelo meio, é cair no não reconhecimento da identidade profissional e reforçar uma lógica que tende a não emancipar a sociedade. Compreender todos os complexos sociais que engendram a organização da sociedade assentada no trabalho é uma das variáveis para dimensionar uma profissão que realmente tenha condições efetivas para alçar emancipação humana às classes subalternas. Neste universo com variáveis transversais à organização do modo de produção e sua capacidade de desenvolvimento das forças produtivas é onde se insere a profissão neste século XXI, tendo como categoria analítica do trabalho a questão social. Portanto, a fim de acompanhar os desdobramentos dado pelas entidades desta profissão nesta nova era, o texto que segue trata abordar as deliberações das entidades a fim de buscar entendimento de como o Serviço Social dimensiona suas lutas no âmbito estudantil, profissional e da própria formação<sup>34</sup>.

---

<sup>34</sup> Reitera-se que as análises dos cadernos de deliberações da ENESSO, dos Encontros Nacionais do Conjunto CFESS-CRESS e dos artigos selecionados da ABEPSS por meio do periódico da Temporalis se dão com o enfoque nos eixos de “Formação Política-Profissional e Formação profissional”, somados ao período de um semestre para

### 3.1 Estudo de deliberações da ENESSO: MESS e formação profissional

A ENESSO, instancia máxima de organização do MESS passou a ser reconhecida e instituída como “Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social” no ano de 1993, a partir do XV encontro nacional (ENESS<sup>35</sup>) realizado na Universidade do Vale do Sinos (UNISINOS) em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul que tinha como tema “As novas formas de organização do Capitalismo e os desafios à Formação Profissional do Assistente Social”. Até esta data, o MESS era vinculado à UNE como Subsecretaria Estudantil do Serviço Social na União Nacional de Estudantes (SESSUNE), relação que perdurou entre 1988 até 1993<sup>36</sup>.

Entretanto, a existência do MESS enquanto instancia organizativa já perpassa aproximadamente quatro décadas, se considerar a data do primeiro ENESS, realizado em Londrina no ano de 1978, no caldo da efervescência do movimento de intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional, a organização estudantil realizou o primeiro encontro com o tema “O Serviço Social e a Realidade Brasileira”, demonstrando no tema do encontro a necessidade de apreender a realidade brasileira e seus impactos para a formação em Serviço Social. De acordo com Lusa (2015):

Especificamente sobre o MESS, há registros indicando que desde antes de meados dos anos 1960 os estudantes se organizavam para debater a formação profissional em Serviço Social<sup>37</sup> (SANTOS, 2007; VASCONCELOS, 2003) e que nesta época já havia crítica ao modelo conservador de formação profissional, explicitada em congressos, encontros, fóruns e demais atividades estudantis. Nacionalmente o MESS já se organizava e atuava de forma crítica antes da Ditadura Militar no Brasil, que instala o regime mais violento e combativo ao movimento estudantil brasileiro (JUNQUEIRA, 1980). Embora o MESS tenha que reorganizar sua estratégia de atuação durante a Ditadura e naquele momento tenha diminuído a sua incidência crítica, foi ainda dentro do regime militar que ele volta a se manifestar, o que ocorre através do I Encontro Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESS), realizado em 1978, na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Este foi um marco importante para a ENESSO, pois a partir dele o MESS passou a organizar anualmente o ENESS,

---

efetivação da pesquisa e produção teórica acerca da temática, que em si, se fosse analisada eixo por eixo de cada entidade tomaria proporções para um projeto de pesquisa de mestrado e/ou doutorado provavelmente requerendo maior tempo de pesquisa, como também maior volume de páginas para sistematizar e sintetizar de forma expositiva todo conteúdo apreendido durante processo investigativo de pesquisa, para este momento a possibilidade de análise se restringe à exposição aqui realizada, traduzida nos resultados deste TCC.

<sup>35</sup> O registro do primeiro Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social, demonstra que o ENESS ocorrido em 1978, na cidade de Londrina, Paraná, sediado pela Universidade Estadual de Londrina, demonstra que naquela época não havia ENESSO, porém, conforme mencionado em Lima (1982), Junqueira (1980) e Vasconcelos (2003) a ENESSO se constituía como “ENESS”

<sup>36</sup> Conforme depoimento de Maurílio Mattos de Castro (Coordenador Nacional da ENESSO na década de 1990), em Documentário dos 70 anos da ABEPSS (2016, 93min).

<sup>37</sup> Atas de reuniões do Centro Acadêmico do Instituto de Serviço Social (CAISS), atual Centro Acadêmico Três de Maio da FAPSS/SP, datadas no dia 26 de maio de 1954, demonstram que anterior a essa data ocorriam reuniões para organizar os estudantes e suas atividades relacionadas ao Serviço Social.

enquanto espaço máximo para as deliberações do Movimento Estudantil (LUSA et al, 2015, p. 6).

A localização dos antecedentes do MESS permite compreender e afirmar a importância da militância no processo de formação profissional, reconhecendo a importância das/os estudantes de Serviço Social que, ao ombrear lado a lado com profissionais e docentes a consolidação de um projeto profissional, mantendo a sua identidade estudantil classista, demarcando na história do MESS o legado para as futuras gerações. É notório que as demarcações de posições historicamente conquistadas atribuem a identidade coletiva sustentada pela ENESSO na atualidade.

A ENESSO, se organiza como executiva de curso tendo em sua direção um grupo que coordena o movimento estudantil nacionalmente (Coordenadores Nacionais – CN) e, subdivide-se em sete regiões<sup>38</sup> dentro do território brasileiro, que organizada em Coordenações Regionais (CRs) articula de forma descentralizada as atividades referentes aos eixos de formação do MESS junto às bases acadêmicas, representadas por Centros e Diretórios Acadêmicos (CAs e Das) de Serviço Social de instituições públicas, privadas, com ensino presencial, semi-presencial e à distância (EAD), apesar das fortes críticas à este último no que tange a qualidade do ensino em Serviço Social. Basicamente, os eixos de formações são concentrados em temas transversais à questão social, dividindo-se da seguinte forma: Conjuntura; Cultura; Combate às Opressões; Universidade e Educação; Movimentos Sociais; Relações Internacionais; Formação Político-Profissional; Comunicação; Secretaria e Finanças. Geralmente, cada eixo é assumido e conduzido por um CN/CR no período de gestão que dura um ano.

Nos processos de gestão, tanto a nível nacional como a nível das sete regionais, a ENESSO organiza os Encontros Nacionais e Regionais (ENESS e ERESS), estes, por sua vez são estruturados, planejados e organizados a partir de Conselhos Regionais e Nacional de Entidades de Base Estudantil do Serviço Social (CORESS e CONESS), espaço onde é possível planejar a organização e dinâmica de como se consolidará os Encontros de forma democrática com estudantes de Serviço Social de todo Brasil, representantes de escolas, DA's/CA's, discentes ABEPSS e da própria ENESSO. Além destas instancias, a ENESSO em conjunto com discentes em ABEPSS promovem os Seminários Regionais e Nacional de Formação

---

<sup>38</sup> O mapeamento das regiões, de acordo com Estatuto da ENESSO (2013, p.7) se apresenta da seguinte forma: Região I – Acre, Amapá, Amazonas, Roraima, Pará, Maranhão e Piauí; Região II Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, e Pernambuco; Região III – Alagoas, Sergipe, Bahia; Região IV Tocantins, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul; Região V – Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro; Região VI – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e Região VII – São Paulo.

Profissional do Movimento Estudantil de Serviço Social (SRFPMESS e SNPMESS), que de acordo com estatuto devem ocorrer bianualmente, intercalando um encontro Nacional e sete Regionais, onde no ano em que ocorre os regionais, no posterior ocorre o nacional e assim sucessivamente, os seminários objetivam fomentar a produção e aprimoramento intelectual das/os estudantes de Serviço Social. Por fim, e não menos importante, os espaços que organizam as bandeiras de lutas da ENESSO são denominados de Planejamento Estratégico Nacional e Regional (PEN e PER), momento em que é possível monitorar e revisar os cadernos de deliberações<sup>39</sup> (as deliberações da ENESSO são divididas de acordo com os eixos assumidos pela CN/CR) e definidas as prioridades da gestão nacional e das regionais, no intuito de concretizar as deliberações estudantis por meio das ações junto às bases estudantis e demais entidades do Serviço Social, sendo revisados e atualizados anualmente, enquanto o estatuto ocorre revisão e atualização a cada três anos.

O século XXI emerge novos desafios ao ensino superior e, conseqüentemente, traz consigo uma série de discussões para o MESS. Durante o processo de coleta de material para pesquisa, foi possível encontrar cinco cadernos de deliberações<sup>40</sup> do MESS, dos anos de 2005, 2011, 2012, 2014 e 2015. A partir da sistematização organizada pelo autor, é possível identificar uma série de deliberações que emergem da realidade concreta vivenciada pelo MESS, como

---

<sup>39</sup> O Caderno de Deliberações tem como objetivo nortear as ações da Executiva Nacional das/os Estudantes de Serviço Social - ENESSO, pautando o direcionamento político e bandeiras de lutas que devem ser defendidas pelo Movimento Estudantil de Serviço Social. Contém todos os resultados acumulados das discussões políticas e de formação profissional em Serviço Social realizadas em cada Encontro Nacional das/os Estudantes de Serviço Social - ENESS. O Caderno de Deliberações apresenta de forma organizada em seis eixos básicos as deliberações do Movimento Estudantil de Serviço Social - MESS em relação as suas estratégias, táticas e bandeiras de luta. Os eixos são: Conjuntura, que deve sempre ser a discussão inicial de todos os encontros, pois a partir deste eixo é que se possibilita o debate para os demais. O eixo de Universidade e Educação, o eixo Movimento Estudantil, o de Formação Profissional, o eixo de Cultura e o de Combate às Opressões. Para cada eixo as/os estudantes presentes no ENESS apresentam novas deliberações a serem seguidas por todos os militantes do MESS. Sendo esse um bom exemplo de que além dos encontros e dos debates que o MESS promove é preciso que se desenvolvam formas de sistematização das discussões, decisões e ações para que fique como registro histórico, documental e material de formação de base e diálogo com a sociedade, por meio dos relatórios, informes, entre outros. O Caderno de Deliberações é acumulativo, mas caso suas deliberações sejam questionadas, poderão ser suprimidas, alteradas, e incluídas, sendo sua aprovação submetida à plenária do ENESS. A partir da revisão estatutária do XXXV ENESS, as deliberações deverão constar o número do encontro no qual elas foram aprovadas.” Retirado do Caderno de Deliberações ENESS 2015.

<sup>40</sup> Para este estudo foi realizada análise de conteúdo dos materiais disponíveis online em domínio público da ENESSO. Ressalta-se que nos anos revisão estatutária (considerando a demarcação do século XXI, equivalem aos anos 2001, 2004, 2007, 2010 e 2013, o ano de 2016 não foi possível realizar a revisão devido problemáticas na organização do ENESS Candango, sediado na Universidade Nacional de Brasília, no Distrito Federal, face os ataques do governo golpista – ver tópico 4.4 – e dificuldades encontrada pela comissão organizadora, o encontro não obteve êxito na revisão do estatuto), não há atualização do caderno de deliberações. Dada as dificuldades de organização das gestões da ENESSO a nível nacional e curto espaço de tempo para o MESS estruturar suas documentações, não foi possível encontrar todos os cadernos de deliberações em pesquisa online, assim, ficou de fora deste estudo os cadernos dos anos 2000, 2002, 2003, 2006, 2008, 2009 e 2017).

respostas aos desafios postos pelo cenário político-econômico e seus rebatimentos para as/os estudantes de Serviço Social. De acordo com Chimini e Lampert (2016):

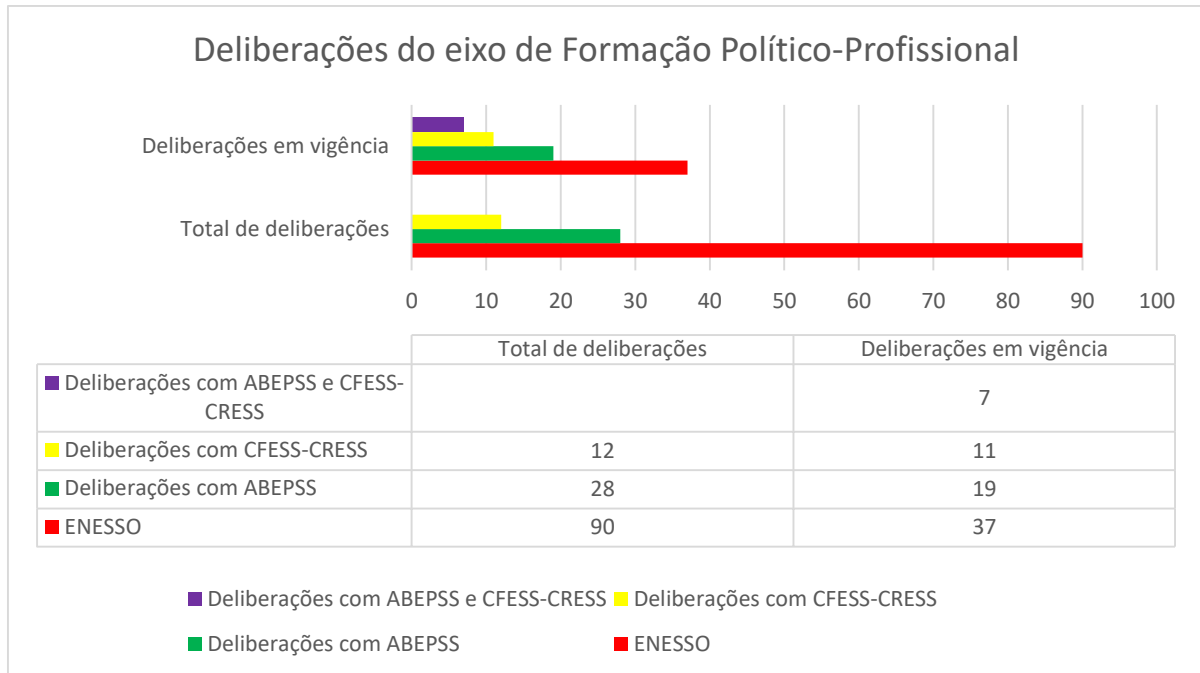
Ao atentar para os aspectos da formação profissional em Serviço Social na contemporaneidade, e olhando para as unidades de formação superior (UFAs), ainda percebe-se que algumas UFAs não atendem a totalidade do que os ideais profissionais almejam, muitas atendem em parte aquilo que os estudantes esperam de uma formação em Serviço Social, mas, dificilmente se verá alguma UFA atender todos os pressupostos das diretrizes curriculares de 1996, considerando que a estrutura educacional do ensino superior no Brasil passa por momentos e rebatimentos distintos de acordo com a conjuntura política. Compreende-se que, tais rebatimentos, advêm de questões estruturais que acabam por concretizar a falta de recursos para o ensino superior público e gratuito e como resultado, a falta de assistência estudantil, a precarização do ensino, estruturas inacabadas, entre outros. Para as universidades particulares, filantrópicas ou não, comunitárias ou não, as consequências da precarização da educação colocam outras consequências, tais como: a falta de incentivos para a moradias estudantis, pouquíssimos ou inexistentes projetos de extensão, pouquíssimo incentivo para pesquisa, e principalmente cortes nos recursos que serviriam para viagens de estudo de campo e conhecimento *in loco* de campos de atuação profissionais, entre outros, etc. (CHIMINI; LAMPERT, 2016, p. 5).

Considerando as adversidades enfrentadas no processo da formação em Serviço Social (como também em outras áreas), é possível perceber uma infinidade de variáveis que demonstram propensão à precarizar a formação no ensino superior. Em virtude destas condições que fragilizam o processo de formação crítica, a proposta que segue tem como foco analisar como vem sendo deliberado pelo MESS os aspectos da formação profissional, via análise de material disponibilizado pela ENESSO.

O enfoque dado na pesquisa aqui realizada (sistematizada no gráfico abaixo), ao abordar as deliberações do eixo de formação político-profissional do MESS no século XXI, identificou 90 deliberações no material consultado. Destas, 28 deliberações são em consonância com a ABEPSS no histórico dos cadernos e 12 com o Conjunto CFESS-CRESS, atualmente, de 37 deliberações em vigência 19 remetem ação conjunta com a ABEPSS. Quanto ao CFESS-CRESS, encontrou-se 11 deliberações das 37 vigentes em consonância com o conjunto CFESS-CRESS e 7 deliberações unificando todas entidades (ENESSO, ABEPSS e CFESS-CRESS) representativas do Serviço Social brasileiro dentro das 37 deliberações em vigência, enquanto no histórico, comparado às 90 identificadas, 12 unificavam as entidades no eixo de formação política e profissional<sup>41</sup> do MESS Conforme sistematização realizada pelo autor, constam deliberações que remetem às condições materiais do século XXI postas sob determinadas formas ao MESS.

---

<sup>41</sup> Em apêndice, segue tabela com histórico das deliberações do MESS.



Fonte: elaborado pelo autor.

A leitura das deliberações do MESS reporta-se às construções coletivas instituídas nos ENESS, onde de acordo com determinada conjuntura em tempo específico, traduz as respostas do MESS, que, na imagem da ENESSO, busca efetivação do projeto profissional na realidade objetiva, transformando a realidade a partir de interpretação, reflexão e intervenção sobre a mesma sob arcabouço teórico marxista, pode-se entender que:

O modo pelo qual os homens produzem os seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado modo de vida desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. (MARX; ENGELS, 2007, p. 87).

Neste sentido, entende-se que as condições materiais para produção de conhecimento concebe a análise sistemática das deliberações, combinando elementos quantitativos, quanto qualitativos, expressando as intervenções na realidade concreta protagonizadas pelo MESS, como a defesa intransigente do PEP; posição contra metodologia meritocrática de avaliação do ensino superior implementada pelo SINAES; articulação constante com ABEPSS e conjunto CFESS-CRESS na defesa, fiscalização e denúncia da precarização da formação em Serviço Social; busca de articulação latino-americana com outras escolas de Serviço Social via

ALAEITS; organização de encontros, seminários, fóruns e demais atividades pertinentes às diretrizes de formação em Serviço Social; defesa do referencial teórico marxista e busca por atividades que promovam consciência de classe; posição contrária à modalidade de EAD, tendo em vista a inclusão das/os estudantes desta modalidade para ampliação de conhecimento acerca dos condicionantes estruturais que por esta via reifica, precariza e condiciona formação de profissionais acríticos e apolíticos à sociedade capitalista; inserção nos grupos de trabalhos e comissões de formação profissional da ABEPSS e conjunto CFESS-CRESS para construção e defesa coletiva e democrática do projeto de formação profissional; acompanhamento das atividades da ABEPSS itinerante; entre tantas ações que se materializam por meio do MESS, com vistas a aglutinar e proporcionar formação crítica às futuras gerações de assistentes sociais que virão a se inserir no mundo do trabalho contemporâneo.

Reitera-se que no ENESS Candango<sup>42</sup> refere a revisão estatutária, que não foi concluída devido contratempos na estruturação do encontro na UnB, que desde encaminhamento do CONESS, teve diversas resistências da UnB para com a Comissão Organizadora do ENESS. Neste encontro foi deliberado e encaminhado revisão estatutária para ocorrer no encontro que viria a ocorrer na Bahia em 2016. No entanto, a comissão organizadora encontrou diversos entraves institucionais desde a concessão de espaço, auxílio de materiais entre outras necessidades essenciais (considerando que o ENESS é um encontro massivo, atingindo até 1 mil estudantes nos últimos encontros, é necessária uma forte infraestrutura para realização) para promover o encontro pela parte da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Neste período, a conjuntura política no cenário brasileiro efervesceu diversas mobilizações sociais em contraposição à liderança de Michel Temer e seu projeto de “uma ponte para o futuro” (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, antigo Movimento Democrático Brasileiro – MDB), que assumiu cargo após aceite de impeachment da presidenta Dilma Rousseff<sup>43</sup> (Partido dos Trabalhadores – PT) no dia 31 de agosto de 2016, momento em que o Estado passou a implementar as propostas do projeto do PMDB.

---

<sup>42</sup> Este encontro ocorreu em Brasília entre os dias 18 a 24 de julho de 2016, tendo como tema “ENESS Candango a organização política frente às desigualdades sociais: eu me organizando posso desorganizar (Chico Science)”, o nome candango é denominação dada para quem nasceu em Brasília, também utilizado para trabalhadores/as que imigravam para Brasília na época em que a cidade estava sendo construída, sendo assim, buscava dar sentimento de pertencimento à cidade para aqueles que nela chegavam em busca de emprego.

<sup>43</sup> O processo de impeachment foi protocolado em 02 de dezembro de 2015, tendo votação final no dia 31 de agosto de 2016, onde por 367 votos a favor, 7 abstenções, 2 ausências e 137 contrários, Michel Temer assumiu o governo brasileiro implementando uma série de retrocessos políticos, desde esfacelamentos de políticas públicas como saúde, emprego, assistência, educação até os ataques diretos à classe trabalhadora por via de medidas provisórias que privilegiam a classe das elites empresariais, grandes empresas e especuladoras financeiras, a exemplo da reforma trabalhista e da previdência social. Temer é o terceiro presidente que assume o posto máximo de liderança do país pelo PMDB, antes dele José Sarney assumiu com a morte de Tancredo Neves, que morreu antes de tomar

Os desdobramentos políticos na atualidade demonstram fortes tendências à implantação de agenda neoliberal, redução do Estado para mínimo além de evidenciar o parlamento mais conservador desde o tempo da ditadura. Neste tempo, ao conferir as deliberações do MESS, como também a efetivação dos Encontros Locais e Regionais (ELESS/ERESS), inserção em semanas acadêmicas, fóruns, seminários, oficinas, simpósios, e outras atividades envolvendo formação em Serviço Social, as bases da ENESSO prontamente dão concretude às bandeiras de lutas, deliberações e efetivação dos eixos norteadores da Executiva, sempre, ancorando-se no PEP do Serviço Social.

Face os rebatimentos da conjuntura política que são sentidos na ponta pelos estudantes que veem suas instituições terceirizando serviços, quadro funcional com atraso nos pagamentos, atraso no repasse de verbas para manutenção de programas vinculados à assistência estudantil e o leque de expansão que advém desta política (auxílio moradia, auxílio transporte, auxílio permanência, auxílio à materiais didáticos, estruturação de restaurantes universitários – RU, entre outras), ameaça de cortes nos investimentos das áreas de ciências e tecnologias, entre tantas afrontas que despontam do congresso brasileiro com vistas a esfacelar os interesses da classe trabalhadora, o impacto desta implementação política reacionária foi sentido pelo MESS. No entanto, em 2017 foi convocado um CONESS extraordinário para eleger uma gestão temporária com vistas à reorganizar as bases estudantis e subsidiar meios para efetivar a amplitude das atividades do MESS retomando a organização dos ENESS/ERESS, CONESS/CORESS. SNFPMESS/SRFPMESS, PEN/PER e demais atividades em conjunto com as entidades representativas. Tempos difíceis, mas não impossíveis de firmar uma agenda unitária que resgate a luta e histórico combativo do MESS, dimensionando novas perspectivas para oxigenar e levantar as bandeiras de luta do movimento estudantil.

### **3.2 A organização da ABEPSS no século XXI: formação em Serviço Social**

A ABEPSS, no ano de 2017 completa 81 anos desde sua fundação, em 1946, neste processo histórico percorrido, foi possível realizar análise do papel da antiga ABESS, e as determinações sócio históricas que constituem e consolidam a formação e trabalho em Serviço Social no Brasil. Em quadro de análise dos currículos (ver p.64), é possível verificar as

---

posse (1985) e Itamar Franco com o impeachment de Fernando Collor (1991). Nunca o PMDB conseguiu ganhar a presidência em eleições indiretas e diretas, porém devido caminhos jurídicos viabilizou-se meios para se instituir no poder. Mais em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/12/com-temer-terceiro-vice-peemedebista-chega-a-presidencia.htm> <acesso em 28 set 2017>.



metamorfoses pelas quais trilharam a formação profissional no século XX. Contudo, o século XXI põe em relevo novas condições sócio históricas e situa a entidade à ombrear lado a lado com a ENESSO e conjunto CFESS-CRESS a defesa da qualidade na formação e trabalho profissional, bem como ampliar suas lutas em outros espaços que são compostos por outros segmentos da classe trabalhadora.

Chegando ao século XXI, a ABEPSS já dispunha de ampla bagagem teórica na constituição do processo ensino-formação em Serviço Social, haja vistas a transição de ABESS para ABEPSS, e estruturação curricular advinda pós lei de regulamentação da profissão e reformulação do código de ética em 1993, figuram expoentes importantes na reforma ocorrida em 1996, efetivada entre 1998-2000. Segundo Faleiros (2005), nesta reforma:

[...] busca-se a formação de um profissional generalista, em ruptura com especializações. Deve-se entender a sociedade em que vivemos de forma crítica. A prática é formulada como um “processo de trabalho”, como uma atividade com fins, meios e resultados em torno da “questão social”, definida formalmente como objeto do Serviço Social (FALEIROS, 2005, p. 32).

Esta reforma, representa um aprofundamento do currículo de 1982, onde se definem princípios e diretrizes com vistas a efetivar um currículo pleno capaz de responder as mudanças constante no mundo do trabalho e as múltiplas expressões da questão social que tomam forma durante este processo. A elaboração deste currículo pleno se deu a partir de 1994<sup>44</sup>, exigindo esforços contínuos para obter efetividade. Os resultados destes esforços, se apresentam como:

[...]produto de um amplo e sistemático debate realizado pelas Unidades de Ensino a partir de 1994, quando a XXVIII Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social - ABESS, ocorrida em Londrina - PR, em outubro de 1993, e liberou sobre os encaminhamentos da revisão do Currículo Mínimo vigente desde 1982 (Parecer CFE nº 412, de 04.08.1982 e Resolução n.º 06 de 23/09/82) (ABEPSS, 1994).

Durante esta elaboração, se entende que “o processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais” (ABEPSS, 1996, p. 6). Neste sentido, a organização teórica aqui empreendida para compreender o papel da ABEPSS no século XXI perpassa o estudo acerca das reformas curriculares, bem como a análise de artigos publicados na revista

---

<sup>44</sup> Entre 1994 e 1996 foram realizadas aproximadamente 200 (duzentas) oficinas locais nas 67 Unidades Acadêmicas filiadas à ABESS, 25 (vinte e cinco) oficinas regionais e duas nacionais (ABEPSS, 1996, p.3).

Temporalis, com vistas a apreender a “análise de sua trajetória histórica” (LEWGOY; MACIEL, 2016, p.23) neste novo tempo, considerando a dificuldade de localizar as deliberações e planos de lutas<sup>45</sup> da Executiva nacional da ABEPSS. A inacessibilidade às deliberações não impede que se possa obter uma visualização panorâmica da organização da entidade, tendo em vista que os periódicos consultados são alimentados constantemente, viabilizando duas edições anuais com diversas temáticas, e em algumas edições específicas<sup>46</sup>, localizadas nas referências deste trabalho, foi possível apreender o processo histórico e os desdobramentos teóricos, metodológicos e éticos-políticos assumidos pela formação neste começo de século XXI, a fim de contemplar o objetivo da pesquisa realizada.

A ABEPSS atualmente se organiza a partir de uma Executiva Nacional e seis Executivas Regionais<sup>47</sup>, onde estas últimas dividem as diretorias da seguinte maneira: Vice-presidências; Coordenador Regional de Graduação; Representante Discente Regional de Graduação; Coordenador Regional de Pós Graduação; Representante de Campo de Estágio; e suplentes para cada divisão. A Executiva Nacional é composta por: Presidente; Secretária; Tesoureira; Coordenação Nacional de Graduação; Coordenação Nacional de Pós Graduação; Coordenação de Relações Internacionais; Representação Nacional Discente de Graduação; Representação Nacional Discente de Pós Graduação; Conselho Fiscal; e suplentes de cada divisão, exceto presidência e conselho fiscal.

As diretorias regionais e nacional atuam em gestão no período de 2 anos, onde devem efetivar o Plano de Lutas da ABEPSS, organizar as atividades dos Grupos de Temáticos de Pesquisas (GTPs), atualmente divididos em sete grupos da seguinte forma: Trabalho, Questão Social e Serviço Social; Política Social e Serviço Social; Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; Movimentos Sociais e Serviço Social; Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades; e Ética, Direitos Humanos e Serviço Social.

Após consolidada a diretoria eleita nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), a gestão e organização dos GTPs, a ABEPSS organiza os ENPESS,

---

<sup>45</sup> Durante o processo de elaboração deste trabalho tentou-se obter sem sucesso documentos que reportassem as deliberações da ABEPSS e o Plano de Lutas. Apesar de ter entrado em contato telefônico e via e-mail, com sede em Brasília e Espírito Santo, não foi possível conseguir acesso aos documentos, que também não se encontravam disponíveis no sítio da ABEPSS durante este período (2017/2).

<sup>46</sup> Devido a impossibilidade de conseguir o plano de luta da executiva nacional da ABEPSS, recorreu-se à artigos publicados na revista Temporalis que viesse a dialogar com os fundamentos da profissão e a organização da entidade neste início de século XXI.

<sup>47</sup> A divisão das regionais da ABEPSS se dividem em seis grandes blocos, compostos por Região Sul I – RS, PR e SC; Região Sul II – MS e SP; Região Leste – MG, ES e RJ; Região Centro-Oeste – MT, GO e DF; Região Nordeste – CE, RN, PB, PE, AL, SE e BA; e Região Norte – AC, RO, RR, AM, AP, PA, MA, PI e TO;

as Oficinas Regionais e Nacional da ABEPSS, que abordam temáticas transversais à formação profissional relacionadas aos grupos temáticos, o projeto ABEPSS Itinerante, que almeja ampliar alcance da ABEPSS às Escolas de Serviço Social com vistas a expandir a importância dos papéis das entidades e qualificar a formação em Serviço Social. A ABEPSS também se articula junto ao MESS na construção dos SNFPMESS e SRFPMESS da ENESSO na parte de comissão organizadora e científica que avalia os trabalhos encaminhados e, em confluência ao conjunto CFESS-CRESS, acompanha e dá suporte nos Encontros Nacionais do Conjunto, na Organização dos encontros locais e regionais, como também na organização dos Fóruns de Supervisão de Estágio em Serviço Social (FESSS), que inicialmente tratava de “Supervisores”, posteriormente modificado para “Supervisão”, haja vistas a compreensão da “Tríade” na formação que engloba supervisão acadêmica, supervisão de campo e estagiário de Serviço Social na construção de conhecimento e formação profissional.

Além destas atividades supracitadas, destaca-se que neste ano de 2017, a ABEPSS por via do GTP de “Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional” promoveu o “I Seminário Nacional: Fundamentos do Serviço Social”, ocorrido em 06 de novembro, sediado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), campus da praia Vermelha. Este seminário teve três mesas que, de forma expositiva abordou “O debate dos fundamentos no Serviço Social”, a “Teoria social de Marx e os Fundamentos Históricos e Teóricos- Metodológicos e tendências contemporâneas no Serviço Social” e, encerrando com “Tendências nas linhas de pesquisa e das investigações das áreas de concentração sobre fundamentos, formação e trabalho profissional do Serviço Social”.

Destaca-se que, na atualidade, devido as condições estruturantes do mundo do trabalho que tende a reificar cada vez mais a classe trabalhadora nos processos de trabalho dentro do modo de produção capitalista, a alienação e estranhamento ao que é posto na realidade do mundo do trabalho corrobora com a percepção acrítica do mundo, conseqüentemente, sem uma reflexão crítica da realidade, a efetivação de uma práxis que se consolide a partir do PEP do Serviço Social se reduz de forma significativa, tendo em vistas que a intervenção dada pelo trabalho trata de abordar e operar as refrações das questão social, viabilizando meios de identificar sua causa e elaborar contraposição interventiva em nível ampliado, enfrentando diretamente a questão social mais próximo à sua manifestação.

### 3.3 Breve estudo de deliberações do conjunto CFESS-CRESS: formação profissional

O conjunto CFESS-CRESS atualmente representa a força máxima do núcleo profissional do Serviço Social no Brasil. Esta força máxima se manifesta nos encontros nacionais do conjunto<sup>48</sup>, que visa unificar e direcionar a categoria como um todo quando ocorrem os encontros nacionais, que são precedidos de encontros descentralizados e locais dos 28 CRESS divididos em território brasileiro. Compostos por delegados das diretorias dos CRESS e bases<sup>49</sup>, este espaço conta com observadores, em suma, representantes da ABEPSS e ENESSO no intuito de revisar, deliberar e sistematizar as ações que virão a ser desenvolvidas pelo conjunto, muitas destas tendo responsabilidade compartilhadas com as demais entidades, objetivando o fortalecimento do projeto profissional e elaboração de táticas e estratégias que venham somar forças de dimensões societárias. Sendo uma autarquia pública federal, o CFESS tem com atribuições orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional de assistente sociais no Brasil de forma conjunta com os CRESS.

Conforme consta no site<sup>50</sup> da própria entidade, entende-se que o CFESS se projeta “para além de suas atribuições, contidas na lei 8.662/1993, a entidade vem promovendo, nos últimos 30 anos ações, políticas para a construção de um projeto de sociedade radicalmente democrático, anticapitalista, e em defesa dos interesses da classe trabalhadora” (CFESS, 2008, s/p.). Embora o histórico da entidade demonstre que inicialmente<sup>51</sup> o Conselho detinha-se mais às questões administrativas e financeiras e compreendidos como entidades autoritárias de fiscalização, foi nesta época que pelo CFAS pode-se efetivar a primeira reformulação do código de ética profissional, inicialmente elaborado pela antiga Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS), no ano de 1947, somente após reforma em 1965 – que se caracteriza em época de renovação de conservadorismo, como já visto anteriormente em análise da constituição

---

<sup>48</sup> Como fórum máximo deliberativo da categoria, o Encontro Nacional CFESS/ CRESS é um evento anual, de caráter regimental e deliberativo, conforme estabelecido no Estatuto do Conjunto CFESS/CRESS, que se caracteriza como importante momento de planejamento coletivo para agenda anual do Conjunto CFESS/CRESS. É, também, um espaço de capacitação técnica e política que envolve discussões e tomadas de decisão sobre as diversas temáticas relacionadas às atribuições legais e políticas das entidades referentes às questões que estruturam, hoje, as ações do Conjunto.

<sup>49</sup> Os representantes de diretoria compõem a gestão do CRESS, os representantes de bases são profissionais que situam-se dentro de uma regional do CRESS, e podem se colocar como representantes de bases, sendo referendados em conselho pleno, no intuito de colaborar e fortalecer a construção das temáticas pertinentes à profissão, geralmente são vinculados aos NUCRESS e Seccionais dos CRESS.

<sup>50</sup> Conforme consultado em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/o-cfess>

<sup>51</sup> O Serviço Social teve a primeira lei de regulamentação aprovada em 1957, desta lei, no ano de 1962 derivou a criação do decreto 994 de 15 de maio daquele ano, decreto que determinava no artigo 6º a disciplina e fiscalização do exercício profissional por parte do Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS).

histórica da profissão – que o Código de Ética passa a vigorar com caráter legal junto à instituição do CFAS.

Contudo, face os desdobramentos históricos que culminaram na elaboração de um projeto profissional voltado junto aos interesses da classe trabalhadora, a entidade passa a atuar além das limitações instituídas nas atribuições e competências definidas no contexto jurídico, passando a se organizar politicamente com as/os assistentes sociais do Brasil na construção de uma agenda permanente que alce manutenção de um projeto profissional crítico, alinhado à luta ampliada em escala societária por mudanças significativas na vida da classe trabalhadora. Neste sentido, a análise aqui proposta se dispôs em buscar as formas organizacionais do conjunto CFESS-CRESS contidas nos relatórios dos encontros realizados no período dos anos 2000 até o ano de 2017<sup>52</sup>, de maneira que fosse possível compreender como são organizadas as atividades relacionadas à Formação e Trabalho Profissional conduzidas pelo Conjunto CFESS-CRESS.

É válido ressaltar que o CFESS, é composto por diretoria eleita através de eleições diretas, onde se estrutura presidência, vice-presidência, primeira secretaria, segunda secretaria, primeira tesoureira, segunda tesoureira, conselho fiscal e suplentes. Após elegida, assume direção para organizar as atividades pertinentes à categoria, tendo os Encontros nacionais do conjunto que ocorrem anualmente, seminários temáticos, o CBAS que ocorre a cada quatro anos, além de somar na construção de outros eventos promovidos pela ABEPSS e ENESSO. Basicamente o conjunto CFESS-CRESS organiza Grupos de Trabalhos ou Comissões vinculadas à eixos temáticos, que anualmente é atualizado de acordo com as deliberações das bases do conjunto, dentro das seguintes áreas: Orientação e Fiscalização Profissional, Ética e Direitos Humanos, Seguridade Social, Formação Profissional, Plano de Lutas, Relações Internacionais, Comunicação e Administrativo-financeiro.

Na análise realizada, voltada para o eixo de formação profissional, foi possível identificar que até o ano de 2004, o eixo de formação profissional era vinculado ao de relações internacionais, posteriormente sendo autonomizado somente em formação profissional. Constam nestes relatórios, até o ano de 2014, referência de um total de 175 deliberações pertinentes à formação profissional, tendo em si variáveis de 76 ações (que explica como fazer para efetivar as deliberações) e 20 “recomendações” que a partir do ano de 2010 passou a ser efetivada como “agenda permanente”. Este modo de sistematização anual foi utilizado até o

---

<sup>52</sup> No Apêndice 2 constam todas as deliberações do conjunto CFESS-CRESS referentes ao período do ano 2000 a 2017.

ano de 2014, onde após reflexões coletivas se verificou que muitas deliberações se repetiam e pela dificuldade em monitorar as deliberações, se adotou uma nova metodologia de gestão<sup>53</sup>, onde no primeiro ano de cada gestão do conjunto CFESS-CRESS se propõe por orientar e deliberar ações, no segundo ano se realiza monitoramento das ações, e no terceiro ano de gestão, se realiza avaliação e balanço da efetividade das deliberações dos encontros, a fim de identificar fragilidades no processo de execução e elaborar propostas que deem condições concretas à superação dos entraves encontrados na efetivação de deliberações.

Após adotar esta nova metodologia, o eixo de formação teve reordenação das suas deliberações historicamente constituídas e consolidadas como “ações” vinculadas ao plano de lutas do conjunto CFESS-CRESS, se dividindo da seguinte forma: Ações Relativas à eixo nacional de fiscalização (2 ações e 8 atividades); Ações de estudos e pesquisas (3 ações e 7 atividades); Ações de articulação com entidades, movimentos sociais e conselhos (4 ações e 12 atividades); Ações de comunicação e mobilização (2 ações e 6 atividades); Ações junto ao MEC (1 ação e 4 atividades); Ações junto ao poder legislativo (1 ação e 3 atividades); Ações jurídicas (1 ação e 2 atividades). Para melhor compreensão desta organização, o apêndice 2 (ano de 2014<sup>54</sup>) consta a distribuição destas ações e atividades por variável dentro do eixo de formação, bem como a responsabilidade das entidades ao executá-las e os prazos para que venham a ser efetivadas (ou não) em sua plenitude, junto ao plano de lutas.

Essa metodologia de gestão tem a proposta de visibilizar e qualificar as deliberações dos encontros. Haja vistas que da forma como funcionou desde 2000 até estruturação do plano de lutas conjugado com essa metodologia no ano de 2014, os relatórios de gestão trazem em seus conteúdos apontamentos do que foi realizado, porém não havia um monitoramento concreto do que não havia sido efetivado, bem como a identificação, as razões ou circunstâncias da não efetivação de determinadas deliberações. Para se pensar modos de alcançar maior eficiência das gestões, considerando que o conjunto aborda diversos temas que são amplos e complexos, em alguns relatórios de gestões e edições do CFESS Manifesta se visibilizam ações advindas de

---

<sup>53</sup> É válido ressaltar que o conjunto CFESS-CRESS operacionaliza suas ações no período de gestão de 3 anos, conforme estatuto da entidade. Neste triênio, o desafio em organizar os planos de lutas coletivas considera também a ABEPSS, que tem em suas gestões o período de 2 anos, e a ENESSO, que gesta o movimento estudantil no período de 1 ano. Pode-se identificar aí um dos fatores que dificultam a atuação das entidades em sintonia, sendo que enquanto o conjunto CFESS-CRESS organiza e planeja atividades para 3 anos, neste período abarca 1 gestão e meia da ABEPSS e 3 gestões da ENESSO.

<sup>54</sup> Neste ano, com vistas a atender deliberação da plenária final do 42º encontro nacional, foi implementado a nova metodologia dos encontros nacionais do conjunto CFESS-CRESS com vistas à organizar o planejamento, monitoramento e avaliação pela gestão do CFESS, desta forma, durante o triênio de gestão do CFESS é possível mensurar e avaliar de forma mais efetiva as ações das entidades e, coletivamente, propor mudanças que venham a atender as deliberações dos encontros. Desta forma, busca-se operacionalizar estratégias para fortalecer a categoria profissional e articulação com as demais entidades, ABEPSS e ENESSO.

deliberações, contudo, as que não se visibilizam, se fragmentam e tendem a perder prioridade com o tempo. De acordo com o relatório do último 46º encontro (2016), pode-se verificar, de forma mensurável como o conjunto CFESS-CRESS vem se organizando, dando visibilidade para o que não foi alcançado, demonstrando amadurecimento do conjunto CFESS-CRESS e demais entidades na organização desta metodologia, segundo dados do relatório:

[...]identificamos algumas das dificuldades mais centrais de ordem nacional, que impactam o cumprimento dessa extensa e complexa agenda coletiva que teve cumpridas cerca de 30% de suas 117 deliberações, tendo ainda em andamento, até o final das gestões, aproximadamente 53% delas. Esse resultado é indicativo de que temos na direção de nossas entidades um grupo político que, na sua diversidade regional, não tem “nada a temer” e dedica “mentes e corações” para manter esse espaço como um foco de resistência e luta diária (CFESS, 2017, p.12).

Face ao exposto nos dados do último relatório, não pode-se desconsiderar a construção historicamente consolidada pelas entidades nestas quase duas décadas do século XXI. Foi possível verificar que em todos os relatórios há uma relação orgânica que busca sintonizar as entidades do Serviço Social brasileiro, unificando suas pautas com vistas a não fragmentar a unidade da categoria. Nos últimos anos foi possível verificar uma certa diminuição nas deliberações/ações referentes aos eixos de formação profissional, entretanto, no relatório de 2015 se identificou a designação de:

[...]um GT para reformulação da chamada “agenda permanente” do conjunto CFESS/CRESS. Seu trabalho, finalizado no 44º Encontro Nacional e apresentado a seguir, consistiu na reorganização destas deliberações, que são históricas e têm vigência permanente na ação do conjunto, objetivando: rever seus textos, eliminar sobreposições, repetições e propor uma nova forma para seu agrupamento, mas sem alterar o seu conteúdo. Ao final de duas reuniões de trabalho estavam elaborados os dois novos documentos do conjunto CFESS/CRESS: “Bandeiras de Luta” e “Ações Estratégicas Continuadas” (CFESS, 2017, p.15).

Se entende que este GT designado se estruturou para organizar os materiais de estudos das deliberações a fim de confluir uma linguagem mais homogênea e meios de estruturar uma base de alimentação de dados em comum com todo conjunto, dada a proporção pela qual é filtrada os dados a nível nacional e níveis regionais, bem como atender às recomendações para melhor trabalhar no próximo processo de organização deliberativa do conjunto junto com as demais entidades. É bem provável que ao revisar e sistematizar os materiais disponíveis, este GT identifique alguns avanços na defesa da formação profissional que se situam na agenda permanente, expressando relevância na organização coletiva das entidades. Os avanços ao início deste século representam a defesa da qualidade na formação em ensino superior, pela

ampliação de universidades públicas, laicas, gratuitas, a serviço do povo. A intenção de afinar atividades com ABEPSS e ENESSO materializa o legado historicamente deixado pela profissão à este cenário contemporâneo.

Além da dimensão política organizativa que se proporciona nos encontros do conjunto, é válido ressaltar os resultados destes movimentos e deliberações, que objetivam qualificar o trabalho de assistentes sociais em todo Brasil, em consulta prévia, considerando o tempo de análise de deliberações, pode-se identificar em destaque a criação de 19 Resoluções<sup>55</sup> relevantes para o exercício profissional (como firmar referencial nas definições de honorários, regulamentação de supervisão de estágio, condições éticas e técnicas do trabalho profissional, entre tantas outras), instauradas do ano de 2001 à 2011, no intervalo de 10 anos.

Desta forma, compreende-se que a complexidade que envolve a análise das deliberações do conjunto CFESS-CRESS aqui limitadas ao eixo de formação profissional, não transborda a potencialidade que pode ser alcançada numa pesquisa de maior prazo de tempo para estudo e análise do material disponível. O enfoque dado ao eixo de formação profissional permitiu realizar apreensão da realidade em movimento, a partir da interpretação de conteúdos em documentos oficiais do conjunto nestes 17 anos de século XXI, proporcionando um conteúdo denso que encontra-se em forma de apêndice nº2. Situando a profissão no mundo concreto, em termos quantitativos, até o último relatório analisado, pode-se identificar que a profissão contava com 173.689 assistentes sociais em exercício profissional no Brasil, no ano de 2016 (CFESS, 2017, p. 119). Esse quadro de profissionais que exercem a profissão em diversas áreas, sejam públicas, privadas, filantrópicas, nas áreas de saúde, assistência social, jurídica, educação, habitação, segurança, entre outras, demonstra a importância do constante aprimoramento intelectual, bem como a força de mobilização da categoria enquanto classe trabalhadora. Além de justificar a necessidade de aprimoramento constante em educação permanente, qualificando o núcleo profissional e potencializando as intervenções profissionais em todo território, a partir do trabalho dispensado por assistentes sociais afinados ao PEP.

---

<sup>55</sup> Para mais detalhes ver “Legislação e Resoluções sobre o Trabalho do/a Assistente Social” (CFESS, 2011, p. 188).



### **3.4 Entidades e expressões de resistência: defesa coletiva de um projeto profissional crítico em tempos de estado de exceção não declarado**

Os caminhos até aqui trilhados demonstram infinidade de expressões de resistência no que tange a direção dada pela categoria do Serviço Social na imagem da ABEPSS, ENESSO e conjunto CFESS-CRESS em sintonia com o PEP, legado do histórico da profissão e das lutas travadas internamente na superação da matriz de formação profissional conservadora, não deixando de acompanhar o compasso da conjuntura política externa, que dentro dos moldes de organização do capitalismo, determina que a categoria se assente dentro deste modo de produção, a partir da divisão sócio técnica do trabalho onde a profissão vem superando tempos históricos e consolidando seu projeto profissional. De acordo com Netto (2009), pode-se entender expressões de resistência na defesa de projeto profissional quando se unifica organização coletiva:

É através de sua organização (envolvendo os profissionais, as instituições que os formam, os pesquisadores, os docentes e os estudantes da área, seus organismos corporativos, acadêmicos e sindicais, etc.) que um corpo profissional elabora seu projeto. Se considerarmos o Serviço Social no Brasil, tal organização compreende o sistema CFESS/CRESS, a ABEPSS, a ENESSO, os sindicatos e as demais associações de assistentes sociais (NETTO, 2009, p. 144).

Reconhecer a organização do Serviço Social brasileiro, significa reportar e identificar rebeldia e resistência a partir das entidades representativas, que, como bem colocado pelas colegas da ABEPSS (2017), é somente:

Com foco nas resistências e buscando o enfrentamento coletivo dessas questões buscou-se compreender a radicalização e o aprofundamento da crise política, econômica, social, jurídica, ética e as contrarreformas ocorridas, dia após dia, na infraestrutura do estado, na conjuntura nacional e nas políticas públicas pós golpe de 2016. A histórica defesa dos direitos sociais, da proteção social previstos na Constituição Federal sendo acintosamente desrespeitada, negada, em radical e expressivo retrocesso social. Este contexto sócio histórico de radicalização política e dos atuais rumos políticos e econômicos desse governo golpista e ilegítimo, impõe regressão de direitos sociais, redução de políticas públicas, desmantelamento da universidade pública, das políticas de saúde, educação, assistência, previdência entre outras políticas estruturantes da proteção social no país. Como produto contabiliza níveis extremos de desemprego e violência, aumento de impostos de todas as ordens, atrasos e parcelamentos de salários, adoecimentos, dificuldades extremas, falta de assistência à população expondo a perversa face da atual agudização da questão social. Esta situação atinge além das condições sociais, os espaços sócio ocupacionais onde os assistentes sociais realizam seu trabalho e a formação profissional, nos âmbitos do ensino e da pesquisa (MENDES, et al, 2017, p. 8).

O cenário contemporâneo no Brasil demonstra a cada dia avanços de uma agenda neoliberal orquestrada pelo mesmo congresso que efetivou um golpe com apoio do judiciário e da mídia, onde uma cúpula de parlamentares vem implementando em conjunto ao governo Temer do PMDB, Medidas Provisórias, Projetos de Leis, Propostas de Emenda Constitucional, e uma série de contrarreformas que significam retrocessos no campo dos direitos socialmente conquistados, bem como a demarcação de posição classista ao impor esta série de retrocessos pelas vias legais do Estado. Daí o termo de “Estado de exceção não declarado”.

As afrontas à classe trabalhadora vem se intensificando dia após dia, em resgate prévio, no ano de 2016 foi aprovada pela Câmara dos Deputados a PEC 241<sup>56</sup> que estabeleceu limite para os gastos públicos durante os próximos 20 anos, passando a tramitar na Comissão de Constituição e Justiça do Senado como PEC 55, batizada pelas classes populares de “PEC da morte”, foi aprovada no dia 13 de dezembro de 2016<sup>57</sup>. Os resultados dos cortes de investimentos públicos na sustentação das políticas sociais foram sentidos no ano de 2017, além de acirrar os interesses de classe, favorecendo o capital, o congelamento de investimentos vem ampliando sua contrarreforma alinhada à dominação de classe, haja vistas a reforma trabalhista efetivada no dia 11 de novembro e os esforços incansáveis do governo golpista para efetivar a reforma da previdência antes de 2018.

Se partimos de uma visão de mundo que compreende a organização social mediada pelo trabalho, sendo categoria de análise central para compreender como se estruturam as relações sociais e o desenvolvimento das forças produtivas. As formas como se estabelecem as regras para manutenção do desenvolvimento econômico em vigência figuram a exploração constante da classe que vive do trabalho, desde a implementação da jornada intermitente via reforma trabalhista à ampliação da idade mínima para as aposentar (que se propõe com a reforma previdenciária), são reformas que agudizam aquilo que Alves (2013) colocou como “crise estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho” (ALVES, 2013), ampliando exponencialmente a produtividade em cima da mais valia absoluta e relativa da classe trabalhadora, ao tempo que vai se fragmentando cada vez mais as chances de se unificar pautas que venham a dar melhores condições estruturantes na organização do trabalho, no polo oposto se concentra cada vez mais o acúmulo de lucros oriundos da exploração do trabalho e seus derivados.

---

<sup>56</sup> A PEC 241 foi aprovada em 26 de outubro de 2016, em segundo turno por 359 votos a 116 (e duas abstenções) notícia do G1, disponível em: <https://www.g1.globo.com/politica/noticia/2016/10/aprovada-na-camara-pec-241-vira-pec-55-no-senado.amp> acesso em: 03 dez 2017.

<sup>57</sup> Após ingressar no Senado, a PEC 55 teve aprovação por 53 votos a favor e 16 contrários, tendo sua promulgação efetivada.

Isso posto, é notório que os relatórios das entidades do Serviço Social e suas deliberações, historicamente vem registrando contraposições aos interesses divergentes dos da classe trabalhadora. Nesse sentido, pode-se extrair para a luz os interesses de classes inerentes nas proposições advindas do governo que se caracteriza como burguês, acompanhando o pensamento de Bogo (2013):

Na época contemporânea, quando a produção de mercadorias é imensamente facilitada pela evolução tecnológica e meios de trabalho absorvem e superam outros obsoletos – fazendo com que, a cada dia, surjam novas contradições entre forças produtivas e relações de produção -, é de fundamental importância reconhecer que os avanços nos meios de produção não estão dissociados das contradições sociais, políticas e organizativas (BOGO, 2013, p. 9).

Ou seja, se neste século a realidade concreta no cenário brasileiro demonstra que o governo está interferindo diretamente nas determinações das forças produtivas (via Medidas Provisórias, PECs, Reformas, etc., que engendram novas formas de organização social, mantendo a velha forma apropriação privada dos bens socialmente produzidos), é possível apontar que tais mudanças propostas vem aliadas aos interesses do capitalismo monopolista afinado com os grandes polos financeiros na imagem de grandes empresas financeiras e de crédito, no sistema bancário e organização internacional da economia que, conseqüentemente, rebatem seus interesses na dominação do trabalho como força motora do seu desenvolvimento.

Esta constante necessidade de mudança, própria para a existência da burguesia, está determinada pelo fundamento básico do capital: a valorização do valor. Estas transformações se materializam no plano econômico e social por meio da ação da burguesia enquanto classe social, que se coloca na sociedade como uma força política dominante que utiliza todos os instrumentos para alcançar seus objetivos de aumentar suas riquezas materiais. Para tal, ela busca controlar as relações sociais não apenas no plano econômico, mas também no político, por meio do Estado, com todos os aparelhos governamentais, e demais instrumentos que permeiam a vida social considerados elementos constituidores e movimentadores da indústria cultural, cuja função é tomar o homem por completo e dominá-lo inclusive em seu tempo livre (BOGO, 2013, p. 10).

Se adentrar a análise deste começo de século, o Brasil passa por uma transição governamental, considerando as heranças do governo de Fernando Henrique Cardoso (PSBD) e seus adventos neoliberais, para a possibilidade de mudanças no campo social após o pleito eleitoral que concedeu vitória ao PT, em 2002, pode-se ver meios de incorporar a luta do proletariado na transformação do Estado, com vistas à ampliá-lo propondo melhores condições de vida. Esta etapa de transição, teve oportunidade de implementar um projeto societário que enfrentasse o projeto dado pela década de 1990, no entendimento que este se tratava de “[...]”

um projeto que aprisionou por anos o social ao econômico, privatizou as políticas sociais, fragilizou os trabalhadores, precarizou o trabalho, enfim, priorizou o mercado em detrimento da vida humana, do trabalho, dos direitos humanos” (CFESS, 2003, p.35).

Apesar desta etapa dos governos do PT que ganhou as urnas durante 4 pleitos eleitorais (desde 2002 à 2018, este último governo, atravessado por um golpe), não foi possível identificar estratégias que viessem a unificar a classe trabalhadora e direcionar suas pautas alinhadas em projeto de governo que se desvencilhasse do mercado, como sinalizado em análise de conjuntura do CFESS (2004):

O governo Lula tem convivido com uma grande tensão: adotar uma perspectiva de "inclusão social" mantendo a política econômica herdada do governo de Fernando Henrique Cardoso claramente promotora da desigualdade social no país. Constata-se que a seguridade social pública está vivendo um processo de desmonte: os direitos conquistados pelos trabalhadores no âmbito da previdência social foram subtraídos, cabendo destacar: queda no limite do teto da aposentadoria, cobrança da contribuição previdenciária dos pensionistas e aposentados e a criação de um amplo mercado para a previdência complementar, colocando o trabalhador num horizonte de riscos e incertezas. [...] A assistência social, voltada para os pobres em extrema vulnerabilidade, mostra-se restrita e limitada. Suas proposições inovadoras, como a criação dos SUAS e a unificação dos programas de transferência de renda, não conseguem se complementar devido à falta de recursos. [...] A saúde está se tornando um sistema cada vez mais fragmentado. Os três grandes subsistemas: o público (SUS), destinado a 130 milhões de brasileiros, o privado de atenção médica suplementar destinado a 40 milhões e o privado de oferta direta paga pelo usuário, evidenciam o descumprimento do princípio constitucional da universalidade nesse atendimento e a tendência a privatização desse direito. A precarização da saúde é agravada pelo aumento insuficiente da verba para esse setor: No ano de 2003, foram destinados 25 bilhões de reais para a saúde enquanto que em 2004 esse número passou para apenas 28,4 bilhões de reais. [...] No tocante ao ensino superior assiste-se ao avanço da educação como mercadoria. Entre 1988 e 2003, o número de cursos de graduação no país apresentou um crescimento de 107%, sendo que hoje 88% do total de instituições de ensino são privadas. O aumento da rede privada no período de 1998 a 2002 foi de 200% com a criação de 264 instituições. Essa tendência promove a criação de cursos voltados apenas para o mercado, em detrimento a uma formação crítica e humanista dos estudantes (CFESS, 2004, p. 24).

A análise da vida concreta em movimento demonstra a força do capital e suas estruturas de dominação de classe colocadas a partir dos marcos de desenvolvimento das forças produtivas. Neste século, traduzido com os efeitos da globalização, internacionalização econômica e do trabalho, o capital tende a capturar o Estado para atender os interesses dominantes, que em suma representa projetos burgueses. No passo em que o Estado brasileiro foi assumido com perspectivas de projeto voltado para desenvolvimento social, o desafio foi instituir este projeto, pois ao se deparar com este aparato complexo de gerenciamento, se percebe que “[...] um Estado que mesmo quando, na contradição, dá respostas às demandas

históricas dos trabalhadores, o faz tendo como finalidade os processos de acumulação de riqueza e a concentração de propriedade” (VASCONCELOS, 2015, p. 108).

Mesmo verificando-se uma certa ampliação do Estado, destacando-se programas como Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada que, apesar das críticas e limitações, materializou melhoras nas condições objetivas de vida da classe subalternizada, no contraponto, conforme foi sendo analisado pelo conjunto CFESS-CRESS em seus relatórios deste século XXI, pode-se perceber uma tentativa de conciliação de classes por parte do governo, face a correlação de forças entre classes. Ao passo que se atende o desenvolvimento social sob velhas formas de gerenciamento econômico, reforçadas pelas condições materiais que exigem enfrentamento às expressões da questão social, os programas funcionam como estratégias para superar as sequelas do capital, porém, contraditoriamente, neste processo de operacionalização de enfrentamento à pobreza, o “capital que rende juros”<sup>58</sup>, sinaliza sobreposições do capital fictício na acumulação de mais capital aos donos dos meios de produção (no caso dos bancos e grandes financeiras), que progressivamente agem de forma parasitária, explorando a força de trabalho na acumulação flexível, e financiando as sequelas deste modo de produção (como citado aqui, o enfrentamento da miséria e pobreza), capitaneando lucros já especulados, exercendo dominação de longo prazo ou, quase permanente.

A correlação de forças põe em relevo a luta de classes sob novas formas neste cenário contemporâneo. Embora o Estado apresente condições de mudanças na vida social, essas mudanças ocorrem via instituições que estão em constante disputa com vistas a garantir hegemonia de classe nesta correlação de forças. Como destaca Faleiros, (2013):

As instituições não são instrumentos de mecânicos da execução dos desígnios do capital, como se fossem mecanismos independentes dos conflitos sociais e políticos. Ao contrário, há enfrentamento de forças dominantes e dominadas. As forças dominantes neste contexto, tendem a provocar um aprofundamento da desigualdade, da desfiliação e da exclusão, com novas formas de acumulação: financeira (interesses e ganhos financeiros), privatizações, dividendos, com peso mais significativo das pressões externas sobre os Estados nacionais. Nesse processo de mundialização do capital, há um contrato imposto pelo capital multinacional que consiste em deixar o indivíduo menos seguro, menos protegido, mais competitivo no mercado, com menos ou nenhuma garantia de direitos (FALEIROS, 2013, p. 217).

---

<sup>58</sup> Quando o capital portador de juros passa a operar com a especulação, com a acumulação futura, descolada de sua base real, material, como no caso de títulos públicos, tem-se o capital fictício, que se origina daquela forma de capital. O capital fictício constitui-se na forma ilusória que adquire nos rendimentos que parecem provir do capital portador de juros. Nesse caso, a emissão de papéis, como nas sociedades por ações e os títulos da dívida pública, são a forma ilusória, fictícia que assume o capital ao especular com o que Marx chama de valores imaginários (SILVA, 2012, p.213)

O cenário brasileiro tem em seu histórico infinidade de expressões de resistência na identidade da classe trabalhadora que historicamente colocou equilíbrio na correlação de forças (como já discorrido neste trabalho, superação do desenvolvimentismo, ditadura, ofensiva neoliberal e globalização), no entanto, o cenário que hoje se apresenta como Estado de exceção não declarado, vem se estruturando a partir de condições materiais e reais, que estabelecem relações sociais e a dinâmica da vida social. Logo, essa dinâmica da vida social tem em seu pano de fundo a compilação de interesses de classes, voltados à acumulação econômica acima do social. Na atualidade, esta última se demonstra como determinação histórica, resultado da globalização na forma dos monopólios que sustentam a manutenção do capitalismo, que, conforme Netto:

O que se quer destacar, nesta linha argumentativa, é que o capitalismo monopolista, pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demandas das classes subalternas, que podem incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatos. E que este processo é todo ele tensionado, não só pelas exigências da ordem monopólica, mas pelos conflitos que esta faz dimanar em toda escala societária (NETTO, 2011, p. 29).

A escala societária a qual se refere Netto, implica o reconhecimento das desigualdades em relevo nas classes que movimentam a sociedade e o modo de produção. Entretanto, os relevos que as diferenciam, esboçam também condições objetivas que ditam a dinâmica da vida em sociedade, velando a forma como se dá este movimento dialético, que, de acordo com Faleiros:

O modo de produção de uma sociedade se reproduz também na vida cotidiana. Em um cotidiano que se articula com a produção do lucro, do poder e da própria desigualdade. As necessidades humanas são construídas como sendo as necessidades do capital, como consumo de produtos historicamente determinados que aparecem como fetiche de satisfação. A própria subjetividade está articulada a esta determinação, uma vez que a pessoa se situa no sistema de mercado simbólico à medida que tem êxito na proporção em que adquire bens, e se torna mais competitiva no mercado. Simbolicamente essa competição parece natural, comum ao mundo darwinista da natureza e da sociedade, com sobrevivência “dos mais fortes” (FALEIROS, 2013, p. 167).

Dentro deste cenário permeado de contradições, emergem as expressões da questão social de forma multifacetada. Não se pode esquecer que o fio condutor que reverbera na ponta da estrutura social as condições objetivas no cotidiano da vida social, tem seu cerne na organização do trabalho dentro do modo de produção capitalista, que prima pela acumulação do capital, expropriando a força de trabalho e deteriorando as condições de vida materiais por

onde passa, explorando o trabalho e seus recursos naturais, transformando também a sociedade e conseqüentemente as relações sociais que nela emergem. Sobreposto ao cenário que se edifica na realidade concreta, essas assertivas em torno da organização social impõem reflexões para condensar forças e mudar a realidade pela própria via do trabalho, com vistas à reinventar os modos de existência e resistência nessa sociedade alavancada com força motriz assentada em valores neoliberais.

A análise de conjuntura torna-se elemento fundante da teorização crítica, pois ao olhar a realidade e o conjunto de elementos que a forma, é possível identificar e operacionalizar meios para superar adversidades figuradas em tais elementos. Esta análise, se condensa a partir dos FHTM do Serviço Social, que não nega os processos históricos e teóricos para compreensão de mundo e, dialeticamente, conjuga-os à dimensão metodológica com vistas a dar vivacidade à uma práxis coerente com o projeto que norteia sua ação.

Ao definir seus próprios aportes para compreender a realidade se conjuga uma série de fatores que remetem respostas a própria realidade em movimento, transformando-a constantemente. Os documentos estudados, apontam que “a tarefa do Conjunto CFESS/CRESS é convergir esforços, no mínimo, em duas frentes: uma responsável análise crítica da realidade e uma conseqüente ação política” (CFESS, 2003, p. 37). Essas duas frentes se manifestam de forma recíproca em relação a ABEPSS e ENESSO, que em sintonia com o conjunto, vem realizando constante análise crítica da realidade, como também ações políticas, seja na construção de eventos, seminários, encontros, congressos, simpósios e diversas atividades que envolvem a formação profissional em Serviço Social, seja em campanhas e ações diretas junto à classe trabalhadora e movimentos sociais nas ruas, nas universidades e onde seja necessário se fazer lutar, destacando que no ano de 2009 foi efetivado o plano de lutas de defesa da formação profissional<sup>59</sup> confluindo todas as entidades na defesa de suas pautas.

---

<sup>59</sup> Em cumprimento à deliberação 1-F do Eixo Formação, aprovada no 37º Encontro Nacional CFESS/CRESS, foi constituído o Grupo de Trabalho por meio da Portaria CFESS n. 25, de 03/11/2008, composto por três conselheiras do CFESS e 5 conselheiras dos CRESS indicados no referido Encontro Nacional. O GT se reuniu em 15 de dezembro de 2008 na sede do CFESS, em Brasília, e iniciou o trabalho de sistematização de estratégias de enfrentamento à precarização do ensino superior, conforme objetivo definido no referido Encontro. Desse modo, as atribuições do GT se consubstanciam em: “Sistematizar atividades já realizadas pelo Conjunto CFESS/CRESS e pelas entidades nacionais do Serviço Social, bem como construir novas estratégias de enfrentamento à precarização do ensino superior e subsidiar a realização de ações coletivas em defesa da formação e do exercício profissional com qualidade”. Com base em tal objetivo, o GT considerou que sua designação deveria incorporar a relação entre trabalho e formação profissional, tendo em vista as ações precípuas do Conjunto CFESS/CRESS. Desse modo, passou a ser reconhecido como **“GT Trabalho e Formação Profissional”**. Decorrente dessa mesma análise, o GT avaliou ser fundamental a incorporação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) nos debates, de modo que a entidade foi convidada a participar das reuniões e atividades do GT. A ABEPSS decidiu em sua reunião ampliada, realizada entre os dias 16 e 18 de março no Rio de Janeiro, pela participação no GT, incorporando-se ao mesmo por meio das professoras Elaine Rossetti Behring (Presidente) e

Entretanto, compreender as entidades representativas do Serviço Social brasileiro e investigar seus fundamentos contemporâneos apontou o projeto profissional como balizador das ações das entidades. Porém, a proposta de pesquisa aqui apresentada considerou o quantitativo profissional em formação na atualidade e, em uma prévia análise dos dados do último senso do ensino superior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), pode-se identificar que no ano de 2015, foram formados 30.387 assistentes sociais no Brasil, destes, 17.396 são oriundos da modalidade de Ensino a Distância (EAD) sendo que até 2015 no Brasil haviam 26 cursos EAD, sendo 1 público e 25 privados. O quadro também demonstra que se formaram 12.991 profissionais no ensino presencial, sendo 2.787 de instituições públicas (1900 federal, 765 estadual e 122 municipal) e 10.204 de privadas, ressaltando-se que até o respectivo ano, haviam 409 cursos presenciais (sendo 75 públicos - 42 federais, 22 estaduais e 11 municipais - e 354 privados). Este quantitativo demonstra que a modalidade EAD está dimensionando a formação da maior parte de profissionais que procuram lugar no mundo do trabalho, mesmo sendo equivalente a aproximadamente 6% dos cursos que formam assistentes sociais, este percentual forma mais da metade da força de trabalho que os 94% da formação presencial.

Dados INEP (2015)	PRESENCIAL	EAD	TOTAL
Instituições que ofertavam Serviço Social:	409 cursos presenciais, sendo 75 públicos (42 estaduais, 22 federais e 11 municipais) e 354 privados.	26 cursos EAD, sendo 1 público e 25 privados	435 cursos 76 públicos 379 privados
Matrículas Ativas:	Total de 75.931 Sendo 18.766 em públicas (13.551 federal, 4.442 estadual e 773 municipal)	Total de 96.638 Sendo 2.670 público (estadual) e 93.968 em privada	172.569 (rede privada: 151.133 e rede pública 21.436)
Formadas/os:	12.991 Sendo 2.787 em pública (1900 federal, 765 estadual	17.396 (430 público e 16.964 privada)	30.387 bacharéis

---

Marlene Teixeira Rodrigues (Suplente Nacional) – (PLANO DE LUTAS, 2009, s/p). A ENESSO foi convidada a se envolver nos debates, pós organização da coordenação nacional, que tem período de vigência de um ano, sendo necessário constantemente atualizar sua representação junto ao GT.



	e 122 municipal) e 10.204 em privadas		
--	--	--	--

Fonte: Sistematização elaborada pelo autor.

Estes dados demonstram o que Yamamoto (2015) trazia em sua predição na fala sobre o “exército assistencial de reserva”, 10 anos atrás, quando foi lançado “Serviço Social em tempo de capital fetiche”, 1 ano após implantação da modalidade à distância no ensino superior no Brasil. Além da preocupação dos fundamentos com a formação profissional, atenta-se também para os dados do quadro profissional a nível nacional, que de acordo com relatório do conjunto CFESS-CRESS do ano de 2016, apontou 173.689 assistentes sociais em exercício profissional, ativos nos CRESS, muitos atuando, predominantemente, na formulação, planejamento e execução de políticas públicas como educação, saúde, previdência, assistência social, habitação, transporte, entre outras, movidos/as pela perspectiva de defesa e ampliação dos direitos da população brasileira. Trabalham também na esfera privada, principalmente, no âmbito do repasse de serviços, benefícios e na organização de atividades vinculadas à produção material, e atuam em processos de organização e formação política de segmentos da classe trabalhadora (CFESS, 2017).

Face aos dados expostos, é possível identificar a importância do significado dos fundamentos da profissão serem amplamente percorridos em processo de formação e educação permanente para profissionais já formados, tendo em vista que o embasamento teórico-metodológico se articula com a dimensão ética-política e técnica-operativa passando a configurar o trabalho profissional. Considerando que a/o profissional do Serviço Social caracteriza seu trabalho com pessoas, portanto, em diversos momentos sendo decisivo para os usuários dos serviços e das políticas públicas, a intervenção profissional exige qualidade e competência no exercício da profissão alçados ao Código de Ética (CE). Segundo Barroco:

Se traduzirmos os deveres do CE de 1993 veremos que ele exige um determinado *ethos* profissional: espera-se que o assistente seja competente, que exerça uma postura democrática; portanto, que não seja autoritário, preconceituoso e discriminatório, que se capacite continuamente, que seja respeitoso com seus colegas e com a população atendida, que seja responsável pela viabilização de direitos, por articulações políticas, no âmbito institucional e com as entidades profissionais e os movimentos sociais, entre outros. Em resumo: exige-se um profissional crítico, teoricamente qualificado e politicamente articulado a valores progressistas (BARROCO, 2012, p.76).

A profissão dispõe de um número expressivo de profissionais em exercício no Brasil, inseridos em múltiplos espaços que trabalhando na questão social e suas expressões. Contudo, percebe-se que o quadro profissional em exercício da profissão no ano de 2016 já vinha quase

sendo superado pelo contingente em formação, de acordo com o número de matrículas ativas do INEP (2015), naquele ano haviam 172.569 estudantes em formação, destes, 21.436 em instituições públicas (2.670 em EAD e 18.766 em presenciais) e 151.133 em privadas (sendo 93.968 em EAD e 57.165 em presenciais). Os números demonstram que existe uma expressividade significativa dos profissionais que ingressam no mercado de trabalho, porém, considerando o volume de força de trabalho formado, Iamamoto aponta que a profissão não deve se enleiar no:

[...] “como fazer” - a partir da justificativa de que o Serviço Social é uma “profissão voltada à intervenção no social” Este caminho está fadado a criar um profissional que, aparentemente sabe fazer, mas não sabe explicar suas razões, o conteúdo, a direção social e os efeitos de seu trabalho na sociedade. O assistente social fruto dessa formação corre o perigo de ser reduzido a um mero “técnico”, delegando aos outros - cientistas sociais, filósofos, historiadores, economistas etc. - a tarefa de pensar a sociedade. O resultado é um profissional mistificado e da mistificação, dotado de uma frágil identidade com a profissão (IAMAMOTO, 2015, p. 28).

Em virtude do recorrido, a preocupação com os fundamentos da profissão se deu no sentido de qualificar a produção de conhecimento em suas matrizes teóricas, e de investigar como os fundamentos se estruturam junto as entidades representativas do Serviço Social no Brasil. No entendimento que as entidades representativas respaldam e fortalecem a identidade profissional no intuito de providenciar elementos que disponham de conteúdo capaz de enaltecer as diretrizes curriculares da formação profissional e a identidade com a profissão. A hipótese inicialmente elaborada, sugeria que o conjunto dos fundamentos do Serviço Social não estariam contemplados em sua plenitude, considerando estudo realizado por Closs (2015), onde se verificou parca produção acerca dos fundamentos da profissão no período de 1993 a 2013. Todavia, os estudos nos documentos disponíveis revelam que muito vem sendo feito a partir da organização coletiva das entidades, contudo, as proporções numéricas tanto do contingente profissional em exercício, quanto em processo de formação, considerando os dados disponíveis, já se equivalem (173.689 assistentes sociais em exercício e 172.569 em formação), como pode ser verificado nos relatórios dos encontros, nenhum encontro nacional do conjunto CFESS-CRESS, excedeu mais que 1000 participantes, salvo os CBAS que ultrapassam estes números e o último ENPESS<sup>60</sup>, os encontros do MESS dificilmente alcançam teto acima de 1000

---

<sup>60</sup> O XV ENPESS contou com 1373 participantes dentre assistentes sociais, pesquisadores, docentes, alunos de graduação e de pós-graduação e profissionais de áreas afins. O encontro recebeu 1615 trabalhos, quantidade recorde até então. Destes, 1089 foram aprovados, sendo que 917 estão publicados nos anais do evento, a saber: 799 orais, 85 pôsteres e 33 mesas coordenadas. Entre estes trabalhos é importante destacar que as produções do GTP - Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional, representaram o segundo eixo que obteve

participantes. Ao passo em que é possível verificar um leque de atividades vinculadas às entidades e suas relações orgânicas, a conjuntura e seus desdobramentos elevou exponencialmente o número de estudantes em formação em Serviço Social. O que leva a questionar se irá ter mercado de trabalho para esse contingente, que no último senso do ensino superior apontou a formação de mais de 30 mil bacharéis em Serviço Social? E também, como os fundamentos são compreendidos por esse quantitativo massivo em formação e já formados?

Se o resgate histórico da profissão já demonstrou que muito foi realizado no cenário brasileiro no século XX, para o século XXI o legado profissional munuiu teoricamente a condução a ser dada na formação de profissionais para este novo tempo. Ao mesmo tempo em que há avanços na área de qualificação profissional, a estrutura social e seus diversos determinantes, entre estes, a própria organização do mundo do trabalho, impõe à classe trabalhadora que esta não deve ter tempo para estudar, para cultura, esporte, lazer, entre outras atividades que não sejam diretamente ligadas ao trabalho. A exploração absoluta da força de trabalho empurra quem busca educação superior à opção EAD, onde se tem flexibilização na educação, não desacomodando o trabalhador do seu posto, onde está educação flexibilizada raras vezes (tanto no EAD, quanto algumas instituições presenciais) sustenta ensino, pesquisa e extensão universitária em sua totalidade, dificilmente se garante um modelo de formação crítica, conforme se defende nas bandeiras de luta das entidades do Serviço Social.

Além da organização coletiva para defesa de um projeto profissional crítico em tempos de Estado de exceção, há de se expandir esses horizontes para além da categoria, conforme verificado nas deliberações que encontram-se no apêndice deste trabalho, há esforços em mobilização conjunta com outras profissões, movimentos sociais e demais organizações que venham a somar forças na luta de classes. Talvez, o legado mais importante da história em curso seja a capacidade de mobilização e politização para conscientizar a classe trabalhadora do seu papel neste modo de organização que a sujeita à exploração e lhe impõe cada vez mais condições de subalternidade.

Pode-se concluir que os fundamentos da profissão recaem sobre a ótica com que o Serviço Social propicia a visão de mundo para transformá-lo, a profissão de caráter generalista, inscrita na divisão sócio técnica do trabalho não deixa de lhe conferir atribuições privativas e competências profissionais, conforme regulação na lei 8.662/1993. Portanto, e para além desta perspectiva de inserção no mundo do trabalho para trabalhar, os fundamentos se expressam na

---

maior número de produções, sendo: 216 orais, 25 pôsteres e 6 mesas coordenadas com 25 trabalhos, totalizando 261 trabalhos. (LEWGOY, et al., 2016).

orientação dos princípios éticos políticos e como estes se concretizam no cotidiano, seja na organização molecular ou macroscópica, apreender esta orientação com vistas à transformação social alicerçadas noutra perspectiva societária, significa o alinhamento de uma práxis revolucionária em tempo que o capital fetiche parece direcionar a organização social para a própria deterioração, às custas da exploração do trabalho, dos meios de produção e das próprias condições materiais para que se estabeleçam como tal, a defesa coletiva deste projeto profissional crítico condiciona arcabouço teórico, metodológico e ético-político para resistir às ofensivas do capital pelas vias de Estado de exceção não declarado, redimensionando de forma dialética as formas de como se fazer resistência, redimensiona-se também a identidade, o pertencimento e a consciência de classe.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso vem à tona em tempos difíceis, em pleno século XXI, estamos vivenciando um dos processos políticos mais reacionários e conservadores em território brasileiro, traduzido por retrocessos na agenda política que interferem diretamente nos direitos civis, políticos, trabalhistas, humanos e sociais, e as múltiplas expressões que representam a dignidade da vida humana em suas relações sociais. A classe trabalhadora, com a intensificação do neoliberalismo sente na pele os desmontes dos direitos sociais, por ora dados pelas afrontas às políticas sociais e políticas públicas, que concretizam o acesso a serviços básicos que garantem os mínimos sociais.

Nesse sentido, o esforço aqui empreendido, busca por localizar o conjunto dos FHTM e a constituição histórica do Serviço Social no Brasil, compreendendo as origens da profissão, sua inserção e desenvolvimento no cenário brasileiro, as influências latino americana que desencadeou o movimento de reconceituação, a estruturação dos currículos mínimos e a construção coletiva de um projeto profissional. O resgate destes acontecimentos, torna-se fundamental para compreender o legado deixado por esta profissão ao Século XXI. E além da compreensão deste legado, este trabalho exigiu folego para estudar os materiais disponíveis pela ENESSO e pelo conjunto CFESS-CRESS, pertinentes ao eixo de formação profissional. Folego que não foi maior pela dificuldade na localização dos documentos da ABEPSS, em se tratar dos relatórios de gestão e do plano de lutas da entidade, o site da ABEPSS não dispõe destes documentos, foi tentado contato via e-mail, porém sem sucesso, além de contato telefônico com a sede de Brasília e do Espírito Santo. Contudo, a partir de artigos disponíveis na revista Temporalis, foi possível estabelecer um panorama mínimo de como a entidade vem se organizando, além de ter sido conferido suas ações nos cadernos de deliberações somadas à ENESSO e conjunto CFESS-CRESS, além do Plano de Lutas em defesa da formação profissional construído em 2009, constatou-se diversas ações coletivas durante todo este período histórico analisado neste trabalho.

Face diversas limitações na realização deste trabalho desde às condições de acesso a materiais documentais, as próprias limitações institucionais da UFSM que dispõe de um projeto pedagógico de curso onde os trabalhos de conclusão de curso majoritariamente são oriundos da vivência de estágio I e II, geralmente voltados aos projetos de intervenções acadêmicos e/ou relato de experiência, com raras exceções, até o momento, houveram poucos trabalhos que resultaram de pesquisa. Escolher o caminho da pesquisa significou expressão de resistência na

formação profissional, haja vistas que desde as bases estudantis se defende a formação alicerçada no tripé “ensino, pesquisa e extensão”, entende-se a viabilização da pesquisa como meio de avançar nesta defesa da qualidade do ensino. É necessário reiterar que a temática pesquisada não se esgota no estudo aqui realizado, onde minimamente foi possível apreender as deliberações das entidades voltadas ao eixo da formação profissional conforme as determinações sócio históricas pelas quais a profissão vem se inscrevendo na divisão social do trabalho, tendo o objetivo de contribuir na reflexão teórica acerca do tema pesquisado. Salienta-se que o esforço de sistematizar todas as deliberações encontradas do MESS e do conjunto CFESS-CRESS aqui estruturadas em forma de apêndices, vem no intuito de prestar subsídios para as próximas gerações do MESS, ABEPSS e CFESS-CRESS, registrando o que já foi percorrido no referido eixo de formação profissional, acredita-se esta sistematização possa servir como referência para aquelas/es que venham a oxigenar as entidades, dispondo de meios para se situar na realidade concreta, portanto, real, com a finalidade de construir novas estratégias avaliando o máximo de informações possíveis antes de decidir quais passos seguir.

Além da imersão nas entidades para investigar os rumos da formação profissional e estratégias de defesa desta formação, buscou-se articulação política e intelectual a fim de não dissociar fatores históricos e conjunturais das ações investigadas, principalmente a partir da categoria analítica do trabalho. Articulação que resultou na compreensão de que, conforme o processo histórico verificado, quando o desenvolvimento econômico é priorizado, mais uma vez as escolhas neoliberais colocam o país no mapa da fome<sup>61</sup>, juntamente com a precarização do trabalho numa crise estrutural do capital. Nessa conjuntura, presencia-se o “fenômeno da vida reduzida e a precarização existencial”<sup>62</sup> (ALVES, 2013, p.240), que, com suas forças ampliadas, dimensionam os avanços para barbárie social.

Na atualidade, o capitalismo e suas retrações significam ataques com precedentes econômicos e ideológicos, portanto, classistas, orientados pela ótica neoliberal na gestão do Estado brasileiro, os rebatimentos dessa orientação impactaram diretamente sobre a população brasileira, principalmente para a classe que vive do trabalho e que necessita do alargamento do Estado para atender as premissas necessárias para manutenção de direitos e da subsistência

---

<sup>61</sup> Conforme notícia veiculada nos meios de comunicação em julho de 2017, disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/fome-volta-assombrar-familias-brasileiras-21569940>> acesso em: 22 out. 2017.

<sup>62</sup> De acordo com o autor, a “vida reduzida” significa a forma como a vida é capturada e manipulada de forma extensiva e intensiva em diversas esferas da vida social. Cooptando a subjetividade humana do “homem-que-trabalha” reduzindo sua vida a meras atividades necessárias ao trabalho e requerimento do mesmo consumidor de mercadorias de consumo e status social, por conseguinte, precarizando a própria existência de vida do trabalhador. Para mais detalhes, ver Alves, “Crise estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho” (2013).

humana, traduzidas pelas mediações cabíveis dentro do hall de políticas sociais alicerçadas na Constituição Federal de 1988.

Atualmente, o domínio do capital alia instituições financeiras com as empresas privadas e multinacionais de segmentos hegemônicos que [...] passam a comandar o conjunto de acumulação [...] (IAMAMOTO, 2015, p. 21), que ao adentrarem nos territórios alteram profundamente os modos de produzir e viver da população refém da sua atuação. Os lucros milionários das transnacionais contrapõem com a pouca qualidade de vida e situação econômica e social das famílias que produzem e que sofrem as consequências desse modo de produção imposto pelas empresas nos territórios. Significa ter claro que o aumento da eficácia do sistema de produção, comumente apresentada como indicador principal de desenvolvimento, não é suficiente para que sejam mais bem satisfeitas as necessidades elementares da população.

Os desafios da conjuntura atual não são poucos: a retomada da democracia, o fim da criminalização das lutas e movimentos sociais, eleger as próximas lideranças políticas com caráter da luta popular e da classe trabalhadora, romper com um conservadorismo que avança, provocando uma dicotomia na qual, tudo que diz respeito aos direitos e a diversidade, tem caráter comunista e esse está relacionado com o fascismo e tudo que há de ruim.

Vivencia-se a regressão de direitos: desde o fim de políticas sociais, desmonte de políticas públicas até o desmantelamento da própria Constituição Federal de 1988, fatos que desvelam a perversidade da realidade que é encoberta sob a égide do desenvolvimento capitalista e da desigualdade. Quando a desigualdade que é muito marcada, a relação social assume a forma nua da opressão física e/ou psíquica. A divisão social das classes é naturalizada por um conjunto de práticas que ocultam a determinação histórica ou material da exploração, da discriminação e da dominação, e que, imaginariamente, estruturam a sociedade sob o signo da nação una e indivisa, sobreposta como um manto protetor que recobre as divisões reais que a constituem. (CHAUÍ, 2000, p. 89).

O embate ideológico é o desafio que extrapola todas as fronteiras e traz para os anos vindouros do planeta, o compromisso de práticas conscientes, sob todos os aspectos e que façam o contraponto com o sistema capitalista, cujos objetivos estão relacionados ao lucro em detrimento das demais questões que geram desigualdades e desequilíbrios, que se acirram, com maior potência, nas classes subalternas. Dito isso, Yazbek (2010) já nos alenta com possibilidades de atuação e intervenção:

Temos aí um papel de politizar e dar visibilidade aos interesses das classes subalternas e sabemos que não basta a alta qualidade técnica do nosso trabalho. Tarefa difícil

construir uma nova cultura política na política social, âmbito privilegiado de nosso trabalho profissional. Estamos no olho do furacão... E, embora saibamos que escapa às políticas sociais, às suas capacidades, desenhos e objetivos reverter níveis tão elevados de desigualdade, como os encontrados no Brasil, não podemos duvidar das virtualidades possíveis dessas políticas. Elas podem ser possibilidade de construção de direitos e iniciativas de “contra-desmanche” de uma ordem e desigual (YAZBEK, 2010, p. 154).

As formas de produção e a utilização dos recursos naturais criam tensões e apresentam projetos societários contrários e em disputa acerca dos recursos naturais, em que a terra e a água são essenciais para a sobrevivência humana e também para o aumento dos lucros do capital. Terra, questão essencial porque coloca em disputa a forma como se produz o alimento, que se transforma em mercadoria para o agronegócio, mas também em disputa porque sendo território, é onde se constrói habitações para a classe trabalhadora ou para especulação imobiliária. A água, porque é elemento essencial para a vida humana e se utiliza de outras formas, como a geração de energia elétrica a partir de hidrelétricas e para cultivo de alimentos junto à terra, premissas essenciais para subsistência humana.

Logo, a superação da questão social é perpassada pela criação e implementação de políticas sociais que fortaleçam as soberanias alimentar, energética, genética, mineral, cultural e territorial, que têm relação com o campesinato. Todavia, na ausência dessas políticas sociais ou concomitante com elas, a questão social gerada, por um modo de produção capitalista, num sistema econômico neoliberal, se mantém através da potencialização das desigualdades, e para além das políticas sociais, há o trabalho coletivo ideológico de emancipação da classe trabalhadora.

Na atualidade, uma luta coletiva de classe é quase impossível sem uma organização que a movimente ou, num momento mais tardio, modele uma iniciativa que começou por ser espontânea. Contudo, um fato parece essencial: Sem uma predisposição mínima da classe para lutar em torno de objetivos e propostas que os seus membros considerem exequível ou justas, o papel de uma organização social ou política é inócuo. Daí que as organizações sociais e políticas da classe trabalhadora que conheceram maior notoriedade histórica tenham sido precisamente aquelas que num ou durante um período histórico se mostraram capazes de equivaler a sua tática e a sua estratégia às aspirações concretas – [...] em termos de transformação social – de amplas massas populares e operárias. (AGUIAR, 2009, p. 587).

Se foi possível, avaliar e fazer críticas às políticas sociais que existiram nos governos do PT, por serem em parte concessões e conciliações entre as classes, em se tratando de um



governo socialdemocrata<sup>63</sup>, o que será apontado no atual governo de direita, implementado no Brasil, em 2016, após um duro golpe dado na democracia desse país, já tão fragilizada pelo capital?

Ressalta-se aqui que o Serviço Social mesmo estando inserido no modo de produção capitalista vendendo sua força de trabalho, pode e deve carregar o caráter de ruptura que a profissão direcionou em sua época de reconceituação. Isto não significa que a categoria profissional deva deixar de lado as demandas sociais oriundas das relações entre capital e trabalho, sim que busque dentro destas intervenções o viés emancipatório e ações com consciência de classe. É uma atividade de resistência diária, necessária e que prima pela liberdade, é nas micro transformações que se toma força para modificar o macro e, partindo deste pressuposto, a emancipação parte da base social e do engajamento na luta – que inicia na formação profissional e segue na vida profissional - por uma nova ordem societária.

Negar esta luta, ou pior, não considerá-la como parte de uma formação crítica e flexiva, é negar, conseqüentemente, a importância das lutas coletivas, tão importantes para o acesso à direitos, que nunca vieram gratuitamente, e que deixaram por terra, lutadores e lutadoras, companheiros e companheiras que na ânsia de ter uma vida melhor, democraticamente construída e vivida, pagaram com suas vidas os desmandos de uma minoria hegemônica antiética, antidemocrática, corrupta, expropriadora e exploradora, que defendem seus interesses com toda a volúpia que lhes cabem.

O que foi até aqui sustentado, é que para pensar o Serviço Social no modo de produção capitalista, não basta apenas refletir sobre as particularidades da formação em Serviço Social. Há de se reconhecer as condições materiais e o meio social em que se está inserido, buscando operacionalizar de forma racional os dispositivos que se tem ao alcance, afinal, estamos falando de profissionais que atuam para o público, privado e terceiro setor, espaços concretos e dados à realidade, muitos destes, contraditórios aos princípios ético-políticos do Serviço Social, pois requerem profundo conhecimento do real para não reproduzir a lógica estrutural de dominação,

---

<sup>63</sup> Componentes da Matriz Socialdemocrata, embasam-se, substancialmente, na convicção de que existe compatibilidade de existência do sistema capitalista com medidas ampliadas de proteção social como direito; embora seus defensores discordem quanto ao tipo, nível e cobertura das provisões, bem como da natureza da regulação estatal e das espécies de benefícios e serviços socialmente disponibilizados. Aliás, pode-se afirmar que, na atualidade, mais do que convicção na referida compatibilidade, a socialdemocracia reconhece a essencialidade da proteção social; assim como reconhece a importância do Estado de Bem-Estar Social como principal agente provedor desta proteção e da reprodução do modo de produção capitalista, considerado este a organização política e econômica ideal, que não deve, em absoluto, ser superada (PEREIRA, 2013, p. 165).

que acentua cada vez mais as expressões da questão social, para, por fim, ir de encontro à emancipação humana.

Para finalizar, o tempo contemporâneo exige cada vez mais capacidade de desvelar os processos históricos, mediando as experiências de resistência, salientando que a importância de enfrentamento do sistema capitalista que avança sobre as soberanias, são caminhos a serem percorridos ao longo dos próximos anos, mas também na concreticidade profissional, pelas questões centrais de combate ao sistema capitalista e quiçá de um novo projeto societário, sem discriminação e exploração. Todavia, o mundo do trabalho está em constante reconfiguração, em virtude da dinâmica e das tensões e conflitos criados para a manutenção do próprio modo de produção, é necessário que o trabalho esteja organizado para dar movimento às mediações dos indivíduos na totalidade e o que é produzido por eles. E, sendo nessas relações sociais, conflitos/conciliações de interesses que ocorre a dinâmica da vida social. Logo, é na correlação de forças entre a classe trabalhadora e o capital, que se tem possibilidades de visualização e de contribuição do Serviço Social, cujas categorias de análise estão relacionadas à defesa de direitos, o fortalecimento das identidades, da coletividade e seu modo de se organizar através da emancipação política, na perspectiva de uma revolução social que, como sabido, não ocorrerá de uma hora para outra, almejando o pleno exercício da cidadania, da participação social direta e do pleno gozo dos direitos, construindo condições materiais de transpor uma nova ordem societária.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **História da ABEPSS**. Consultado em histórico da ABEPSS, disponível em: <<http://www.abepss.org.br/historia>> acessado em 07/07/2016.

\_\_\_\_\_. **DIRETRIZES GERAIS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL** (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996.). Rio de Janeiro, novembro de 1996.

\_\_\_\_\_. **Documentário 70 anos da ABEPSS**. (Documento de vídeo, 93 min), ABEPSS, 2016.

AGUIAR, Antonio Geraldo de. **Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá**. Piracicaba, SP: Cortez, 1995.

AGUIAR, K. **No calor de um lugar: territórios, subjetividades e poder**. In: Revista Fractal: v. 21, n. 3, p. 581-598, set. dez, 2009.

ALAYÓN, Norberto. **Las Escuelas de Trabajo Social em America Latina**. Peru, Lima: Centro Latino Americano de Trabajo Social 1982.

ALVES, Giovanni. Crise Estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 12, n. 2, 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/15882/10735>.

BALDISSERA, Adelina. PROJETO DE PESQUISA:INDICAÇÕES PARA SUA ELABORAÇÃO. **Revista Sociedade em Debate**, Pelotas, 4(3): 101-108, novembro/1998.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2011.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_; TERRA, Sylvia Helena. **CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL COMENTADO** / Maria Lucia Silva Barroco, Sylvia Helena Terra; Conselho Federal De Serviço Social – CFESS (Organizador). – São Paulo: Cortez, 2012.

BOGO, Ademar. **Teoria da organização política IV: Escritos de Antonio Gramsci, Ernesto Guevara, Florestan Fernandes, Friederich Engels, Karl Marx, Mao tse-tung, Vladimir Lenin e Vo Nguyen Giap** / Ademar Bogo (org.). – 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2013. 410 p.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina** / Manuel Manrique Castro; tradução de José Paulo Netto e Balkys Villalobos. – 12. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **ANTECEDENTES: A ORGIEM SOBRE O CONTROLE ESTATAL.** Consultado em histórico do CFESS, disponível em: <[http://www.cfess.org.br/cfess\\_historico.php](http://www.cfess.org.br/cfess_historico.php)> acessado em 07/07/2016.

\_\_\_\_\_. **Legislação e Resoluções sobre trabalho do/a assistente social /** Conselho Federal de Serviço Social – Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. – Brasília: CFESS, 2011. 188p.

\_\_\_\_\_. **RELATÓRIO DE DELIBERAÇÕES XXIX ENCONTRO CFESS-CRESS:** Maceió, AL, 03 a 06 set 2000.

\_\_\_\_\_. **RELATÓRIO DE DELIBERAÇÕES XXX ENCONTRO CFESS-CRESS:** Belo Horizonte, MG, 02 a 05 de Setembro 2001.

\_\_\_\_\_. **RELATÓRIO DE DELIBERAÇÕES XXXI ENCONTRO CFESS-CRESS:** Brasília, DF, setembro de 2002.

\_\_\_\_\_. **RELATÓRIO DE DELIBERAÇÕES XXXII ENCONTRO CFESS-CRESS:** Salvador, Setembro de 2003.

\_\_\_\_\_. **RELATÓRIO DE DELIBERAÇÕES XXXIII ENCONTRO CFESS-CRESS:** Curitiba, PR, 04 a 07 de Setembro de 2004.

\_\_\_\_\_. **RELATÓRIO DE DELIBERAÇÕES XXXIV ENCONTRO CFESS-CRESS:** Manaus – AM, 04 a 07 de setembro de 2005.

\_\_\_\_\_. **RELATÓRIO DE DELIBERAÇÕES XXXV ENCONTRO CFESS-CRESS:** Vitória, ES, 07 a 10 de setembro de 2006.

\_\_\_\_\_. **RELATÓRIO DE DELIBERAÇÕES XXXVI ENCONTRO CFESS-CRESS:** Natal, RN, 02 a 05 de setembro de 2007.

\_\_\_\_\_. **RELATÓRIO DE DELIBERAÇÕES XXXVII ENCONTRO CFESS-CRESS:** Brasília, DF, 25 a 28 de setembro de 2008.

\_\_\_\_\_. **RELATÓRIO DE DELIBERAÇÕES XXXVIII ENCONTRO CFESS-CRESS:** Campo Grande, MS, 06 a 09 de setembro de 2009.

\_\_\_\_\_. **RELATÓRIO DE DELIBERAÇÕES XXXIX ENCONTRO CFESS-CRESS:** Florianópolis, SC, 09 a 12 de setembro de 2010.

\_\_\_\_\_. **RELATÓRIO DE DELIBERAÇÕES XL ENCONTRO CFESS-CRESS:** Brasília, DF, 08 a 11 de Setembro de 2011.

\_\_\_\_\_. **RELATÓRIO DE DELIBERAÇÕES XLI ENCONTRO CFESS-CRESS:** Palmas, TO, 06 a 09 de setembro de 2012.

\_\_\_\_\_. **RELATÓRIO DE DELIBERAÇÕES XLII ENCONTRO CFESS-CRESS:** Recife, PE, 05 a 08 de setembro de 2013.

\_\_\_\_\_. **RELATÓRIO DE DELIBERAÇÕES XLIII ENCONTRO CFESS-CRESS:** Brasília, DF, 18 a 21 de setembro de 2014.

\_\_\_\_\_. **RELATÓRIO DE DELIBERAÇÕES XLIV ENCONTRO CFESS-CRESS:** Rio de Janeiro, RJ, 04 a 07 de setembro de 2015.

\_\_\_\_\_. **RELATÓRIO DE DELIBERAÇÕES XLV ENCONTRO CFESS-CRESS:** Cuiabá, MT, 13 a 16 de outubro de 2016.

CHAUÍ, M. S. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária.** São Paulo: Abramo, 2000.

CHIMINI, Letícia; LAMPERT, Michael da Costa. **FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: CRISE DE IDENTIDADE NO MUNDO AO AVESSE, AFINAL, DE QUE LADO VOCÊ SAMBA?** In: anais do 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 05 a 09 de Setembro de 2016 – Olinda – PE.

CLOSS, Thaisa. **FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: um estudo a partir da produção da área.** 2015. 253f. Tese (Doutorado Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, RS, 2015.

CORNELY, Seno Antônio. **CRÔNICAS DE UMA HISTÓRIA RECENTE:** Alguns avanços que deram maior visibilidade ao Serviço Social gaúcho, especialmente à Faculdade de Serviço Social. In: **Revista Textos & Contextos Porto Alegre** v. 1 n. 1 p. 15-26 jan./dez. 2002.

DESLANDES, Suely Ferreira. **A construção do projeto de pesquisa.** In: Pesquisa social: teoria, método e criatividade / Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes, Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

ENESSO, Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social. **Caderno de Deliberações.** XXVII ENESS em Recife, PE, 2005.

\_\_\_\_\_. **Caderno de Deliberações.** XXXIII ENESS em Franca, SP, 2011.

\_\_\_\_\_. **Caderno de Deliberações.** XXXIV ENESS em João Pessoa, PB, 2012.

\_\_\_\_\_. **Caderno de Deliberações.** XXXVI ENESS em Desterro, SC, 2014.

\_\_\_\_\_. **Caderno de Deliberações.** XXXVII ENESS em Rio de Janeiro, RJ, 2015.

ESCOBAR, Herton. **Orçamento de ciência e tecnologia pode encolher ainda mais em 2018.** In: Estadão. Disponível em: <http://ciencia.estadao.com.br/blogs/herton-escobar/orcamento-de-ciencia-e-tecnologia-pode-encolher-ainda-mais-em-2018/> acesso em: 13 de dezembro de 2017.

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **O que é Serviço Social / Ana Maria Ramos Estevão** – São Paulo : Brasiliense, 2006. (coleção primeiros passos).

FALEIROS, Vicente de Paula. **Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento?** In: Revista Serviço Social e Sociedade n° 84. Ano XXVI, novembro de 2005. 200p, p.21-36.

\_\_\_\_\_. **Globalização, correlação de forças e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2013.

FREITAS, Eduardo de. **Taylorismo e Fordismo.** Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/taylorismo-fordismo.htm>> acessado em 08/07/2016.

GARCIA, Gustavo. **Aprovada na Câmara, PEC 241 passa a tramitar no Senado como PEC 55.** In: G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/10/aprovada-na-camara-pec-241-vira-pec-55-no-senado.html> acesso em 13 de dezembro de 2017.

GOMES, C. M. C. **O caráter reificado da modalidade de enfrentamento da questão social no campo da contraditório como uma negação e afirmação de direitos.** (2013).

GOIN, Mariléia. **FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE: OS DIFERENTES CAMINHOS DO BRASIL, DO CHILE E DE CUBA.** 2016. 216f. Tese (Doutorado Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, RS, 2016.

GUERRA, Yolanda Demétrio. **A INSTRUMENTALIDADE NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL.** Cadernos do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes sociais, “Capacitação em Serviço Social e Política Social”, Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais, CFESS/ABESS – UNB, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Viellela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional /** Marilda Villela Iamamoto. – 24. Ed. – São Paulo, Cortez, 2013.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social /** Marilda Villela Iamamoto. – 9. Ed. – São Paulo: Cortez, 2015.

\_\_\_\_\_. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos /** Marilda Villela Iamamoto. – 11. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, Raúl de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica /** Marilda Villela Iamamoto, Raúl de Carvalho. – 41. ed. – São Paulo: Cortez, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse estatística da educação superior 2015.** Brasília: Inep, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 30 out 2017.

JUNQUEIRA, H. I. **Quase duas décadas de reconceituação do Serviço Social: uma abordagem crítica.** In: **Serviço Social & Sociedade.** N. 4, Ano II, Dez. 1980, p. 01-38.

LEWGOY, A. M. B; MOLJO, C. B; SILVA, J. F.S; SILVA, M. L. O; SANT’ANA, R. S. **Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional.** In: **Temporalis,** Brasília (DF), ano 16, n. 32, jul/dez. 2016.

\_\_\_\_\_; MACIEL, A. L. S. **O projeto de formação em Serviço Social: análise da sua trajetória histórica no período 1996 a 2016.** In: **Temporalis,** Brasília (DF), ano 16, n. 32, jul/dez. 2016.

LIMA, Maria Helena de Almeida. **Serviço Social e sociedade brasileira** / Maria Helena de Almeida Lima. – São Paulo: Cortez, 1982.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. Boitempo editorial. 2013.

LUSA, M. G; GOIN, M; LAMPERT, M. C; OLIVEIRA, L. M. **AS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DO SERVIÇO SOCIAL NO RIO GRANDE DO SUL**: trajetória histórica, identidade política e pauta de lutas. In: anais do 15º Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS): Formação e trabalho profissional: reafirmando as diretrizes curriculares da ABEPSS. 04 a 08 de dezembro de 2016. Ribeirão Preto, SP.

MACIEL, A. L. S. **Universidade em crise: uma travessia necessária para a formação em Serviço Social**. 2006. 220f. Tese (Doutorado Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, RS, 2006.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente crítica alemã em seus representantes Feurbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão e seus diferentes profetas (1845 – 1846) / Karl Marx, Friederich Engels; supervisão editorial, Leandro Konder; Tradução, Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. – São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e alienação** / Maria Lúcia Martinelli. – 6. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

MENDES, J. M. R; LEWGOY, A. M. B; MAURIEL, A. P; SILVA, M. L. O. **Serviço Social e a formação profissional**. In: Temporalis, Brasília (DF), ano 17, n. 33, jan/jun. 2017.

MINAYO, M. C. S. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In: Pesquisa social: teoria, método e criatividade / Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes, Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NETTO, José Paulo. **Economia Política: uma introdução crítica** / José Paulo Netto e Marcelo Braz. – 8. Ed. – São Paulo: Cortez, 2012. – (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 1).

\_\_\_\_\_. **O movimento de reconceituação – 40 anos depois**. In: Revista Serviço Social e Sociedade nº 84. Ano XXVI, novembro de 2005. 200p, 05-21p.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social** / José Paulo Netto – 8. ed. – São Paulo, Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64** São Paulo: Cortez, 2015.

\_\_\_\_\_. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social** / José Paulo Netto. In: SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE: Formação e trabalho Profissional / Ana Elizabete Mota; Maria Inês Souza Bravo; Roberta Uchôa; Vera Nogueira; Regina Marsiglia; Luciano Gomes; Marlene Teixeira (orgs). 4. ed. – São Paulo, Cortez, 2013. 408 p. p.141-160.

PACIEVITH, Thais. **Toyotismo.** Disponível em: <http://www.infoescola.com/industria/toyotismo/> > acessado em 08/07/2016.

PEREIRA, C. P. **PROTEÇÃO SOCIAL NO CAPITALISMO:** Contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes, Tese de Doutorado – PPGPS, UNB, Brasília, 2013.

PEREIRA, Potyara Amazoineida Pereira. **POLÍTICA SOCIAL DO SEGUNDO PÓS-GUERRA: ASCENSÃO E DECLÍNIO.** In: **Revista Serviço Social & Saúde.** UNICAMP Campinas, v. IX, n. 10, Dez. 2010.

PRATES, J. C; PRATES, F. C. **Problematizando o uso da técnica de análise documental no Serviço Social e no direito.** Sociedade em Debate, Pelotas, n. 15, 2009.

\_\_\_\_\_. **O método e o potencial interventivo e político da pesquisa social.** Temporalis, Brasília, n.9, 2005.

\_\_\_\_\_. **O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária.** Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 11, n. 1, p. 116 - 128, jan./jul. 2012.

\_\_\_\_\_. **A pesquisa social a partir do paradigma dialético-crítico: do projeto à análise do dado.** In: FERNANDES, Idília e PRATES, Jane C. (Org). Diversidade e estética em Marx e Engels. Campinas: Papel Social, 2016.

SADER, E. **Prefácio** in: MARX. Karl. **A ideologia alemã: crítica da mais recente crítica alemã em seus representantes Feurbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão e seus diferentes profetas (1845 – 1846)** / Karl Marx, Friederich Engels; supervisão editorial, Leandro Konder; Tradução, Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. – São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”: particularidades no Brasil** / Josiane Soares Santos – São Paulo: Cortez, 2012. – (Coleção biblioteca básica de Serviço Social; v. 6.

SANTOS, Leila Lima. **Textos de Serviço Social.** - 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia Clássica: Marx, Durkheim e Weber** / Carlos Eduardo Sell. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SENADO, Notícias. **PEC que restringe gastos públicos é aprovada e vai a promulgação.** In: Senado Notícias. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/13/pec-que-restringe-gastos-publicos-e-aprovada-e-vai-a-promulgacao> acesso em 13 de dezembro de 2017.

SILVA, Giselle Souza da. **Transferências de renda e monetarização das políticas sociais: estratégia de captura do fundo público pelo capital portador de juros.** Financeirização, fundo público e política social / Evilasio Salvador... [et al.] (orgs.). – São Paulo: Cortez, 2012, p. 209-243.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. **Entrevista cedida ao CRESS-SP.** Em 21 de julho de 2016. Disponível em: <http://www.cress-sp.org.br/entrevista-com-joaquina-barata-teixeira/> > acessado em 03 dez 2017.



VASCONCELOS, Ailton Marques. **A trajetória política da organização dos estudantes de Serviço Social, 1978 – 2002. E a sua relação com o projeto de Formação Profissional.** 2003. 138 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica/SP, São Paulo, 2003.

VASCONCELOS. Ana Maria de. **A/O ASSISTENTE SOCIAL NA LUTA DE CLASSES: Projeto Profissional e Mediações Teóricas-Práticas** / Ana Maria de Vasconcelos. – 1. Ed. – São Paulo: Cortez, 2015.

WELLE, Deutsche. **Reforma trabalhista entra em vigor, o que muda?** In: Carta Capital. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/reforma-trabalhista-entra-em-vigor-o-que-muda> acesso em 13 de dezembro de 2017.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão.** In: Serviço Social: Direitos e competências profissionais. 2009.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social.** In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 143-163.

\_\_\_\_\_, Serviço Social e Pobreza. Revista Katálises, v. 13, n. 2, p. 153-154, Florianópolis, 2010.

## APÊNDICES

## APÊNDICE 1

### SISTEMATIZAÇÃO DO CADERNO DE DELIBERAÇÕES ENESSO: EIXO DE FORMAÇÃO POLÍTICO-PROFISSIONAL

Caderno de 2005: Deliberações da ENESSO XXVII ENESS em Recife, PE.

Caderno de 2011: Deliberações da ENESSO XXXIII ENESS em Franca, SP.

Caderno de 2012: Deliberações da ENESSO XXXIV ENESS em João Pessoa, PB.

Caderno de 2014: Deliberações da ENESSO XXXVI ENESS em Desterro, SC.

Caderno de 2015: Deliberações da ENESSO XXXVII ENESS em Rio de Janeiro, RJ.

<b>DELIBERAÇÕES DO EIXO DE FORMAÇÃO POLÍTICO-PROFISSIONAL DA ENESSO</b>	<b>ANOS EM VIGENCIA (2005, 2011, 2012, 2014, 2015)</b>
Reforçar e defender intransigentemente o Projeto Ético -Político – PEP hegemônico do Serviço Social na nossa Formação Profissional, expresso nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, aprovado em 1996 pela categoria, no Código de Ética do Assistente Social e na Lei de Regulamentação da Profissão, ambos aprovados em 1993 e baseados na teoria social crítica e dialética.	2005 2011 2012 2014 2015
Defesa intransigente do Projeto Ético Político do Serviço Social	2005
Contra os mestrados profissionalizantes e pela gratuidade nos cursos de pós-graduação	2005
Articulação com o conjunto CFESS/CRESS e com a ABEPSS, departamentos e colegiados para a construção de uma política de estágio que garanta a qualidade na formação profissional e que priorize a proximidade entre os campos de estágio e universidade	2005
-Pela homologação na íntegra das Diretrizes Curriculares construídas pela ABEPSS por meio do Conselho Nacional de Educação – CNE. - Que o Conselho Nacional de Educação – CNE, homologue na íntegra as Diretrizes Curriculares Construídas pela ABEPSS (alterado em 2011, mantido em 2012, 2014 e 2015).	2005 2011 2012 2014 2015
- Fomentar ao debate acerca do SINAES na perspectiva de promover a organização dos estudantes pelo boicote dessa proposta de avaliação institucional.	2005 2011 2012

<p>- Contra o SINAES. Fomentar o debate acerca do SINAES, na perspectiva de promover a organização dos estudantes pelo Boicote dessa proposta de avaliação institucional. Por uma nova forma de avaliação que será construída entre docentes, discentes, representação da categoria e buscando articulação com outras executivas de curso (alterado em 2011)</p> <p>- Contra o SINAES. Fomentar o debate acerca do SINAES, criando novas táticas de enfrentamento ao ENADE, Promovendo a organização dos estudantes para garantir uma nova forma de avaliação institucional. Por uma nova forma de avaliação que será construída entre docentes, discentes, representação da categoria e buscando articulação com outras executivas de curso. Pela garantia de espaços de discussão nos fóruns do MESS (SNFPMESS/SRFPMESS), na perspectiva de uma posição unificada acerca do SINAES (alterado em 2012, mantido em 2014 e 2015).</p>	<p>2014 2015</p>
<p>Pelo fortalecimento da luta contra o Ato Médico. Pela ampliação dos espaços de discussão.</p>	<p>2005</p>
<p>Defendemos o SNFPMESS e SRFPMESS, como espaços de contribuição importante para valorizar e exercer o papel de protagonista no estímulo e na apresentação das pesquisas e trabalhos dos estudantes de Serviço Social do Brasil, diversificando o ME numa prática diferente na formação e na ampliação da nossa própria participação.</p>	<p>2005 2011 2012 2014 2015</p>
<p>Contra o SINAES. Por uma nova forma de avaliação que seja construída entre docentes, discentes e representação da categoria.</p>	<p>2005</p>
<p>Que os SRFPMESS tenha como eixo central o debate dos 70 anos do curso de Serviço Social e se subdivida em 3 subtemas: 60 anos de ABEPSS, 10 anos de Diretrizes Curriculares e Políticas de Estágio.</p>	<p>2005</p>
<p>- Estimular a Criação de espaços onde a formação profissional possa ser discutida por docentes, discentes e representações da categoria.</p> <p>- Estimular a Criação de espaços onde a formação profissional possa ser discutida por docentes, discentes e representações da categoria como o CRESS, em que haja uma profunda relação entre os reais eixos do MESS (alterado em 2011).</p>	<p>2005 2011</p>
<p>Que a Enesso fortaleça a luta contra o exame de proficiência.</p>	<p>2005</p>
<p>- Lutar junto aos estudantes das escolas que não são filiadas a ABEPSS para que as mesmas se filiem e implementem as Diretrizes Curriculares da mesma.</p> <p>- Lutar junto aos estudantes das escolas que não são filiadas a ABEPSS para que as mesmas se filiem e implementem as diretrizes curriculares da mesma. Que os estudantes tenham mais informações e cobrem das universidades a adesão à ABEPSS (alterado em 2011, mantido em 2012, 2014 e 2015).</p>	<p>2005 2011 2012 2014 2015</p>
<p>- Incentivar as unidades de ensino a implementação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS.</p> <p>- Fiscalização das diretrizes curriculares e incentivar a criação de comissão estudantil de supervisão curricular (alterado em 2011, mantido em 2012, 2014 e 2015).</p>	<p>2005 2011 2012 2014 2015</p>
<p>Realizar avaliação dos currículos implementados.</p>	<p>2005</p>
<p>- Fortalecer o tripé da educação - ensino, pesquisa e extensão.</p>	<p>2005</p>

- Fortalecer o tripé da educação, garantindo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (alterado em 2011, mantido em 2012, 2014 e 2015).	2011 2012 2014 2015
Que a ENESSO dê continuidade à participação juntamente com a ABEPSS docente e discente da pesquisa para verificar a implementação das nossas Diretrizes Curriculares.	2005
- Fortalecer o papel da representação estudantil em ABEPSS, dialogando com a própria entidade a importância desta. Pela criação de um espaço nos fóruns do MESS e pela criação de uma política financeira para a representação estudantil. - Fortalecer o papel da representação estudantil em ABEPSS, dialogando com a própria entidade a importância desta. Pela criação de um espaço nos fóruns do MESS e pela criação de uma política financeira para a representação estudantil conforme estatuto da ENESSO (alterado em 2011, mantido em 2012, 2014 e 2015).	2005 2011 2012 2014 2015
Pelo fortalecimento da luta contra o Ato Médico.	2005
- Pelo amplo debate acerca da implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. - Pelo amplo debate acerca da implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e a contribuição dos estudantes de Serviço Social nos conselhos de assistência social (alterado em 2011, mantido em 2012, 2014)	2005 2011 2012 2014
- Reafirmar a parceria com demais entidades de Serviço Social da América Latina. - Reafirmar a parceria com demais entidades de Serviço Social da América Latina (Associação Latino-americana de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ALAIETS, Federação Argentina de Estudantes de Serviço Social – FAETS e demais entidades representativas dos estudantes). Garantindo ainda, que o coordenador de Relações Internacionais da ENESSO busque articulação com os estudantes e a ALAEITS, visando garantir processo eleitoral para a representação de estudantes na ALAEITS (alterado em 2011, mantido em 2012, 2014 e 2015).	2005 2011 2012 2014 2015
- Que a ENESSO se articule com demais executivas de curso da área da saúde para debater uma concepção curricular a partir do conceito ampliado de saúde. - Que a ENESSO se articule com o FENEX e demais executivas de curso para debater uma concepção curricular a partir do conceito ampliado de educação, saúde, assistência social e demais políticas de direito (alterado em 2011). - Que a ENESSO se articule com o FENEX e demais executivas de curso para debater uma concepção curricular a partir do conceito ampliado de educação, saúde, assistência social e demais políticas de direito. Que a ENESSO socialize concretamente as discussões do FENEX e as propostas de revisão curricular e avaliação institucional das outras executivas de curso (alterado em 2012, e mantido em 2014 e 2015).	2005 2011 2012 2014 2015
- Que a ENESSO não se afaste das discussões dos coletivos de saúde por estudantes dessa área durante todo o processo do VER-SUS; assim como discutir os Polos de Educação Permanente, a articulação com a ANEPS (Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de	2005 2011 2012

Educação Popular e Saúde) e demais setores que lutam pela concretização da saúde como um direito universal assegurado na Constituição Brasileira de 1988. - Que a ENESSO não se afaste das discussões e dos coletivos de saúde; assim como discutir os polos de educação permanente, a articulação com a ANEPS (Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde) e FNEPAS – (Fórum Nacional de Educação das Profissões na Área de Saúde) e demais setores que lutam pela concretização da saúde como um direito universal assegurado na Constituição Brasileira de 1988 (alterado em 2011, mantido em 2012, 2014 e 2015).	2014 2015
- Que a ENESSO combata em conjunto com a ABEPSS, CFESS/CRESS a abertura de cursos de Serviço Social que não sejam pautados nas leis de regulamentação da profissão. - Que a ENESSO combata em conjunto com a ABEPSS, CFESS/CRESS a abertura de cursos de Serviço Social que não sejam pautados nas leis de regulamentação da profissão e no código de ética (alterado em 2011)	2005 2011
Aprofundar a discussão sobre um modelo de avaliação Institucional adequado ao curso de Serviço Social, em parceria com a ABEPSS, e conjunto CFESS-CRESS.	2005 2011 2012 2014 2015
Fortalecer a articulação entre as entidades ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO.	2005 2011 2012 2014 2015
Reafirmar a importância da pesquisa no Serviço Social, na defesa nos cursos de graduação e pelo fim dos cursos profissionalizantes.	2005
Pela realização de um seminário nacional com as entidades representativas da categoria a fim de debater os rebatimentos da reforma universitária na nossa formação profissional.	2005
- Pela reafirmação da importância da representação discente em ABEPSS, esta como uma parceria da ENESSO na luta pela educação pública, gratuita, laica e de qualidade. - Pela reafirmação da importância da representação discente em ABEPSS, esta como uma parceria da ENESSO na luta pela educação pública, gratuita, laica e de qualidade com acesso universal, democrática e a serviço do povo (alterado em 2011, mantido em 2012, 2014 e 2015).	2005 2011 2012 2014 2015
Que lute pela política de implementação da Política Nacional de Estágio da ABEPSS. Resolução 533 CFESS.	2011 2012 2014 2015
Fiscalização das diretrizes curriculares e incentivar a criação de comissão estudantil de supervisão curricular.	2011

- Que a ENESSO e as representações discentes em ABEPSS fomentem a importância da participação estudantil no fórum de supervisores.	2011 2012
- Que a ENESSO e as representações discentes em ABEPSS articulem de fato com os CRESS e os Fóruns de Supervisores e que garanta uma maior participação dos estudantes. Pela criação do Fórum de Estágios. E que nestes espaços sejam discutidos sobre o cotidiano profissional, objetivando a relação das três dimensões formativas (teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo), materializando o Projeto Ético Político profissional do Serviço Social (alterado em 2012, mantido em 2014 e 2015).	2014 2015
Defender o estágio como espaço de ensino aprendizagem indispensável a formação profissional denunciando toda e qualquer situação que fira as diretrizes curriculares da ABEPSS, código de ética e lei de regulamentação da profissão.	2011 2012 2014 2015
Incentivar a criação de espaços de debates nas escolas com supervisores de campo, acadêmicos e discentes, sobre o cotidiano profissional, objetivando a relação das três dimensões formativas (teórico-metodológico, técnico-operativa e ético-político), materializando o projeto político profissional do Serviço Social e participar deles de forma efetiva.	2011
Contribuir com conjunto CFESS/CRESS denunciando os cursos de ensino presenciais, semi-presenciais e à distância quando não respeitarem os documentos que direcionam a formação profissional.	2011
Contra a formação de sindicato dos assistentes sociais. Contra a FENAS! Pela filiação de assistentes sociais em sindicatos por área de atuação.	2011
Que a ENESSO se integre na luta em favor de políticas de estágios qualificados aos finais de semana e períodos de férias, tendo em vista a realidade dos estudantes de Serviço Social.	2011 2012 2014 2015
Incentivar a participação de estudantes de Serviço Social nos fóruns de saúde mental.	2011
Promoção de debates integrando os estudantes de Serviço Social na participação das diversas áreas de atuação da profissão.	2011 2012 2014 2015
Fomentar o debate acerca do EAD em Serviço Social e seus impactos na formação profissional e nas lutas do MESS, incentivando junto ao conjunto CFESS/CRESS audiência pública em todos os estados brasileiros, bem como a experiência do ES onde ocorreu a primeira.	2011 2012 2014 2015
Incentivar o debate nos DA's e CA's e colegiados de cursos de Serviço Social sobre a política de extensão, pautado nas diretrizes curriculares da ABEPSS, assim reforçando o tripé de formação acadêmica/profissional.	2011 2012 2014

	2015
Que a ENESSO faça parte do grupo de trabalho promovido pela ABEPSS com a finalidade de aprofundar o conhecimento e debate acerca do SINAES. Ficando sob a responsabilidade da Coordenação Nacional da ENESSO a socialização das informações e a promoção desse debate nos fóruns do MESS com vistas a construção de estratégias de enfrentamento ao caráter mercadológico dessa avaliação.	2011
Contra a precarização das condições de trabalho e assédio moral.	2011
Discutir mais profundamente sobre a formação profissional, exigindo teórico referencial marxista. Que a ENESSO em conjunto com a ABEPSS fomente uma campanha sobre a relação Serviço Social e consciência de classe.	2011 2012 2014 2015
Que a ENESSO construa com o conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS espaços que garantam uma formação continuada. Assim como as formas de inscrições dos profissionais nos CRESS.	2011 2012 2014 2015
Pela luta que torne obrigatório o Serviço Social nas escolas públicas e pela fomentação do debate acerca do Sistema Único da Educação. E pela socialização das experiências sobre o Serviço Social na Educação.	2011
Que a ENESSO com os representantes discentes ABEPSS debatam pelo barateamento das inscrições dos encontros da categoria, bem como pela democratização do acesso e a criação imediata da modalidade de observadores gratuitamente.	2011 2012 2014 2015
Não as práticas terapêuticas no Serviço Social.	2011
Que a ENESSO participe, dentro dos limites, do SLETS – Seminário Latino Americano de Trabalho Social.	2011 2012 2014 2015
Realizar abaixo assinado no Brasil inteiro contra ENADE por uma elaboração de uma avaliação de qualidade junto com outros cursos.	2011
Chamar as entidades da categoria a se posicionar a respeito do ENADE.	2011
Que a ENESSO incorpore a campanha pela qualidade do ensino.	2011 2012 2014 2015
Fomentar a discussão a respeito da inserção dos assistentes sociais nas escolas.	2011
- Pela inclusão nos currículos de SESO das temáticas de gênero e raça como disciplinas obrigatórias.	2011 2012



- Pela inclusão nos cursos de Serviço Social das Temáticas de gênero, étnico-racial, LGBT e questão ambiental como disciplinas obrigatórias e transversais ao currículo (alterado em 2012, mantido em 2014 e 2015).	2014 2015
- Que a ENESSO se articule com a ABEPSS e o conjunto CFESS-CRESS por meio de visitas a escolas públicas e privadas que não possuem graduação em Serviço Social propondo a abertura do curso. - Que a ENESSO se articule com a ABEPSS e o conjunto CFESS-CRESS por meio de visitas a escolas públicas e privadas que não possuem graduação em Serviço Social propondo a abertura do curso, bem como, a abertura da graduação noturna em Serviço Social (alterado em 2012, mantido em 2014 e 2015).	2011 2012 2014 2015
Que a ENESSO encampe e lute pela introdução nos currículos de Serviço Social a questão étnico racial, LGBTT e gênero.	2011
Que a ENESSO procure novas formas e táticas de aproximação com os estudantes de EAD, fortalecendo a articulação entre as entidades (CFESS/CRESS, ABEPSS e ANDES-SN).	2011 2012 2014 2015
Que as coordenações regionais fomentem a discussão sobre as diretrizes curriculares.	2011
- Que a ENESSO e a ABEPSS discente construa com os CA's e DA's uma avaliação dos departamentos da grade curricular do curso pelos estudantes, que tenha finalidade de garantir a formação profissional de qualidade, crítica e reflexiva. - Que a ENESSO e a ABEPSS construa com os CA's e DA's uma avaliação dos departamentos da grade curricular do curso pelos estudantes, que tenha finalidade de garantir a formação profissional de qualidade, crítica e reflexiva (alterado em 2012). Que a ENESSO e a ABEPSS estimulem os CA's e DA's a participar do processo de avaliação e revisão da grade curricular dos cursos de Serviço Social, tendo a finalidade de garantir a formação profissional de qualidade, crítica e reflexiva (alterado em 2014, mantido em 2015).	2011 2012 2014 2015
- Que a ENESSO reafirme seu posicionamento contrário a mercantilização e precarização da Formação Profissional, expresso pela modalidade EAD, com generalizada expansão objetivada pelos monopólios do ensino. Reafirmando a defesa do acesso e permanência do estudante trabalhador ao ensino presencial de qualidade, crítico e público. Educação não é fast-food! - Que a ENESSO reafirme seu posicionamento contrário a mercantilização e precarização da Formação Profissional, expresso pela modalidade EAD, com generalizada expansão objetivada pelos monopólios do ensino. Reafirmando a defesa do acesso e permanência do estudante trabalhador ao ensino presencial de qualidade, crítico e público (alterado em 2012, mantido em 2014 e 2015).	2011 2012 2014 2015
Que a ENESSO continue construindo e fortalecendo a campanha “educação não é fast-food”, levando a discussão para a base, em articulação com o CFESS/CRESS, ABEPSS, ANDES-SN e demais entidades parceiras.	2011
Que os estudantes se comprometam e incentivem a participação de professores e supervisores de campo no projeto ABEPSS, Itinerante a partir de setembro de 2011.	2011
Que a Coordenação Nacional – CN verifique e explique todas as siglas e números de lei presentes nas deliberações.	2011
Em defesa do acompanhamento da ABEPSS e do conjunto CFESS/CRESS a fim de aprofundar o debate acerca da implementação das diretrizes curriculares, garantindo o cumprimento das mesmas.	2011

Que a ENESSO fortaleça os espaços de discussão de formação profissional dentro da categoria, estimulando a participação e a permanência dos estudantes nos Grupos de Discussões (GDs) dos CRESS e nos (Grupos de Trabalho Profissional GTPs) da ABEPSS.	2012 2014 2015
Que a ENESSO em conjunto com a ABEPSS e CFESS/CRESS combata a abertura irresponsável de cursos de Serviço Social e continue denunciando junto ao MEC, os já existentes que não respeitam os documentos que direcionam a formação profissional	2012 2014 2015
Articulação da ENESSO com o conjunto CFESS/CRESS na luta pela efetivação da Lei nº 837/2003 que garanta o cargo de assistentes sociais nas escolas públicas, bem como, a inclusão do debate de Serviço Social na educação na grade do curso de Serviço Social.	2012 2014 2015
Combater a retomada do conservadorismo na prática profissional (PRÁTICAS TERAPEUTICAS, DEPOIMENTO SEM DANO, SERVIÇO SOCIAL CLÍNICO) no sentido de garantir a efetivação do nosso código de ética.	2012 2014 2015
Que a ENESSO e discentes de ABEPSS acompanhe o processo da ABEPSS itinerante.	2012 2014 2015

## APÊNDICE 2

### TABELA DELIBERAÇÕES DOS ENCONTROS CONJUNTO CFESS-CRESS EIXO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL (2000-2017).

RELATÓRIO DE DELIBERAÇÕES XXIX ENCONTRO CFESS-CRESS: Maceió, AL, 03 a 06 set 2000.

RELATÓRIO DE DELIBERAÇÕES XXX ENCONTRO CFESS-CRESS: Belo Horizonte, MG, 02 a 05 de Setembro 2001

RELATÓRIO DE DELIBERAÇÕES XXXI ENCONTRO CFESS-CRESS: Brasília, DF, setembro de 2002.

RELATÓRIO DE DELIBERAÇÕES XXXII ENCONTRO CFESS-CRESS: Salvador, Setembro de 2003

RELATÓRIO DE DELIBERAÇÕES XXXIII ENCONTRO CFESS-CRESS: Curitiba, PR, 04 a 07 de Setembro de 2004

RELATÓRIO DE DELIBERAÇÕES XXXIV ENCONTRO CFESS-CRESS: Manaus – AM, 04 a 07 de setembro de 2005

RELATÓRIO DE DELIBERAÇÕES XXXV ENCONTRO CFESS-CRESS: Vitória, ES, 07 a 10 de setembro de 2006

RELATÓRIO DE DELIBERAÇÕES XXXVI ENCONTRO CFESS-CRESS: Natal, RN, 02 a 05 de setembro de 2007

RELATÓRIO DE DELIBERAÇÕES XXXVII ENCONTRO CFESS-CRESS: Brasília, DF, 25 a 28 de setembro de 2008

RELATÓRIO DE DELIBERAÇÕES XXXVIII ENCONTRO CFESS-CRESS: Campo Grande, MS, 06 a 09 de setembro de 2009

RELATÓRIO DE DELIBERAÇÕES XXXIX ENCONTRO CFESS-CRESS: Florianópolis, SC, 09 a 12 de setembro de 2010

RELATÓRIO DE DELIBERAÇÕES XL ENCONTRO CFESS-CRESS: Brasília, DF, 08 a 11 de Setembro de 2011

RELATÓRIO DE DELIBERAÇÕES XLI ENCONTRO CFESS-CRESS: Palmas, TO, 06 a 09 de setembro de 2012

RELATÓRIO DE DELIBERAÇÕES XLII ENCONTRO CFESS-CRESS: Recife, PE, 05 a 08 de setembro de 2013

RELATÓRIO DE DELIBERAÇÕES XLIII ENCONTRO CFESS-CRESS: Brasília, DF, 18 a 21 de setembro de 2014

RELATÓRIO DE DELIBERAÇÕES XLIV ENCONTRO CFESS-CRESS: Rio de Janeiro, RJ, 04 a 07 de setembro de 2015

RELATÓRIO DE DELIBERAÇÕES XLV ENCONTRO CFESS-CRESS: Cuiabá, MT, 13 a 16 de outubro de 2016

<b>DELIBERAÇÕES DO EIXO DE FORMAÇÃO POLÍTICO-PROFISSIONAL DO CONJUTNO CFESS-CRESS</b>	<b>PERÍDO DE VIGENCIA/ destaques 2000-2017</b>
<p><b>Quanto à relação CRESS/ Unidades de Ensino:</b></p> <p>1- Estreitar a relação CRESS - Unidades de Ensino para fortalecimento e apoio necessário a realização do Curso de capacitação à Distância.</p> <p>2- Construir uma Agenda comum e Plano de Ação no âmbito da Formação Profissional entre CFESS/ABEPSS/ENESSO, considerando os seguintes documentos:</p> <p>3- Relatório Final do Seminário: Política de Ensino Superior no Brasil: A regulamentação da LDB e as Implicações para o Serviço Social;</p> <p>4- Relatório da Oficina Nacional para Implementações das Diretrizes Curriculares;</p> <p>5- Política Nacional de Fiscalização do Conjunto CFESS/CRESS;</p> <p>6- Relatórios dos últimos Encontros Nacionais CFESS/CRESS;</p>	<p><b>2000:</b> nesta época o eixo formação profissional e relações internacionais eram integrados. Constam 23 deliberações no eixo de formação profissional, sendo que neste encontro verificou lista de presença com 101 delegados do CRESS, 44 delegados de base e</p>

<p>7- Elaborar proposta de articulação mais orgânica e institucional entre as Entidades em nível local (CRESS - Unidades de Ensino-Centro/ Diretório Acadêmico) e nacional (CFESS – ABEPSS - ENESSO) para conduzir a implementação do Plano, avaliando a possibilidade de comissões permanentes ou incorporando as unidades de ensino nas Comissões atuais dos CRESS;</p> <p>8- Realizar eventos conjuntos sobre as interpretações da Lei 8662/93 em seus artigos 4º e 5º;</p> <p>9- Realizar pesquisas conjuntas sobre objetos relativos ao exercício profissional;</p> <p><b>Quanto às deliberações do XXIX Encontro CFESS/CRESS que serão mantidas no XXIX Encontro Nacional CFESS/CRESS</b></p> <p>10- Envolver todos os CRESS na construção dos novos projetos pedagógicos dos Cursos de Serviço Social.</p> <p>11- Desenvolver versão bilingüe (português/espanhol) dos próximos cursos para atender às demandas de países latino-americanos e ibéricos.</p> <p>12- Estabelecer uma parceria com editoras para aquisição de livros, através de parcelamentos, descontos etc.</p> <p>13- Monitorar os estudos e reflexões sobre o Mestrado Profissionalizante e Cursos Sequenciais.</p> <p>14- Desencadear campanha conjunta CFESS e ABEPSS junto às Unidades de Ensino quanto ao envio de relações do campo de estágio, e posteriormente, enquadrar na legislação vigente.</p> <p>15- Mapear quadro de professores(as) de Serviço Social não inscritos no CRESS.</p> <p>16- Atualizar o vídeo “Ouça um Conselho”.</p> <p>17- Constituir novos cursos de especialização e outros, a partir das demandas identificadas nos cursos de capacitação regionais.</p> <p>18- Ampliar a participação efetiva dos CRESS nos Fóruns de Supervisores(as).</p> <p><b>Quanto ao Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social - RECOMENDAÇÃO:</b></p> <p>19- Que a Coordenação do Curso DE CAPACITAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL CFESS/CEAD reconsidere:</p> <p>20- a mudança no prazo final para entrega dos trabalhos;</p> <p>21- a integração do Estado de Tocantins na Região Centro-Oeste;</p> <p>22- uma tutoria de sua região para o Estado do Espírito Santo;</p>	<p>42 observadores, totalizando 187 participantes.</p> <p>“É válido realçar que, a pauta do XXIX Encontro Nacional também contemplou a realização de um ato público, que expressou a participação política da categoria na Campanha Nacional pelo Plebiscito da Dívida Externa, além da instalação de urna de votação do Plebiscito.</p> <p>As deliberações do Encontro deverão compor a Agenda de Trabalho do CFESS e dos CRESS para o ano 2001, nas áreas de Fiscalização do Exercício Profissional, Seguridade Social, Ética e Direitos Humanos, Formação Profissional e Relações Internacionais,</p>
--	--

<p>23- e a possibilidade de elaborar uma forma de avaliação final presencial com os(as) concluintes do curso.</p>	<p>Comunicação, Gestão e Controle Administrativo – Financeiro.” (CFESS, 2000, p.4).</p>
<p><b>Quanto à relação Cress/ Unidades de ensino:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1- Construir uma Agenda comum e Plano de Ação no âmbito da Formação Profissional entre CFESS/ABEPSS/ENESSO, considerando os seguintes documentos: Relatórios dos últimos Encontros Nacionais CFESS/CRESS, Lei 8662/93, Diretrizes Curriculares.</li> <li>2- Elaborar proposta de articulação mais orgânica e institucional entre as entidades CFESS – ABEPSS – ENESSO em nível local e nacional, com a recomendação da criação de um Fórum de Articulação.</li> <li>3- Realizar pesquisas conjuntas sobre objetos relativos ao exercício profissional;</li> <li>4- Constituir novos cursos de especialização e outros, a partir das demandas identificadas nos Cursos de Capacitação regionais.</li> <li>5- Ampliar a participação efetiva dos CRESS nos Fóruns de Supervisores(as).</li> <li>6- Articulação com ABEPSS e Comissão de Especialistas do MEC para o monitoramento, junto ao MEC, nos assuntos relativos à abertura de novos cursos de Serviço Social;</li> <li>7- Construir um documento assinado pelas três entidades (CFESS – ABEPSS - ENESSO), expressando a preocupação com a expansão crescente da abertura de cursos de graduação em Serviço Social, tendo em vista a preservação da qualidade do ensino, e a observância das Diretrizes Curriculares, do Código de Ética e da Lei 8662/93, a ser encaminhado para o MEC, Unidades de Ensino, Conjunto CFESS/CRESS e para os especialistas que estão exercendo mandato no Comitê do MEC em exercício e outros conselhos.</li> <li>8- Continuar com a discussão da LDB, diretrizes curriculares e que os CRESS socializem as discussões do conjunto junto a academia/profissionais;</li> <li>9- Monitorar os estudos e reflexões sobre o Mestrado Profissionalizante e Cursos Sequenciais;</li> </ol> <p>Recomendações:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>10- Envolver todos os CRESS na construção dos novos projetos pedagógicos dos Cursos de Serviço Social;</li> <li>11- Desencadear campanha conjunta CFESS e ABEPSS, junto às Unidades de Ensino, quanto ao envio de relações do campo de estágio, e posteriormente, enquadrar na legislação vigente;</li> <li>12- Mapear quadro de professores(as) de Serviço Social não inscritos no CRESS.</li> </ol>	<p><b>2001:</b></p> <p>A análise deste relatório pode deter-se somente nas análises de deliberações que constam no documento, o relatório obtido em formato de pdf, disponível online no site do CFESS consta ausência das páginas 3 à 7, inviabilizando leitura da “introdução”, “agenda do XXIX encontro” e “protagonistas”.</p>

<p>13- Solicitar a apreciação da Assessoria Jurídica do Cfess sobre: A Lei 8662/93, na questão que trata da docência enquanto atribuição privativa nas disciplinas específicas da área exige a inscrição do profissional no CRESS.</p> <p><b>Curso a distância</b></p> <p>14- Nova turma de especialização a partir de 2002;</p> <p>15- Re-pactuar os termos do convênio CFESS/ABEPSS/CEAD no sentido de aperfeiçoar os instrumentos de gestão do curso;</p> <p>16- Incrementar um site específico do Curso, com todas as possibilidades de comunicação.</p> <p>Recomendações:</p> <p>Manter a proposta de especialização a distância nas seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Que o tutor(a) resida preferencialmente no estado de origem do orientando(a);</li> <li>- Esforço na redução do número de orientando por tutor;</li> <li>- Realizar, antes do início de cada módulo, encontros presenciais com o(a) tutor(a) com custos partilhados entre os CRESS, o CFESS e as Unidades de ensino;</li> <li>- Que o CFESS ajude na indicação de bibliografia e reenvie o pacote mínimo de Bibliografia, após consulta aos CRESS.</li> <li>- Formar grupos de estudo nos CRESS com o apoio das Unidades de ensino</li> <li>- Garantir o acompanhamento do Curso pelos CRESS.</li> <li>- Estabelecer parceria entre a ABEPSS e as Unidades de ensino para apoio à realização do curso.</li> </ul> <p><b>Relações Internacionais:</b></p> <p>17- Desenvolver versão bilingüe do Curso à Distância para atender às demandas de países latino-americanos e ibéricos.</p> <p>18- Indicar dois nomes que vão elaborar parecer sobre a definição de Serviço Social da FITS com versões em inglês e espanhol;</p> <p>19- O CFESS deverá construir uma proposta em conjunto com as entidades nacionais e o Comitê Mercosul, para sediar no Brasil a “Conference of the Social Workers – IFSW – que será realizada em 2008. O Projeto deverá ser apresentado no CFESS/CRESS de 2002, considerando que precisa ser submetido à aprovação pela FITS até junho de 2003;</p> <p><i>No âmbito da participação no Comitê Mercosul:</i></p> <p>20- Acompanhamento da discussão sobre a regulamentação da profissão e da formação profissional, em conjunto com a ABEPSS, no Comitê Mercosul. Participação na Reunião Ordinária do Comitê Mercosul.</p> <p><i>No âmbito da participação na FITS:</i></p> <p>21- Continuidade da representação do Brasil e da América Latina na Comissão de Ética da FITS (Lúcia Barroco) –</p> <p>22- Representação da América Latina no Comitê Executivo da FITS (Valdete Martins)</p>	<p>Foi possível identificar 16 deliberações concentradas na formação profissional e 7 deliberações voltadas às relações internacionais.</p>
---	---

23- Representação do Brasil na Assembleia da FITS - (2002 - Harare Zimbabwe).	
<p><b>FORMAÇÃO PROFISSIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Estabelecer parcerias entre o Conjunto CFESS/CRESS, Conjunto ABEPSS/Unidades de Ensino (coordenadores de curso, acadêmicos e coordenadores de estágio) e ENESSO para discutir e articular diretrizes e estratégias referentes à Política Nacional de Fiscalização junto aos Estágios Curriculares, fomentando processos de institucionalização de Fóruns Permanentes de Supervisores de Estágio.</li> <li>2. Abrir e ampliar o debate em articulação com a ABEPSS e a ENESSO sobre a precarização do trabalho através do chamado estágio extra-curricular, incluindo essa temática na Política Nacional de Fiscalização. (Interface com Fiscalização/ eixo III).</li> <li>3. Fortalecer os trabalhos das Comissões de Formação Profissional existentes nos CRESS's e aprofundar o debate sobre a Política de Ensino Aprendizagem, articulando com as unidades de ensino para viabilizar a participação de seus representantes.</li> <li>4. Ampliar a publicização do debate das Diretrizes Curriculares e Formação Profissional com a categoria, desenvolvendo ações que favoreçam o intercâmbio entre os CRESS's das regiões, a ABEPSS e ENESSO para reflexões e divulgação acerca da implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social. (Interface com Fiscalização/ eixo III)</li> <li>5. Definir como estratégias de articulação regional a inclusão da temática das Diretrizes Curriculares, avaliação das condições de ensino e avaliação institucional na pauta dos Encontros Descentralizados e outros eventos em âmbito regional e a socialização sistemática das discussões à categoria.</li> <li>6. Enfrentar nacionalmente através das entidades (Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO, outras entidades de formação e exercício profissional – exemplo: OAB –, ANDES, CUT etc) a defesa do Projeto de Formação Profissional, em especial as diretrizes curriculares construídas democraticamente nos fóruns de representação das categorias.</li> <li>7. Denunciar amplamente as imposições do MEC em relação à política de ensino superior, promovendo estratégias de ação jurídica, bem como mobilização junto aos poderes legislativo e executivo.</li> <li>8. Denunciar amplamente as orientações dos Organismos Internacionais (Banco Mundial, BID, OMC) para as políticas de educação e suas condicionantes para financiamento destas políticas, impostas aos países em desenvolvimento.</li> </ol>	<p><b>2002:</b></p> <p>Este documento consta 32 deliberações e 9 recomendações para fortalecimento dos eixos.</p> <p>Das 32 deliberações, 9 destas compartilham responsabilidade com ABEPSS e ENESSO (desdobrando mais 6 ações nos subitens em anexo em 24 e 27).</p> <p>Neste ano houve a redução do quadro de diretoria do CFESS, onde as</p>

<p>9. Publicizar e participar das ações contrárias às orientações dos Organismos Internacionais (Banco Mundial, BID, OMC), com a organização dos Conselhos de Categorias Profissionais, a organizações dos docentes e a divulgação do recente documento resultante da reunião de Reitores de Universidades Públicas Íbero-americanas, em Porto Alegre (26/04/02).</p> <p>10. Articular com as demais entidades de categorias que também tiveram seus currículos alterados para construção de agenda comum.</p> <p>11. Participar das oficinas organizadas pela ABEPSS e eventos promovidos pelas Unidades de Ensino.</p> <p>12. Promover discussão entre o Conjunto CFESS/ CRESS, ABEPSS e ENESSO quanto à proliferação de cursos de Serviço Social, tendo em vista a preservação da qualidade do ensino e a observância das diretrizes curriculares, do Código de Ética e da Lei 8662/93, consubstanciado no Projeto Ético Político.</p> <p>(Interface com Fiscalização / eixo III)</p> <p>13. Apoiar o movimento de resistência das entidades do Serviço Social aos atuais mecanismos de avaliação dos cursos superiores promovidos pelo MEC (provão).</p> <p>14. Ratificar a proposta de realização de nova versão do Curso de Capacitação à Distância, com as recomendações propostas pelas comissões de Formação dos CRESS's e Encontros Descentralizados, condicionada ao reconhecimento por parte do MEC.</p> <p>15. Ampliar mecanismos de capacitação profissional (seminários, oficinas, encontros e outros) como instrumento de qualificação do assistente social, em articulação com as unidades de ensino.</p> <p>16. Incentivar a produção teórica da(o) Assistente Social promovendo no âmbito dos CRESS's, em articulação com as unidades de ensino, eventos de divulgação de experiências profissionais e trabalhos acadêmicos.</p> <p>17. Viabilizar a formação política para os dirigentes e a categoria, preferencialmente em convênio com as Universidades.</p> <p>18. Pautar em todos os fóruns de categoria a organização política internacional dos trabalhadores sociais.</p> <p>19. Articulação permanente CFESS/ABEPSS/ENESSO em relação às estratégias programáticas de enfrentamento das questões postas pela globalização neoliberal, através das organizações internacionais da categoria (FITS, MERCOSUL, ALAETS), garantindo a veiculação entre os CRESS's do conteúdo destas articulações.</p>	<p>gestão “Trabalho, Direitos e Democracia – A gente faz um país (2002/2005)” assumiu o CFESS com 18 conselheiros/as, invés de 32 como estava estruturada a gestão anterior.</p>
---	--



20. Estabelecer uma agenda de luta, no conjunto das relações internacionais, articulando entidades da categoria e organismos internacionais no sentido da defesa dos Direitos Humanos e da soberania nacional.
21. Apoio e solidariedade frente às lutas dos trabalhadores nos planos nacional e internacional, articulando todas as determinações sociais e de classe.
22. Apoio ao movimento de denúncia do Fórum das Entidades de Pernambuco (Conselhos Profissionais, Unidades de Ensino e Entidades estudantis dos cursos de graduação da área de saúde), sobre o Parecer CNE/CES nº 100/02, que indica a integralização curricular de vários cursos, entre eles o de Serviço Social, em 3 anos, com indicativo de articulação com ABEPSS/ENESSO e outras entidades da sociedade civil, notadamente o Conselho Nacional de Saúde, visando publicizar as questões e incluí-las na agenda de lutas contra a atual Política Nacional do ensino superior, condicionando a assinatura da carta do Fórum à revisão de seu item 2, de modo a atender o inciso IX, artigo 16, da lei 8080/90 e o artigo 30 da mesma lei.
23. Lutar, juntamente com a ABEPSS e ENESSO pelo resgate do conteúdo das diretrizes curriculares nas instâncias legislativas, executivas e pedagógicas.
24. Manter, em articulação com ABEPSS e ENESSO, a defesa do documento integral das Diretrizes Curriculares construídas pelas entidades como referência para:
- a) a reforma curricular no curso de Serviço Social;
  - b) a elaboração de projetos pedagógicos;
  - c) a avaliação dos cursos de Serviço Social no Brasil.
25. Contribuir para a edição do documento das Diretrizes Curriculares construídas pelas entidades em sua formulação completa, para orientar a implantação dos cursos em âmbito público ou privado, bem como para a orientação dos estágios e concursos públicos.
26. Garantia dos fóruns de supervisores como espaço de denúncia e socialização do desmonte das Diretrizes Curriculares.
27. Fortalecer a parceria com a ABEPSS/ENESSO, visando:
- a) enfrentamento quanto a cursos sequenciais e mestrados profissionalizantes e a redução da carga horária do curso de graduação.

b) garantia de:

- avaliação das condições de ensino e avaliação institucional, conforme deliberação dos fóruns da categoria;
- qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação e interpolarização curricular conforme propostas definidas coletivamente pela categoria e pelos estudantes nos fóruns da ABEPSS.

28. Fortalecer movimentos de resistência à privatização do ensino superior com ênfase na defesa do ensino público e de qualidade.

29. Reafirmar a indissolubilidade entre ensino, pesquisa e extensão na formação profissional e a articulação entre formação e exercício profissional da(o) Assistente Social.

30. Estabelecer uma agenda comum entre as entidades da categoria (CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO) para o enfrentamento às orientações que contrariem o projeto de formação constituído coletivamente.

31. Estabelecer e divulgar estratégias de luta constante em articulação com outros Conselhos profissionais, de direitos e de políticas públicas.

32. Aprofundar as discussões sobre a universidade brasileira (Política Nacional de Ensino e outros documentos).

**RECOMENDAÇÕES (reafirmam ações já aprovadas pelo Conjunto CFESS/CRESS):**

1. Participar das discussões de implementação das diretrizes curriculares.
2. Participar, em parceria entre CRESS's, ABEPSS e ENESSO, dos Encontros Regionais e Nacionais de Pesquisadores do Serviço Social previstos para Outubro e Novembro de 2002.
3. Criar uma terminologia específica para as atividades de formação continuada no âmbito dos CRESS's -Trabalho e Formação Profissional / Exercício Profissional e Formação.
4. Intensificar grupos de discussão sistemática por área de atuação.
5. Articular com as Unidades de Ensino e outras entidades para oferta de cursos de aperfeiçoamento.
6. Garantir a presença recíproca CRESS / Unidades de Ensino nos eventos promovidos pelos mesmos.
7. Que o CFESS promova a reedição do material impresso do Curso de Educação à Distância, facilitando o seu acesso à categoria.

<p>8. Que os CRESS's façam levantamento da situação dos alunos do 1º Curso de Capacitação à Distância para que o CFESS elabore, no prazo de noventa dias, um quadro de avaliação nacional.</p> <p>9. Estreitar e aprofundar as iniciativas junto ao MEC, em conjunto com a ABEPSS, para reconhecimento do Curso de Capacitação à Distância já realizado.</p>	
<p><b>FORMAÇÃO PROFISSIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS</b></p> <p>1. Fortalecer a articulação política entre ABEPSS/ CRESS/ Unidades de Ensino/ ENESSO, para construção de estratégias que fomentem a constituição e fortalecimento de espaços de participação e capacitação de supervisores de estágio.</p> <p>2. Elaborar uma agenda com prazos definidos para viabilizar a articulação permanente CFESS/ABEPSS/ENESSO, em relação às estratégias programáticas de enfrentamento das questões postas pela globalização neoliberal, através das organizações internacionais da categoria (FITS, MERCOSUL, ALAETS), garantindo a veiculação entre os CRESS do conteúdo destas articulações.</p> <p>3. Intensificar a discussão com a ABEPSS sobre “Residência em Serviço Social”, como forma de capacitação continuada. Remeter para as COFI's o mapeamento e acompanhamento dos campos de Residência em Serviço Social e formular um documento orientador para a ação fiscalizadora.</p> <p>4. Elaborar agenda política conjunta CFESS/CRESS/ABEPSS/ENESSO, IES, nos níveis nacional, regional e local, contemplando as seguintes ações:</p> <p>a) Capacitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Considerar as demandas identificadas e sistematizadas nas entrevistas de fiscalização.</li> <li>- Contemplar as novas demandas postas ao Serviço Social, sintonizadas com o projeto ético-político.</li> <li>- Considerar as diferentes áreas sócio-ocupacionais, tais como: dependência química, família, sistema sócio-jurídico, saúde, orçamento público e gestão participativa.</li> <li>- Mapear e discutir experiências existentes em residência em Serviço Social.</li> </ul> <p>b) Organização Política:</p>	<p><b>2003:</b></p> <p>É possível perceber a redução de deliberações para 10, contudo, algumas se unificam e desdobram novos itens. Em 3 deliberações com responsabilidades compartilhadas entre ABEPSS e ENESSO, se desdobram 7 ações visando capacitação e organização política.</p>

<p>- Intensificar o processo de mobilização/ discussão contra o desmonte das diretrizes curriculares, ampliando a divulgação das mesmas junto à categoria.</p> <p>- Apoiar a ABEPSS no monitoramento e acompanhamento da implantação de novos cursos de Serviço Social.</p> <p>- Defender o ensino público e de qualidade, articulando com outros Conselhos Profissionais, a fim de debater a proliferação de novos cursos.</p> <p>5. Sistematizar as experiências realizadas pelos CRESS, na organização e capacitação de supervisores e o CFESS dará publicidade no próximo Encontro.</p> <p>6. Priorizar a criação e fortalecimento dos Núcleos/ Pólos de interiorização das ações dos CRESS.</p> <p>7. Implantar os debates sobre as manifestações culturais no cotidiano da entidade, favorecendo o intercâmbio cultural e artístico, divulgando as experiências realizadas pelos CRESS, relativas à criação e consolidação de espaços culturais e estimulando a participação dos alunos.</p> <p>8. Envolver os estudantes nas propostas de ação dos CRESS, visando a formação de vínculo futuro com conselho, através da participação dos CRESS em formaturas, acolhimento de formandos, divulgação de Boletins Informativos e vídeos sobre o Conjunto CFESS/CRESS nas Unidades de Ensino.</p> <p>9. Realizar seminários de capacitação dos representantes dos CRESS e assistentes sociais que integram os conselhos de políticas públicas, fazendo o mapeamento da inserção dos profissionais nos conselhos em todos os níveis e socializando as deliberações dos mesmos.</p> <p>10. Realizar o primeiro Encontro Nacional de Serviço Social na área sócio-jurídica, precedido de Encontros Regionais/ Estaduais, no 33º Encontro Nacional CFESS/CRESS (2004), considerando a necessidade de ampliar, articular e aprofundar este debate.</p>	
<p><b>EIXO TEMÁTICO 6: FORMAÇÃO PROFISSIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS</b></p> <p>1. Fortalecer o Projeto Ético Político Profissional em ações conjuntas nacionais e regionais com a ABEPSS e a ENESSO, privilegiando o debate das diretrizes curriculares. (CFESS/CRESS)</p> <p>2. Utilizar os dados coletados nas visitas de fiscalização para identificar as principais demandas relativas a capacitação profissional e implementar cursos em conjunto com a ABEPSS e Unidades de Ensino. (CFESS/CRESS)</p>	<p><b>2004</b></p> <p>Verificada 4 deliberações compartilhadas com ABEPSS e</p>

3. Fortalecer a articulação com as Unidades de Ensino, ABEPSS e ENESSO com vistas a capacitação continuada dos Assistentes Sociais, aprofundando a discussão. (CFESS/CRESS)
4. Fazer chegar às Unidades de Ensino e Centros Acadêmicos exemplares informativos dos CRESS. (CFESS/CRESS)
5. Mapear as experiências dos CRESS como campos de estágios para subsidiar pareceres do CFESS sobre o assunto. (CFESS/CRESS)
6. Discutir e articular com outros sujeitos sociais (ABEPSS, ENESSO, CONSELHÃO, ANDES e outros), possibilidades de resistência aos processos de privatização das Universidades Públicas, aos avanços das faculdades privadas e cursos seqüenciais, reforma universitária no processo de ensino superior; encaminhando ao MEC e CNE posicionamentos da categoria e demais parceiros. (CFESS/CRESS)
7. Possibilitar discussão do CFESS com os CRESS no sentido de identificar estratégias que viabilizem a apropriação do debate sobre relações internacionais pelos Regionais e pelo conjunto da categoria. (CFESS/CRESS)
8. Que os CRESS busquem parcerias com as Unidades de Ensino para ações conjuntas no sentido de interiorizar suas atividades de formação, pesquisa, extensão e implantação dos núcleos descentralizados dos CRESS/NUCRESS. (CFESS/CRESS)
9. Acrescentar na Agenda Política do CFESS/CRESS, em articulação com a ABEPSS e Unidades de Ensino, o estímulo à formação e à capacitação de Assistentes Sociais considerando diferentes áreas, tais como: educação, questão ambiental, entre outras, para engajamento dos profissionais nas demandas postas pelo mercado de trabalho. (CFESS/CRESS)
10. Fomentar o debate entre os CRESS e as Unidades de Ensino sobre as irregularidades identificadas nas visitas de fiscalização aos campos de estágio, objetivando contribuir para a melhoria da política de estágio nas Unidades de Ensino. (CFESS/CRESS)

#### **RECOMENDAÇÕES**

1. Fortalecer a discussão com a ENESSO e ABEPSS e Unidades de Ensino locais para capacitação continuada dos Assistentes Sociais Supervisores de campo, enquanto parte integrante da política de formação. (CFESS/CRESS)
2. Desenvolver campanha de estímulo à sistematização da prática do Assistente Social visando desenvolver no profissional a produção científica e publicização da mesma. (CFESS/CRESS)
3. Socializar o resultado da discussão e o mapeamento das residências em Serviço Social com orientação para os CRESS. (CFESS)
4. Implantar os debates sobre as manifestações culturais no cotidiano da entidade, favorecendo o intercâmbio cultural e artístico, divulgando as experiências realizadas pelos CRESS, relativas à criação e consolidação de espaços culturais, estimulando a participação dos alunos. (CRESS)
5. Envolver os estudantes nas propostas de ação dos CRESS, visando a formação de vínculo futuro com o Conselho, através da participação dos CRESS em formaturas, acolhimento de formandos, divulgação de boletins informativos e vídeos sobre o Conjunto CFESS/CRESS nas Unidades de Ensino. (CRESS)
6. Estreitar a articulação com ABEPSS na troca de informações e no mapeamento sobre a situação da formação profissional nas Unidades privadas de ensino. (CFESS/CRESS)

ENESSO. No que refere à educação no ensino superior, foi sinalizado que “No tocante ao ensino superior assiste-se ao avanço da educação como mercadoria. Entre 1988 e 2003, o número de cursos de graduação no país apresentou um crescimento de 107% , sendo que hoje 88% do total de instituições de ensino são privadas. O aumento da rede privada no período de 1998 a 2002 foi de 200% com a criação de 264 instituições. Essa tendência promove a criação de cursos voltados apenas para o mercado, em detrimento a uma formação crítica e humanista dos estudantes” (CFESS, 2004, p.24).

**EIXO TEMÁTICO VI – Formação Profissional****Proposições**

1. Intensificar ações políticas em conjunto com a ABEPSS e outras instituições, para a garantia da qualidade do ensino superior em Serviço Social. (CFESS)
2. Identificar as principais demandas relativas à capacitação profissional, fomentando a articulação com as Unidades de Ensino, ABEPSS e ENESSO, com vistas à capacitação continuada dos Assistentes Sociais. (CFESS/CRESS)
3. Iniciar estudos, juntamente com a ABEPSS e ENESSO, sobre as modalidades de exames de proficiência, a exemplo dos promovidos pela OAB, pelo CFM, como condição para habilitação profissional. (CFESS)

**Recomendações**

1. Encaminhar a ABEPSS/Unidades de Ensino, documentos contendo irregularidades sobre o estágio, detectados nas visitas de fiscalização, para contribuir com o debate sobre a política nacional de estágio curricular supervisionado. (CFESS/CRESS)
2. Identificar, em parceria com a ABEPSS, situações de abertura de unidade de ensino superior, implantadas a partir de autorização dos Conselhos Estaduais de Educação, com vistas a pensar estratégias de intervenção, na garantia das diretrizes curriculares.(CFESS/CRESS)
3. Estimular os profissionais e formandos para disponibilizar, no CRESS, as suas produções acadêmicas. (CRESS)
4. Articular com as universidades a organização de cursos preparatórios para concursos. (CRESS)
5. Estreitar a articulação com ABEPSS na troca de informações e no mapeamento sobre a situação da formação profissional nas Unidades de Ensino. (CFESS/CRESS)
6. Socializar o resultado da discussão e o mapeamento das residências em Serviço Social, com orientação para os CRESS. (CFESS)
7. Encaminhar aos CRESS os estudos já realizados pelo CFESS sobre a questão dos títulos de especialistas, para que possa ser aprofundado e aprovado no Conjunto CFESS/CRESS esta matéria. (CFESS)
8. Estimular os Assistentes Sociais a sistematizarem e produzirem reflexões sobre o exercício profissional, com vistas à publicização e socialização do conhecimento.(CRESS)
9. Dar continuidade aos cursos a distância do CFESS/ABEPSS com uma maior diversidade de temáticas. (CFESS)

**2005:**

Participaram desse evento 113 delegados, 18 observadores e 04 convidados do CFESS, dos CRESS e das Seccionais, totalizando cento e trinta e cinco participantes. O encontro foi marcado por debates acerca da forma recessiva de governar, onde a categoria manifestou que:

“Esta política econômica se fortalece na grave crise política que assola a sociedade brasileira e revigora forças conservadoras, provocando o estreitamento da agenda social, a manutenção de elites burguesas no poder, o clientelismo, o fisiologismo e a fragilização das

	<p>instituições democráticas. Dessa forma, a ênfase na rentabilidade econômica se confronta com os anseios e propostas forjados nas lutas da classe trabalhadora, corroendo a histórica construção dos projetos de esquerda no Brasil” (CFESS, 2005, p.24-25)</p>
<p>ITEM 1: Aprofundar estudos e estratégias em torno do exame de proficiência como condição para habilitação profissional – dentre estas estratégias, a serem desenvolvidas em aliança com unidades de ensino, ABPESS, ENESSO e outros conselhos profissionais, estarão realizando:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Levantamento dos projetos de lei em andamento e de sua situação atual, bem como possibilidades jurídicas para sua eventual implementação;</li> <li>2) Divulgando as posições existentes;</li> <li>3) Realizando assembléias nos estados e, onde possível, plenárias regionais;</li> <li>4) Deliberando no encontro nacional CFESS/CRESS a ser realizado no terceiro trimestre de 2007.</li> </ol> <p>O resultado destas ações deverá ser encaminhado ao CFESS.</p> <p>ITEM 2: Estabelecer agenda entre entidades nacionais (CFESS, ABEPSS, ENESSO) de debates e lutas em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade e contra a banalização, mercantilização, precarização e massificação da formação profissional por meio de uma campanha nacional em defesa da qualidade da formação profissional, com as seguintes estratégias:</p>	<p><b>2006</b></p> <p>Tendo como tema central "<b>Resistir à barbárie: afirmando o projeto ético-político no contexto das lutas sociais no Brasil e na América Latina</b>", Participaram desse evento 138 delegadas/os, 31 observadoras/es, 13 convidadas/os e 5 palestrantes, totalizando 187 participantes.</p>

- a) Desencadear, em caráter de emergência, ações efetivas para se contrapor aos cursos de graduação à distância em Serviço Social por não contemplarem a qualidade da formação para o exercício profissional, tais como: -divulgação ampla do manifesto já aprovado; -publicar nota em jornais de grande circulação, através da qual o conjunto CFESS/CRESS torne público seu posicionamento contrário aos cursos de graduação à distância;
- b) Desencadear estratégia de fiscalização, promovendo discussões entre as entidades da categoria (ABEPSSS/ENESSO/CFESS) tendo em vista a realização de visitas às unidades de ensino, com ênfase no estágio em Serviço Social, recuperando o parecer sobre a supervisão direta e estágios de extensão;
- c) Realizar e publicar análise prospectiva sobre as implicações do crescimento do ensino privado na formação e no exercício profissional;
- d) Buscar alianças junto aos demais sujeitos: associações de docentes, outros conselhos federais de profissões regulamentadas, ministério público, movimento estudantil e outros que comunguem da contraposição dos cursos de graduação à distância;
- e) Desenvolver lutas junto ao e aos avaliadores pelo comprometimento com as diretrizes curriculares da ABEPSS, estabelecendo agenda de discussão e monitoramento;
- f) Defender a ampliação de vagas no ensino público superior em contraposição à reforma universitária combatendo a transferência de verba pública para compra de vagas em universidades privadas, vide PROUNI;
- g) Realizar levantamento junto aos CRESS, aprofundando o conhecimento da estrutura dos cursos de graduação em Serviço Social a distância, em articulação com ABEPSS e ENESSO, quanto ao seu funcionamento (locais, instituições responsáveis, profissionais envolvidos, número de turmas existentes) e à qualidade dos aspectos pedagógicos, para orientar o exercício da fiscalização desses cursos no que diz respeito às determinações expressas nos art. 4 e 5 da lei 8662/93, mantendo o CFESS informado.

ITEM 3: Criar estratégias e articular com as unidades de ensino, ABEPSS e ENESSO ações voltadas para implantação da política de educação permanente dos assistentes sociais, a partir das demandas apresentadas aos CRESS e ao CFESS

ITEM 4: Dar continuidade ao curso de especialização à distância do CFESS/ABEPSS com uma maior diversidade de temáticas.



<p>ITEM 5: Estimular a rearticulação dos fóruns de supervisores, com vistas ao estreitamento das relações entre o CRESS, as unidades de ensino e as instituições campos de estágio</p> <p>ITEM 6: Atualizar e socializar o resultado da discussão e o mapeamento das residências em Serviço Social, com orientação para os CRESS.</p> <p>RECOMENDAÇÕES:</p> <p>Elaborar em conjunto com ABEPSS, ENESSO e ALAITES um novo documento que aprofunde as análises críticas ao processo de expansão do ensino de graduação a distância manifestando-se de forma contrária a tal expansão.</p>	
<p>ITEM 1: Fortalecer ações políticas contra a precarização do ensino superior para garantir a qualidade dos serviços prestados aos usuários e a preservação de seus direitos, conforme as seguintes estratégias:</p> <p><b>a)</b> Aprofundar a discussão sobre o exame de proficiência como uma das estratégias de defesa da qualidade do exercício profissional, garantindo um amplo conhecimento das possibilidades e implicações jurídicas e políticas de sua realização;</p> <p><b>b)</b> Realizar os seminários regionais (até maio de 2008) e o nacional (em junho de 2008), de formação profissional em conjunto com ABEPSS e ENESSO, intitulado Precarização da Formação Profissional e Impactos sobre o Exercício Profissional - Estratégias de Enfretamento: O Exame de Proficiência – Possibilidades e Implicações.</p> <p>ITEM 2: Estabelecer agenda entre entidades nacionais (CFESS, ABEPSS, ENESSO) de debates e lutas em defesa do ensino público, gratuito, laico e de qualidade e contra a banalização, mercantilização, precarização e massificação da formação profissional por meio de uma campanha nacional em defesa da qualidade da formação profissional, com as seguintes estratégias:</p> <p><b>a)</b> Intensificar ações efetivas para se contrapor aos cursos de graduação à distância em Serviço Social e ao posicionamento do MEC por não contemplarem a qualidade da formação para o exercício profissional, tais como: divulgação ampla do manifesto já</p>	<p><b>2007:</b></p> <p>O evento teve como tema central “<b>A ofensiva de desregulamentação no capitalismo contemporâneo: tendências destrutivas das reformas neoliberais no Serviço Social</b>”. Sua programação foi composta pela conferência de abertura abordando o tema central do evento; pelas mesas-redondas: “O Serviço Social e a construção da unidade nas lutas contra as reformas</p>

aprovado; publicar nota em jornais de grande circulação, através da qual o Conjunto CFESS/CRESS torne público seu posicionamento contrário aos cursos de graduação à distância;

**b)** Efetivar a fiscalização, promovendo discussões entre as entidades da categoria (ABEPSS/ENESSO/CFESS/ALAETS) tendo em vista a realização de visitas às unidades de ensino, com ênfase no estágio em Serviço Social, recuperando o parecer sobre a supervisão direta e estágios de extensão;

**c)** Publicar análise prospectiva sobre as implicações do crescimento do ensino privado na formação e no exercício profissional;

**d)** Efetivar alianças junto aos demais sujeitos: associações de docentes, outros Conselhos Federais de profissões regulamentadas, Ministério Público, movimento estudantil e outros que comunguem da contraposição dos cursos de graduação à distância;

**e)** Realizar ações conjuntas junto ao(s) avaliador(es) do MEC e dos Conselhos Estaduais de Educação pelo comprometimento com as diretrizes curriculares da ABEPSS, estabelecendo agenda de discussão e monitoramento;

**f)** Defender a ampliação de vagas presenciais no ensino público superior em contraposição à reforma universitária, combatendo a transferência de verba pública para compra de vagas em universidades privadas (PROUNI) e medidas desregulamentadoras como o REUNI

**c)** Manter atualizado o levantamento dos projetos de lei em andamento bem como possibilidades e implicações jurídicas para sua eventual implementação;

**d)** Acompanhar os debates e definições nos Fóruns dos Conselhos Federais e Estaduais das profissões regulamentadas.

**e)** Divulgar as posições existentes, e que as mesmas sejam utilizadas como instrumento norteador do evento a ser realizado em junho de 2008.

**f)** Construir com as demais entidades da categoria, e movimentos sociais estratégias de reivindicação e pressão junto ao MEC/CNE para que cumpra suas atribuições de autorização, avaliação e regulamentação de cursos em unidades de ensino.

**g)** Tomar a decisão sobre a adoção ou não do exame de proficiência em Serviço Social, no Encontro Nacional CFESS/CRESS 2008

neoliberais”, e “A Questão Étnico-Racial no Brasil: respeito à diversidade e desafios à construção de direitos”; *plenárias; debates; e sessões temáticas*, configuradas como grupos de trabalho com os eixos: Formação Profissional, Comunicação, Relações Internacionais, Administrativo-financeiro, Fiscalização Profissional, Ética e Direitos Humanos, e Seguridade Social, tendo como subsídio para nortear os trabalhos deste último GT, a exposição – “A Seguridade Social pública é possível e necessária”. O encontro contou, ainda, com apresentação de

**h)** Aprofundar o conhecimento da estrutura dos cursos de graduação em Serviço Social à distância, em articulação com ABEPSS e ENESSO, quanto ao seu funcionamento (locais, instituições responsáveis, profissionais envolvidos, número de turmas existentes) e à qualidade dos aspectos pedagógicos, para orientar, fortalecer e subsidiar o exercício da fiscalização desses cursos no que diz respeito às determinações expressas nos art. 4º e 5º da Lei nº 8662/93.

ITEM 3: Instituir uma Política Nacional de Capacitação Continuada para os Assistentes Sociais, envolvendo os CRESS e as unidades de ensino locais, a partir das seguintes estratégias:

- a)** Estabelecer diretrizes nacionais para Política Nacional de Capacitação Continuada;
- b)** Adotar mecanismos nacionais de incentivo e apoio aos CRESS para elaboração de sua política local de Capacitação Continuada, em conjunto com as entidades de ensino locais e nacionais, evitando ações isoladas e cursos fragmentados;
- c)** Estabelecer parcerias institucionais entre as instituições de ensino superior e os CRESS, para oferecimento de cursos de pós-graduação a partir das demandas dos Assistentes Sociais e em conformidade com a Política Nacional de Capacitação Continuada.
- d)** Incentivar a sistematização das práticas profissionais como forma de educação permanente, destacando o seu conteúdo político - pedagógico, através da criação de publicação, em periódico próprio, sobre experiências profissionais e seus desafios;
- e)** Instituir Fórum Nacional e Regional sobre a educação permanente, como estratégia de contraposição às iniciativas de precarização do ensino e avaliação da Política de Educação Permanente em âmbito regional e nacional.

ITEM 4: Efetivar a realização do segundo Curso de Especialização à Distância do CFESS/ABEPSS.

ITEM5: Estimular/manter a articulação dos Fóruns de Supervisores, com vistas ao estreitamento das relações entre o CRESS, ABEPSS, Unidades de Ensino e as instituições campos de estágio, socializando informações entre os CRESS e o CFESS no sentido de garantir visibilidade às ações desenvolvidas.

ITEM 6: Remeter ao GT do CFESS a questão das residências de Serviço Social que não são reconhecidas pelo MEC para verificar a viabilidade de gestão junto a esse, em parceria com a ABEPSS.

*atividades culturais em consonância com a proposta central do encontro. Participaram do 36º Encontro Nacional CFESS/CRESS, 71 delegada(o)s da base, 83 delegada(o)s da direção, 36 observadora(e)s e 54 convidada(o)s, (na sua maioria assistentes sociais que estiveram presentes no momento das conferências e mesas-redondas) totalizando 244 participantes (CFESS, 2007, p.6).*

<p>ITEM 7: Remeter ao GT do CFESS a questão das residências de Serviço Social que não são reconhecidas pelo MEC para verificar a viabilidade de gestão junto a esse, em parceria com a ABEPSS.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: Propor parceria com as universidades objetivando abertura de campos de estágio de Serviço Social junto à estrutura política- administrativa e de fiscalização dos CRESS.</p>	
<p>ITEM 1: Fortalecer ações políticas contra a precarização do ensino superior para garantir a qualidade dos serviços prestados aos usuários e a preservação de seus direitos, conforme as seguintes estratégias:</p> <p>a) Acompanhar os debates e definições nos fóruns dos Conselhos Federais e Estaduais das profissões regulamentadas.</p> <p>b) Manter as articulações com as demais entidades da categoria e movimentos sociais no sentido de reivindicar e pressionar o MEC/ CNE para que cumpra suas atribuições de autorização, avaliação e regulamentação de cursos em unidades de ensino.</p> <p>c) Dar continuidade a notificação contra o MEC relativa ao cumprimento de suas responsabilidades na autorização e credenciamento das unidades de ensino para ofertar os cursos, bem como a supervisão destes, pelo ministério supracitado, no sentido de averiguar o cumprimento do que foi proposto por estas instituições para o funcionamento dos cursos de graduação em Serviço Social;</p> <p>d) Acionar o Ministério Público, em sendo constatadas irregularidades das unidades de ensino que ofertam a graduação em Serviço Social.</p> <p>e) Realizar estudo jurídico sobre a Portaria Normativa 040/2007 do MEC na perspectiva de verificar possibilidades jurídicas de intervenção, com base em Parecer Jurídico já emitido pela assessoria jurídica do CFESS.</p> <p>f) Constituir GT com representantes do CFESS e de um CRESS de cada região para construção de estratégias de enfrentamento à precarização do ensino superior.</p> <p>g) Realizar audiências públicas (regionais e nacional) envolvendo diversos Conselhos de categoria profissional, associações de classe, sindicatos e movimentos sociais, com o objetivo de debater e se posicionar frente à precarização do ensino em defesa da qualidade da formação profissional.</p>	<p><b>2008:</b></p> <p>No contexto de uma conjuntura extremamente adversa, quando mais uma crise do capital eleva juros, aumenta o custo de vida, provoca desemprego, estimula novos nichos de acumulação como os cursos de graduação à distância, e coloca o Estado para socorrer os bancos e sustentar a economia do capital, o Conjunto CFESS/CRESS mantém-se firme na defesa de um projeto ético-político comprometido com a</p>

h) Efetivar o plano de lutas em defesa do ensino público, gratuito, laico e de qualidade e contra a banalização, mercantilização, precarização e massificação da formação profissional por meio de uma campanha nacional em defesa da qualidade da formação profissional, cujas estratégias serão sistematizadas pelo GT Formação, constituído nesse encontro a partir de todas as propostas já aprovadas pelo Conjunto CFESS/CRESS. O GT deverá apresentar documento ao conjunto até 15 de dezembro de 2008.

ITEM 2: Não realização do exame de proficiência no Serviço Social.

ITEM 3: Instituir uma Política Nacional de Educação Permanente para os assistentes sociais, envolvendo os CRESS e as unidades de ensino locais, a partir das seguintes estratégias:

- a) Estabelecer diretrizes nacionais para Política Nacional de Educação Permanente;
- b) Adotar mecanismos nacionais de incentivo e apoio aos CRESS para elaboração de sua política local de Educação Permanente, em conjunto com as entidades de ensino locais e nacionais, evitando ações isoladas e cursos fragmentados;
- c) Estabelecer parcerias institucionais entre as instituições de ensino superior e os CRESS, para oferta de cursos de pós-graduação a partir das demandas dos assistentes sociais e em conformidade com a Política Nacional de Educação Permanente;
- d) Elaborar minuta da Política Nacional de Educação Permanente pela Comissão de Formação do CFESS, encaminhando-a aos CRESS, ABEPSS, ENESSO e às Unidades de Ensino para conhecimento, e ao GT Formação para apreciação, debate e retorno com vistas à sua deliberação no Encontro Nacional CFESS/ CRESS de 2009.

ITEM 4: Estimular/manter a articulação dos Fóruns de Supervisores, com vistas ao estreitamento das relações entre o CRESS, ABEPSS, unidades de ensino e as instituições campos de estágio, socializando informações entre os CRESS e o CFESS no sentido de garantir visibilidade às ações desenvolvidas.

ITEM 5: Acompanhar a discussão do GT Serviço Social em Saúde sobre as Residências multiprofissionais e Uniprofissional de Serviço Social na área da saúde.

ITEM 6: Articular debates com entidades do movimento social, especialmente o ANDES, no sentido de defender projeto

emancipação humana e socialização da riqueza socialmente produzida.

**DESTAQUES:**

6. Elaboração de plano de lutas em defesa da formação profissional em conjunto com as entidades da categoria - ABEPSS e ENESSO;

7. Aprovação da resolução para regulamentação da supervisão direta de estágio, com participação ativa dos CRESS, que será um importante instrumento de luta contra a precarização da formação e do exercício profissional;

[...] essas conquistas só foram possíveis porque acreditamos em nosso projeto ético-político profissional e nos movemos para

de universidade em consonância com o projeto ético-político do Serviço Social.

ITEM 7: Remeter ao GT Formação o debate sobre as gestões a serem feitas junto ao MEC para ampliação, a outras categorias (além da psicologia, da odontologia, do direito e da medicina), do poder de interferência nos processos de abertura e renovação de cursos de graduação (presencial e à distância), conforme previsto pela Portaria nº. 40 daquele Ministério. Desde já, manifestar-se junto ao MEC nos processos de reconhecimento dos cursos de Serviço Social nos termos do Artigo 37 do Decreto Nº. 5773/2006.

ITEM 8: Articular junto ao CNS a inclusão do Serviço Social no conjunto de profissões que são analisadas pelo referido Conselho nos processos de autorização de abertura de cursos de graduação, reconhecimento, mediante alteração na legislação pertinente que prevê esse procedimento para os cursos de medicina, odontologia e psicologia.

ITEM 9: Avaliar a utilização de mecanismos jurídicos para fortalecer a fiscalização em relação ao não cumprimento dos requisitos legais pelas instituições de ensino superior, na perspectiva de inviabilizar, nesta hipótese, a inscrição do bacharel no CRESS.

ITEM 10: Solicitar ao MEC o ato de credenciamento das unidades de ensino para ofertar os cursos de Serviço Social, bem como a supervisão destes, pelo Ministério supracitado, no sentido de averiguar o cumprimento do que foi proposto por estas instituições para o funcionamento dos cursos de graduação em Serviço Social; (remeter para o GT).

ITEM 11: Intensificar a fiscalização nas unidades de EAD, incluindo tele-salas e semipresenciais, para conhecer as atribuições dos professores especialistas, tutores eletrônicos, tutores de sala e dinâmica de funcionamento das aulas e do estágio supervisionado com vistas a garantir o previsto nos artigos 4º e 5º da Lei 8662/93. (remeter para o GT).

ITEM 12: Elaborar dossiê com informações sobre a estrutura de funcionamento e irregularidades encontradas nos cursos de Serviço Social à distância e divulgar este documento junto à opinião pública (jornais, rádios, internet, demais conselhos profissionais, movimentos sociais, e outras). (remeter para o GT).

ITEM 13: Elaborar dossiê com informações sobre a estrutura de funcionamento e irregularidades encontradas nos cursos de Serviço Social à distância e divulgar este documento junto à opinião pública (jornais, rádios, internet, demais conselhos profissionais, movimentos sociais, e outras). (remeter para o GT).

fortalecê-lo cotidianamente e coletivamente, o que se expressa pelo número de participantes no Encontro Nacional: 170 delegadas/os, sendo 75 representantes da base e 95 das direções dos CRESS e CFESS, 41 observadora(e)s e 31 convidada(o)s, totalizando 242 participantes, que estiveram presentes e se envolveram ativamente nas discussões e debates nas conferências, mesas-redondas, trabalhos de grupo e plenária final. (CFESS, 2008, p8).

<p>ITEM 14: Acionar o Ministério Público, em sendo constatadas irregularidades das unidades de ensino que ofertam a graduação em Serviço Social.</p> <p>ITEM 15: Realizar estudos para fundamentar análise e decisão sobre a participação do Conjunto CFESS/ CRESS nos Conselhos Nacional e Estaduais de Educação, a ser apresentado e aprovado no Encontro Nacional CFESS/ CRESS de 2009.</p> <p>RECOMENDAÇÕES: Propor parceria com as universidades objetivando abertura de campos de estágio de Serviço Social junto à estrutura de fiscalização dos CRESS, conforme os parâmetros da Resolução que regulamenta a supervisão direta de estágio.</p>	
<p>ITEM 1: Fortalecer ações políticas contra a precarização do ensino superior para garantir a qualidade dos serviços prestados aos usuários e a preservação de seus direitos, conforme as seguintes estratégias:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Articular debates com entidades do movimento social, especialmente o ANDES, no sentido de defender projeto de universidade em consonância com o projeto ético-político do Serviço Social;</li> <li>2) Acionar o Ministério Público, em sendo constatadas irregularidades das unidades de ensino que ofertam a graduação em Serviço Social.</li> </ol> <p>ITEM: 2 Manter até o próximo Encontro Nacional, quando será avaliada sua continuação, o GT Trabalho e Formação Profissional (constituído pelo CFESS, um representante do CRESS de cada Região, das direções nacionais da ABEPSS e da ENESSO), objetivando:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Realizar o monitoramento sobre a realização do Plano de Lutas (competência: CRESS);</li> <li>2) Monitorar e articular os CRESS através do representante de cada região para o cumprimento do Plano de Lutas;</li> <li>3) Acompanhar, controlar e articular a ação no que compete ao Plano de Lutas no nível nacional;</li> <li>4) Manter a articulação entre as entidades nacionais, bem como oferecer as diretrizes para a articulação das ações regionais das três entidades;</li> <li>5) Rever todos os prazos do Plano de Lutas pelo GT Trabalho e Formação Profissional, considerando o período compreendido entre o 38º e 39º Encontro Nacional CFESS/ CRESS.</li> </ol> <p>ITEM 3: Instituir uma Política Nacional de Educação Permanente para os assistentes sociais, envolvendo os CRESS e as Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) locais, a partir das seguintes estratégias:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Estabelecer diretrizes nacionais para Política Nacional de Educação Permanente;</li> <li>2) Adotar mecanismos nacionais de incentivo e apoio aos CRESS para elaboração de sua política local de Educação Permanente, em conjunto com as entidades de ensino locais e nacionais, evitando ações isoladas e cursos fragmentados;</li> <li>3) Estabelecer parcerias institucionais entre as instituições de ensino superior e os CRESS, para oferta de cursos de pós-graduação a partir das demandas dos assistentes sociais e em conformidade com a Política Nacional de Educação Permanente;</li> <li>4) Elaborar minuta da Política Nacional de Educação Permanente pela Comissão de Formação do CFESS, encaminhando-a aos CRESS, ABEPSS, ENESSO e às Unidade de Formação Acadêmica para conhecimento, e ao GT Formação para apreciação, debate e retorno com vistas à sua deliberação no Encontro Nacional CFESS/ CRESS de 2010.</li> </ol>	<p><b>2009:</b></p> <p>O Encontro contou com 234 participantes, entre delegados, observadores e convidados, assim distribuídos: 155 delegados, sendo 9 do CFESS, 146 dos CRESS (83 das direções dos CRESS e 63 assistentes sociais de base), 60 assistentes sociais observadores eleitos nas assembleias estaduais que precederam o Encontro Nacional, e 28 convidados indicados pelos conselhos plenos dos CRESS e CFESS.</p>

ITEM 4: Aprofundar os estudos e debates no âmbito da saúde acerca dos programas de residência multiprofissional e em Serviço Social, assim como os desafios e potencialidades da formação em serviço em articulação com a COFI e ABEPSS.

ITEM 5: Aprofundar os estudos e debates no âmbito da saúde acerca dos programas de residência multiprofissional e em Serviço Social, assim como os desafios e potencialidades da formação em serviço em articulação com a COFI e ABEPSS.

ITEM 6: Solicitar ao MEC o ato de credenciamento das UFAs para ofertar os cursos de Serviço Social, bem como a supervisão destes, pelo Ministério supracitado, no sentido de averiguar o cumprimento do que foi proposto por estas instituições para o funcionamento dos cursos de graduação em Serviço Social; (remeter para o GT)

ITEM 7: Intensificar a fiscalização nas unidades de EAD, incluindo telesalas e semipresenciais, para conhecer as atribuições dos professores especialistas, tutores eletrônicos, tutores de sala e dinâmica de funcionamento das aulas e do estágio supervisionado com vistas a garantir o previsto nos artigos 4º e 5º da Lei 8662/93. (remeter para o GT)

ITEM 8: Mobilizar a opinião pública sobre a precariedade dos cursos de graduação à distância, em conjunto com os Conselhos de Fiscalização de outras categorias, com ampla divulgação dos Decretos que regulamentam o EAD, e de posicionamentos das entidades da categoria, em interface com a Comunicação.

ITEM 9: Realizar entre outubro de 2009 e setembro de 2010, levantamento de informações e fiscalizações dos cursos de graduação à distância em Serviço Social, com destaque ao efetivo cumprimento da Resolução 533/2008 e implementação das diretrizes curriculares da ABEPSS. Para viabilizar o mutirão cada CRESS, em articulação com ABEPSS, deverá planejar o envolvimento dos agentes fiscais/COFIs, das comissões de formação e dos/as demais conselheiros/as, de acordo com as possibilidades e particularidades dos CRESS.

ITEM 10: Realizar eventos, ao longo de 2010, voltados para a avaliação da precarização do ensino de graduação em Serviço Social nas modalidades presencial e à distância, bem como das repercussões futuras para a profissão, em parceria com a ABEPSS e ENESSO.

ITEM 11: Estimular/ manter a articulação dos Fóruns de Supervisores, com vistas ao estreitamento das relações entre o CRESS, ABEPSS, UFAs e as instituições campos de estágio, socializando informações entre os CRESS, ENESSO e o CFESS, no sentido de garantir visibilidade às ações desenvolvidas.

ITEM 12: Elaborar e socializar dossiê, até dezembro de 2009, com informações sobre a estrutura de funcionamento e irregularidades encontradas nos cursos de Serviço Social à distância, e divulgar este documento junto à opinião pública (jornais, rádios, internet, demais conselhos profissionais, movimentos sociais, e outras). (remeter para o GT)

RECOMENDAÇÕES: Propor parceria com as universidades objetivando abertura de campos de estágio de Serviço Social junto à estrutura de fiscalização dos CRESS, conforme os parâmetros da Resolução que regulamenta a supervisão direta de estágio; Realizar articulação com ABEPSS e UFAs, recomendando a discussão do Código Processual de Ética na disciplina de Ética Profissional.

De acordo com informações dos CRESS, havia 86.734 assistentes sociais inscritos ativos nas datas das assembleias. Além das deliberações, o Encontro foi intenso na elaboração e aprovação de Cartas e Moções. A **Carta de Campo Grande** é o documento político do Encontro que publiciza a análise de conjuntura, com referências à crise, ao desemprego, à concentração da riqueza e à precarização do trabalho. Também registra o posicionamento do Conjunto em defesa da universalização das políticas públicas, da ampliação do acesso ao ensino público,



	<p>gratuito, presencial e de qualidade. O Conjunto CFESS/CRESS aprovou também a <b>Carta aos Assistentes Sociais Brasileiros</b>, que reafirma o posicionamento contrário às práticas terapêuticas como atribuição ou competência profissional de assistentes sociais e a <b>Carta Aberta aos Estudantes e Trabalhadores dos Cursos de Graduação a Distância em Serviço Social</b>. Além das cartas, foram aprovadas 14 moções.</p>
<p>ITEM 1: Fortalecer ações políticas contra a precarização da educação superior para garantir a qualidade dos serviços prestados aos usuários e a preservação de seus direitos, conforme as seguintes estratégias:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) articular debates com entidades do movimento social, especialmente o ANDES, no sentido de defender projeto de universidade em consonância com o projeto ético-político do Serviço Social;</li> <li>2) acionar o Ministério Público, em sendo constatadas irregularidades das unidades de ensino que ofertam a graduação em Serviço Social.</li> </ol> <p>ITEM 2: Dar continuidade ao GT Trabalho e Formação Profissional (constituído pelo CFESS, um representante dos CRESS de cada</p>	<p><b>2010:</b> Este Encontro contou com 286 participantes, entre delegados, observadores e</p>

Região, das direções nacionais da ABEPSS e da ENESSO), objetivando:

- 1) realizar o monitoramento sobre a realização do Plano de Lutas;
  - 2) monitorar e articular os CRESS através de cada região para o cumprimento do Plano de Lutas;
  - 3) acompanhar, controlar e articular a ação no que compete ao Plano de Lutas no nível nacional;
  - 4) manter a articulação entre as entidades, bem como oferecer as diretrizes para a articulação das ações nacionais e regionais das entidades;
  - 5) rever todos os prazos do Plano de Lutas pelo GT Trabalho e Formação Profissional, considerando o período compreendido entre o 39º e 40º Encontro Nacional CFESS/CRESS;
  - 6) fortalecer a articulação das entidades por meio da participação das mesmas na Comissão de Formação Profissional dos CRESS. Nos Estados onde não há representantes da ABEPSS e da ENESSO, articular com as escolas (CAs/ DAs, colegiado da ABEPSS e UFAs).
- ITEM 3: Instituir uma Política Nacional de Educação Permanente para os assistentes sociais, envolvendo os CRESS e as Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) locais, a partir das seguintes estratégias:
- 1) estabelecer diretrizes nacionais para Política Nacional de Educação Permanente;
  - 2) adotar mecanismos nacionais de incentivo e apoio aos CRESS para elaboração de sua política local de Educação Permanente, em conjunto com as entidades de ensino locais e nacionais, evitando ações isoladas e cursos fragmentados;
  - 3) estabelecer parcerias institucionais entre as instituições de ensino superior e os CRESS, para oferta de cursos de pós-graduação a partir das demandas dos assistentes sociais e em conformidade com a Política Nacional de Educação Permanente;
  - 4) encaminhar a minuta da Política Nacional de Educação Permanente aprovada no 39º Encontro Nacional CFESS/CRESS, aos CRESS, ABEPSS, ENESSO e as Unidades de formação acadêmica para conhecimento e contribuições até novembro de 2010. O GT deverá sistematizar tais contribuições, incorporar os textos teóricos das entidades e as experiências dos CRESS e remetê-las ao Conselho Pleno do CFESS para aprovação e publicação até março de 2011.
- ITEM 4: Aprofundar, em conjunto com a COFI e a ABEPSS, os estudos e debates no âmbito da saúde acerca dos programas de residência multiprofissional e em Serviço Social, destacando:
- 1) os desafios e potencialidades da formação em serviço;
  - 2) a polêmica acerca do exercício da supervisão de estágio a estudantes de graduação por assistentes sociais residentes;
  - 3) a sistematização de um documento que contemple: o histórico dos programas de residência, a articulação da proposta com o projeto de formação profissional, as experiências acumuladas no Brasil, a direção política para a residência em Serviço Social e multiprofissional;
  - 4) a participação nas Câmaras Técnicas propostas pela Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde.
- ITEM 5: Avaliar a utilização de mecanismos jurídicos para fortalecer a fiscalização em relação ao não cumprimento dos requisitos legais pelas instituições de ensino superior, na perspectiva de apresentar elementos concretos às instâncias competentes, visando suspender a oferta de tais cursos por instituições que não cumprirem tais requisitos.

convidados, assim distribuídos: 166 delegados, sendo 9 do CFESS, 157 dos CRESS (79 das direções dos CRESS e 78 assistentes sociais de base), 51 assistentes sociais observadores eleitos nas assembléias estaduais que precederam o Encontro Nacional, e 59 convidados indicados pelos Conselhos Plenos dos CRESS e CFESS. De acordo com informações dos CRESS, temos 95.147 assistentes sociais inscritos ativos nas datas das assembléias que foram realizadas por todos os regionais. Além das deliberações, o Encontro elaborou e aprovou 10 moções.

**A Carta de Florianópolis** é o documento político

<p>ITEM 6: Intensificar a fiscalização nas unidades de EAD, incluindo tele-salas e semipresenciais, para conhecer as atribuições dos professores especialistas, tutores eletrônicos, tutores de sala e dinâmica de funcionamento das aulas e do estágio supervisionado com vistas a garantir o previsto nos artigos 4º e 5º da Lei 8662/93. <b>(remeter ao Plano de Lutas)</b></p> <p><b>ITEM 7:</b> Dar continuidade ao processo de levantamento de informações e fiscalizações dos cursos de graduação à distância em Serviço Social, com destaque ao efetivo cumprimento da Resolução 533/2008 e Dar continuidade ao processo de levantamento de informações e fiscalizações dos cursos de graduação à distância em Serviço Social, com destaque ao efetivo cumprimento da Resolução 533/2008 e implementação das diretrizes curriculares da ABEPSS. Para viabilizar o mutirão cada CRESS, em articulação com ABEPSS, deverá planejar o envolvimento dos agentes fiscais/ COFIs, das comissões de formação e dos/as demais conselheiros/as, de acordo com as possibilidades e particularidades dos CRESS. <b>(Remeter ao Plano de Lutas).</b></p> <p><b>ITEM 8:</b> Realizar eventos, voltados para a avaliação da precarização do ensino de graduação em Serviço Social nas modalidades presencial e à distância, bem como das repercussões futuras para a profissão, em parceria com a ABEPSS e ENESSO. <b>(Remeter ao Plano de Lutas)</b></p> <p><b>ITEM 9:</b> Estimular/ manter a articulação dos Fóruns de Supervisores, com vistas ao estreitamento das relações entre o CRESS, ABEPSS, UFAs e as instituições campos de estágio, socializando informações entre os CRESS, ENESSO e o CFESS, no sentido de garantir visibilidade às ações desenvolvidas.</p> <p><b>ITEM 10:</b> Divulgar amplamente o documento “<b>Sobre a Incompatibilidade entre Graduação à Distância e Serviço Social</b>” vinculado a campanha nacional em defesa da formação com qualidade em Serviço Social.</p> <p><b>ITEM 11:</b> Publicizar o posicionamento do Conjunto CFESS/CRESS sobre o processo de mercantilização e precarização do ensino de graduação presencial, em interface com a comunicação. <b>(Remeter ao Plano de Lutas)</b></p> <p><b>ITEM 12:</b> Incorporar no debate no GT de Formação profissional a questão dos avaliadores de curso de Serviço Social do MEC. <b>(Remeter ao Plano de Lutas)</b></p> <p><b>ITEM 13:</b> Fomentar o debate das Resoluções do CFESS referentes ao exercício profissional com as UFAs, na perspectiva que seus conteúdos sejam incorporados nas disciplinas dos cursos. <b>(Remeter ao Plano de Lutas)</b></p> <p><b>AGENDA PERMANENTE:</b> Propor parceria com as universidades objetivando abertura de campos de estágio de Serviço Social junto à estrutura de fiscalização dos CRESS, conforme os parâmetros da Resolução que regulamenta a supervisão direta de estágio; Realizar articulação com ABEPSS e UFAs, recomendando a discussão do Código Processual de Ética na disciplina de Ética Profissional;</p>	<p>do Encontro que socializa a análise estrutural/conjuntura I do capitalismo contemporâneo e as particularidades da sociedade brasileira, com referências à crise estrutural do capital, ao desemprego, à concentração da riqueza e à precarização do trabalho. Também registra o posicionamento do Conjunto em defesa da universalização das políticas públicas e da ampliação do acesso ao ensino público, gratuito, presencial e de qualidade. (CFESS, 2010, p.8).</p>
<p><b>ITEM 1:</b> Fortalecer ações políticas contra a precarização da educação superior para garantir a qualidade dos serviços prestados aos usuários e a preservação de seus direitos, conforme estabelecido no Plano de Lutas.</p> <p><b>ITEM 2:</b> Dar continuidade ao GT Trabalho e Formação Profissional, constituído pelo CFESS, um representante dos CRESS de cada Região, das direções nacionais da ABEPSS e da ENESSO e aprimorar o monitoramento da execução do Plano de Lutas em nível regional e nacional.</p> <p><b>ITEM 3:</b> Aprovar a Política Nacional de Educação Permanente para os/as assistentes sociais até dezembro de 2011, divulgá-la e implementá-la a partir de 2012.</p>	<p><b>2011:</b> Conforme consta em apresentação: “Este Encontro contou com 255 participantes, entre delegados,</p>

**ITEM 4:** Aprofundar, em conjunto com a COFI e a ABEPSS, os estudos e debates no âmbito da saúde, acerca dos programas de residência multiprofissional e em Serviço Social destacando:

**1. os desafios e potencialidades da formação em serviço;**

**2.** o exercício da supervisão de estágio a estudantes de graduação por assistentes sociais residentes;

**3.** a sistematização de um documento que contemple: o histórico dos programas de residência, a articulação da proposta com o projeto de formação profissional, as experiências acumuladas no Brasil, a direção política para a residência em Serviço Social e multiprofissional a ser apresentado até dezembro de 2011.

**ITEM 5:** Estimular/ manter a articulação dos Fóruns de Supervisores, com vistas ao estreitamento das relações entre os CRESS, ABEPSS, UFAs e as instituições campos de estágio, socializando informações entre os CRESS, ENESSO e o CFESS, no sentido de garantir visibilidade às ações desenvolvidas.

**ITEM 6:** Estudar a viabilidade de co-financiamento pelo Conjunto CFESS/CRESS para publicação e envio do documento “*Sobre a Incompatibilidade entre Graduação à Distância e Serviço Social*” para todos/as assistentes sociais brasileiros/as.

**ITEM 7:** Inserir debates na Campanha em defesa da formação de qualidade em Serviço Social, sobre a crítica aos 20% da carga horária do curso presencial que pode, segundo a LDB, ser realizada à distância.

**ITEM 8:** Divulgar no Encontro Nacional de Supervisores a ser realizado durante a Oficina Nacional da ABEPSS, um CFESS/Manifesta que enfatize o protagonismo e a responsabilidade da categoria com a qualidade da formação profissional no âmbito das atribuições privativas da supervisão de estágio.

**ITEM 9:** Propor no Encontro Nacional de Supervisores a ser realizado durante a Oficina Nacional da ABEPSS, a realização de ações de âmbito nacional, em conjunto com a ABEPSS e ENESSO que enfatizem o protagonismo e a responsabilidade da categoria com a qualidade da formação profissional no âmbito das atribuições privativas de supervisão de estágio.

#### **AGENDA PERMANENTE:**

1. Propor parceria com as UFAs, objetivando abertura de campos de estágio de Serviço Social junto à estrutura de fiscalização dos CRESS, conforme os parâmetros da Resolução que regulamenta a supervisão direta de estágio.

2. Realizar articulação com ABEPSS e UFAs, recomendando a discussão do Código Processual de Ética na disciplina de Ética Profissional.

#### **PROPOSTAS APROVADAS A SEREM ENCAMINHADAS AO PLANO DE LUTAS EM DEFESA DO TRABALHO E DA FORMAÇÃO E CONTRA A PRECARIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR:**

1. Avaliar a utilização de mecanismos jurídicos para fortalecer a fiscalização em relação ao não cumprimento dos requisitos legais pelas instituições de ensino superior, na perspectiva de apresentar elementos concretos às instâncias competentes, visando suspender a oferta de tais cursos por instituições que não cumprirem tais requisitos. (Remeter ao Plano de Lutas)

observadores e convidados, assim distribuídos: 183 delegados, sendo 9 do CFESS, 174 dos CRESS (100 das direções dos CRESS e 83 assistentes sociais de base), 33 assistentes sociais observadores eleitos nas assembleias estaduais que precederam o Encontro Nacional, e 39 convidados indicados pelos Conselhos Plenos dos CRESS e CFESS. De acordo com informações dos CRESS, temos 108.893 assistentes sociais inscritos ativos nas datas das assembleias que foram realizadas por todos os regionais. [...] Além das deliberações, o Encontro elaborou e aprovou 22 moções. A **Carta de Brasília** é o documento

2. Intensificar a fiscalização nas unidades de EAD, incluindo tele-salas e semipresenciais, para conhecer as atribuições dos professores especialistas, tutores eletrônicos, tutores de sala e dinâmica de funcionamento das aulas e do estágio supervisionado com vistas a garantir o previsto nos artigos 4º e 5º da Lei 8662/93. (Remeter ao Plano de Lutas)
3. Dar continuidade ao processo de levantamento de informações e fiscalizações dos cursos de graduação à distância em Serviço Social, com destaque ao efetivo cumprimento da Resolução 533/2008 e implementação das diretrizes curriculares da ABEPSS. Para viabilizar o mutirão cada CRESS, em articulação com ABEPSS, deverá planejar o envolvimento dos agentes fiscais/ COFIs, das comissões de formação e dos/as demais conselheiros/as, de acordo com as possibilidades e particularidades dos CRESS. (Remeter ao Plano de Lutas).
4. Realizar eventos, voltados para a avaliação da precarização do ensino de graduação em Serviço Social nas modalidades presencial e à distância, bem como das repercussões futuras para a profissão, em parceria com a ABEPSS e ENESSO. (Remeter ao Plano de Lutas)
5. Realizar a avaliação da *Campanha Educação não e Fast-Food*, no bojo das estratégias de luta contra a precarização da formação profissional e divulgá-la. (Remeter ao Plano de Lutas)
6. Atualizar e divulgar amplamente o documento “Sobre a Incompatibilidade entre Graduação à Distância e Serviço Social” vinculado à campanha nacional em defesa da formação com qualidade em Serviço Social. (Remeter ao Plano de Lutas)
7. Publicizar o posicionamento do Conjunto CFESS/CRESS sobre o processo de mercantilização e precarização do ensino de graduação presencial, em interface com a comunicação. (Remeter ao Plano de Lutas)
8. Incorporar no debate do GT Trabalho e Formação profissional a questão dos avaliadores de curso de Serviço Social do MEC. (Remeter ao Plano de Lutas)
9. Fomentar o debate das Resoluções do CFESS referentes ao exercício profissional com as UFAS, na perspectiva que seus conteúdos sejam incorporados nas disciplinas dos cursos. (Remeter ao Plano de Lutas)

político do Encontro que socializa a defesa das políticas sociais no contexto da Campanha da gestão do Conjunto CFESS/CRESS 2011 – 2014 “Combater a violência no enfrentamento da desigualdade social: toda violação de direitos é uma forma de violência”(CFESS, 2011, p.6; p.9). Todos os temas analisados e as propostas aprovadas no evento reafirmam a potencialidade coletiva e democrática do Conjunto CFESS/CRESS. Resistência e luta foram estratégias sinalizadas como mediações necessárias contra a hegemonia capitalista, expressa na exploração do trabalho, na violação

<p>1. Dar continuidade ao GT Trabalho e Formação Profissional, constituído pelo CFESS, um representante dos CRESS de cada Região, das direções nacionais da ABEPSS e da ENESSO e aprimorar o monitoramento da execução do Plano de Lutas em nível regional e nacional.</p> <p>2. Divulgar e implementar a Política Nacional de Educação Permanente.</p> <p>3. Aprofundar, em conjunto com a COFI e a ABEPSS, os estudos e debates no âmbito da saúde, acerca dos programas de residência multiprofissional e em Serviço Social destacando:</p> <p><b>1. os desafios e potencialidades da formação em serviço;</b>  <b>2.</b> o exercício da supervisão de estágio a estudantes de graduação por assistentes sociais residentes;  <b>3.</b> a sistematização de um documento que contemple: o histórico dos programas de residência, a articulação da proposta com o projeto de formação profissional, as experiências acumuladas no Brasil, a direção política para a residência em Serviço Social e multiprofissional, a ser apresentado até dezembro de 2012.</p> <p>4. Aprofundar, em conjunto com a COFI e a ABEPSS, os estudos e debates acerca do Serviço Social no PRO/PET Saúde.</p> <p>5. Publicar e enviar o documento “<i>Sobre a Incompatibilidade entre Graduação à Distância e Serviço Social</i>” para assistentes sociais e outros sujeitos sociais em co-financiamento pelo Conjunto CFESS/CRESS, sendo a publicação financiada pelo CFESS e o envio financiado pelos CRESS. Cada CRESS informará ao CFESS a quantidade desejada, até dezembro de 2012.</p> <p>6. Debater e elaborar documento, explicitando o posicionamento das entidades sobre os 20% da carga horária do curso presencial que pode, segundo a LDB, ser realizada à distância.</p> <p>7. Construir diálogo com a ABEPSS para viabilizar parâmetros quanto à carga horária e forma de avaliação do estágio curricular obrigatório, considerando a necessidade de apresentação de Declaração junto ao requerimento de inscrição, assim como os dispositivos postos nas Diretrizes Curriculares Nacionais e na Resolução CFESS n. 582/2010.</p> <p><b>AGENDA PERMANENTE:</b>  Propor parceria com as UFAs, objetivando abertura de campos de estágio de Serviço Social junto aos CRESS, conforme os parâmetros da Resolução CFESS, que regulamenta a supervisão direta de estágio da seguinte forma:</p> <p><b>1. no âmbito da fiscalização, discutindo nos fóruns das COFIs;</b>  <b>2. junto</b> aos/às demais profissionais de Serviço Social dos CRESS.</p> <p>Realizar articulação com ABEPSS e UFAs, recomendando a discussão do Código Processual de Ética na disciplina de Ética Profissional.</p>	<p>dos direitos e em todas as suas formas de opressão.</p> <p><b>2012:</b>  Este Encontro contou com 274 participantes, entre delegados/as, observadores/as e convidados/as, assim distribuídos/as: 189 delegados/as, sendo nove do CFESS, 180 dos CRESS (93 das direções dos CRESS e 87 assistentes sociais de base), além de 85 participantes entre observadores/as e convidados/as indicados/as pelos Conselhos Plenos dos CRESS e CFESS. De acordo com informações dos CRESS, tínhamos 121.234 assistentes sociais inscritos/as ativos/as nas datas das assembleias realizadas por todos os regionais. Merece destaque a</p>
---	--

<p>Compartilhar pesquisas, relatos de experiências produzidos e realizados pela categoria, como forma de divulgar os conhecimentos sobre matérias do Serviço Social.</p>	<p>deliberação das seguintes propostas: a aprovação das Diretrizes para a Gestão do Trabalho no Conjunto CFESS-CRESS, em que se definiu, dentre outras ações, a implementação da jornada de trabalho semanal de 30h sem redução salarial para os/as trabalhadores/as do Conjunto, a ser efetivada em um prazo de até dois anos; a finalização da Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS.</p>
<p>ITEM 1: Dar continuidade ao GT Trabalho e Formação Profissional, construído pelo CFESS, um representante dos CRESS de cada Região, das direções nacionais da ABEPSS e da ENESSO, e aprimorar o monitoramento da execução do Plano de Lutas em nível regional e nacional.</p> <p>ITEM 2: Debater e elaborar documento, explicitando o posicionamento das entidades (ABEPSS, CFESS e ENESSO) sobre os 20% da carga horária do curso presencial que pode, segundo LDB, ser realizada à distância.</p> <p>ITEM 3: Construir diálogo com a ABEPSS para viabilizar parâmetros quanto à carga horária e forma de avaliação do estágio curricular obrigatório, considerando a necessidade de apresentação de Declaração junto ao requerimento de inscrição, assim como os dispositivos postos nas Diretrizes Curriculares Nacionais e Resolução CFESS n. 582/2010.</p>	<p><b>2013</b> Este encontro contou com 307 participantes, entre delegados/as, observadores/as e convidados, assim distribuídos/as: 198 delegados/as, sendo 101 das direções do</p>

ITEM 4: Elaborar documento, em parceria com ABEPSS e ENESSO, explicitando as implicações dos bacharelados interdisciplinares no comprometimento da qualidade da formação profissional em Serviço Social, pautada nas Diretrizes curriculares aprovadas pela ABEPSS, em 1996. (remeter ao plano de lutas)

ITEM 5: Realizar estudos e debates sobre a criação de cursos de graduação em Serviço Social na rede educação profissional e tecnológica, considerando o curso IFCE como projeto piloto. (remeter ao plano de lutas)

ITEM 6: Reforçar o posicionamento da última plenária do ENPESS 2012, contrário ao mestrado profissional na área de Serviço Social.

AGENDA PERMANENTE:

1. Propor parceria com as UFAs, objetivando abertura de campos de estágio de Serviço Social junto aos CRESS, conforme parâmetros da Resolução CFESS, que regulamenta a supervisão direta de estágio da seguinte forma: 1- no âmbito da fiscalização, discutindo nos fóruns das COFIs; 2- junto aos/às demais profissionais de Serviço Social dos CRESS.
2. Realizar articulação com ABEPSS e UFAs, recomendando a discussão do Código Processual de Ética na disciplina de Ética Profissional.
3. Fortalecer os Fóruns de Supervisão, com vistas ao estreitamento das relações entre os CRESS, ABEPSS, UFAs e as instituições de campo de estágio, socializando informações entre os CRESS, ENESSO e o CFESS, no sentido de garantir visibilidade às ações desenvolvidas.

Conjunto CFESS-CRESS e 97 assistentes sociais de base, além de 109 participantes, entre observadores/as e convidados/as indicados pelos Conselhos Plenos dos CRESS e do CFESS. De acordo com informações dos CRESS, tínhamos 135.545 assistentes sociais inscritos/as ativos/as nas datas das assembleias realizadas por todos os regionais. Em relação à formação profissional, houve a apresentação do documento sobre incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social – volume II e a continuidade do GT Trabalho e Formação, com objetivo de fortalecer o Plano de Lutas em defesa do trabalho e



	da formação contra a precarização do ensino superior.
<p><b>ITEM 1:</b> dar continuidade e fortalecer ao GT Trabalho e Formação Profissional, constituído pelo CFESS, por até 2 CRESS por região, pelas direções nacionais da ABEPSS e pela ENESSO, e aprimorar o monitoramento da execução do Plano de Lutas em nível regional e nacional.</p> <p><b>ITEM 2:</b> Debater e elaborar documento, explicitando o posicionamento das entidades (ABEPSS, CFESS E ENESSO) sobre os 20% da carga horária do curso presencial que pode, segundo a LDB, ser realizada à distância. <b>Encaminhar ao Plano de Lutas</b></p> <p><b>ITEM 3:</b> Fortalecer o diálogo com a ABEPSS para garantir os parâmetros quanto à carga horária de estágio curricular obrigatório, considerando a necessidade de apresentação de Declaração junto ao requerimento de inscrição, assim como os dispositivos postos nas Diretrizes Curriculares Nacionais e nas Resoluções CFESS n. 533/2008 e 582/2010.</p> <p><b>Encaminhar ao Plano de Lutas, no item Fiscalização do Exercício Profissional na Formação</b></p> <p><b>ITEM 4:</b> Elaborar documento, em parceria com ABEPSS e ENESSO, explicitando as implicações dos bacharelados interdisciplinares no comprometimento da qualidade da formação profissional em Serviço Social, pautada nas Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS, em 1996. <b>Encaminhar ao Plano de Lutas</b></p> <p><b>ITEM 5:</b> Realizar estudos e debates sobre a criação de cursos de graduação em Serviço Social na rede de educação profissional e tecnológica, considerando o curso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE como projeto piloto, articulando o debate com o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) e Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE). <b>Encaminhar para Plano de Lutas.</b></p> <p><b>ITEM 6:</b> Socializar junto à categoria o posicionamento da última plenária do ENPESS (2012), contrário ao mestrado profissional na área de Serviço Social. <b>Encaminhar para o Plano de Lutas.</b></p> <p><b>ITEM 7:</b> Discutir articuladamente com a ABEPSS a residência multiprofissional e técnica, construindo posicionamento. <b>Encaminhar ao Plano de Lutas.</b></p> <p><b>ITEM 8:</b> Realizar aproximações junto às/aos residentes multiprofissionais da área da saúde, aprimorandos/as, preceptores/as e unidades de formação, com vistas a aprofundar o debate sobre o trabalho profissional nestas modalidades.</p> <p><b>ITEM 9:</b> Problematizar a supervisão acadêmica e de campo quando realizadas por um mesmo profissional. <b>Encaminhar para Plano de Lutas</b></p> <p><b>AGENDA PERMANENTE:</b> Fortalecer a articulação com ABEPSS, ENESSO e Unidades de Formação Acadêmica - UFAs, recomendando a discussão do Código Processual de Ética, bem como as Resoluções do conjunto e o papel político do conjunto ao longo da formação profissional.</p>	<p><b>2014</b></p> <p>A construção coletiva por parte da categoria de assistentes sociais se expressa neste Encontro, instância máxima de deliberação, na participação de: 206 Delegados/as, sendo 9 do CFESS, 197 dos CRESS (104 das direções dos CRESS e 93 assistentes sociais de base); 28 assistentes sociais observadores/as eleitos/as nas assembleias dos regionais que precederam o Encontro Nacional; e 59 convidados/as indicados/as pelos Conselhos Plenos dos CRESS e CFESS, além de 8 palestrantes. Ao todo, tivemos 301 participantes, os/as</p>

## EIXO DE AÇÕES RELATIVAS À POLÍTICA NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO

AÇÕES	ATIVIDADES	RESPONSABILIDADE	PRAZO	
1. Fiscalização do exercício profissional na formação	<p>1. Dar continuidade ao processo de sistematização dos dados da fiscalização que se relacionam com os cursos de graduação à distância e presencial em Serviço Social, com destaque para o efetivo cumprimento da Lei que Regulamenta a Profissão (8.662/1993), Resolução CFESS nº 533/2008 e implementação das diretrizes curriculares.</p> <p>2. Sistematizar as informações enviadas pelos CRESS para subsidiar ações políticas e jurídicas e debater nas nossas atividades</p> <p>3. Defender nos Conselhos e Fóruns de Políticas Públicas manifestações em defesa da graduação pública, gratuita, universal, laica, presencial e de qualidade e contrários aos cursos de graduação à distância.</p> <p>4. Apresentar nas conferências nacionais, distritais, estaduais e municipais de políticas públicas moções com posicionamento em defesa da graduação pública, gratuita, laica, presencial e de qualidade.</p> <p>5. <b>Fortalecer o diálogo com a ABEPSS para garantir os parâmetros quanto à carga horária de estágio curricular obrigatório, considerando a necessidade de apresentação de Declaração junto ao requerimento de inscrição, assim como os dispositivos postos nas Diretrizes Curriculares Nacionais e nas Resoluções CFESS n. 533/2008 e 582/2010.</b></p>	<p>1. CRESS em articulação com as Diretorias Regionais da ABEPSS</p> <p>2. CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO</p> <p>3. CFESS/CRESS e ABEPSS</p> <p>4. CFESS/CRESS e ABEPSS e ENESSO</p> <p>5. inserido no respectivo ano</p>	<p>1. permanente – com envio constante de informações ao CFESS</p> <p>2. Permanente p/ atualização de dados das entidades</p> <p>3. Permanente</p> <p>4. Na ocasião das conferências</p> <p>5. inserido no respectivo ano</p>	<p>quais representavam <b>149.029</b> assistentes sociais inscritos/as ativos/as nas datas das assembleias que foram realizadas por todos os regionais. Na plenária final foram aprovadas 113 deliberações, distribuídas da seguinte forma: ética e direitos humanos - 27; seguridade social - 24; formação profissional - 9; relações internacionais - 4; comunicação - 14; fiscalização profissional – 15 administrativo-financeiro - 20. A seguir indicamos algumas deliberações por eixo, objeto de monitoramento no próximo Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS. (CFESS, 2014, p.8).</p>

<p>2. Acompanhamento da implementação das Resoluções CFESS que regulamentam a supervisão direta de estágio e a Política Nacional do Estágio da ABEPSS</p>	<p>1. Manter a realização de debates sobre as resoluções 533/08, 582/10, 568/10, que regulamentam a supervisão direta de estágio e a Política Nacional de Estágio da ABEPSS, envolvendo as vice-presidentes regionais da ABEPSS, instituições de ensino, os CRESS ,agentes fiscais/ COFIs, das comissões de formação e demais conselheiros/as, de acordo com as possibilidades e particularidades dos CRESS.</p> <p>2.Intensificar o debate sobre as Resoluções e a PNE nos Fóruns de Supervisão.</p> <p>3.Realizar encontro do Fórum Nacional de Supervisão de Estágio, na ocasião da Oficina Nacional de Graduação e Pós-Graduação da ABEPSS.</p> <p>4.<b>Problematizar a supervisão acadêmica e de campo quando realizadas por um mesmo profissional.</b></p>	<p>1.Diretorias Regionais da ABEPSS com participação dos CRESS</p> <p>2.ABEPSS</p> <p>3.ABEPSS</p> <p>4.Inserida no respectivo ano</p>	<p>1.Permanente</p> <p>2.Permanente</p> <p>3.Bianual</p> <p>4.Inserida no respectivo ano</p>	<p>Este ano houve mudança na forma de organizar as deliberações e as bandeiras de lutas. A cada triênio das gestões do conjunto CFESS-CRESS, o primeiro ano elabora propostas de ações dentro dos eixos temáticos, o segundo ano monitora ações a fim de verificar a forma como estas vem se desenvolvendo e o terceiro avalia as ações, no intuito de melhor efetivar as gestões do conjunto e reestruturar estratégias para alcançar as deliberações da categoria.</p>
---	--	--	--	--

#### EIXO DE AÇÕES DE ESTUDOS E PESQUISAS

AÇÕES	ATIVIDADES	RESPONSABILIDADE	PRAZO
<p>Problematizar a supervisão acadêmica e de campo quando realizadas por um mesmo profissional.</p>	<p>Dar continuidade ao projeto ABEPSS Itinerante em articulação com as entidades.</p>	<p>ABEPSS com apoio do CFESS/ CRESS</p>	<p>2013-2014</p>
<p>Avaliação da implementação Política Nacional de Estágio</p>	<p>Realizar pesquisa sobre o processo de implementação da PNE nas UFAs</p>	<p>ABEPSS</p>	<p>Permanente</p>

Avaliação das Condições de Trabalho docente e da formação profissional	<p>1.Realizar Pesquisa sobre as condições de trabalho docente nas UFAS.</p> <p>2.Realizar estudos e debates sobre a criação de cursos de graduação em Serviço Social na rede de educação profissional e tecnológica considerando o curso do IFCE como projeto piloto.</p> <p>3.NR- Realizar estudos e debates sobre a criação de cursos de graduação em Serviço Social na rede de educação profissional e tecnológica, considerando o curso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE como projeto piloto, articulando o debate com o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) e Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica(SINASEFE).</p> <p>3.Discutir articuladamente com a ABEPSS a residência multiprofissional e técnica, construindo posicionamento.</p>	ABEPSS	2014	
		3.anexado ao plano no respectivo ano	3.anexado ao plano no respectivo ano	

#### EIXO DE AÇÕES DE ARTICULAÇÃO COM ENTIDADES, MOVIMENTOS SOCIAIS E CONSELHOS

AÇÃO	ATIVIDADES	RESPONSABILIDADE	PRAZO
Estímulo à abertura de curso de Serviço Social presencial nas IES públicas.	<p>1.Manter atualizado o levantamento das instituições públicas de ensino superior que não dispõem de curso de Serviço Social.</p> <p>2.Realizar visitas às instituições públicas de ensino que não possuem cursos, para estimular sua abertura</p> <p>3.Defender nos Conselhos e Fóruns de Políticas Públicas manifestações de apoio à abertura de cursos presenciais nas instituições públicas.</p>	<p>1.ABEPSS</p> <p>2.Diretorias Regionais da ABEPSS e CRESS</p> <p>3.CFESS/CRESS e ABEPSS</p>	<p>1.Permanente</p> <p>2.Permanente</p> <p>3.Permanente</p>

	4. Apresentar nas conferências nacionais, estaduais e municipais de políticas públicas moções em defesa da abertura de cursos de Serviço Social nas instituições de ensino superior públicas.	4. CFESS/CRESS e ABEPSS	4. Na ocasião das conferências
Articulação entre os CRESS, UFAs e ABEPSS	<p>1. Estimular/manter a articulação dos CRESS com ABEPSS e os Fóruns de Supervisão.</p> <p>2. Fomentar o debate das Resoluções do CFESS referentes ao exercício profissional com as UFAs, na perspectiva que seus conteúdos seja incorporados nas disciplinas dos cursos.</p> <p><b>3. Debater e elaborar documento, explicitando o posicionamento das entidades (ABEPSS, CFESS E ENESSO) sobre os 20% da carga horária do curso presencial que pode, segundo a LDB, ser realizada à distância.</b></p> <p><b>4. Elaborar documento, em parceria com ABEPSS e ENESSO, explicitando as implicações dos bacharelados interdisciplinares no comprometimento da qualidade da formação profissional em Serviço Social, pautada nas Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS, em 1996.</b></p>	<p>1. CRESS e Diretorias Regionais da ABEPSS</p> <p>2. CRESS e Diretorias Regionais da ABEPSS</p> <p>3 e 4 foram implementadas no respectivo ano</p>	<p>1. Permanente</p> <p>2. Permanente</p> <p>3 e 4 foram implementadas no respectivo ano</p>
Articulação com Movimentos Sociais e Conselhos Profissionais	<p>1. Manter a articulação com a direção do ANDES no sentido de fortalecer a luta em defesa da educação pública, gratuita, laica, presencial e de qualidade.</p> <p>2. Conhecer experiências de áreas que mantêm posição contrária à expansão do EAD.</p> <p>3. Fomentar ações conjuntas entre os CRESS e outros Conselhos Profissionais.</p>	<p>1. ABEPSS E CFESS</p> <p>2. CFESS</p> <p>3. CRESS</p>	<p>1. ação realizada</p> <p>2. 2015</p> <p>3. Permanente</p>

	4. Estabelecer articulação com movimentos sociais, sindicatos e outros sujeitos coletivos que se apresentam na luta em defesa da educação pública, gratuita, laica, presencial e de qualidade (Fóruns Distrital, Estaduais/Nacional em Defesa da Educação Pública, etc).	4.CRESS e ABEPSS	4.Permanente
Eventos	Realizar eventos, voltados para a avaliação da precarização do ensino de graduação em Serviço Social nas modalidades presencial, semi-presencial e à distância, bem como das repercussões futuras para a profissão, em parceria com a ABEPSS e ENESSO.	CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO	Permanente

#### EIXO DE AÇÕES DE COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

AÇÃO	ATIVIDADE	RESPONSABILIDADE	PRAZO
Divulgação de posicionamento das entidades sobre EAD	<p>1.Elaborar e publicar notas e documentos</p> <p>2.Publicar a nota em jornais locais pelos CRESS.</p> <p>3.Divulgação nas páginas das entidades, distribuição na Semana do/a Assistente Social, envio por e-mail e utilização das redes sociais.</p> <p>4.Atualizar e divulgar amplamente o documento “Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social” vinculado à campanha nacional em defesa da formação com qualidade em Serviço Social.</p> <p><b>5.Socializar junto à categoria o posicionamento da última plenária do ENPESS (2012), contrário ao mestrado profissional na área de Serviço Social.</b></p>	<p>1.GT</p> <p>2.CRESS</p> <p>3.CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO</p> <p>4.CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO</p> <p>5.anexado no respectivo ano</p>	<p>1.Permanente</p> <p>2. Permanente</p> <p>3. Permanente</p> <p>4.2013</p> <p>5.anexado no respectivo ano</p>
Divulgação de posicionamento	Publicizar o posicionamento das entidades sobre o processo de mercantilização e precarização do ensino de graduação presencial.	CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO	Permanente

Entidades sobre Graduação Presencial.			
<b>EIXO DE AÇÕES JUNTO AO MEC</b>			
<b>AÇÕES</b>	<b>ATIVIDADES</b>	<b>RESPONSABILIDADE</b>	<b>PRAZO</b>
Ações junto ao MEC	<p>1. Enviar documento ao MEC com resultado do levantamento dos cursos de graduação à distância efetuado pelos CRESS e Diretorias Regionais de ABEPSS, pressionando para que cumpra suas atribuições de avaliação para autorização e credenciamento de cursos em unidades de ensino presenciais e à distância.</p> <p>2. Incorporar no debate do GT a questão da avaliação pelo MEC dos cursos de Serviço Social</p> <p>3. Realizar reunião com MEC/INEP para propor a realização de uma reunião com os representantes das UFAS e MEC para discutir o processo de avaliação dos cursos.</p> <p>4. Propor reunião com o CNE para regulamentação da Política Nacional de Estágio.</p>	<p>1. CFESS e ABEPSS</p> <p>2. ABEPSS e CFESS-CRESS</p> <p>3. ABEPSS</p> <p>4. ABEPSS</p>	<p>1. Durante o ano de 2013</p> <p>2. Durante o ano de 2013</p> <p>3. Abril de 2013</p> <p>4. Maio de 2013</p>
<b>EIXO DE AÇÕES JUNTO AO PODER LEGISLATIVO</b>			
<b>AÇÕES</b>	<b>ATIVIDADES</b>	<b>RESPONSABILIDADE</b>	<b>PRAZO</b>
Realização de Audiências Públicas	1. Solicitar à Comissão de Educação da Câmara e Senado a realização de audiência pública em defesa da formação de qualidade e contra a graduação à distância.	1. CFESS e ABEPSS	1. Durante o ano de 2013

	<p>2. Buscar articulação com parlamentares da Comissão de Educação da Câmara e Senado, na perspectiva de pressionar o MEC para cumprir suas atribuições de garantir qualidade na formação.</p> <p>3. Articular a realização de audiências públicas nas Assembleias Legislativas em defesa da formação de qualidade e contra a precarização do ensino (em especial a graduação à distância).</p>	<p>2. CFESS e ABEPSS</p> <p>3. CRESS e Diretorias Regionais da ABEPSS</p>	<p>2. Durante o ano de 2013</p> <p>3. Durante o ano de 2013</p>	
<b>EIXO DE AÇÕES JURÍDICAS</b>				
<b>AÇÕES</b>	<b>ATIVIDADE</b>	<b>RESPONSABILIDADE</b>	<b>PRAZO</b>	
Ação Judicial	<p>1. Acionar judicialmente o MEC pelo não cumprimento das notificações e representações já realizadas.</p> <p>2. Avaliar a utilização de mecanismos jurídicos para fortalecer a fiscalização em relação ao não cumprimento dos requisitos legais pelas instituições de ensino superior, na perspectiva de apresentar elementos concretos às instâncias competentes, visando suspender a oferta de tais cursos por instituições que não cumprem tais requisitos.</p>	<p>1. CFESS</p> <p>2. CFESS</p>	<p>1. Permanente</p> <p>2. Permanente</p>	
<p><b>Obs.: Os itens que estão em negrito foram inseridos no 43º Encontro Nacional (2014). Os prazos serão redefinidos em reunião do GT Trabalho e Formação.</b></p>				
<p><b>FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL</b> Dar continuidade e fortalecer ao GT Trabalho e Formação Profissional, constituído pelo CFESS, por até 2 CRESS por região, pelas direções nacionais da ABEPSS e pela ENESSO, e aprimorar o monitoramento da execução do Plano de Lutas em nível regional e nacional. (RESPONSABILIDADE DO CONJUNTO CFESS-CRESS)</p>				<p><b>2015</b> O 44º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS contou com a participação de todos os CRESS e um</p>



As deliberações que constavam no eixo da formação profissional em 2014 foram todas incorporadas ao Plano de Lutas, que segue abaixo.

Na última reunião do GT Trabalho e Formação, realizada em 4 de setembro/15, antecedendo o Encontro Nacional, definiu-se pela necessidade de revisão do Plano de Lutas, no que se refere a sua estrutura. Eventuais necessidades de alteração de conteúdo, deverão ser discutidas nos espaços deliberativos das entidades, ou seja, no âmbito do Conjunto CFESS/ CRESS, da ABEPSS e da ENESSO. Esse encaminhamento terá andamento na próxima reunião do GT, proposta para novembro/15, no mesmo período da Oficina Nacional da ABEPSS, a realizar-se no Rio de Janeiro.

### **PLANO DE LUTAS EM DEFESA DO TRABALHO E DA FORMAÇÃO E CONTRA A PRECARIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**

#### **EIXO DE AÇÕES RELATIVAS À POLÍTICA NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO**

<b>AÇÕES</b>	<b>ATIVIDADES</b>	<b>RESPONSABILIDADE</b>	<b>PRAZO</b>
1.Fiscalização do exercício profissional na formação	<p>1. Dar continuidade ao processo de sistematização dos dados da fiscalização que se relacionam com os cursos de graduação à distância e presencial em Serviço Social, com destaque para o efetivo cumprimento da Lei que Regulamenta a Profissão (8.662/1993), Resolução CFESS nº 533/2008 e implementação das diretrizes curriculares.</p> <p>2.Sistematizar as informações enviadas pelos CRESS para subsidiar ações políticas e jurídicas e debater nas nossas atividades</p> <p>3.Defender nos Conselhos e Fóruns de Políticas Públicas manifestações em defesa da graduação pública, gratuita, universal, laica, presencial e de qualidade e contrários aos cursos de graduação à distância.</p>	<p>1.CRESS em articulação com as Diretorias Regionais da ABEPSS</p> <p>2.CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO</p> <p>3.CFESS/CRESS e ABEPSS</p>	<p>1. Permanente – com envio constante de informações ao CFESS</p> <p>2.Permanente p/ atualização de dados das entidades</p> <p>3.Permanente</p>

total de **337** participantes. Foram **204** delegados/as, sendo **108** da direção do Conjunto CFESS-CRESS e **96** da base da categoria, eleitos/as nas assembleias dos CRESS, considerando-se o número total de inscritos/as e ativos/as até junho/agosto de 2015 (**161.023**). Além disso, tivemos a participação de 51 observadores/as e 133 convidados/as indicados/as pelos Conselhos Plenos dos CRESS e CFESS. Os sete grupos temáticos de discussão, organizados segundo a estruturação das comissões de trabalho do Conjunto CFESS-CRESS (ética e direitos humanos, seguridade social, formação profissional

	<p>4. Apresentar nas conferências nacionais, distritais, estaduais e municipais de políticas públicas moções com posicionamento em defesa da graduação pública, gratuita, laica, presencial e de qualidade.</p> <p><del>5. Fortalecer o diálogo com a ABEPSS para garantir os parâmetros quanto à carga horária de estágio curricular obrigatório, considerando a necessidade de apresentação de Declaração junto ao requerimento de inscrição, assim como os dispositivos postos nas Diretrizes Curriculares Nacionais e nas Resoluções CFESS n. 533/2008 e 582/2010.</del></p>	<p>4. CFESS/CRESS e ABEPSS e ENESSO</p> <p>5. Não Consta nas deliberações de 2015</p>	<p>4. Na ocasião das conferências</p> <p>5. Não consta nas deliberações de 2015</p>	<p>e relações internacionais, comunicação, fiscalização profissional e administrativo-financeiro) debateram os resultados do monitoramento que indicava dois tipos de apreciação: 1) das deliberações que precisariam ser novamente aprovadas, a exemplo da recondução de grupos de trabalho (GT) e outros assuntos de natureza administrativo-financeira; 2) das deliberações com baixo <i>status</i> de implementação, que possibilitou dar centralidade às dificuldades enfrentadas no interior do Conjunto, para fazer cumprir a agenda e, ao mesmo tempo, indicar</p>
<p>2. Acompanhamento da implementação das Resoluções CFESS que regulamentam a supervisão direta de estágio e a Política Nacional do Estágio da ABEPSS</p>	<p>1. Manter a realização de debates sobre as resoluções 533/08, 582/10, 568/10, que regulamentam a supervisão direta de estágio e a Política Nacional de Estágio da ABEPSS, envolvendo as vice-presidentes regionais da ABEPSS, instituições de ensino, os CRESS ,agentes fiscais/ COFIs, das comissões de formação e demais conselheiros/as, de acordo com as possibilidades e particularidades dos CRESS.</p> <p>2. Intensificar o debate sobre as Resoluções e a PNE nos Fóruns de Supervisão.</p> <p>3. Realizar encontro do Fórum Nacional de Supervisão de Estágio, na ocasião da Oficina Nacional de Graduação e Pós-Graduação da ABEPSS.</p> <p><b>4. Problematizar a supervisão acadêmica e de campo quando realizadas por um mesmo profissional.</b></p>	<p>1. Diretorias Regionais da ABEPSS com participação dos CRESS</p> <p>2. ABEPSS</p> <p>3. ABEPSS</p> <p>4. Foi mantido no respectivo ano</p>	<p>1. Permanente</p> <p>2. Permanente</p> <p>3. Bianaual</p> <p>4. Mantido no respectivo ano</p>	

**EIXO DE AÇÕES DE ESTUDOS E PESQUISAS**

<b>AÇÕES</b>	<b>ATIVIDADES</b>	<b>RESPONSABILIDADE</b>	<b>PRAZO</b>
<p><del>Problematizar a supervisão acadêmica e de campo quando realizadas por um mesmo profissional.</del> Substituído por: Implementação da Política Nacional de Educação Permanente (PNEP)</p>	<p>Dar continuidade ao projeto ABEPSS Itinerante em articulação com as entidades.</p>	<p>ABEPSS com apoio do CFESS/ CRESS</p>	<p>2013-2014</p>
<p>Avaliação da implementação da Política Nacional de Estágio</p>	<p><del>Realizar pesquisa sobre o processo de implementação da PNE nas UFAs</del> Substituído por: Monitorar o processo de implementação da PNE nas UFAs.</p>	<p>ABEPSS</p>	<p>Permanente</p>
<p>Avaliação das Condições de Trabalho docente e da formação profissional</p>	<p>1.Realizar Pesquisa sobre as condições de trabalho docente nas UFAs. 2.<del>Realizar estudos e debates sobre a criação de cursos de graduação em Serviço Social na rede de educação profissional e tecnológica considerando o curso do IFCE como projeto piloto.</del> Substituído por: Realizar estudos e debates sobre a criação de cursos de graduação em Serviço Social na rede de educação profissional e tecnológica, considerando o curso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE como projeto piloto, articulando o debate com o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) e Sindicato Nacional dos Servidores</p>	<p>1.ABEPSS  2.ABEPSS</p>	<p>1.2014  2.2015</p>

possíveis reformulações de texto que apontassem estratégias coletivas para a superação destas dificuldades.

	<p>Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE).</p> <p><del>3. Discutir articuladamente com a ABEPSS a residência multiprofissional e técnica, construindo posicionamento.</del> Substituído por: Discutir Residência multiprofissional e técnica, construindo posicionamento.</p> <p>4. Realizar aproximações junto às/aos residentes multiprofissionais da área da saúde, aprimorandos/as, preceptores/as e unidades de formação, com vistas a aprofundar o debate sobre o trabalho profissional nestas modalidades.</p> <p>5. Mapeamento dos fóruns de supervisão de estágio estaduais, locais, de escolas e fomentar os espaços de socialização sobre os debates ocorridos na ABEPSS Itinerante para construção de um documento nacional da experiência dos estudantes nesse espaço, a ser publicado na próxima edição do Jornal Intenção de Ruptura.</p>	<p>3. efetivado ao plano no respectivo ano</p> <p>4. CRESS</p> <p>5. ENESSO</p>	<p>3. efetivado ao plano no respectivo ano</p> <p>4. Sem prazo definido</p> <p>5. Sem prazo definido</p>	
--	--	---	--	--

#### EIXO DE AÇÕES DE ARTICULAÇÃO COM ENTIDADES, MOVIMENTOS SOCIAIS E CONSELHOS

AÇÃO	ATIVIDADES	RESPONSABILIDADE	PRAZO
Estímulo à abertura de curso de Serviço Social presencial nas IES públicas.	<del>1. Manter atualizado o levantamento das instituições públicas de ensino superior que não dispõem de curso de Serviço Social.</del>	1. ABEPSS	1. Permanente

	<p>Substituído por: Manter atualizado o levantamento das instituições públicas de ensino superior que não dispõem de curso de Serviço Social, identificando aquelas onde já existem processos de articulação e projetos de expansão.</p> <p><del>2.Realizar visitas às instituições públicas de ensino que não possuem cursos, para estimular sua abertura</del> Substituído por: Realizar visitas às instituições públicas de ensino que não possuem cursos, a partir do mapeamento realizado, para estimular sua abertura.</p> <p>3.Defender nos Conselhos e Fóruns de Políticas Públicas manifestações de apoio à abertura de cursos presenciais nas instituições públicas.</p> <p>4.Apresentar nas conferências nacionais, estaduais e municipais de políticas públicas moções em defesa da abertura de cursos de Serviço Social nas instituições de ensino superior públicas.</p>	<p>2.Diretorias Regionais da ABEPSS e CRESS</p> <p>3.CFESS/CRESS ABEPSS e</p> <p>4.CFESS/CRESS ABEPSS e</p>	<p>2.Permanente</p> <p>3.Permanente</p> <p>4.Na ocasião das conferências</p>	
Articulação entre os CRESS, UFAs e ABEPSS	<p>1.Estimular/manter a articulação dos CRESS com ABEPSS e os Fóruns de Supervisão.</p> <p>2.Fomentar o debate das Resoluções do CFESS referentes ao exercício profissional com as UFAs, na perspectiva que seus conteúdos seja incorporados nas disciplinas dos cursos.</p> <p>3.Debater e elaborar documento, explicitando o posicionamento das entidades (ABEPSS, CFESS E ENESSO) sobre os 20% da carga horária do curso</p>	<p>1.CRESS e Diretorias Regionais da ABEPSS</p> <p>2.CRESS e Diretorias Regionais da ABEPSS</p>	<p>1.Permanente</p> <p>2.Permanente</p>	

	<p>presencial que pode, segundo a LDB, ser realizada à distância.</p> <p>4.Elaborar documento, em parceria com ABEPSS e ENESSO, explicitando as implicações dos bacharelados interdisciplinares no comprometimento da qualidade da formação profissional em Serviço Social, pautada nas Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS, em 1996.</p>	3 e 4 foram efetivadas no respectivo ano	3 e 4 não constam prazo no respectivo ano	
Articulação com Movimentos Sociais e Conselhos profissionais	<p>1.Manter a articulação com a direção do ANDES no sentido de fortalecer a luta em defesa da educação pública, gratuita, laica, presencial e de qualidade.</p> <p>2.Conhecer experiências de áreas que mantém posição contrária à expansão do EAD.</p> <p><del>3.Fomentar ações conjuntas entre os CRESS e outros Conselhos Profissionais.(removida)</del></p> <p>3. Estabelecer articulação com movimentos sociais, sindicatos e outros sujeitos coletivos que se apresentam na luta em defesa da educação pública, gratuita, laica, presencial e de qualidade (Fóruns Distrital, Estaduais/Nacional em Defesa da Educação Pública, etc).</p>	<p>1.ABEPSS E CFESS</p> <p>2.CFESS</p> <p>3.CRESS (removido)</p> <p>3.CRESS e ABEPSS</p>	<p>1.ação realizada</p> <p>2.2015</p> <p>3.Permanente (removido)</p> <p>3.Permanente</p>	
Eventos	Realizar eventos, voltados para a avaliação da precarização do ensino de graduação em Serviço Social nas modalidades presencial, semi-presencial e à distância, bem como das repercussões futuras para a profissão, em parceria com a ABEPSS e ENESSO.	CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO	Permanente	
<b>EIXO DE AÇÕES DE COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO</b>				

<b>AÇÃO</b>	<b>ATIVIDADE</b>	<b>RESPONSABILIDADE</b>	<b>PRAZO</b>
Divulgação de posicionamento das entidades sobre EAD	<p>1.Elaborar e publicar notas e documentos</p> <p>2.Publicar a nota em jornais locais pelos CRESS.</p> <p>3.Divulgação nas páginas das entidades, distribuição na Semana do/a Assistente Social, envio por e-mail e utilização das redes sociais.</p> <p>4.Atualizar e divulgar amplamente o documento “Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social” vinculado à campanha nacional em defesa da formação com qualidade em Serviço Social.</p> <p>5.Socializar junto à categoria o posicionamento da última plenária do ENPESS (2012), contrário ao mestrado profissional na área de Serviço Social.</p>	<p>1.GT</p> <p>2.CRESS</p> <p>3.CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO</p> <p>4.CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO</p> <p>5.efetivado no respectivo ano</p>	<p>1.Permanente</p> <p>2. Permanente</p> <p>3. Permanente</p> <p>4.2013</p> <p>5.efetivado no respectivo ano</p>
Divulgação de posicionamento das Entidades sobre Graduação Presencial.	Publicizar o posicionamento das entidades sobre o processo de mercantilização e precarização do ensino de graduação presencial.	CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO	Permanente
<b>EIXO DE AÇÕES JUNTO AO MEC</b>			
<b>AÇÕES</b>	<b>ATIVIDADES</b>	<b>RESPONSABILIDADE</b>	<b>PRAZO</b>
Ações junto ao MEC	1.Envia documento ao MEC com resultado do levantamento dos cursos de graduação à distância efetuado pelos CRESS e Diretorias Regionais de ABEPSS, pressionando para que cumpra suas atribuições de avaliação para autorização e credenciamento de cursos em unidades de ensino presenciais e à distância.	1. CFESS e ABEPSS	1.Durante o ano de 2013

	<p>2. Incorporar no debate do GT a questão da avaliação pelo MEC dos cursos de Serviço Social</p> <p>3. Realizar reunião com MEC/INEP para propor a realização de uma reunião com os representantes das UFAS e MEC para discutir o processo de avaliação dos cursos.</p> <p>4. Propor reunião com o CNE para regulamentação da Política Nacional de Estágio.</p>	<p>2. ABEPSS e CFESS-CRESS</p> <p>3. ABEPSS</p> <p>4. ABEPSS</p>	<p>2. Durante o ano de 2013</p> <p>3. Abril de 2013</p> <p>4. Maio de 2013</p>
--	--	--	--

#### **EIXO DE AÇÕES JUNTO AO PODER LEGISLATIVO**

<b>AÇÕES</b>	<b>ATIVIDADES</b>	<b>RESPONSABILIDADE</b>	<b>PRAZO</b>
Realização de Audiências Públicas	1. Solicitar à Comissão de Educação da Câmara e Senado a realização de audiência pública em defesa da formação de qualidade e contra a graduação à distância.	1. CFESS e ABEPSS	1. Durante o ano de 2013
	2. Buscar articulação com parlamentares da Comissão de Educação da Câmara e Senado, na perspectiva de pressionar o MEC para cumprir suas atribuições de garantir qualidade na formação.	2. CFESS e ABEPSS	2. Durante o ano de 2013
	3. Articular a realização de audiências públicas nas Assembleias Legislativas em defesa da formação de qualidade e contra a precarização do ensino (em especial a graduação à distância).	3. CRESS e Diretorias Regionais da ABEPSS	3. Durante o ano de 2013

#### **EIXO DE AÇÕES JURÍDICAS**



AÇÕES	ATIVIDADE	RESPONSABILIDADE	PRAZO
Ação Judicial	<p>1.Acionar judicialmente o MEC pelo não cumprimento das notificações e representações já realizadas.</p> <p>2.Avaliar a utilização de mecanismos jurídicos para fortalecer a fiscalização em relação ao não cumprimento dos requisitos legais pelas instituições de ensino superior, na perspectiva de apresentar elementos concretos às instâncias competentes, visando suspender a oferta de tais cursos por instituições que não cumprem tais requisitos.</p>	<p>1.CFESS</p> <p>2.CFESS</p>	<p>1.Permanente</p> <p>2.Permanente</p>
<b>Versão após o 44º Encontro Nacional CFESS/ CRESS – setembro/15</b>			
<b>OBSERVAÇÃO EM RELAÇÃO AO ENCONTRO DE AVALIAÇÃO DA METODOLOGIA INCORPORADA NO TRIENIO 2013-2016:</b>			
<p>Os seis grupos temáticos de discussão, organizados segundo a estruturação das comissões de trabalho do Conjunto CFESS-CRESS (ética e direitos humanos, seguridade social, formação profissional/relações internacionais, comunicação, fiscalização profissional e administrativo-financeiro), debateram os resultados da avaliação sistematizados preliminarmente no “Documento preparatório para o 45º Encontro Nacional CFESS-CRESS: etapa de avaliação”. Além de aprovar as atualizações de conteúdo próprias das deliberações que precisariam ser novamente aprovadas na plenária final – a exemplo da recondução de GTs e outros assuntos de natureza administrativo-financeira – os grupos debateram os percentuais de cumprimento das deliberações em cada eixo, as dificuldades envolvidas na implementação das deliberações com baixo status de implementação e as prioridades a serem indicadas para o próximo triênio. Como poderá ser visto no interior deste relatório, identificamos algumas das dificuldades mais centrais de ordem nacional, que impactam o cumprimento dessa extensa e complexa agenda coletiva que teve cumpridas cerca de 30% de suas 117 deliberações, tendo ainda em andamento, até o final das gestões, aproximadamente 53% delas. Esse resultado é indicativo de que temos na direção de nossas entidades um grupo político que, na sua diversidade regional, não tem “nada a temer” e dedica “mentes e corações” para manter esse espaço como um foco de resistência e luta diária. Mas o Encontro de Cuiabá não realizou somente a tarefa de avaliar as deliberações. Também aprovou três documentos importantes para demandas históricas do Conjunto. O primeiro foram as “Diretrizes para Interiorização de Ações Políticas dos CRESS”, aprovado na plenária final que passou a compor o conjunto das deliberações cumpridas neste triênio. Os outros dois contaram com aprovação em plenárias específicas, conduzidas por membros dos GTs que elaboraram as minutas apreciadas: a Política Nacional de Enfrentamento à Inadimplência no Conjunto CFESS-CRESS e os novos Instrumentais da Política Nacional de Fiscalização (PNF). Sobre este último, cabe destacar que sua aprovação ocorreu em caráter experimental, condicionada à realização de uma avaliação de sua aplicabilidade, que anteceda o próximo</p>			<p><b>2016:</b> O 45º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS contou com o total de 309 participantes, sendo 200 delegadas/os, 77 convidadas/os e 32 observadoras/es. Dentre as/os delegadas/os, 106 representaram as direções (9 do CFESS e 97 dos CRESS) e 94 representaram a base da categoria, eleitas/os em</p>

Encontro Nacional, quando voltaremos a submetê-lo à apreciação com as devidas alterações na resolução da PNF, decorrentes dessas mudanças. Na plenária final, aprovou-se o resultado da avaliação indicado pelos grupos de discussão; as prioridades e recomendações de cada eixo que servirão de subsídio às próximas gestões do Conjunto no seu planejamento em 2017; assim como votou-se a composição da Comissão Nacional Eleitoral, que acompanhará as eleições para o triênio 2017-2020 e ainda a composição de GTs e comissões que terão vigência até o próximo Encontro Nacional. Foram também discutidas e votadas 26 moções, além da carta do Encontro, com o tema “conjuntura e lutas sociais”. A carta do Encontro, assim como a mesa de encerramento, reiteraram o tom aguerrido do temário que pede “Atenção...é preciso estar atento/a e forte!!!”, razão pela qual deliberamos o Dia Nacional de Mobilização das/os Assistentes Sociais contra a Regressão dos Direitos, realizado no dia 30 de novembro pelos CRESS e Seccionais. Nesse espírito, saímos de Cuiabá: com a convicção de que somente a luta coletiva é capaz de nos fortalecer e desvelar os horizontes emancipatórios que estamos a “tecer na luta” a cada manhã.

Brasília, 5 de janeiro de 2017.

#### EIXO: FORMAÇÃO PROFISSIONAL/ PLANO DE LUTAS

Desde 2014, optamos por tornar o “Plano de Lutas” o conteúdo a ser executado pelas comissões de formação profissional do Conjunto. Isso implica reconhecer que, em relação a esse eixo, não poderemos estabelecer a comparação realizada nos eixos anteriores, por duas razões. Em 2015, por ocasião do monitoramento, a grande maioria das planilhas não registrou informações sobre as atividades do “Plano de Lutas...”. Em 2016, embora ainda tenha se mantido essa tendência de modo bastante expressivo, foi possível obter alguns dados, mas, nesse caso, concentramos a avaliação nas ações do “plano de lutas...” cuja responsabilidade era apenas do Conjunto CFESS-CRESS. Juntando-se essas duas circunstâncias, não dispomos dos mesmos padrões para comparação dos dados obtidos, nem mesmo de modo aproximado.

O resultado geral da avaliação nesse eixo indica que, das 14 ações do “Plano de Luas...” avaliadas, apenas duas foram consideradas cumpridas. Este é o menor percentual de cumprimento de deliberações entre os eixos (14,2%). Cabe enfatizar que ambas envolvem, de forma indireta, a ação precípua dos Conselhos, sendo, portanto, atividades localizadas no eixo de AÇÕES RELATIVAS À POLÍTICA NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO: Atividade 1: Manter a realização de debates sobre as Resoluções 533/08, 582/10, 568/10, que regulamentam a supervisão direta de estágio e a Política Nacional de Estágio da ABEPSS. Esta atividade foi registrada como cumprida por 17 CRESS (65,38%); oito não responderam (30,77%) e um assinalou que não estava executando (3,85%). Atividade 4: Reafirmar a PNE no que refere à não acumulação da supervisão acadêmica e de campo pelo mesmo profissional. Neste caso, 18 CRESS assinalaram o cumprimento da atividade (66,67%); um CRESS assinalou que não cumpriu (3,70%) e também outro declarou que estava parcialmente cumprida (3,70%). Registre-se que 25,93% dos CRESS não declararam nenhum dado a respeito. Todo o restante das ações avaliadas foi declarado com cumprimento parcial, cabendo destacar que, entre essas 12 atividades, cinco foram classificadas no nível de baixo status de implementação. Foram elas: No eixo 2, a segunda ação que envolve a atividade 1: Realizar levantamento e divulgação de pesquisas sobre as condições de trabalho docente nas UFAs. Essa deliberação aparece como não cumprida para 16 CRESS (59,26%); para cinco, como parcialmente cumprida (18,52%) e seis CRESS (22,22%) não responderam. Embora envolva o

assembleias. Nas datas de realização das assembleias, havia um total de 173.689 assistentes sociais inscritas/os e ativas/os nos CRESS em todo o país. Na plenária final, aprovou-se o resultado da avaliação indicado pelos grupos de discussão; as prioridades e recomendações de cada eixo que servirão de subsídio às próximas gestões do Conjunto no seu planejamento em 2017; assim como votou-se a composição da Comissão Nacional Eleitoral, que acompanhará as eleições para o triênio 2017-2020 e ainda a composição de GTs e comissões que

Conjunto, foi compreendida nas reflexões levantadas nos Descentralizados como atividade que diz respeito muito mais às ações da Abepss e indicou-se que a responsabilidade sobre ela precisaria ser revista no próprio Plano de Lutas.

No eixo 3, a atividade 3: Mapear os IFs que apresentem possibilidade de abertura de cursos de graduação em Serviço Social Esta atividade apresenta pouco envolvimento dos CRESS, já que apenas três declararam tê-la cumprido (11,54%), enquanto 14 (53,84%) afirmam que não a cumpriram. Entre os demais, um atesta cumprimento parcial (3,85%) e oito (30,77%) não responderam. Essa realidade ocorre também, porque, numa parte dos estados em que se localizam os Regionais, não existe Instituto Federal Tecnológico. Outra parte dos CRESS não a compreende como uma prioridade, dada a complexidade dessas instituições para receberem curso de Serviço Social. A única experiência no país é no interior do Ceará, em Iguatu.

No eixo 4 (AÇÕES RELATIVAS COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO) a ação de Divulgação de posicionamento das Entidades sobre Graduação Presencial, em especial a atividade 2: Realizar estudos sobre a legalidade da oferta de “cursos de extensão” e seu aproveitamento como cursos de graduação em Serviço Social Evidencia-se o baixo status de implementação, pois apenas em sete CRESS foi declarado o cumprimento (25,93%). A maior parte dos Regionais que respondeu (10 CRESS) afirma que não realizou atividades (37,04%). Registre-se ainda que dois declararam cumprimento parcial (7,41%) e oito (29,63%) não responderam. Também nesse caso, nos parece que está sendo pouco implementada por se tratar de uma situação que ainda não atinge todos os estados. Apesar disso, o CFESS já vem realizando ações junto ao Ministério Público, em face do reconhecimento da ilegalidade desta modalidade de oferta de graduação pelo próprio Conselho Nacional de Educação.

No eixo 5 nas ações junto ao MEC a atividade 2: Incorporar no debate do GT a questão da avaliação pelo MEC dos cursos de Serviço Social tendo como referência o debate acumulado pela ENESSO, ABEPSS e outros espaços da categoria Esta deliberação também expressa sua não incorporação pelo Conjunto CFESSCRESS: apenas 11,11% indicam ter cumprido. O maior percentual (37,04%) declara não ter realizado a atividade, seguidos de 33,33% que não responderam e 18,52% que informam cumprimento parcial.

No eixo 6 com ações relativas a AÇÕES JUNTO AO PODER LEGISLATIVO, ATIVIDADE 3: Articular a realização de audiências públicas nas Assembleias Legislativas em defesa da formação de qualidade e contra a precarização do ensino (em especial a graduação à distância) Esta deliberação aparece com baixa implementação, pois 53,84% informaram que não a cumpriram. Outros 34,62% não responderam e somente 7,69% afirmam ter realizado a atividade.

Todo processo de análise de avaliação consta no relatório deste ano, elaborado pelo conjunto CFESS-CRESS. Onde é possível verificar problemáticas que historicamente vem se repetindo, como a não efetivação de deliberações por parte de alguns CRESS, bem como a efetivação parcial ou completa destas. O relatório do encontro do ano de 2017 (ocorrido em 08 a 10 de setembro em Brasília, no DF), até momento de coleta dos relatórios para análise ainda não se encontrava disponível online.

terão vigência até o próximo Encontro Nacional. Foram também discutidas e votadas 26 moções, além da carta do Encontro, com o tema “*conjuntura e lutas sociais*”. A carta do Encontro, assim como a mesa de encerramento, reiteraram o tom aguerrido do temário que pede “*Atenção...é preciso estar atento/a e forte!!!*”, razão pela qual deliberamos o *Dia Nacional de Mobilização das/os Assistentes Sociais contra a Regressão dos Direitos*, realizado no dia 30 de novembro pelos CRESS e Seccionais. Nesse espírito, saímos de Cuiabá: com

	a convicção de que somente a luta coletiva é capaz de nos fortalecer e desvelar os horizontes emancipatórios que estamos a “ <i>tecer na luta</i> ” a cada manhã.
--	---